



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 132, QUINTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 131ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE SETEMBRO DE 2017

1.1 – ABERTURA	12
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	12
1.2.2 – Oradores	
Senador Flexa Ribeiro – Preocupação com a previsão de término do Programa Luz para Todos em 2018.	12
Senadora Ângela Portela – Críticas ao governo do Presidente Michel Temer.	16
Senadora Vanessa Grazziotin – Cobrança ao Governo Federal pela assinatura da medida provisória que modifica a reforma trabalhista; e outro assunto.	18
Senador Cidinho Santos, como Líder – Comemoração da promulgação da Resolução nº 13/2017, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que proíbe a cobrança retroativa das dívidas de produtores rurais junto ao Funrural; e outro assunto.	21
Senador Lasier Martins – Esclarecimentos a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 116/2017, que trata de hipótese de perda de cargo por desempenho deficiente de servidores públicos efetivos estáveis.	23
Senador Paulo Paim – Censura ao Governo Federal pela possibilidade de privatização da Eletrobras; e outros assuntos.	25
Senadora Ana Amélia – Reflexão a respeito da atual situação econômica, política e social do Brasil. .	27
Senadora Regina Sousa, como Líder – Críticas contra a suposta seletividade na persecução criminal praticada contra o ex-Presidente Lula; e outros assuntos.	30
Senador Gladson Cameli – Satisfação com o pedido de arquivamento pelo Ministério Público Federal de investigação a respeito de S. Exª no âmbito da Operação Lava Jato.	32
Senadora Lídice da Mata – Críticas ao Governo Federal por supostamente dificultar a liberação de recursos ao estado da Bahia obtidos junto ao Banco do Brasil; e outro assunto.	33
Senadora Simone Tebet – Destaque para a aprovação, pela CCJ, de projetos de lei do Senado que tratam da questão da segurança pública e do combate à violência, em especial, à violência urbana.	35



Senador Cristovam Buarque – Reflexão a respeito da atual situação das universidades brasileiras.	38
Senador Fernando Bezerra Coelho, como Líder – Considerações a respeito da trajetória política de S. Ex ^a e acerca de sua filiação ao PMDB.	42
Senador Jorge Viana – Críticas ao contingenciamento de recursos para as instituições de ensino federais do estado do Acre.	44
Senador Aírton Sandoval – Registro dos avanços econômicos do Governo de Michel Temer.	47
Senador Randolfe Rodrigues, como Líder – Comemoração pelos 74 anos de criação do território do Amapá.	49

1.2.3 – Requerimento

Nº 758/2017, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 163/2017.	51
--	----

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 56/2017 (nº 6.437/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>altera a Lei nº 11.350, de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Aprovado com emendas.</i>	54
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 56/2017 (Parecer nº 142/2017-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À Câmara dos Deputados.	71

1.3.2 – Item 2

Projeto de Lei do Senado nº 206/2017 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 202/2015 e com o Projeto de Lei do Senado nº 108/2017), do Senador Ronaldo Caiado, que <i>altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, permitir a propaganda eleitoral paga no rádio e na televisão, e restringir o horário eleitoral gratuito aos canais de rádio e de televisão de responsabilidade do poder público. Lidos e aprovados os Requerimentos nºs 756 e 757/2017.</i>	72
--	----

1.3.3 – Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 71/2014 (nº 1.162/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências. Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CTFC), após Parecer nº 143/2017-PLEN-SF, proferido pelo Senador Wilder Moraes, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais; e Parecer nº 28/2017-CTFC.</i>	75
Redação do vencido para o turno suplementar do Projeto de Lei da Câmara nº 71/2014 (Parecer nº 144/2017-CDIR/PLEN-SF). Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CTFC), no turno suplementar, com incorporação dos arts. 8º e 9º do Substitutivo apresentado em Plenário pelo Senador Wilder Moraes e ajuste do prazo para entrar em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias.	88
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 71/2014 (Parecer nº 145/2017-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À Câmara dos Deputados.	88



1.3.4 – Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Cássio Cunha Lima, que *cria as polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital*. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ), em primeiro turno** (votação nominal) (prejudicada a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2016). 89

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2016 (**Parecer nº 146/2017-CDIR/PLEN-SF**). 100

1.3.5 – Item 8

Projeto de Lei da Câmara nº 80/2015 (nº 757/2015, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 8.935, de 1994 - Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (dispõe sobre as remoções estabelecidas em legislação estadual e distrital)*. **Apreciação transferida para a sessão deliberativa de terça-feira próxima**. 100

1.3.6 – Item extrapauta

Requerimento nº 758/2017, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 163/2017. **Aprovado**. 103

1.3.7 – Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 34/2017 (apresentado como conclusão do Parecer nº 89/2017-CAE), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com a Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até cento e vinte e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América (recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará")*. **Aprovado**, após **Requerimento nº 759/2017**. 104

Redação final do Projeto de Resolução nº 34/2017 (**Parecer nº 147/2017-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À promulgação. 105

1.3.8 – Requerimento

Nº 760/2017, do Senador Randolfe Rodrigues, de tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 160, 169 e 171/2017. **Aprovado**. 106

1.3.9 – Apreciação de requerimento

Nº 742/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin. **Aprovado**. 106

1.3.10 – Requerimentos

Nº 761/2017, de Líderes, de retirada do Requerimento nº 750/2017. **Deferido**. 106

Nº 762/2017, do Senador Romero Jucá e outros Senadores, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38/2015. **Aprovado**. 106

1.4 – ENCERRAMENTO 107

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 131ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE**

2.1.1 – Comunicações

Do Senador Fernando Bezerra Coelho, de filiação partidária de S. Ex ^a ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Memorando nº 68/2017).	109
Da Senadora Ana Amélia, de participação de S. Ex ^a em missão realizada no dia 11 do corrente, nos termos do Requerimento nº 676/2017 (Ofício nº 336/2017).	110
Da Liderança do Bloco de apoio ao Governo, de indicação do Senador Fernando Bezerra Coelho como 1º Vice-Líder, e para os demais cargos de Vice-Líderes, os Senadores Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Sérgio Petecão e Wilder Moraes. (Memorando nº 28/2017).	111
Da Liderança do PMDB, de indicação e substituição de membro nas Comissões de Assuntos Econômicos; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Serviços de Infraestrutura (Ofício nº 180/2017).	112

2.1.2 – Discursos e documentos encaminhados à publicação

Senadora Vanessa Grazziantin - Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno	114
Senador Paulo Paim - Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno	118
Senador Flexa Ribeiro – Íntegra do discurso e documento encaminhado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Regimento Interno.	120

2.1.3 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 100/2017 (nº 2.176/2015, na Câmara dos Deputados), do Presidente da República, que <i>altera a redação do art. 775 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta-lhe o art. 775-A, a fim de dispor sobre a contagem de prazos processuais</i>	131
Projeto de Lei da Câmara nº 101/2017 (nº 5.850/2016, na Câmara dos Deputados), do Presidente da República, que <i>dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)</i>	135

2.1.4 – Pareceres

Nº 103/2017-CCT, sobre o Ofício "S" nº 34/2014 (conclui pela apresentação do Requerimento nº 753/2017).	154
Nº 104/2017-CCT, sobre o Ofício "S" nº 31/2014 (conclui pela apresentação do Requerimento nº 754/2017).	161
Nº 105/2017-CCT, sobre o Ofício "S" nº 17/2016.	168
<i>Arquivamento do Ofício "S" nº 17/2016</i>	174
Nº 71/2017-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2012 (tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58/2012; 3 e 50/2013; 3, 46 e 55/2014; 17, 35, 46, 52 e 59/2015).	175
Nº 93/2017-CCJ, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 686/2015.	195
Nº 96/2017-CCJ, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 469/2015.	204

*Abertura do prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 686 e 469/2015 sejam apreciados pelo Plenário. (**Ofícios nºs 140 e 138/2017**).*



2.1.5 – Projetos de Lei do Senado

Nº 319/2017, do Senador Tasso Jereissati, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho.	219
Nº 320/2017, do Senador Roberto Muniz, que altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores. ..	224
Nº 321/2017, do Senador Raimundo Lira, que altera os arts. 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever causas de aumento de pena para os crimes de roubo e receptação qualificada quando visarem coisa proveniente de transporte de cargas.	231
Nº 322/2017, do Senador Eduardo Lopes, que altera os arts. 155, 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir com maior rigor os crimes de furto, roubo e receptação de fios, cabos ou qualquer outro equipamento necessário ao fornecimento do serviço de telefonia.	236
Nº 323/2017, do Senador Paulo Bauer, que altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para coibir a propagação de discurso de ódio nas redes sociais.	241

2.1.6 – Projeto de Resolução

Nº 36/2017, do Senador Reguffe, que fixa o prazo de cinco sessões para o despacho de requerimentos de informações apresentados pelos Senadores.	247
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 36/2017.	247

2.1.7 – Requerimentos

Nº 753/2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (apresentado como conclusão do Parecer nº 103/2017-CCT).	252
Nº 754/2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (apresentado como conclusão do Parecer nº 104/2017-CCT).	259
Nº 755/2017, do Senador Antonio Anastasia, de autorização para desempenho de missão no período de 13 a 18 de outubro próximo.	267

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Projeto de Lei da Câmara nº 56/2017

Redação final (Parecer nº 142/2017-CDIR/PLEN-SF)	272
---	-----

2.2.2 – Projeto de Lei do Senado nº 206/2017

Requerimentos nºs 756 e 757/2017	282
---------------------------------------	-----

2.2.3 – Projeto de Lei da Câmara nº 71/2014

Parecer nº 28/2017-CTFC	287
Parecer nº 143/2017-PLEN-SF	299



Redação do vencido (Parecer nº 144/2017-CDIR/PLEN-SF)	305
Redação final (Parecer nº 145/2017-CDIR/PLEN-SF)	309
2.2.4 – Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2016	
Redação para o segundo turno (Parecer nº 146/2017-CDIR/PLEN-SF)	314
Lista de votação	317
2.2.5 – Requerimento nº 758/2017	
Matéria lida e aprovada	321
2.2.6 – Projeto de Resolução nº 34/2017	
Requerimento nº 759/2017	325
Redação final (Parecer nº 147/2017-CDIR/PLEN-SF)	328
2.2.7 – Requerimento nº 760/2017	
Matéria lida e aprovada	332
2.2.8 – Requerimento nº 761/2017	
Matéria lida e aprovada	335
2.2.9 – Requerimento nº 762/2017	
Matéria lida e aprovada	338

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	339
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	342
5 – LIDERANÇAS	343
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	347
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	355
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	359
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	407



Ata da 131ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 13 de Setembro de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Alberto Souza e Jorge Viana.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 53 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

55ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

131ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 13/09/2017 07:00:00 até 13/09/2017 20:33:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PMDB	SP	Airton Sandoval	X	X
PODE	PR	Alvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PDT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataides Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PR	MT	Cidinho Santos	X	
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X	
PMDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	
PMDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PODE	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X	
PSD	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X

Emissão 13/09/2017 20:37:32





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

55ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

131ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 13/09/2017 07:00:00 até 13/09/2017 20:33:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PODE	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PTB	RR	Telmário Mota	X	
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Morais	X	X

Compareceram 70 senadores.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Pela ordem...

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senadora Ângela Portela, em primeiro lugar.

Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, comunicação inadiável. Mas, se não houver ninguém na lista dos inscritos, também me apresento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a está inscrito em segundo lugar.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Há oradores inscritos.

Por permuta com o Senador Cristovam Buarque, que estava inscrito em primeiro lugar, o Senador Flexa Ribeiro, e Senador Flexa Ribeiro com Vanessa Grazziotin, e Cristovam com Flexa. Então, Cristovam vem em nono, no lugar da Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

Por dez minutos, Excelência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto; Sr^{as} Senadoras; Srs. Senadores; telespectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado; meus amigos do meu querido Estado do Pará, venho hoje à tribuna tratar de algo da maior importância, que é o Programa Luz para Todos, que tem o seu término programado para final de 2018. Pelo que vou relatar aqui no pronunciamento, não haverá tempo suficiente para universalizar o acesso à energia a todos os brasileiros. E trato aqui especialmente de todos os paraenses, por ser o Pará um grande exportador de energia para o resto do Brasil. Mais de 170 mil famílias no meu Estado, Estado do Pará, vivem praticamente no escuro. É algo assim inimaginável. Um Estado que exporta energia tem 170 mil famílias – estamos falando aí em 600 mil pessoas – vivendo sem energia.

Ainda agora, lá no sul do Pará, em Santana do Araguaia, há projetos para serem implantados e não o são por falta de energia. A energia de Tucuruí não chega até lá. Ainda é geração térmica lá em Santana. Apesar de o Pará ser produtor e exportador de energia ainda existem pessoas que têm os seus direitos vilipendiados, sujeitas a um passado eterno, sem o mínimo conforto e nem as condições fundamentais para o seu desenvolvimento. Desenvolvimento este que corre pelos linhões da Usina de Tucuruí e de Belo Monte e chega a todo o Brasil.

Quando atingir sua capacidade máxima de geração, produzindo 11.333 megawatts de energia elétrica, Belo Monte deixará no Pará algo em tomo de 3,22% da sua geração. São Paulo receberá 29,25%; seguido de Minas Gerais, 14,56%, e Bahia, 13,86%. Outros 12 Estados e o Distrito Federal serão beneficiados pela energia gerada por Belo Monte.



O Pará dá mais uma vez sua contribuição à Nação. É assim com o desempenho em sua balança comercial em que, anualmente, contribuímos para a equalização do saldo brasileiro que, no primeiro semestre de 2017, teve o melhor resultado em 29 anos, com *superávit* de US\$36 bilhões.

Em relação à contribuição energética, desde a década de 80, Tucuruí vem sendo responsável por agregar ao Sistema Integrado Nacional 8.370 megawatts, os quais são somados à energia produzida por Belo Monte, que teve sua primeira turbina ligada em março de 2016.

Antes mesmo que Belo Monte atinja seu pleno funcionamento, programado para 2019, deverá chegar ao fim, em 2018, o Programa Luz Para Todos.

Em seu artigo 1º, o Decreto nº 8.387/2014 estabelece o ano de 2018 como marco final para as atividades do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica - Luz para Todos, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural que não possui acesso a esse serviço. O atendimento está limitado a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão – inferior a 2,3 KV –, com carga instalada de até 50 KW.

Tem me causado grande preocupação, Senador João Alberto, o Governo encerrar o Luz Para Todos sem, de fato, ter atingido a universalização do serviço.

V. Ex^a representa o nosso Estado vizinho, o Maranhão, que tem as mesmas dificuldades do Pará na tentativa de acelerar o seu desenvolvimento.

Na última semana, o Ministério de Minas e Energia admitiu que o contingenciamento no Orçamento da União atingiu os valores que seriam destinados ao Luz para Todos neste ano. De acordo com o Governo, a execução orçamentária do Programa em 2017 será reduzida em 16,8%. É muito provável que esse corte no Orçamento venha comprometer ainda mais a meta de universalização, Senadora Vanessa.

Então, falo, e a Senadora Vanessa, como Senadora do Amazonas, tem o mesmo problema do Estado do Pará. Até há pouco tempo, o Amazonas era sistema isolado, não estava interligado ao Sistema Nacional, e o fez através de um linhão ligando Tucuruí a Manaus. Mas, com certeza absoluta, o Programa Luz para Todos também é importante para levar energia aos Municípios, numa região como a nossa, de dificuldade enorme de levar energia – não só energia. Nós temos de lutar por banda larga, por internet para a Amazônia também.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex^a...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Concedo, Senadora Vanessa, um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço o aparte, nobre Senador, que V. Ex^a me concede e, até por isso, não vou entrar na raiz da questão. Infelizmente, V. Ex^a tanto quanto eu sabemos que, se a situação já era difícil, a tendência é a de que ela fique pior ainda. V. Ex^a mesmo levantou aí os cortes de gastos. Os cortes de gastos ocorrem muito por questões daquela PEC que foi aprovada pelo Congresso Nacional e que impõe um limite. Agora, em relação ao Luz para Todos, quero lhe dar inteira razão. Não é a primeira vez em que nós estamos às vésperas do encerramento do Programa e atestando que, na Amazônia, ele só começa. Ele já foi concluído em vários Estados brasileiros, mas, na Amazônia, ele só está começando em decorrência da forma como vivem as pessoas na região: espalhadas, em lugares de difícil acesso. Então, Senador, o que me preocupa muito – e tenho certeza de que V. Ex^a saberá se colocar perfeitamente nessa questão – é a iniciativa do Governo de privatizar a Eletrobras, porque nós sabemos o quanto a Eletrobras tem sido importante não só para elaborar e



desenvolver uma política estratégica de soberania, mas para levar energia para quem precisa. Cem por cento dos Municípios do interior do Amazonas, Senador Flexa – e no Pará não deve ser diferente –, são deficitários no que diz respeito à distribuição de energia elétrica. A empresa não tem o retorno do pagamento da população naquilo que dá. Agora, é necessário que continue abastecendo, porque lá está o nosso País, lá está a maior riqueza não só do Brasil, mas do mundo. Então, eu me perfilo a V. Ex^a nessa luta, para que o Programa Luz para Todos seja ampliado e para que a gente possa efetivamente dizer: "Hoje, na Amazônia, nós alcançamos a universalização do acesso e do fornecimento de energia." Obrigada, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu agradeço, Senadora Vanessa, o aparte de V. Ex^a e quero pedir o apoio dos meus pares, para que nós possamos fazer um movimento...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... em conjunto dos Senadores, para que possamos ir ao Presidente e para que ele possa prorrogar, desde já, o Programa Luz para Todos, porque a preocupação é: se não pode ser feito agora em função do contingenciamento, da questão de orçamento, da dificuldade que recebeu o Governo do governo passado, que, pelo menos, se prorrogue, porque aí vamos ter mais tempo, Senador João Alberto, para completar o projeto.

Como disse, no meu Estado, mais de 170 mil unidades habitacionais ainda não recebem energia elétrica firme. A estimativa é que 60.989 domicílios no Estado precisam ser atendidos por sistemas isolados e outros 114.551 com o atendimento convencional.

Regionalmente, a carência é mais acentuada nos 16 Municípios que formam o Arquipélago do Marajó. Os domicílios que precisam ser atendidos...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ...pelo sistema isolado ou convencional somam 40.920, o que representa 23% do total da necessidade estimada no Pará. Estamos falando aqui de mais de 40 mil famílias que ainda vivem no escuro, sem luz elétrica, ou que são atendidas por serviços de baixa qualidade.

Analisando isoladamente cada um dos 144 Municípios do Pará, o caso mais alarmante se dá em Santarém, na porção oeste do Estado. São estimados que 3.290 domicílios precisam ser atendidos por sistemas isolados e outros 8.062, com o atendimento convencional.

É impossível negar os avanços do Luz para Todos no Pará e no Brasil. Tendo como origem o Luz no Campo, iniciativa do saudoso Senador Rodolpho Tourinho, que comandou o Ministério de Minas e Energia de 1999 a 2001, no governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Programa tem seus méritos.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já concluo, Presidente.

Antes dele, um em cada cinco paraenses não tinha acesso à energia elétrica. Fato este que foi superado pelo compromisso da universalização.



Até o momento, o programa foi responsável em levar energia elétrica para mais de 3,3 milhões de famílias, beneficiando 16,1 milhões de pessoas que vivem no meio rural de todo o Brasil.

No Pará, foram quase 400 mil ligações, atendendo a pouco mais de 1,8 milhão de pessoas. São domicílios que totalizam quase 10% de todas as unidades habitacionais do Estado, com um custo unitário de ligação elevado e pouca viabilidade econômica, fatores esses que por si só já impossibilitariam a realização das ligações por parte das empresas concessionárias de energia elétrica.

Eu concluo, Sr. Presidente, pedindo a V. Ex^a que faça a inserção do texto por completo, nos *Anais* do Senado.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Peço também a inserção dos ofícios que encaminhei ao Presidente Michel Temer, explicitando a preocupação da não universalização até o ano que vem, e que ele prorogue imediatamente o Programa.

Também encaminhei outro ofício ao Ministro Fernando Coelho Filho, de Minas e Energia, sobre o mesmo assunto, anexando cópia do ofício encaminhado ao Presidente Temer.

Junto, Senador João Alberto, encaminho aqui a relação da necessidade do Luz para Todos no Estado do Pará, Município por Município, do que precisa ainda ser feito para que possamos atingir até o final da universalização.

Não creio – e é como sugestão que faço – que se possa fazer, Senador João Alberto, uma expansão temporal do Programa. Ou seja...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ...não se conclui em 18; vai-se concluir em 19. E se, em 19, não se atingir a universalização? O melhor é que o Presidente possa estender o Programa até a universalização. Eu espero que seja em 18, mas, se não ocorrer, em 19.

Então, não podemos é colocar um prazo definindo tempo, data, se o que tem que ser definido é o que se quer obter: a universalização do acesso a todos os paraenses, a todos os brasileiros, à energia elétrica.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO **(Vide item 2.1.2 do Sumário).**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Ofício nº 095/2017-GSFLEX, ao Presidente da República;
- Ofício nº 096/2017/GSFLEX, ao Ministro de Minas e Energia;
- Relação da necessidade do Luz para Todos no Estado do Pará, Município por Município.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Eu gostaria de dizer que, primeiro, V. Ex^a será atendido na forma regimental e de esclarecer que nós estivemos com o Senador Lobão no Ministério de Minas e Energia. No caso do Maranhão, são 48 mil pontos. V. Ex^a falou que, no Pará, são 178 mil pontos – famílias. A universalização teria que ser concluída em 2014.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Foi prorrogada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Já prorrogada.

É justo que nós, Senadores, façamos gestões para que se consiga essa prorrogação e também que, para este ano, em vez de atender apenas 10% – o que o Ministério está tentando do remanescente, porque são muitos pontos isolados e caros –, tenhamos uma conversa com o Presidente da República.

Era o esclarecimento que eu gostaria de dar a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Agradeço o apoio de V. Ex^a e espero de todos os nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, do PDT de Roraima.

Por cinco minutos, Excelência.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, estamos no mês de setembro, mas lembro aqui que agosto é um mês de triste memória para o Brasil. Em 1954, Getúlio Vargas dava cabo à própria vida no Palácio do Catete; em 1961, Jânio Quadros renunciava à Presidência da República; em 1976, perdíamos um dos Presidentes mais carismáticos de nossa história, Juscelino Kubitschek.

Menciono as tragédias do mês de agosto para lembrar que, há pouco mais de um ano, Michel Temer e seus aliados assumiram o poder em nosso País.

Desde então, as conquistas sociais do povo brasileiro, obtidas com muito trabalho e sacrifício, vêm sendo demolidas, uma a uma, em um esforço meticuloso e orquestrado de um governo impopular que só governa para os poderosos e que encara o povo como empecilho à concretização de seus ideais.

E que ideais são esses? Não é segredo para ninguém que Temer e seus aliados seguem à risca a cartilha dos bancos, a cartilha do mercado financeiro, a cartilha do grande capital internacional.

Já pisaram no Palácio do Planalto entoando o mantra das reformas, pesadelo recorrente das pessoas que verdadeiramente constroem o Brasil: os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras.

Aprovaram no Congresso Nacional uma reforma trabalhista que vilipendia as relações de trabalho, que aprofunda, de maneira dramática, a já conhecida assimetria entre patrão e empregado; uma reforma trabalhista que impõe o negociado sobre o legislado, que permite o trabalho intermitente e que faculta ao empregador utilizar a mão de obra de grávidas e lactantes em locais insalubres.

Prometeram uma medida provisória para corrigir essa aberração, e a Senadora Vanessa Grazziotin tem aqui cobrado isso de forma recorrente. Por que, depois de todo esse tempo, até agora não chegou essa medida provisória ao Congresso?



Propuseram, ainda, uma reforma da previdência cuja linha mestra é obrigar os brasileiros a trabalharem até morrer, tornando o direito sagrado à aposentadoria uma miragem no deserto: quanto mais o trabalhador se aproxima, mais ela fica distante.

Aprovaram no Congresso a alteração da meta fiscal, que veio acompanhada de um pacote de austeridade para adoçar a boca do mercado financeiro, relegando a conta do ajuste a servidores públicos e aos trabalhadores que recebem o salário mínimo.

Tiveram a coragem de retirar R\$10 dos mais pobres deste País!

Sufocam o ensino superior ao cortar drasticamente o orçamento das universidades e dos institutos federais.

Na área da saúde, a proposta orçamentária, para 2018, considera metade dos recursos das emendas obrigatórias, ou seja, R\$6 bilhões para o cumprimento dos valores mínimos. Acontece que apenas R\$4 bilhões têm como destinação a saúde!

Trata-se, pois, de uma tentativa atrapalhada de maquiar a diminuição do investimento em saúde pública pelo Governo Federal.

Anunciaram um conjunto agressivo de privatizações, cujas principais estrelas são a venda do Aeroporto de Congonhas, da Eletrobras e até da Casa da Moeda.

No caso da Eletrobras, os consumidores brasileiros pagarão mais uma vez a conta, na forma de aumento das tarifas de energia e da ameaça à segurança energética do Brasil.

Roraima, único Estado brasileiro fora do sistema interligado, será diretamente impactado com a falta de interesse na conclusão do Linhão de Tucuruí.

O capítulo mais recente desta triste respectiva é a aprovação, pelo Congresso Nacional, da MP 777, proposta pelo Governo Temer, que cria a Taxa de Longo Prazo, a chamada TLP, que passará a indexar os empréstimos feitos pelo BNDES.

Trata-se de verdadeira afronta ao setor produtivo nacional, ...

(Soa a campanha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ...que pagará taxas muito maiores pelos financiamentos concedidos por um banco público cuja principal razão de ser é financiar o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Diante de tudo isso, fica muito clara a principal razão de ser do Governo de Michel Temer e de seus aliados: servir ao capital financeiro, em detrimento do trabalhador brasileiro.

É o triste resumo de uma verdadeira tragédia social que se abate sobre o Brasil e que tende a se agravar com o tempo.

Nós não podemos aceitar que um Governo que tem 5% de aprovação consiga retirar tantos direitos de nosso povo.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ângela Portela.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz. *(Pausa.)*

Ausente.

À Senadora Fátima Bezerra. *(Pausa.)*

Ausente.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Não seria eu? Pela Liderança?



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não.

Agora é uma vez para uma comunicação inadiável e aí eu volto à lista de inscritos.

Depois de falar o próximo, aí entra já pela Liderança. Depois volta o inscrito e depois volto, novamente, para a comunicação inadiável.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, Partido Comunista – AM.

Por 10 minutos, Excelência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras.

Eu inicio a minha participação aqui nesta tribuna, Senador Paim, levantando um cartaz que destaca que hoje faz 62 dias que o Presidente Michel Temer deixa de cumprir a palavra perante sua Base de Apoio no Senado Federal e não assina a medida provisória que modifica a reforma trabalhista.

E nós esperamos, Senador Paim, porque todos nós estamos fazendo essa pressão, lembrando esses fatos, porque nós sabemos o quanto é importante para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros a mudança nessa lei, uma lei que é perversa do início ao fim, porque nós teremos uma segunda oportunidade de debater com os nossos colegas Parlamentares o quão negativos serão os efeitos da lei para os trabalhadores e as trabalhadoras principalmente, mas para a previdência social também, para o desenvolvimento nacional também.

Então eu quero dizer que já se passaram mais de dois meses. A primeira promessa, ele já deixou de cumprir: a promessa de que alguns termos seriam vetados. Pois bem, ele não vetou absolutamente nada. Sancionou a lei igualzinho à forma como foi aprovada pelo Congresso Nacional. Mas disse, reafirmou naquela altura, que editaria a medida provisória. Então nós continuamos a aguardar a medida provisória.

Daqui para a frente, Senador, eu virei à tribuna não apenas com este cartaz, mas eu virei à tribuna também com o documento assinado por vários Parlamentares, presidentes de comissões – Senadora Marta Suplicy; Senador Edison Lobão; próprio Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que assinaram o documento cancelando o compromisso de que haveria a edição da medida provisória para mudar diversos artigos. Então, nos próximos dias, a partir de amanhã, eu virei a esta tribuna não apenas com este cartaz que mostra a quantidade de dias que o Presidente deixa de cumprir a sua palavra, mas também com o documento que comprova que eles, de fato, efetivaram um acordo perante a sociedade brasileira, acordo esse que tem que ser cumprido.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu tenho vindo de forma constante a esta tribuna para debater os problemas da economia. E não apenas eu, todos os Srs. e as Sr^{as} Senadoras, num ou noutro momento, têm debatido a questão da crise econômica e a falta de propostas deste Governo para superá-la. E eu não diria só a falta de propostas, mas as propostas completamente equivocadas. Ontem aqui eu vim, o Senador João Alberto acompanhou, falando e resumindo um pouco do que foi o debate que travamos na direção nacional do meu Partido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na última segunda-feira, em que a gente tece uma série de críticas e analisa que as medidas que estão sendo adotadas pelo Governo não serão capazes de superar a crise, como poderão piorar ainda mais a situação do Brasil e da nossa gente.

Pois bem, eu agora, Sr. Presidente, venho fazer a mesma abordagem, mas levando em consideração e me socorrendo das conclusões, dos argumentos que recentemente tive a oportunidade de ler – argumentos e motivos expostos pelos Professores Luiz Gonzaga Belluzzo e



Delfim Netto. E veja bem, o Prof. Delfim Netto tem uma distância significativa em relação àquilo que nós pensamos como projeto de Brasil. Entretanto, neste aspecto da necessidade de um desenvolvimento nacional soberano, o que vou ler aqui diz respeito exatamente àquela análise que meu Partido, o PC do B, faz.

E nós chegamos à conclusão de que não estamos voltando à época, ao período do neoliberalismo, não. O que estão fazendo com o nosso País, Senador Paim, nada mais é do que nos colocar de volta numa situação de colônia. Estão transformando o Brasil numa nova colônia em todos os aspectos: no aspecto da dependência econômica, no aspecto da dependência produtiva e no aspecto das relações de trabalho.

Eu dizia ontem aqui: quando a gente fala tanto na reforma trabalhista é porque, dando ares de modernidade, Senadora Regina, eles aprovaram uma reforma trabalhista que remete trabalhadores e trabalhadoras brasileiros à época anterior à de Vargas, quando nem carteira de trabalho existia – nem carteira de trabalho –, só que com uma diferença: agora os patrões vão chamar os empregados e dizer: "Meu filho, minha filha, agora é o seguinte: você não é mais meu empregado, você é um profissional autônomo. Então, veja: você tem liberdade." Olha que bonita palavra! Você é um autônomo. Você evoluiu na vida. Vai trabalhar para mim prestando serviço e não me sendo empregado. Só que ele vai desenvolver as mesmas funções. A diferença onde está? Não tem carteira assinada. Se não tem carteira assinada, não tem décimo terceiro, não tem férias, não tem nada, não tem absolutamente nada.

Também, no aspecto mais geral, nós estamos sendo levados a uma situação de nova colônia. Tanto o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo quanto o Delfim Netto participaram de um debate na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), cujo tema era: A Agenda Brasileira: superando a miséria da crítica. No debate, ambos consideraram péssimas as perspectivas da indústria nacional e grave a falta de políticas de investimento, sem as quais, afirmam eles – e todos nós sabemos –, o crescimento não voltará.

Segundo o Prof. Belluzzo, a atual política econômica de ajuste fiscal do Governo de Michel Temer é uma coisa que beira à insensatez. Um ajuste fiscal com um corte de investimento da forma como foi feito não levará o Brasil a lugar nenhum, apenas aprofundará o processo de desindustrialização a curto, médio e longo prazo. Na opinião do Professor, com a qual eu e o meu Partido temos plena concordância, sem o investimento mais firme, a situação fica agravada, a perspectiva de crescimento fica agravada. E a perspectiva de investimento maior foi enterrada quando, ao final do ano passado, aprovaram a tal da PEC 95, a Emenda Constitucional 95, que limita os gastos públicos. Entretanto, limita os gastos públicos apenas para os investimentos e para os gastos sociais. Os gastos financeiros para remunerar os rentistas parasitas se mantiveram e se mantêm livres. Portanto, se hoje eles consomem metade do Orçamento, podem consumir além da metade que não há problema nenhum, porque não há limite legal algum.

Para piorar a situação, diz Belluzzo, "a composição da carga tributária ainda é muito iníqua e injusta e repousa sobre impostos indiretos, mais ou menos 55% da carga, o que reforça a má distribuição da renda."

O Prof. Belluzzo ainda continua o seu raciocínio, dizendo: "O que assistimos hoje é a tentativa desesperada de se achar uma fórmula para encontrar um mercado [mas um mercado] que não existe."

Já o Prof. Delfim Netto, que, repito, ideologicamente, tem uma distância profunda com o meu Partido, o PCdoB, fez uma afirmação ainda mais forte.



Diz o Professor Delfim Netto, Senador João Alberto, abro aspas: "Voltamos a ser colônia". Repito: voltamos a ser colônia. Essa é a base da conclusão de todos os termos, de todo o documento que nós estamos desenvolvendo e que será a base para o 14º Congresso do PCdoB...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...no próximo mês de novembro.

Pois bem, o Professor Delfim Netto destacou que os valores necessários à sociedade que queremos estão na Constituição de 88: a plena liberdade individual, a igualdade de oportunidades e a eficiência produtiva. Para isso, defendeu ele, nós precisamos de um Estado forte, regulado pela Constituição. Para ele, a atual conjuntura mais uma vez comprova que, quando sistema financeiro se apropria da economia real, o investimento acaba. E é isso que está acontecendo. Quem manda no Brasil é o sistema financeiro, é o tal mercado, um mercado que ninguém conhece, que ninguém vê, mas assusta quem está no poder. É com esse mercado que nós temos de romper. O que tem de assustar é o desemprego, e não o mercado. E dizem: não, vamos trazer a estabilidade econômica, a calma para o mercado, aí os empregos voltarão. Não voltarão dessa forma.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – De jeito nenhum.

Criou-se uma sociedade de rentistas, tal qual aconteceu no final da década de 70 e na década de 80, até o início da década de 90, quando se reiniciou o neoliberalismo com Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Foram justamente os dois Presidentes que propuseram procedimentos do neoliberalismo para todos os países no chamado Consenso de Washington. Eles estão trazendo de volta esse consenso, que não deu certo antes em lugar nenhum, e não vai dar certo agora no Brasil.

Ora, Sr. Presidente, quero apenas dizer que nós estamos nos encaminhando ainda mais para aprofundar o processo de desindustrialização, do desmonte das garantias e direitos sociais e da privatização selvagem, conceitos definidos naquela ocasião. Um exemplo prático da aplicação dessas políticas pode ser sentido...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E caminho para a conclusão.

Pode ser sentido no bolso de todos os brasileiros. Está aí a Petrobras. Se já não bastasse tudo o que estão fazendo, estão descapitalizando a Petrobras, estão vendendo a Petrobras aos poucos, silenciosamente. E ainda estão aderindo à política de preços internacionais. Vamos ver quanto custava a gasolina antes e quanto custa hoje.

Se V. Exª me garantir mais um minutinho, eu concluo sem ler, porque está muito longo. Mas eu voltarei a falar do assunto.

Além disso, dessa política equivocada na área do petróleo, acabaram com a Lei do Conteúdo Nacional. E isso é muito ruim, porque se pode baratear, nesse momento exato, a compra de um ou outro equipamento, de uma ou outra plataforma, mas nos impede de avançarmos tecnologicamente, gerando emprego e riqueza dentro da nossa própria Nação.

(Soa a campanha.)



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Além disso, agora vêm com um pacote de mais de 57 privatizações. Entre elas, a da Eletronorte. Não podemos deixar que privatizem o setor energético brasileiro. A iniciativa privada já atua no setor energético brasileiro. Não precisa agora abocanhar a nossa Eletronorte, não. Ela é quem define uma política estratégica de desenvolvimento nacional, de combate às desigualdades sociais e regionais e a universalização do acesso, de que tanto falou aqui o Senador Flexa Ribeiro, como V. Ex^a concordou. Sem a Eletrobras, nós não teremos Luz para Todos. Nós não teremos pobre acessando energia elétrica, principalmente nos interiores do nosso País.

Por isso, diante de tanto problema, temos de entender e decidir que só há uma saída: eleições imediatamente para a Presidência da República.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sou eu quem agradeço a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos, do Mato Grosso, pela Liderança do Partido Republicano, PR.

Por cinco minutos, Ex^a.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Não seriam dez?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não. É pela Liderança.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Peço que dê como lido na íntegra o meu discurso.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN (Vide item 2.1.2 do Sumário).

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A Senadora Vanessa solicita que seja que seja considerado lido na íntegra o seu discurso, de acordo com o Regimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo à tribuna hoje para comemorar e enaltecer a promulgação, ontem, do Projeto de Resolução 13, de 2017, que proíbe a cobrança retroativa das dívidas de produtores rurais junto ao Fundo de Assistência do Trabalhador Rural, o Funrural.

Essa resolução termina com o impasse causado pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal, que, em 30 de abril, voltou a permitir essa cobrança após ter considerado a mesma inconstitucional entre 2010 e 2011. Esse posicionamento dos Ministros do STF impôs um passivo de bilhões de reais aos produtores rurais de todo o País.

A decisão do Senado Federal levava segurança jurídica ao setor. Todos sabíamos que seria impossível que essa dívida fosse quitada sem que pequenos, médios e até grandes produtores fossem demasiadamente sacrificados.

O projeto, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que teve o nosso apoio, o apoio maciço da Comissão de Constituição e Justiça e também deste plenário, suspende a aplicação da Lei de Seguridade Social relativa às contribuições para a previdência do trabalhador rural, trechos



considerados inconstitucionais por considerar que havia bitributação, uma vez que era cobrada a contribuição sobre a folha de salários e também sobre a produção, uma bitributação que inviabilizaria a vida dos produtores rurais, acarretando com isso prejuízo gigantesco à economia do País e à Nação como um todo.

Com relação ao passivo, caso fosse cobrado de forma imediata, seria o caos para os produtores do Brasil. Muitas pessoas acham que estamos falando da questão do Funrural de grandes produtores rurais, mas todo mundo é atingido: o pequeno produtor de leite, o criador de aves, o criador de suínos, quem tem uma horta. Todo mundo emite nota fiscal de produtor e é obrigado a contribuir com esse fundo, que é considerado uma bitributação.

Na medida provisória que tramita aqui no Congresso Nacional sobre esta mesma questão do Funrural, deve haver um novo fundo para dar guarida às aposentadorias rurais, mas será constituído de forma democrática, para que os produtores rurais possam, primeiramente, ter uma alíquota justa; segundo, que possam fazer a opção entre a questão da folha de pagamento, o faturamento ou a renda líquida, sem sacrificar o produtor rural, mas também sem sacrificar a previdência rural.

Queria também, Sr. Presidente, nesse breve tempo, dizer da satisfação. Ontem, recebemos a estimativa do PIB em relação aos Estados brasileiros, e o Mato Grosso mais uma vez saiu na frente, com a expectativa de 2017 de 5.1 do PIB.

Isso para nós é motivo de satisfação. É um Estado que cresce a um ritmo chinês. Os outros Estados da Federação ficaram na faixa de 1%, 2%, alguns em decréscimo, e o Mato Grosso, a grande locomotiva do Brasil, este ano, com a supersafra de 60 milhões de toneladas sendo colhidas. Aliás, terminam de ser concluídas agora, com a safra do algodão. Já se inicia, nos próximos dias, o plantio da safra de soja para a colheita em 2018.

Queria ressaltar que essa grande safra, 240 milhões de toneladas, é o grande trabalho feito pelo Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, no Ministério da Agricultura, que não deixou faltar recursos na safra 2017 e também não vai deixar faltar recursos nessa safra 2018...

(Soa a campanha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... porque entende a importância do agronegócio e da agricultura para as nossas divisas, para a geração de emprego no nosso País.

Por último, quero ressaltar a audiência que tivemos ontem, no Ministério dos Transportes, com a Presidência do DNIT e também com a Diretoria de Infraestrutura, eu, o Senador Wellington Fagundes, e o Secretário de Infraestrutura de Mato Grosso, Marcelo Duarte, em que tratamos das obras estruturantes de Mato Grosso, que são de extrema importância para dar condições para o escoamento da nossa produção.

Sobre a questão da BR-163, no trecho de Sinop até Miritituba, no Pará, em que este ano tivemos problemas sérios de atoleiros no trecho que ainda não está pavimentado, o Ministro nos garantiu que tanto o Exército está no trecho agora, fazendo a pavimentação e também para fazer a conservação, como também uma empresa contratada ficará responsável por outro trecho, para dar seguimento...

(Interrupção do som.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... à manutenção e também... *(Fora do microfone.)* ...à pavimentação desse trecho.



A expectativa é de que, em 2018, tenhamos concluído esse trecho da BR-163, ligando Cuiabá e Sinop ao Município de Santarém, no Pará. Nós teremos, então, todo o escoamento do eixo norte, da produção de Mato Grosso por esses portos de Miritituba e de Santarém.

Falamos também sobre a duplicação Cuiabá-Rondonópolis, que está com obras avançadas, obras de excelente qualidade, falamos sobre a BR-242, a questão dos licenciamentos ambientais, da BR-174, da BR-158, da concessão da rodovia, do trecho de Sinop até Miritituba, e também da Ferrogrão. Então Mato Grosso tem uma expectativa muito positiva das obras que estão em andamento no Governo do Presidente Michel Temer. Algumas não estão muito avançadas devido à questão – só para concluir, Presidente, mais um minuto –, devido...

(Interrupção do som.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... à questão das... *(Fora do microfone.)* ...licenças ambientais, devido à questão das licenças da Funai, mas o Mato Grosso tem sido olhado de forma diferente pelo Governo do Presidente Michel Temer. Obras que há muito tempo eram sonhadas, mas estavam paradas estão saindo do papel, com recursos, fazendo justiça com o Estado de Mato Grosso, que é o Estado, hoje, que mais produz na Federação brasileira.

Então, quero ressaltar mais uma vez o trabalho da Bancada de Mato Grosso. Ontem, estivemos lá eu, o Senador Wellington Fagundes e o Senador José Medeiros também, sempre empenhado tanto na BR-158 quanto na 364 e na BR-242. Toda a Bancada Federal entende a importância da logística para que o Mato Grosso possa continuar crescendo e avançando. Esse anúncio de crescimento de 5,1 do PIB neste ano de 2017, para nós, é excepcional.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Cidinho Santos.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, do PSD do Rio Grande do Sul.

Por dez minutos, Excelência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente dos trabalhos, Senador João Alberto, Senadoras, Senadores, telespectadores, ouvintes...

Sr. Presidente, na reunião desta manhã da Comissão de Constituição e Justiça tive oportunidade de ler o projeto de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, de que tenho a honra de ser Relator, que diz respeito à hipótese de perda de cargo por desempenho deficiente de funcionários efetivos, estáveis.

Venho aqui para realçar a importância desse projeto e alguns equívocos que estão acontecendo, algumas distorções com relação ao sentido, uma vez que se tem ouvido que se trata de um projeto que desejaria combater funcionários estáveis. Não é isso, Sr. Presidente, bem ao contrário. É um projeto que pretende qualificar o serviço público.

Trata-se – na iniciativa da Senadora Maria do Carmo – do preenchimento de uma lacuna que já deveria ter sido atendida há 19 anos por previsão constitucional, art. 41, §1º, inciso III, que diz que o funcionário efetivo poderá perder o cargo por deficiência de desempenho funcional. Então, esse é o sentido, é o cumprimento de um dispositivo com grande demora, mas, ao menos, antes tarde do que nunca.



E é bom esclarecer, uma vez que – repito – tem havido algumas interpretações equivocadas, outras com o sentido de informar mal, para alguém perder um emprego, para alguém perder o seu cargo, precisa ser muito acomodado, muito negligente. Vou oferecer dois ou três itens sobre essas hipóteses.

O funcionário, seja da União, dos Estados ou dos Municípios, uma vez passado o estágio probatório dos três anos e sendo aprovado esse projeto, será submetido... Todos os funcionários estáveis do Brasil serão submetidos a avaliações anuais. Se, por exemplo no primeiro ano o funcionário avaliado não conseguir alcançar a nota 2,9 – imagine, de zero a dez, 2,9 –, ele terá o segundo ano para se recuperar e, acompanhado por um representante de um órgão imediatamente superior à sua função, será ajudado. Só na hipótese de, no segundo ano, repetir uma nota ruim, fraca, é que ele se sujeita a um processo de exoneração. E há uma segunda hipótese também possível, uma exoneração. Isto é: durante cinco anos, um funcionário é submetido a avaliações anuais e, durante os cinco anos, ele não consegue somar uma nota superior a 4,9. Isto é, num ano ele tira nota 2, no outro ano tira nota 4, no outro ano tira nota 6, depois volta a tirar nota 2... Na média, se ele não conseguir o mínimo de 5 ou 4,9, ele já tem que se submeter à hipótese da exoneração.

Por outro lado, o funcionário que responder ao processo, tendo todo o direito à ampla prova, com advogado, e, se for ameaçado de exoneração, ainda tem direito a um recurso para o órgão superior.

Então, são algumas hipóteses. O que é que nós estamos pretendendo? E precisando da compreensão e do apoio que, aliás, estamos recebendo de milhares de brasileiros. É evidente que há funcionários temerosos de que possam ser atingidos, mas só serão atingidos aqueles relapsos, negligentes, ausentes, desinteressados, que não fazem jus, portanto, à confiança do público usuário, que tem direito de receber a boa prestação do serviço público.

Li, numa reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo*, há bem poucos dias, um exemplo muito interessante. Será que um paciente necessitado de uma cirurgia delicada vai entregar o seu corpo para uma cirurgia a um médico que não consegue uma média acima de 2,9? Uma outra hipótese: será que um passageiro que vai embarcar num avião vai entrar nesse avião se ele souber que o piloto que comandará aquela aeronave não tem nota acima de 2,9?

O que é que está isso a dizer? Todos nós queremos trabalhadores, servidores eficientes, e não desidiosos, desinteressados.

Então, o que se quer com esse projeto, amigos, telespectadores, Senadores e Senadoras, é qualificar o serviço público. O Brasil está vivendo uma época de grandes transformações. Estamos vivendo uma refundação ética no País. Então, vamos ampliar esse novo estágio em que estamos entrando também na área do servidor público, porque nós temos o direito, o contribuinte que paga impostos pesados tem direito de receber um bom serviço público, e são incontáveis as queixas, por esse Brasil afora, de maus serviços.

Então, é por isso que esse projeto está tramitando. Foi lido hoje na CCJ, houve pedido de vista, e, nos próximos dias, virá para discussão.

E eu estou tomando a liberdade de alertar os meus colegas, seja da Comissão, depois do Plenário, para que se reconheça o mérito desse projeto proposto pela Senadora Maria do Carmo e que, com a minha relatoria, está recebendo algumas alterações, porque tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros está apoiando. Aliás, pessoas de próprias corporações de funcionários têm ido ao meu gabinete para dizer que simpatizam, que estão de acordo com esse



projeto. O que é preciso é que haja um interesse em ler, em conhecer o conteúdo, os propósitos, o objeto desse projeto, porque, se isso acontecer, nós vamos qualificar, melhorar consideravelmente a atividade pública no Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vim aqui à tribuna hoje, para reiterar esclarecimentos sobre as intenções desse projeto de lei do Senado que leva o número 116/2017.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Lasier Martins.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul.

Por cinco minutos, Excelência. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, estou com 4'40" já.

Eu quero primeiro fazer um registro de um documento que recebi sobre a privatização da Eletrobras que foi anunciada pelo Governo Temer e que tem mobilizado toda a sociedade brasileira. Aqui não poderia ser diferente.

Ontem ainda, Deputados e Senadores lançaram a Rede Parlamentar em Defesa da Soberania Energética Nacional. O objetivo é provocar coesão entre os setores da sociedade envolvidos com a defesa da soberania energética do País e potencializar o Congresso e os Legislativos estaduais e municipais na campanha "Energia não é Mercadoria", iniciativa de todos os movimentos sociais.

O Governo alega que a Eletrobras é inviável. Porém, em 2016 a estatal foi premiada como "a empresa sucesso". Ela foi considerada a melhor empresa do setor elétrico brasileiro e a quinta maior empresa do País em patrimônio líquido – informe do jornal *Valor Econômico* e da Fundação Getúlio Vargas.

A Eletrobras gera 31% da energia do País e é a responsável por 50% das linhas de transmissão.

A Eletrobras é uma gigante formada por centenas de empresas que atuam em todas as três fases da cadeia produtiva do setor de energia elétrica.

São, Sr. Presidente, 233 usinas que geram energia, incluindo Furnas, que opera 12 hidroelétricas e duas termoeletricas, e ainda a Companhia Hidroelétrica de São Francisco.

Além de seis distribuidoras, podemos destacar que toda a Região Norte e Nordeste, e 61 mil quilômetros de linhas de transmissão, metade do total do País, são suficientes para dar uma volta e meia no mundo. Metade do total do País é o suficiente para dar uma volta e meia no Planeta.

Sr. Presidente, a privatização da Eletrobras é um atentado à soberania nacional.

Eu não tenho dúvida alguma de que a população brasileira é que vai pagar a conta com a privatização da Eletrobras.

Dorel Ramos, da USP, e Nivalde de Castro, da UFRJ, avaliam que a conta da luz vai ficar muito mais cara após a privatização.

A razão principal é a mudança prevista para o regime de comercialização da energia produzida pelas usinas da Eletrobras, a chamada "descotização".

Sr. Presidente, aproveito para registrar mensagem que recebi do Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Sul (Sintec), que se manifesta contra a privatização da Eletrobras.

Dizem eles:



Vivemos um momento histórico infeliz [com muita infelicidade], em que alguns governantes renunciam ao comando de uma empresa responsável por promover estudos, projetos de construção...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) –

... e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica do país, que promove dessa forma as condições para a expansão da oferta de energia elétrica e, conseqüentemente, desenvolvimento de nossa sociedade.

O que está em jogo, muito mais importante do que o fechamento das contas de um governo passageiro, é a autonomia e capacidade de decidirmos quanto à alocação de investimentos na infraestrutura eletroenergética, à garantia de atendimento universalizado, à distribuição equilibrada de oportunidades a todas as regiões, à própria unidade da Nação.

Os trabalhadores do setor eletroenergético não ficarão apenas observando mais este desmonte do Estado brasileiro.

Conclamamos nossos representantes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) –

... a se manifestarem em repúdio à desestatização da Eletrobras e a ocuparem os espaços disponíveis (...) [seja na tribuna do Senado, seja nos meios de comunicação], para revelar as conseqüências de um Estado que renuncia à sua soberania energética.

Esse é o documento, Sr. Presidente, que recebi, e faço aqui esse rápido registro.

Quero cumprimentar aqui a Senadora Regina Sousa, Sr. Presidente, dizendo que hoje, como eu tinha que participar de um evento lá no Nereu Ramos, conseguimos aprovar, antes que eu saísse, dez requerimentos de audiências públicas importantíssimas.

No debate, um deles, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e os planos diretores municipais; outro, a Amazônia – debate sobre a exploração de minério e reservas ambientais e terras indígenas; outro, de que eu falava aqui antes, o pacote das privatizações; a atuação dos planos de saúde, que deixa muito a desejar; princípios basilares para um Estatuto do Trabalho, baseado na CLT; normas gerais de tutela do trabalho; e ainda, Sr. Presidente – é só o título que estou apresentando –, a seguridade social no Brasil, em livro que será apresentado pela Anfp; o Estatuto do Trabalho – queremos uma lei para todos, e não só para os empregadores.

Ainda, Sr. Presidente, discussão do Estatuto do Índio.

Assistimos recentemente, há dois meses, ao assassinato de 15 índios. E, agora, de mais 20 índios. É a hora de nós voltarmos a discutir o Estatuto do Índio, que está há 20 anos na Casa e, até agora, não avançou.

E, por fim, proposta alternativa à nossa Previdência...

(Interrupção do som.)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...uma audiência pública.

Só quero, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir só mais um minuto, dizer que amanhã, 14 de setembro, às 9 horas, pela CPI da Previdência, da qual sou Presidente e o Senador Hélio José é o Relator, estaremos numa audiência pública, na Assembleia Legislativa de São Paulo, para debater o tema "Devedor Contumaz".

Por que isso, Sr. Presidente?

Chegamos à conclusão de que o devedor contumaz é aquele que negocia, renegocia, e nunca paga. Só de apropriação indébita – só de apropriação indébita –, são quinhentos bi por ano! Se pegarmos a dívida acumulada da Previdência e colocássemos as multas e os juros, chegaríamos a quase R\$1 trilhão.

Tudo isso nós vamos debater lá, em São Paulo, com a apuração de juízes, procuradores e promotores, que apontarão caminhos para que a CPI apresente uma série de projetos que esta Casa pode votar...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... com um único objetivo: fazer com que a CPI seja a CPI da verdade e mostrar ao País que a questão da nossa Previdência é uma questão de gestão, de fiscalização, de combate à sonegação e de combate à corrupção.

Por isso, participei agora, pela manhã, de uma reunião lá na Câmara dos Deputados, do Fisco, onde nós queremos aprovar a PEC 186, que vai dar autonomia maior ao Fisco, para ser um instrumento, de fato, de combate à corrupção.

Investir no Fisco não é gasto: é investimento. Quem vai ganhar é toda a população. E, se formos para cima dos corruptos, com certeza teremos mais dinheiro para a Previdência, para a saúde, para a assistência, para a educação, para investimento e saneamento básico, enfim, para a infraestrutura do nosso País.

Obrigado, Presidente.

Considere, na íntegra, os meus pronunciamentos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM (Vide item 2.1.2 do Sumário).

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

Por dez minutos, Excelência.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Presidente João Alberto, que preside esta sessão; caros colegas Senadoras e Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Há trinta minutos começou, em Curitiba, a segunda audiência do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na primeira instância da Justiça. Nessa audiência, que já começou, além dele, o juiz Sergio Moro, que comanda a Operação Lava Jato, deve ouvir também outras testemunhas.



Essa é a segunda vez que o Presidente presta um depoimento na condição de réu em um processo da Lava Jato, conduzida pelo juiz Sérgio Moro. No primeiro caso, foi acusado de receber R\$3,7 milhões em propina, de forma dissimulada, da empreiteira OAS. Em troca, ela seria beneficiada em contratos com a Petrobras.

Aliás, eu fico muito feliz, Senador João Alberto, quando a esquerda brasileira curva-se à racionalidade econômica, à racionalidade de um bom argumento, como foi há pouco, nesta tribuna, uma Senadora falar sobre o artigo de Delfim Neto e as posições dele.

Pois eu também me valho dessa figura brilhante, com cuja inteligência o Brasil pode contar. Hoje, ele escreveu o seguinte: "A Lava Jato é o único consenso da sociedade brasileira." Escreveu mais: "A Operação Lava Jato é um ponto de inflexão na história do Brasil. Depois dela, ele nunca mais será o mesmo."

Torçamos! Esperamos que assim seja, para que, de fato, não haja nenhum privilégio, nenhuma impunidade, e para que a corrupção seja varrida das páginas da história política do nosso País, numa relação promíscua, que todos condenamos, entre o setor público e o setor privado.

Eu queria mencionar isso para dizer que, hoje também, o Supremo Tribunal Federal examina a autoridade do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot: se deve ou não continuar comandando as operações que envolvem denúncias do Presidente Michel Temer. Isso é a prova mais clara e contundente de que o Brasil está vivendo literalmente um regime democrático em que as suas instituições estão funcionando e de que ninguém, Senadora Simone Tebet – ninguém! – está acima da lei; nem o ex-Presidente da República, nem o atual Presidente, nem o Procurador-Geral da República, nem o Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Esta é a parte mais sensível, mais relevante do processo que estamos vivendo em nosso País nos dias de hoje: as instituições estão funcionando regularmente, fortalecidas ainda mais.

Espero, como disse Delfim Netto, que, de fato, o Brasil não seja o mesmo depois disso, porque nós tivemos um *impeachment* de um Presidente; tivemos, logo em seguida, o mensalão, e agora o petrolão e o *impeachment* da ex-Presidente Dilma. Espero que essas turbulências políticas deixem o Brasil em paz para evitar a corrupção.

Lamento profundamente que as pessoas venham aqui falar do desemprego, falar de um governo desatento, "um governo que está retirando benefícios sociais".

É evidente, e eu já disse essa frase: o Governo Temer não é nenhuma Brastemp; é o que há para hoje. Quer dizer, é o que está comandando a economia.

E a economia, felizmente, parece descolada do aspecto político, da crise política; senão, os números não seriam tão favoráveis. Os juros podem ser os menores dos últimos anos no País; a inflação, controlada; um abastecimento garantido de alimentos e também uma produção absolutamente qualificada; aumento das exportações; um cenário que sinaliza para um crescimento econômico.

Quanto mais você tem inflação controlada, mais você está ajudando quem ganha menos, os menos favorecidos, Senador. Exatamente porque, com inflação baixa, o poder aquisitivo, com o pouco que você ganha, aumenta evidentemente; ao contrário de uma inflação alta, que corrói todo o poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados.

E o aumento do número de carteiras assinadas? Nós não podemos tapar o sol com a peneira, deixando de reconhecer, apenas pelo desejo de fazer uma crítica persistente, contundente, contra a situação do País.



Ninguém está satisfeito evidentemente.

Mas eu quero lembrar – e me surpreender aqui – que, na gestão passada, as empresas estatais, defendidas com unhas e dentes aqui por todos, tiveram prejuízos gravíssimos em seus fundos de pensão. E o que são os fundos de pensão se não a garantia para os seus servidores de uma aposentadoria melhor? Aposentadoria que os servidores pagam e com que a empresa também contribui. Aliás, contribui mais do que o próprio funcionário.

No caso dos fundos de pensão das empresas estatais, defendidas aqui sempre – eu também sou defensora daquelas que funcionam, não daquelas que são cabides de emprego –, a Petrobras teve, no seu fundo de pensão, Petros, um rombo de R\$14 bilhões. E ninguém fala sobre isso aqui.

E sabe quem é que vai pagar e arcar com esse prejuízo pelo aparelhamento político dos fundos de pensão, em que estão fazendo péssimas e irresponsáveis aplicações dos recursos dos trabalhadores? Sabe quem vai pagar? O funcionário da Petrobras, o funcionário que já está aposentado e aquele que vai se aposentar, R\$14 bilhões!

E aqui, quando se discutiu muito a reforma trabalhista, trataram o setor empresarial brasileiro genericamente, como se todos fossem cidadãos empregadores escravagistas, Senador Cristovam, como se todos os brasileiros não estivessem sob o controle social das chamadas redes sociais. Esqueceram que, com o telefone celular, você mostra para a sociedade a lesão a direitos, o *bullying*, o tratamento de uma série de ofensas à dignidade humana e ao trabalhador; esqueceram isso!

E, veja só, uma empresa estatal – uma empresa estatal –, a Caixa Econômica Federal, que tem um papel social relevante por trabalhar no saneamento, na habitação e em outras áreas da economia... A Caixa Econômica Federal, uma empresa estatal, está com um passivo trabalhista de R\$6,3 bilhões. Mas que patrão é esse? O patrão é o Estado. Será que as estatais não poderiam ter sido aqui também lembradas quando se votou a reforma trabalhista? É de R\$6,3 bilhões o passivo trabalhista da Caixa Econômica Federal!

O que é isso? Uma estatal lesando o trabalhador? É isto?

Então, nós temos que fazer esse questionamento, Senador Cristovam, porque, se aqui o setor privado foi atacado, foi considerado um escravagista, um malfeitor dos trabalhadores, como se estivéssemos no século XIX, XVIII, quando votamos a reforma trabalhista, agora a gente vê esta informação: R\$6 bilhões de passivo trabalhista na Caixa Econômica Federal.

Não é crível que a gente esteja vivendo neste País desta forma e com este tal descontrole.

Então, eu trago esses dados aqui, agora, exatamente para apenas uma reflexão: para que a gente tenha, pelo menos, coerência quando sobe à tribuna para atacar e esquece que o maior problema foi gerado pela irresponsabilidade administrativa.

Lá no Rio Grande do Sul, um polo naval erguido com bilhões e bilhões de reais da sociedade brasileira está transformado em uma sucata; sucata que sepultou também o sonho de milhares de gaúchos e brasileiros que lá foram trabalhar.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A duplicação da BR-116, Eldorado-Pelotas-Rio Grande, fundamental para o escoamento da produção e exportação: parada! E obra parada é a pior coisa que existe para o País.

A segunda ponte do Guaíba: obra parada! Foi feita em 2014 apenas com um objetivo único: garantir a reeleição da ex-Presidente Dilma Rousseff.



Eu penso que nós temos que ter responsabilidade com o que foi feito e com os erros cometidos. Que ninguém venha aqui à tribuna para fazer o reconhecimento e o mea-culpa do que o Brasil está pagando hoje por todos esses equívocos gravíssimos, pagos pela sociedade e pelos trabalhadores.

Meu caro Presidente João Alberto, se V. Ex^a permitir, pois eu já esgotei meu tempo: o Senador Cristovam está pedindo um aparte, mas dependo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O tempo de V. Ex^a está esgotado, mas é um minuto apenas, não é, Senador Cristovam?

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Presidente; muito obrigado, Senadora. Creio que um minuto é suficiente para chamar a atenção para uma sucata que não é visível, mas que é igualmente grave: a sucata moral de não reconhecer a responsabilidade e de jogar a culpa nos outros, inclusive num Governo que tem aí poucos meses, que não tem competência para fazer um desastre tão grande. Esse desastre vem, como a senhora disse, da irresponsabilidade de muitos anos e das falsas narrativas, criando ilusões para enganar o povo. Pior é que conseguiram enganar – com a Copa, com as Olimpíadas, com o pré-sal, com grandes empresários que seriam os maiores do mundo com o dinheiro do BNDES. Ilusões, ilusões e ilusões sucateadas. Esse sucateamento de ilusões e o sucateamento da verdade são tão graves quanto o sucateamento das obras hoje paradas, depois de terem gasto bilhões e bilhões de reais. Era só isso que eu queria dizer, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço imensamente, Senador Cristovam. E peço ao Presidente que esse aparte seja a conclusão brilhante de um discurso médio que eu fiz nesta tarde; o Senador Cristovam deu o brilho, o valor e a relevância de que precisava um assunto desse.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho. *(Pausa.)*

Ausente.

Pela Liderança do PT, Senadora Regina Sousa, do Piauí. Por cinco minutos, Excelência.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu quero fazer referência aqui a uma audiência pública que aconteceu agora na CDH, que debatia a criminalização do *funk*.

Nós tivemos a visita de "funkeiros", de MCs, de gente da Secretaria Nacional de Juventude, de uma antropóloga. Uma audiência belíssima, comandada pelo Senador Romário.

Que pena que as pessoas não se deem ao trabalho de ouvir aquela juventude. A Comissão de Direitos Humanos continua desfalcada de 18 Senadores de dois blocos de partidos, que dão bem uma amostra do que significam direitos humanos para eles.

Também queria comunicar que amanhã a CDH estará em São Paulo, em diligência, aprovada na Comissão, de requerimento da Senadora Gleisi, para discutir com as comissões de direitos humanos de lá e com as entidades o tratamento à população em situação de rua.



Mas eu quero aqui prestar minha solidariedade ao meu companheiro Lula. Eu acho que a elite brasileira já decidiu: eleição em 2018, mas sem Lula.

Acho que as caravanas foram um sinal de alerta. Eu desafio qualquer um a percorrer a passar 20 dias dentro de um ônibus, das 8h da manhã às 10h da noite às vezes, percorrendo este País e conversando com o povo, tocando o coração do povo, como o Lula fez.

Até três dias antes de a caravana terminar, 14 milhões de pessoas tinham acompanhado pela internet e uma quantidade incalculável de pessoas ia ao vivo. Para ter ideia, no Piauí, estavam programados dois atos – Picos e Teresina –, mas no trajeto fomos parados sete vezes, sempre com multidões na estrada querendo, pelo menos, ver Lula. E a gente parava, e ele falava com a população.

Eu acho que, diante de tudo que está aí, precisavam, pelo menos, apresentar uma prova, como há provas aí. Abandonaram todas as provas. Aliás, dizem que o Ministro Gilmar Mendes vai anular as provas das malas de Aécio e Temer, porque aquelas malas e aquelas gravações ninguém viu, nem ouviu. Então, estão dizendo que vão anular. E Lula é condenado com base em convicções, em delações de pessoas submetidas às masmorras, que dão depoimento... "Não, volta para a cela para você pensar direito, para trazer o depoimento que eu quero." Então, eu queria que alguém mostrasse – eu aceitaria de bom grado – uma gravação com Lula, uma mala de dinheiro do Lula, uma conta bancária do Lula e dos seus familiares. Até agora não apresentaram. Vão apresentar, se estão convictos assim.

E na última semana... Aliás, acho que esqueceram as malas, porque apareceu uma sala. Agora não é mais mala; é uma sala de dinheiro. Quem sabe não vai aparecer uma piscina cheia de dinheiro.

Na semana em que anunciaram a sala de dinheiro, aproveitaram para denunciar Lula duas vezes, como se as outras questões e aquele dinheiro não tivessem nenhuma importância.

(Soa a campanha.)

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Por favor, Senador! Já?

Eu queria aqui falar, repudiar capa criminoso de *O Globo*. *O Globo* denunciou Lula e, logo embaixo, botou a foto do dinheiro – nenhum esforço foi capaz de achar a palavra Geddel naquela capa –, para ligar, para que quem visse sua capa achasse que aquele dinheiro estava relacionado a Lula. É muita má-fé.

Eu acho que a gente precisa saber do Banco Central: o Banco Central não tem nada a dizer? Como R\$51 milhões circulam, e o Banco Central não tem nada a dizer? De onde saiu aquele dinheiro? De que banco saiu? Porque, para o cidadão sacar R\$ 15 mil, isso tem que ser comunicado a não sei quantos lugares. E R\$51 milhões não foram comunicados a ninguém? Aquele dinheiro saiu de onde? Falso ele não é.

Então, o Banco Central deve essa explicação para a gente, para a população brasileira e para este Congresso.

(Soa a campanha.)

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria terminar, já que a campanha insiste tanto, só dizendo: aqui é dito sempre que ninguém está acima da lei. E é verdade. Lula não está acima da lei, mas também não está abaixo dela. E, no momento, o comportamento é parcial: o que está acontecendo é colocá-lo abaixo da lei.



Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Regina Sousa, o Sr. João Alberto Souza, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço à Senadora Regina pela compreensão da campainha, que toca automaticamente. V. Ex^a sabe que existe uma programação que o próprio sistema estabelece para que o respeito ao tempo seja para todos.

Concedo a palavra, como próximo orador inscrito, ao Senador Gladson Cameli, que tem o tempo regimental. Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores que estão nos assistindo através da TV Senado, das redes sociais, da Rádio Senado, funcionários da Casa, há praticamente dois anos eu subia a esta tribuna, inclusive a que está à minha frente, para dar uma satisfação à população brasileira sobre a suposta citação do meu nome na tão famosa Lava Jato. Hoje retorno a esta tribuna para tratar deste assunto.

Ao trilhar seu caminho, o homem público está sujeito a provas distintas, a duros obstáculos ao seguir seu propósito. E não poderia ocorrer de outra forma.

Ao escolher o trajeto da representação política, cabe ao representante confirmar e comprovar, quantas vezes forem necessárias, a lisura de ideias e atos face a seus representados. Pois não é com outra finalidade, além da garantia da democracia e da promoção do bem comum, que deve trabalhar um representante do povo.

É com essa certeza que venho aqui hoje para compartilhar com as senhoras e com os senhores o pedido de arquivamento, feito pelo Ministério Público Federal, de uma investigação no âmbito da Operação Lava Jato que dizia respeito a meu mandato. A investigação foi aberta após uma declaração absolutamente injusta e inconsequente de um delator, o que restou comprovado de forma definitiva.

Vasculharam minha vida, esmiuçaram minha atuação como Parlamentar, minhas campanhas, tudo o que fiz como empresário, e nada, repito, nada foi encontrado. Saio, portanto, desse árduo período de difamação ainda mais fortalecido, pois não há qualquer espaço para sequer a mínima suspeita em relação à minha integridade e à minha honra.

Nobres colegas Senadores, laboriosa é a nossa tarefa aqui nesta Casa. Eu, porém, nesta jornada, tenho o privilégio de contar com o valoroso apoio de minha família, de meus amigos e de todos aqueles que me concederam o mandato de Senador da República pelo Estado que represento, que é o Estado do Acre. Em nome de meu pai, agradeço a todos os que estiveram sempre presentes nessa trajetória de comprovação de minha retidão. Digo comprovação porque nunca tive a menor dúvida de que esse seria o desfecho de qualquer investigação a meu respeito. Quem me conhece sabe do meu compromisso com a população acriana e brasileira e reconhece que a busca por melhores dias para as famílias de meu Estado é meu objetivo maior.

Reafirmo aqui o juramento que fiz em minha posse, agora ainda mais seguro de que meros embustes não serão capazes de depreciar um sólido trabalho. Reafirmo também a minha crença nas instituições democráticas brasileiras.



Senhoras e senhores, agora é hora de trabalho. O Brasil é muito maior do que o Estado policalesco em que alguns poucos mal-intencionados pretendem nos transformar. Somos uma grande Nação e, como tal, devemos nos portar.

Devemos, de agora em diante, votar as reformas necessárias para que o País volte a trilhar o caminho que merece, o caminho do desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

E vamos à obra. Mãos à obra, porque o nosso País e o nosso Estado estão acima de qualquer questão política e partidária.

Meu muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço ao Senador Gladson Cameli.

O próximo orador inscrito, dos que se encontram no plenário neste instante, é o Senador Airton Sandoval.

Tem V. Ex^a a palavra. (*Pausa.*)

Senador Airton Sandoval, vou pedir a imensa compreensão de V. Ex^a. Houve um equívoco da minha parte. Não percebi que, na verdade, a próxima oradora inscrita é a Senadora Lídice.

Peço mil desculpas pelo equívoco, mas o erro foi meu e não posso, naturalmente, penalizar a Senadora Lídice. Depois, é o Senador Cristovam. Foi um equívoco meu, porque houve algumas permutas que não foram por mim observadas.

Peço humildemente desculpas a V. Ex^a, mas também não poderia penalizar a Senadora Lídice, que estava regularmente inscrita, aguardando a sua vez.

Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, obrigada pela condução e pelo reconhecimento. Peço desculpas também ao Senador. É involuntário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupei a tribuna ontem e volto a fazê-lo hoje para tratar de uma mesma questão que vai virar um bordão nesta Casa, que é a atitude do Banco do Brasil de não liberar os recursos publicados no Diário Oficial, já assinados pelo Presidente do Banco do Brasil e pelo Governador do Estado da Bahia, de um empréstimo de 600 milhões, resultante da negociação feita pelos Governadores com esse Presidente da República que aí está, cheio de denúncias, mas que negociou com o Senado Federal, com os seus líderes, as dívidas dos Estados. Como essa negociação e essa legislação não beneficiavam os Estados do Nordeste brasileiro em especial, porque somos pobres, mas cumprimos o nosso dever de ofício dentro de casa e temos uma boa saúde fiscal, exatamente por essa razão foi prometida aos Srs. Governadores uma contrapartida da criação de crédito com empréstimos no Banco do Brasil, para vir a socorrer as dificuldades de investimento dos Estados nordestinos, porque todos eles, como a maioria dos Estados brasileiros, perdem receita.

Esse acordo foi feito, foi publicado no *Diário Oficial da União*, posteriormente foi assinado pelo Presidente do Banco do Brasil e pelo Governador do nosso Estado, e agora criou-se um impasse, um impasse criado por forças políticas que receberam o voto do povo da Bahia, Deputados do DEM, Deputados de outros partidos. Soube até que o Deputado Arthur Maia, meu colega durante tantos anos, tem feito a exigência – mais o Prefeito de Salvador – ao Governo Federal, tão frágil, tão ameaçado, tão vulnerável, dizendo abandonar o apoio político que dá a este Governo – embora neguem na base que façam parte do Governo – se o Governo do Presidente



Michel Temer, que ilegítimamente chegou à Presidência da República, num ato de conspiração política, liberar os recursos que deve hoje, porque assinados, ao Governo da Bahia para investimento em infraestrutura e em ações de diversa natureza em nosso Estado.

Nós não vamos aceitar isto! Um Governo que se desmancha a cada dia! Hoje, quem assistiu ao noticiário televisivo de todas as redes de comunicação não viu outro assunto que não as novas delações que fragilizam mais e mais o Presidente da República. E este Presidente, que vai se tornando cada vez mais refém da Câmara dos Deputados e dos seus interesses mais mesquinhos, hoje se coloca absolutamente servil ao interesse daqueles que, na Bahia, querem impedir o crescimento e a melhoria das condições de vida do povo baiano, impedindo que um Estado que fez e que cumpriu o seu dever...

O Estado da Bahia, Sr^{as} e Srs. Senadores – não sei se o Estado de todos os senhores e senhoras que estão aqui -, está pagando em dia o salário do seu servidor, pagou o décimo terceiro em dia, mantém investimentos importantes, como o que fizemos na segunda-feira, entregando quatro novas estações de metrô em Salvador, finalizando 29km dos 42 a que nós chegaremos ao final do Governo, em 2018, entregando ao povo da Bahia um sistema de mobilidade urbana moderno, que conseguiu se viabilizar por uma decisão de governo que criou um formato de parceria público-privada capaz de impedir que nós tivéssemos qualquer colapso, para dar continuidade àquela obra de tamanha importância para a população de Salvador e de todo o Estado da Bahia.

Portanto, Sr. Presidente, a Bancada da Bahia, unida nesta Casa, continuará fazendo uma oposição que crescerá de tom a cada dia enquanto não virmos resolvida esta questão que diz respeito à liberação de recursos para o Governo do Estado da Bahia.

Todos os compromissos foram mantidos. Este Senado Federal aprovou a liberação dos recursos, e inexplicavelmente, através da Secretaria Institucional do Governo, através da decisão política vêm-se sabotando os interesses dos baianos. É por isso que eu digo, Sr. Presidente, governos ilegítimos, governos que não têm apoio popular, governos que estão fragilizados porque não têm condição de governar viram reféns de interesses mesquinhos e particulares. É por isso que nós exigimos que os recursos para a Bahia sejam liberados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses dois minutos e meio que me restam, eu quero ter a satisfação de registrar que o debate que nós realizamos ontem para discutir uma PEC da minha autoria não foi com o objetivo de discutir só a PEC. Tivemos a possibilidade de ter como integrante desse debate sobre a importância da continuidade do Fundeb no Brasil a participação do ex-Ministro da Educação e ex-Prefeito de São Paulo, Fernando Hadad.

A nossa PEC, Senador Cristovam, prevê a manutenção do Fundeb, retirando-o da disposição transitória e colocando-o no Texto Constitucional, já que uma política de gastos públicos, uma política macroeconômica foi inserida na Constituição e excetuou os gastos do Fundeb. A importância de impedir com que o Fundeb acabe em 2020 fez com que nós pudéssemos trazer para esta Casa uma PEC que propõe a manutenção, a permanência do Fundeb avançando, transformando, fazendo com que a política de interiorização da educação fortaleça o crescimento da educação básica em todas as regiões, inclusive nas regiões mais frágeis economicamente, como o Norte e o Nordeste, e que tenha o aumento da participação da União.

A participação da União no Fundeb hoje está em no mínimo 10%, não menos do que 10%. Na nossa PEC, nós propomos que, ao longo de seis anos, essa participação cresça para 50%,



fazendo com que o fundo nesse período, a partir da implantação da PEC, de hoje a seis anos, possa ter... Em vez de 12 bilhões, nós pudéssemos ter 64 bilhões investidos na educação.

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O Senador Cristovam Buarque, ao defender a PEC 55, a PEC dos gastos aqui, por muitas vezes disse que o Senado e o Congresso Nacional seriam positivamente chamados a escolher aonde investir.

Pois bem: através da nossa PEC, nós respondemos a esse desafio. Vamos investir em educação; vamos fazer com que a União concentre os seus recursos para alimentar e financiar a educação pública de base neste País, através do Fundeb.

E eu quero, portanto, agradecer a todos aqueles que participaram da nossa audiência pública: ao Sr. Antônio Idilvan, Presidente do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação); ao Sr. Heleno Araújo, Presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação); ao Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... e ao Alessio Costa, Presidente da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) – que iniciaram esse processo de debate aqui no Senado, o qual esperamos que possa chegar a todos os Estados brasileiros – e, finalmente, ao ex-Ministro da Educação, que teve uma grande participação, o Prof. Fernando Haddad.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata, pedindo mais uma vez desculpas a V. Ex^a pelo equívoco na convocação da sequência dos oradores.

Agora, como oradora inscrita na lista de comunicação inadiável – encerrando as comunicações inadiáveis desta sessão –, concedo a palavra, com muita alegria, à Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras.

Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, nós tivemos a oportunidade de aprovar em caráter terminativo – portanto, já estão prontos para irem à Câmara dos Deputados, em sintonia com o clamor das ruas – não um, dois, três, mas cinco projetos que tratam de um dos temas mais sensíveis para a população brasileira hoje em dia: segurança pública ou combate à violência, especialmente à violência urbana.

Quero ressaltar aqui, dos cinco, apenas três, em função do pouco tempo que tenho. Um deles, do Senador Armando Monteiro, que altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, para introduzir sanções a clubes e torcidas organizadas que promoverem tumultos, conflitos coletivos ou atos de vandalismo em estádios ou logradouros públicos. O segundo, muito bem relatado pela Senadora Ana Amélia, que tipifica o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente. E aqui eu quero fazer apenas um parêntese para lembrar do que se trata. Trata-se, infelizmente, daqueles crimes que não existiam – mas que através, hoje, dos veículos de comunicação das redes sociais passaram a existir, mas também não só através do anonimato de uma tela de computador, mas muitas vezes até com contato físico –, como o fato de adultos estarem induzindo crianças e adolescentes, no momento mais sensível da sua vida – de fragilidade,



muitas vezes passando por problemas psicológicos –, a se automutilarem, o chamado *cutting*, que começa com pequenas brincadeiras, mas chega até ao induzimento ao suicídio, o que significa que nós estamos, nesta Casa, em sintonia, em contato com a população, em sintonia direta com ela, atendendo aos anseios da população.

E, por fim, um terceiro projeto, dentre os cinco, é um projeto que tive a honra de relatar, do Senador Paulo Bauer. Um projeto que, na realidade, altera a Lei de Execução Penal, para prever que as despesas com monitoramento eletrônico, ou seja, com as tornozeleiras eletrônicas, agora passem a ser custeadas pelo próprio preso. E a razão é muito óbvia. Eu tive a oportunidade de me debruçar sobre a matéria e, embora o considerasse apenas como um benefício econômico para o Estado, pude perceber que esse projeto tem uma grande relevância, Senador Cristovam. Claro que a mais óbvia é a economia. O Estado, hoje, não consegue comprar tornozeleiras eletrônicas suficientes e, quando o preso tem direito ao regime de progressão, saindo do regime fechado para o regime semiaberto ou aberto, ou, muitas vezes, esse preso, que ainda nem tem sentença, que está aguardando de forma provisória, como muitas vezes cometeu um crime que não é considerado de alta periculosidade, é primário e teria condições de aguardar com monitoramento eletrônico, isso não acontece. O juiz não consegue despachar dessa forma, porque o Estado não tem condições de fornecer as tornozeleiras eletrônicas.

Então, claro que esse projeto tem um viés, sim, óbvio, econômico: garantir que o preso pague R\$350 a R\$400 por mês pelo custo dessa tornozeleira. Mas há algo mais do que isso. Há, aí, um aspecto social da mais alta relevância. Nós estamos falando de mais de 560 mil presos, hoje, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça. Desses, 40%, Presidente, são provisórios. Nós estamos falando de 250 mil presos que ainda não têm sentença.

(*Soa a campanha.*)

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desses, a grande maioria são crimes banais, de réus primários, acusados que ainda não têm outra sentença ou condenação, que poderiam estar sendo beneficiados. São 250 mil! Ora, exatamente o número de vagas que faltam nos presídios, o que significa que nós não precisaremos construir novos sistemas prisionais.

Mas, mais ainda, dentro do tempo que me cabe: nós temos o aspecto social. Não é possível nós não enxergarmos e não é possível nós ainda admitirmos homens e mulheres de bem que, muitas vezes, por um lapso, furtaram um xampu no supermercado; chegaram numa feira e roubaram ou furtaram um alimento, para dar de comer a um filho; ou, muitas vezes, uma mulher que serviu de "mula", induzida pelo companheiro, no aspecto mesmo de pequena quantidade de drogas; pessoas de família, pessoas que cometeram um deslize e são jogadas num sistema penitenciário, ficam aguardando a sentença e, ali, sim, pelo tempo que ficam, pelo abandono que sofrem, são aliciados pelo crime organizado, pelas facções, ali naquela que é uma verdadeira universidade do crime, que é o sistema carcerário brasileiro.

Então, por tudo isso, eu venho a esta tribuna apenas para parabenizar o Senador Paulo Bauer, parabenizar a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Dentre inúmeros projetos que aprovamos hoje, da mais alta relevância, cinco envolveram este que é um tema sensível, hoje, à população brasileira: o combate à violência, especialmente à violência urbana.

Volto a repetir, para finalizar, que tive a honra de ver muito bem relatado um projeto sobre *cutting*, relatado pela Senadora Ana Amélia.

Não sei se o tempo me permite, porque ela gostaria de me apartear. E, com isso, eu encerro a minha fala, Sr. Presidente.



Com prazer, Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Simone Tebet, eu quero agradecer sinceramente a V. Ex^a a sensibilidade de sempre, a sua especialização na área do Direito, da lei e, sobretudo, o entendimento de que, enquanto nós ficamos debatendo uma crise que é aguda, uma crise política, nós nos esquecemos do cotidiano de milhões e milhões de brasileiros: mães que perdem seus filhos, avós que perdem seus netos. Aqui, uma funcionária da Casa perdeu uma neta, exatamente vítima dessa automutilação, que chegou até o extremo da morte dessa adolescente. Então, é por conta de dores como essa que desejamos que não se encerre a vida de jovens adolescentes antes da hora e que isso seja punido exemplarmente, com a criação da tipificação do crime de instigar, estimular ou sugerir a mutilação ou a automutilação das crianças e dos adolescentes, muito suscetíveis, especialmente nas redes sociais.

(Soa a campanha.)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por fim, quero apenas cumprimentar, não só V. Ex^a, mas também o Facebook, pela preocupação com esse tema social, fazendo uma campanha de evitar o estímulo ao suicídio, de combater o suicídio, de mostrar que é possível, pela rede social, fazer o bem e não fazer o mal. Muito obrigada, Senadora, mais uma vez, pela referência generosa.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – É mais do que generosa; é justa, Senadora Ana Amélia. Não fosse fruto do relatório de V. Ex^a, esse projeto não teria sido aprovado com a urgência que foi – e por unanimidade – na Comissão.

Eu encerro, Sr. Presidente, apenas dizendo que, no projeto do Senador Paulo Bauer, fizemos apenas duas contribuições. A primeira para dizer que aquele beneficiado pela tornozeleira eletrônica terá que pagar R\$350 ou R\$400 por mês, que é o que custa, hoje, o serviço de monitoramento eletrônico. Se não pagar, se não cumprir com a obrigação, começará com uma pena de advertência, mas automaticamente, depois disso, perde o benefício e volta para o regime fechado.

(Soa a campanha.)

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – E ainda fizemos aqui uma exceção: aquele hipossuficiente, o pobre, aquele que porventura esteja desempregado, que ainda esteja procurando emprego, enquanto não tiver o seu emprego, vai ter essa tornozeleira eletrônica custeada pelo Estado – nada mais justo –, no objetivo de atender ao princípio da isonomia ou da igualdade.

E faço minhas, se me permitir, as palavras da Senadora Ana Amélia: o Senado Federal precisa voltar a ter o protagonismo na história do Brasil. Nós não podemos mais ser pautados por agenda de fora. Nós temos que começar a pautar o Brasil através de uma agenda propositiva, com projetos como esse, que vão ao encontro do interesse da população brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço à Senadora Simone Tebet, ao tempo em que felicito V. Ex^a, assim como a Senadora Ana Amélia, por todo o trabalho que vem sendo realizado, sobretudo com esse tema tão sensível, que é um clamor da sociedade brasileira no que diz respeito à segurança pública. Todo o esforço que for feito, nesse sentido, deve ser prioritário no Senado.



O próprio Senador Eunício já demonstrou preocupação com esse tema. Quando a CCJ traz a aprovação de matérias dessa natureza, demonstra a sintonia e a prioridade que o Senado Federal vem dando ao tema "segurança pública".

Portanto, felicito V. Ex^a pelo pronunciamento e pelo trabalho que vem sendo desenvolvido neste Senado, muito particularmente com sua destacada atuação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Como próximo orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, o que é sempre uma ocasião de extremo privilégio, estar ocupando a Presidência da Casa, temporariamente, em substituição ao Presidente Eunício Oliveira, quando o Senador Cristovam ocupa a tribuna, para trazer sempre o seu raciocínio político lúcido, sua verdadeira cátedra de política, a sua visão de Brasil.

É um privilégio poder, mais uma vez, Senador Cristovam, presidir momentaneamente o Senado Federal, tendo V. Ex^a na tribuna.

Com muita honra, concedo-lhe a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a cada uma e a cada um.

Fico satisfeito também de tê-lo na Presidência e de ter a Senadora Ana Amélia, porque eu vou tocar, aqui, em algo que ela fez neste Senado.

Sr. Presidente, nós estamos tão envolvidos com essa crise que toma conta do Brasil a cada instante, que o Senador Jorge Viana, ontem, chamou de "maldição" o que nós estamos vivendo.

E é verdade: é uma maldição que estamos vivendo, que estamos perdendo a perspectiva de fatos muito graves que estão acontecendo e que vão demorar mais do que essa maldição, que ou algum juiz, ou algum policial, ou algum pai de santo vai dar jeito, em algum momento.

Por exemplo, a situação das nossas universidades.

Não é possível um País deixar que suas universidades sejam asfixiadas.

Quando uma universidade para, é como se uma transfusão de sangue fosse parada no organismo do País, para o seu futuro. E está acontecendo isso atualmente com as universidades.

Mas o que eu quero chamar a atenção aqui é que a situação que nós atravessamos, hoje, exige uma reflexão por parte da universidade. Nós não estamos só num assassinato por falta de dinheiro; nós estamos vivendo um suicídio, por falta de alma das universidades. Se elas não entenderem os pecados que elas vêm cometendo – eu até diria nós, porque eu sou parte disso, sou universitário –, não vai adiantar jogar dinheiro.

Eu vou listar aqui alguns desses pecados, Senador, que eu andei pensando ultimamente. Por exemplo, o primeiro pecado que – e aí eu falo da URJ, que é a que simboliza hoje a crise, mas são todas... O primeiro pecado é que as universidades ou nós ficamos alheios, calados, durante as irresponsabilidades que os governos cometiam. Era óbvio que, mais dia, menos dia, essa irresponsabilidade fiscal chegaria para cobrar um preço sobre as universidades. As universidades não tinham o direito de ficar caladas quando se faziam estádios em vez de escolas, quando se vendia a Copa como se fosse a saída para o Brasil, quando se falava num pré-sal que não tinha aquela capacidade de salvar o Brasil... E as universidades ficaram caladas! Elas têm que entender isso.

O segundo pecado que eu quero colocar é o pecado da universidade querer ser escada social, dando diploma, e não a alavanca do progresso, inventando novos conhecimentos. Nossas universidades não têm essa perspectiva que as outras, no mundo, têm, de serem alavanca do



progresso e também uma escada social. Nós temos nos limitado à escada social. É como se a universidade existisse para fazer diploma, dar diploma, e estava cumprindo o seu papel social com as cotas. Não é verdade! O papel social de uma universidade é o progresso – e também dar diplomas. Nós cometemos o pecado de não buscar eficiência.

Estamos sem receber recursos, mas as nossas universidades são tão caras, e até mais, do que as outras do mundo.

As universidades europeias custam, por aluno, o que as nossas custam também. Em Portugal e Espanha custam menos, e universidades melhores do que as nossas. As universidades asiáticas, que hoje estão entre as boas do mundo, custam menos.

Nós perdemos a capacidade de buscar eficiência, e aí é que eu cito a Senadora Ana Amélia e também a capacidade de buscar outras fontes de financiamento, porque a Senadora Ana Amélia trouxe a proposta da possibilidade de as universidades receberem doação.

Mas essa ainda é pouco. Elas tinham que estar vendendo patentes, talvez cobrando estacionamento dos donos de carros que põem os seus carros ali, durante o dia inteiro. É um pecado as universidades não buscarem mais eficiência e novas fontes de recursos.

Eu creio que é um pecado da universidade não fazer um debate sério para dizer que gratuidade não é grátis. Uma pessoa não paga na gratuidade, mas alguém está pagando.

Esse alguém é o povo brasileiro. Esse alguém é a Nação brasileira.

Cada real que entra na universidade saiu de algum lugar: ou foi para propina – e as universidades ficaram caladas durante o período de corrupção que tomou conta dos governos brasileiros – ou vai sair da educação ou da saúde ou da segurança ou do saneamento. De algum lugar sai. Nenhum real entra na universidade, sem sair de algum lugar. Mas antes a gente se enganava, porque não havia o teto. Agora há o teto para chamar a atenção disso.

Nossas universidades estão pecando muito, por não se internacionalizarem. Acabou o tempo de uma universidade ser provinciana e boa. Para ser boa hoje, ela tem que estar dentro do cenário mundial, disputando, falando os idiomas de fora.

O Brasil é um dos poucos países em que as universidades ainda não têm cursos – são raros – em inglês. São raros no Brasil. É o comum nos outros lugares do mundo: em outros idiomas.

As universidades que não se internacionalizarem morrerão, até porque as universidades esqueceram que, daqui para a frente, o ensino a distância vai crescer. Então, os alunos que moram no Brasil vão ser alunos de Harvard pela televisão, pelo computador, usando essas modernas técnicas de ensino a distância. Nossas universidades estão pecando por não se internacionalizarem e por não usarem esses novos instrumentos de modernidade técnica.

Nossas universidades estão pecando pelo corporativismo. Foram dominadas. Chegou-se ao ponto de dizer que mérito é uma coisa burguesa. Eu nunca ouvi ninguém dizer que não se precisa de mérito para jogar na Seleção Brasileira de Futebol. Tem-se que ter mérito. Por que não é preciso ter mérito para ser melhor professor do que outro? Ou melhor aluno do que outro? Tem-se que reconhecer o mérito, sobretudo nas universidades.

É um pecado esse corporativismo que se apropriou da universidade, como se ela não fosse do povo, do Brasil e da humanidade inteira; e, sim, de cada corporação, em nome de uma falsa democracia, que é a democracia para dentro.

Mas, talvez, o pior dos pecados da universidade, Senador Cássio, foi a universidade ter abandonado a educação de base. É inacreditável, mas as universidades acham que o ensino começa a partir do vestibular, e não a partir da primeira infância. Não há um sistema



universitário bom, em nenhum país, que não tenha um bom sistema de educação de base, porque é daí que vêm os alunos.

O que faz uma boa educação é menos o bom professor do que o bom aluno. Numa universidade em que os alunos são bons, não se aceita professor ruim: eles são expulsos. Numa universidade em que os alunos não são bons, até os bons professores têm que se apeguenar, para ficar do tamanho dos alunos.

E as nossas universidades, Senador Fernando, não dão importância à educação de base, nem politicamente, lutando com os governos para que eles priorizem a educação de base, nem tecnicamente, usando a universidade para formar bons professores, Senador Caiado.

Nossos cursos de pedagogia e licenciatura têm sido abandonados, em parte – dizem e têm razão – por falta de apoio de governo, mas, sobretudo, por falta de consciência e motivação interna.

Esses são pecados das universidades. Nós precisamos lutar por mais recursos, mas mais recursos não resolverão, se não formos capazes de resolver os pecados da universidade.

Sucessões de greves; isso é um pecado hoje. Tanto é que a UERJ hoje está praticamente parada por falta de dinheiro, mas o povo acha que é mais uma greve igual a tantas outras.

Nós precisamos de mais recursos, mas precisamos fazer uma autocrítica dos nossos pecados.

Para não continuar falando, vou citar um fundamental: a universidade não quer...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... se relacionar com o setor produtivo; tem medo dos empresários, que é onde se realizam, na ponta, as invenções que nós fazemos dentro da universidade. Universidade de um lado e empresa de outro não faz universidade com condições de receber recursos. Além de que isso poderia trazer recurso para cá.

Eu sei que grande parte da culpa disso é dos próprios empresários brasileiros, que não estão aí preocupados com inovações criadas aqui dentro; preferem comprar todas, sem o risco de investir numa pesquisa que às vezes demora.

Esses são, Sr. Presidente, alguns dos pecados da universidade.

E, para concluir, o compromisso social. Mas compromisso social da universidade não é aumentar o número de alunos; é produzir para todos. Uma boa universidade não é a que tem mais alunos fazendo medicina; é a universidade onde há medicina servindo a todos. Não é o fato de entrar o filho do pobre para ser médico e fazer uma universidade boa; é o fato de a universidade fazer médicos que vão atender a todos os pobres.

E na universidade entram os melhores, como na Seleção Brasileira de Futebol. Entram os melhores. A gente se deleita com a Seleção, porque são os melhores. Teríamos que nos deleitar com o produto da universidade, porque ali estão os melhores.

Enquanto a universidade não fizer essa autocrítica, essa avaliação dos seus erros, não sei se vamos conseguir o dinheiro que é preciso, mas, se conseguirmos, não vai adiantar.

Deixo aqui um apelo para que as universidades aproveitem a crise e façam uma reflexão sobre os seus erros, seus pecados, sobre a responsabilidade delas na crise que o Brasil atravessa, na falta de recursos que elas – as universidades – atravessam e sobre o que elas precisam fazer para justificar os recursos, dando resultados de que o povo brasileiro precisa.

Era isso, Senador.



Mas a Senadora Ana Amélia pediu um aparte. Não sei se é possível. Estou falando como orador inscrito.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero apenas dizer que, antes de V. Ex^a subir à tribuna, o Presidente Cássio Cunha Lima fez uma referência: nós teríamos uma aula antes de V. Ex^a começar a falar. A aula lamentavelmente acabou muito cedo. Eu incluiria também, Senador Cristovam, entre esses pecados que só agora as universidades estão abrindo o seu saber, o seu conhecimento, o resultado das suas pesquisas – pagas pela sociedade – e estão transferindo para a população, para que aquilo que é descoberto seja aplicado na prática, no chão de fábrica. No mundo inteiro, não há preconceito na relação entre o setor público, a universidade pública e o setor privado, porque o setor privado é que sabe fazer aquilo que é desenvolvido tecnologicamente nos centros maravilhosos, como na Politécnica de São Paulo, na Unisinos ou na UFRGS, no meu Estado, e em tantas outras universidades públicas. Mas é preciso essa interação. Então, eu queria cumprimentá-lo exatamente pela autoridade moral de V. Ex^a, por ter sido reitor de uma grande universidade, a UnB. Então, Senador, é muito gratificante para um Parlamentar que está aqui acompanhar um colega com esse grau de conhecimento e de autoridade para falar desse tema. Parabéns, Senador Cristovam! É sempre – sempre – confortante ouvi-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Senadora.

Eu concluo dizendo que as universidades precisam fazer um pacto com a Nação. E que de fato digam: nós precisamos de mais recursos, mas está aqui o que vamos dar. E não é só ter mais alunos, não é só distribuir mais diplomas, não é só ser escada social para alguns que ali entram, mesmo que por cota; tem que ser algo mais que isso. Tem que ser um instrumento de transformação do País!

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso é possível.

O Brasil precisa das universidades. Elas precisam entender que para isso elas têm que estar sintonizadas com o tempo e com a Nação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço ao Senador Cristovam. E não apenas agradeço, mas parabenizo V. Ex^a pela coragem, posso dizer, da autocrítica, porque não há como desassociar Cristovam Buarque das universidades brasileiras. V. Ex^a faz uma autocrítica.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado. É uma autocrítica.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Faz uma autocrítica com coragem, com patriotismo, com bravura, com lucidez, com competência, com o olhar voltado para o amanhã, para o futuro do Brasil. Portanto, V. Ex^a, mais uma vez, da tribuna do Senado, nos dá essa aula sobre a educação, sobre brasilidade.

Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que usará o tempo da Liderança do seu Partido.

Havia sido chamado, mas estava em outro compromisso; mas retomamos a ordem de inscrição para ouvi-lo neste instante, Senador Fernando Bezerra.

Na sequência, teremos, então, a palavra do Senador Jorge Viana em permuta com o Senador Paulo Rocha.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para, em respeito aos pernambucanos que me honraram com a confiança de representar o nosso Estado no Senado Federal, responder e rechaçar as agressões do Deputado Jarbas Vasconcelos, as quais buscam confundir com meias verdades, numa tentativa vã de denegrir a minha trajetória política e a minha decisão em aceitar o convite da Direção Nacional para retornar aos quadros do PMDB, Partido em que militei por mais de 11 anos e pelo qual tive o privilégio de participar da Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo Dr. Ulysses Guimarães, que muito me honrou com o seu apoio e presença no início da campanha de minha primeira eleição para Prefeito de Petrolina.

Tenho orgulho das minhas origens, da minha trajetória, das minhas lutas, das derrotas e das muitas vitórias que pude celebrar com o apoio do povo de Pernambuco. De 1982 até aqui, servi ao meu Estado como Deputado Estadual, Federal por duas vezes, três vezes Prefeito de Petrolina, e hoje, Senador da República.

Nunca traí os meus compromissos com a minha terra, nunca fiz política agredindo ou denegrindo quem quer que seja; diferentemente dos que me atacam, famosos pela verbosidade. A verdade é que nunca hesitei em fazer escolhas e por elas sempre fui julgado por quem e para quem devo prestar contas: o povo da minha terra e do meu Estado.

De 1986 a 2014, participei de todas as eleições majoritárias em meu Estado, sempre pela Frente Popular de Pernambuco, com exceção das eleições de 2002. Estivemos presentes nas chapas majoritárias em três ocasiões: com meu pai, Paulo Coelho, em 1990, como candidato a vice-governador; eu próprio fui companheiro de chapa de Miguel Arraes em 1998; e na última eleição, como candidato ao Senado. Difícil contestar tamanha coerência na cena política pernambucana.

No período em que fui filiado ao PPS, entre 1999 e 2005, disputei e venci duas eleições para Prefeito de Petrolina, enfrentando, nas duas ocasiões, candidatos apoiados pelo então Governador Jarbas Vasconcelos e pelo ex-Governador Miguel Arraes.

Mas, aqui, Sr. Presidente, quero registrar: Arraes nunca subiu em palanque para pedir votos contra a minha pessoa, não só pela amizade e respeito que construímos, mas também pela amizade com a minha família, que vem do meu avô, Fernando Bezerra, que o ajudou a se eleger deputado estadual pela primeira vez, assim como pela amizade com o meu pai, que o apoiou para governador em 1962.

Carrego comigo a honra de ter sido convidado por Arraes a regressar ao PSB e ajudar na construção da frente política que elegeu Eduardo Campos em 2006.

Essa trajetória merece respeito. Repilo as agressões dos que, não tendo argumentos, buscam macular nossas atitudes com o objetivo de distorcer e criar uma narrativa que justifique seus próprios erros e equívocos políticos.



Eduardo Campos, quando indagado sobre sua candidatura à Presidência da República...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (S/Partido - PE) – ... por um campo político diferente do qual tinha participado, afirmou: "Porque você apoiou, você não está condenado a apoiar quando você já não acredita, quando você já não se vê, não se representa naquele governo."

Tenho a consciência tranquila de que busquei participar do projeto que apresentamos aos pernambucanos em 2014. Não me foi dado o direito de colaborar e ajudar. Erros administrativos e, sobretudo, políticos vêm se acumulando em Pernambuco. Não tenho receio dos embates que haveremos de enfrentar. Fiz a opção de dar consequência ao voto a favor do *impeachment*, apoiando verdadeiramente o Governo de transição do Presidente Michel Temer. Não tenho duas caras ou posição dúbia.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (S/Partido - PE) – Como justificar o apoio a um governo estadual cujo maior mote é denunciar o palanque da frente das oposições que se articula como sendo um palanque do Presidente Temer?

Como conciliar o discurso em Brasília com as falas ácidas e críticas ao Governo Federal que são feitas em Pernambuco? Apesar das enormes dificuldades, o Governo do Presidente Michel Temer está conseguindo retirar o País da recessão, avançando nas reformas e criando condições para a volta do emprego e do crescimento.

Fácil falar de barganhas políticas em nível federal, com o objetivo de atingir pessoas. Mas não reconhecer as mesmas barganhas em nível estadual é uma tremenda incoerência ou cinismo, Sr. Presidente. Será que são as secretarias e os órgãos estaduais que explicam a flexibilidade do Deputado Jarbas Vasconcelos em aceitar alianças políticas que até as eleições passadas condenava? Não quero julgar, o Deputado tem direito de rever suas posições, mas a boa educação política exige que se respeite o posicionamento dos outros.

A reforma política que pregamos é para oferecer mais transparência, mais legitimidade e, sobretudo, coerência na prática política dos partidos. O que defendo em Pernambuco é o que defendo em Brasília. Partido nenhum pode se prestar a ser instrumento de interesses familiares, mas também é verdade que ninguém, por mais meritórias que sejam as trajetórias, pode se considerar dono de partidos.

Nesse particular é importante frisar que não basta ter sobrenome para vencer na política. É preciso vocação, preparo, proposta e muito trabalho. Mas é fundamental, Sr. Presidente, ter votos. Alguns líderes fracassam ao tentar eleger seus filhos.

O Deputado Jarbas Vasconcelos foi informado pela direção do PMDB das minhas propostas. Fui comunicado da sua concordância. Falei, nos últimos dias, duas vezes com o Deputado. Uma, pessoalmente, solicitando uma reunião para encaminharmos um entendimento. A reunião foi marcada. Por telefone ele desmarcou. Na sequência, avisei ao Deputado da minha decisão de filiar-me ao PMDB em Brasília.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – O mesmo me cumprimentou e remarcou o nosso encontro. Nenhuma palavra em sentido contrário ou de



qualquer ponderação. O tempo se encarregará de revelar as razões para atitudes tão contraditórias em um espaço de tempo tão curto.

O alarido provocado pelas vozes dos que hoje me criticam vai passar muito rapidamente! Esse estilo de fazer política já foi derrotado muitas vezes pelos pernambucanos. Sei que alguns têm direito e legitimidade para expressar suas opiniões, mas também sei que outros fazem o jogo dos detentores do poder, alimentados por cargos e posições, por promessas que sistematicamente vêm sendo quebradas e não honradas. A ficha vai cair, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Teremos a oportunidade de trabalhar com muitos que hoje fazem o PMDB em todas as regiões do Estado.

Agradeço, desde já, as manifestações que venho recebendo de diversos companheiros.

Não fiz nada às escondidas. Não me convidei. Fui convidado. Apresentei uma proposta e um plano de ação política. Busquei o diálogo. Avisei das minhas decisões. Não surpreendi ninguém.

Estou pronto para uma nova caminhada. Não será fácil. Não me faltará ânimo e disposição. Acredito que seremos capazes de construir uma grande frente política em Pernambuco. Acredito que o PMDB estará pronto para liderar esse novo projeto. Acredito nos pernambucanos e estou certo, Sr. Presidente, de que haveremos de construir um novo tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, que realizou uma permuta com o Senador Paulo Rocha. Tem V. Ex^a a palavra. E, finalmente, terei a alegria de conceder a palavra ao Senador Aírton Sandoval, que, de forma gentil e disciplinada, aguarda pacientemente a sua vez de ocupar a tribuna.

Senador Jorge Viana, tem V. Ex^a a palavra pelo tempo regimental.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, servidores e servidoras do Senado, é óbvio que hoje é um dia muito tenso no Brasil. Já fiz uma manifestação de discurso, por conta do que nós entendemos ser uma grande injustiça contra o ex-Presidente Lula, mas é hora de aguardar os acontecimentos para depois trazer um posicionamento.

Venho, Sr. Presidente, a esta tribuna como fez o colega e Senador Cristovam Buarque ainda há pouco. A situação da educação no Brasil, especialmente das universidades e dos institutos federais, é gravíssima. Recebi uma correspondência assinada pelo Reitor Minoru Kinpara, da Universidade Federal do Acre. Recebi uma correspondência assinada pela Reitora do IFAC, o Instituto Federal do Acre. Refiro-me à Dr^a Rosana Cavalcante. E o assunto é um só, Sr. Presidente: o caos está se instalando no ensino superior brasileiro, nas universidades federais, nos centros federais de educação, nos institutos federais de educação. Mesmo nas faculdades privadas há uma situação grave, especialmente naquele espaço de que os estudantes de baixa renda se utilizavam. Refiro-me ao Fies. Nestes tempos de insensatez de que ontem eu falei, e é um termo muito pesado... Eu não quero nada de ruim para o meu País.

Espero que o quanto antes possamos todos superar esses tempos de dificuldades, mas parecem uma praga, parecem uma maldição os tempos que estamos vivendo. Eu sou cristão, tenho fé, mas a ação de intolerância, de ódio, de falta de civilidade na convivência é uma coisa terrível, não combina com o Brasil, não combina com o jeito de ser do brasileiro e não combina com os



tempos atuais. E as consequências desse caos político, dessa crise institucional sem limite, do caos econômico, da violência vão ganhando face.

O Senador Cristovam ainda há pouco falava. E eu volto, ocupando a tribuna como orador inscrito para relatar. Ele foi o primeiro Ministro do Presidente Lula. O orçamento do Ministério da Educação brasileiro... É bom que se diga, porque muita gente joga pedra, cospe no prato que comeu, joga pedra no governo do Presidente Lula e especialmente no primeiro governo da Presidente Dilma, mas vejam esse número. Inclusive, o Senador Cristovam foi parte dessa construção.

Senador, estou falando da crise das universidades, porque o meu discurso é no mesmo sentido do de V. Ex^a.

O orçamento brasileiro para o MEC em 2002 era de R\$16 bilhões. Durante o governo do Presidente Lula, também no primeiro mandato da Presidente Dilma e já em parte do segundo, passou para R\$100 bilhões. Nós sempre reclamamos mais recursos e melhor aplicação dos recursos. Estou fazendo uma conta de R\$16 bilhões para R\$100 bilhões com a educação.

O que acontece agora, no atual Governo? Nós chegamos a ter 6% do PIB gastos com educação. E o que faz o Governo Temer agora, este Governo que não passou nas urnas, que, lamentavelmente, não tem nem legitimidade nem apoio da população? Fala de cortes. Aprovaram o teto para gastos essenciais do serviço público – saúde, educação, segurança –, aquela barbaridade que não tem aplicabilidade nenhuma. É apenas um tal de sinal para o mercado.

O que acontece? O Governo anunciou um corte de R\$4 bilhões no orçamento do Ministério, dos quais R\$3,6 bilhões vão direto na retirada de recursos de universidades. Com isso, o orçamento do Ministério para 2017, que havia sido definido pelo Congresso em R\$35 bilhões, foi reduzido para R\$31 bilhões.

O contingenciamento global do Governo foi de R\$42 bilhões, o congelamento de investimentos públicos por 20 anos. Como um País tão desigual, que tem um Nordeste e um Norte que sempre foram tidos como regiões enjeitadas, vai viver com o tal congelamento de gastos públicos? Nós temos de trabalhar um melhor gasto público.

Óbvio que eu, como ex-Prefeito e Governador, sei o que é isso. Um bom gestor corta despesas, gasta melhor o recurso que tem e não faz um corte linear que pode segregar definitivamente este País.

Enquanto o Presidente Lula faz caravanas para conversar com o povo, para pôr os pés no chão, para tentar trazer ânimo para o povo, para que o nosso País possa estar mais unido, temos uma ação de Brasília que segrega, que exclui, que diferencia.

O caso do Fies: em 2015, nós tínhamos 257 mil vagas, jovens que querem estudar, que querem fazer uma faculdade, que querem vencer na vida. Neste ano de 2017, no primeiro semestre, apenas 75 mil tinham acessado o Fies, metade do ano. São números incontestáveis.

A situação da Universidade Federal do Acre. Como Senador pelo Acre, respeitando os alunos, entendendo a universidade como um grande patrimônio, lembro que, quando Governador, fiz um convênio com a universidade. Gastamos mais de 50 milhões, e o Acre foi um Estado onde tínhamos a presença da nossa universidade federal nos 22 Municípios, Senador Sandoval, nos 22 Municípios, formando todos os professores do Estado, dos Municípios e dando vagas para a comunidade, formando, inclusive, professores das áreas rurais. Conveniei com a universidade e implantamos núcleos da universidade em 100% dos Municípios do Acre. Como a universidade está hoje? Corte na Ufac, na Universidade Federal do Acre, de 11 milhões! Ela estava vivendo um



momento de expansão, de crescimento, são 12 mil alunos dos cursos regulares e de pós-graduação. O Reitor Minoru Kimpara, a Vice-Reitora Guida, os pró-reitores não sabem o que fazer, a quem recorrer.

O Senador Cristovam falou, e eu repito o discurso: o dinheiro das universidades acabou no meio do ano. Esse ato irresponsável tem que ter um posicionamento nosso. O Ifac, a Reitora Rosana Cavalcante e outros pró-reitores estão lutando para levar adiante algo que o Presidente Lula ampliou, criou. Ele foi o Presidente que mais criou e ampliou o ensino superior no Brasil, ninguém chegou perto. O Ifac...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... tem sete anos de existência, Sr. Presidente, 4 mil alunos, 15 cursos e 30 cursos técnicos. No exercício de 2016, o Ifac teve um orçamento de custeio aprovado de 15 milhões. Agora, para 2017, querem que ele funcione com 11. É impossível, é impraticável um corte desse tamanho.

Sinceramente, não quero me alongar, mas acho que o Congresso, que o Parlamento não pode permitir que um governo ilegítimo cujo Ministro mais importante até outro dia, o que casava e batizava no Palácio, além de agora preso, tinha um apartamento com R\$51 milhões em caixas e malas...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Que lição nós estamos passando? Que mensagem nós estamos dando à sociedade?

Então, eu vim à tribuna dizer que todas as casas de ensino superior do Acre, Fameta, Uninorte, Faaó e outras, tinham no Fies um espaço que permitia que jovens de famílias carentes pudessem, com seu posicionamento, buscar uma formação superior de qualidade e com isso procurar construir uma vida melhor do que seus próprios pais.

Isso está sendo cerceado agora.

O Ifac, nosso Instituto Federal do Acre, agora tem risco até de ter que fechar cursos, de romper com cursos no meio...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... já iniciados. E a nossa universidade federal – depois de viver um período de grande prosperidade, graças à ação do governo da Presidente Dilma e do Presidente Lula – agora corre todos os riscos de voltar a ser uma casa onde alguns buscam o diploma.

Eu tenho muito respeito pela comunidade universitária – são 12 mil alunos na Universidade Federal do Acre –, pelo corpo de professores e faço este apelo – o Senador Cristovam fez o dele, eu faço o meu: o Ministério da Educação não tem o direito de se calar e de trabalhar para fechar as casas de ensino superior no Brasil.

Eu agradeço pela tolerância do tempo, Presidente Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço, Senador Jorge, também a compreensão. V. Ex^a tantas outras vezes já presidiu as sessões do Senado e sabe do papel do Presidente. A campanha aciona automaticamente, não é preciso esclarecer. Agradeço também a compreensão de V. Ex^a.



Concedo a palavra ao Senador Airtton Sandoval, como orador inscrito, que terá, portanto, o tempo de dez minutos.

Acredito que, dentro de poucos instantes, o Presidente Eunício Oliveira estará se dirigindo ao plenário, para que nós possamos abrir a Ordem do Dia. E, desde já, convido todos os Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, para que, dentro de poucos instantes, possamos dar início à Ordem do Dia, com a chegada do Presidente Eunício Oliveira.

Senador Airtton Sandoval, tem V. Ex a palavra, pelo tempo regimental.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Cássio Cunha Lima, V. Ex^a, sentado nessa importante cadeira desta Casa mais importante do Parlamento brasileiro, me traz grandes lembranças, não só com relação a V. Ex^a, mas especialmente com relação ao seu progenitor, o Deputado Ronaldo e, depois, Senador Ronaldo Cunha Lima, que foi um grande companheiro na Frente Municipalista Nacional, uma instituição que realizou várias marchas a Brasília, enfrentando, inclusive, nos primeiros tempos, a ditadura, para defender os interesses dos Municípios brasileiros. Portanto, Senador, para mim é uma grata lembrança não só a sua presença nesta Casa, mas a convivência também que tivemos na Constituinte, especialmente do seu pai, de quem guardo a lembrança no coração.

Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, brasileiros que me acompanham pelas redes sociais e pelos canais de comunicação do Senado Federal, subo a esta tribuna hoje para fazer um registro mais do que necessário, o registro de que o nosso País está saindo do atraso e da letargia em que foi mergulhado. No horizonte próximo, já é possível vislumbrar a retomada do desenvolvimento, uma retomada que não teria sido possível se não fosse o senso de responsabilidade do Presidente Temer e a sua capacidade de entender que não há governo que prospere sem diálogo com o Parlamento. Nos 13 anos de governo do PT, mais fortemente no desgoverno da Sr^a Dilma Rousseff, o que se viu foi uma ruptura com o Congresso, o desprezo e a negação daqueles que legitimamente representam o povo. Hoje, finalmente, temos um Planalto que tem as portas e os seus canais de comunicação abertos à verdadeira representação popular. E aqui vou usar uma frase do Presidente Temer: "O Congresso, que antes era um apêndice do Governo, hoje é um parceiro". É verdade, Sr. Presidente.

O Presidente conquistou uma base expressiva entre os Parlamentares que entendem as necessidades da Nação e têm votado sistematicamente pelas medidas que representam avanços, que representam a cura para os piores males que podem acometer uma nação: o populismo e a incompetência.

Com uma equipe econômica focada no desenvolvimento, equipe esta que tem sua competência reconhecida até pelos que se opõem ao Governo, o Presidente Temer, legitimamente eleito numa chapa para a Presidência da República em 2014, tem trabalhado para que o Brasil saia do buraco em que foi colocado e dê uma guinada rumo ao equilíbrio das contas públicas, com o ajuste fiscal baseado na fixação de um teto para as despesas; com a reforma trabalhista tão necessária e, ainda por aprovar, a reforma da previdência, que vem para garantir direitos, para garantir que aposentados de hoje e de amanhã recebam a sua justa aposentadoria e para preservar o sistema previdenciário brasileiro.

A expectativa de vida da nossa população evoluiu e se ampliou, e o País tem que ter responsabilidade com seus idosos. Governos passados sabiam e até diziam que tinham de fazer a reforma da previdência, mas o medo de serem impopulares os impediu, bem como a covardia de



olhar nos olhos da Nação, e fazer o que tinha que ser feito os paralisou. Os 15 anos de um governo populista e demagogo, de um passado recente, venderam para o povo a farsa de que tudo estava bem. Hoje, segundo dados do Governo Federal, temos a previsão de um déficit que pode chegar a R\$255 bilhões na Previdência. Isso é mais do que preocupante, Sr. Presidente. É assustador.

Felizmente, hoje também temos na Presidência da República uma gestão consequente, focada no futuro. E é preciso que se entenda isto: não se dirige uma nação com vistas ao imediatismo ou à manutenção de um projeto de poder egocentrado e populista. O governo atual tem compromisso com o País e a coragem para fazer as mudanças essenciais.

Quem acompanha o desempenho econômico do País sabe que, de um ano para cá, melhoramos do ponto de vista das finanças públicas: a inflação sob controle; juros em queda; vagas de emprego em recuperação. O resultado do PIB do segundo trimestre evidencia que uma economia que bateu no fundo do poço começa a se recuperar, e as projeções para 2018 nos deixam mais otimistas. Claro que o número de - 0,2% não é motivo para que se soltem fogos, mas, ainda assim, seguimos acreditando no grande salto que ainda vamos dar, rumo ao desenvolvimento efetivo.

Com um PIB positivo, o Brasil traz de volta a confiança dos investidores do setor produtivo nacional e internacional e resgata o emprego que foi tirado de 14 milhões de brasileiros.

Nossa imagem além das fronteiras é hoje felizmente outra, porque, finalmente, temos uma nova política externa, agora sob o comando do meu titular, Ministro Aloysio Nunes Ferreira, que, com trabalho e responsabilidade, tem resgatado o respeito e a credibilidade do Brasil no cenário internacional e no mercado externo.

Sabemos que a economia é movida basicamente por expectativas de inflação, de juros ou de crescimento. O que o Governo fez nesses 16 meses foi justamente ancorar essas expectativas. O desgoverno do PT nos legou o aumento descontrolado da inflação, a perda do poder de compra, o desemprego e a falta de esperança para 14 milhões de brasileiros. Hoje, vislumbramos uma inflação sob controle. O índice acumulado no ano foi de 1,62%, menor índice para um mês de agosto desde a implantação do Plano Real em 1994. E, segundo o IBGE, vem perdendo força mês a mês. A inflação está abaixo da meta definida pelo Banco Central para 2017, que é de 4,5%. Se isso não é uma vitória, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não sei o que é. A taxa de juros no governo Dilma, do PT, chegou a 14,25%. O Banco Central – o novo Banco Central do Governo Temer – tem trabalhado com responsabilidade na redução na taxa. Chegamos a 8,25% e temos a convicção de que até o fim deste ano ela cairá mais ainda.

Eu poderia discorrer aqui sobre tantas vitórias para o povo brasileiro neste último ano, seja na modernização das leis, seja no avanço da economia. Claro que não somos ingênuos de comemorar sem olhar para os desafios que ainda temos pela frente, como a geração de mais emprego, o que é urgente, mas temos que ser realistas e honestos em reconhecer que estamos no rumo certo, no rumo do equilíbrio fiscal e da expansão da produtividade. Temos pela frente as reformas tributária e previdenciária. Com coragem e determinação, vamos fazê-las para seguir avançando e colocar o Brasil definitivamente no século XXI como um País de vanguarda, uma Nação que nunca mais admitirá que seu comando caia nas mãos de farsantes e demagogos travestidos de socialistas.

Vamos superar juntos todas as mazelas, todos os tristes acontecimentos que hoje vivenciamos no dia a dia, porque somos Brasil, somos fortes e corajosos, somos uma Nação que merece prosperar, uma Nação que precisa de paz, Presidente.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Airtton Sandoval, eu não posso permitir que V. Ex^a deixe a tribuna sem que eu registre um agradecimento pela gentileza das primeiras palavras do seu pronunciamento, muito mais na lembrança da memória do meu pai do que a este modesto Vice-Presidente do Senado. Acolha, na simplicidade das minhas palavras, o meu melhor e mais escolhido agradecimento pela generosidade de suas palavras, pela fidalguia do seu gesto, pela gentileza da sua lembrança da memória de Ronaldo Cunha Lima, que foi seu colega Deputado, que foi Senador da República. Na condição de filho, fico lisonjeado e honrado com sua gentileza. Muito obrigado.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Palavras verdadeiras, Presidente, que saíram do coração deste velho amigo.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Muito obrigado.

Pelo tempo da Liderança da Rede Sustentabilidade, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, enquanto aguardamos a chegada do Presidente Eunício Oliveira, que está na Casa, cumprindo outro compromisso na Presidência, em uma audiência que ele havia agendado, para que possamos dar início à Ordem do Dia. Senador Randolfe, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Cássio Cunha Lima, Vice-Presidente desta Casa, meu dileto amigo, obrigado pela aquiescência, pela tolerância do tempo.

Os cinco minutos de Liderança, Sr. Presidente, eu quero utilizar aqui para fazer questão de registrar a referência à data de hoje, que é para o meu Estado do Amapá o dia que nós consagramos como o Dia do Amapá.

Há exatos 74 anos, um decreto-lei do Senhor Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas criava os Territórios Federais como parte de uma estratégia de ocupação da fronteira brasileira. Foi em decorrência desse decreto, o Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, que a região na margem esquerda do Rio Amazonas, entre o Platô das Guianas e o Rio Amazonas, ficava deslocada, garantia *status* de Departamento da União Federal e passava a ter o *status* de Território Federal. O Decreto-Lei nº 5.812, além de criar o Território Federal do Amapá, criou o Território Federal do Guaporé, hoje Estado de Rondônia, e o Território Federal do Rio Branco, hoje Estado de Roraima, e inaugurou uma fase nova nessa região da chamada margem esquerda do Amazonas. Vivíamos naquele período, sob o comando de Getúlio Vargas, em plena Segunda Guerra Mundial, com a ideia do Governo Federal de ocupar as fronteiras, o que fazia parte de assegurar a soberania nacional.

Sr. Presidente, a história do Amapá não começa em 13 de setembro de 1943. A história do Amapá começa muito tempo antes, a história do Amapá se inaugura desde antes da chegada dos portugueses, no século XVI, àquela região.

O Amapá é, Sr. Presidente, o único Estado brasileiro que se tornou brasileiro pela vontade de ser brasileiro. A história no Amapá se contorceu. Houve enfrentamentos, surgiram heróis. Foi a luta de amapaenses que fez com que aquela região em definitivo fosse incorporada ao Território Nacional.

Antes, é de muito as histórias que vão desde a construção do Forte Cumaú e da tentativa de ocupação holandesa, da tentativa de ocupação inglesa e das tentativas posteriores de ocupação



francesa e de várias outras nações europeias. É de antes da chegada mesmo dos portugueses àquela terra ocupada pelos povos tucujus e pela civilização maracá e cunani.

O Amapá é um estuário de diferentes povos. O Amapá é um estuário que reúne os brancos, as diferentes populações originárias, os brancos portugueses e de outras nações europeias e os negros, que tornam o Amapá o terceiro Estado negro do País na sua composição étnica. É uma história que antecede a própria criação do Território Federal em 13 de setembro de 1943.

Por isso, Sr. Presidente, a data de hoje é em especial referenciada por nós ao Amapá, porque está o Amapá no núcleo de uma das questões cruciais para o desenvolvimento da Amazônia. O decreto recente do Presidente da República extinguiu a Reserva Nacional do Cobre, expondo totalmente a Floresta Amazônica, em especial a região da Reserva Nacional do Cobre, que incorpora um conjunto de unidades de conservação e incorpora, em especial, uma terra indígena na área do meu Estado do Amapá.

Não é demais lembrar e destacar aqui uma poesia de um poeta amapaense chamado Álvaro da Cunha, em uma carta mandada a outro poeta, Alcy Araújo, nos idos do final dos anos 60 e início dos anos 70, período em que o Amapá estava no auge da exploração mineral. Lá já os nossos poetas proclamavam:

Ah, Amapá.

Quando te dizem rico em manganês

ou em outro qualquer minério nobre,

dou à informação valor de mito,

conceito de ironia.

– Pressinto o saque,

te vejo pobre.

Poeta, [diz Álvaro da Cunha a Alcy Araújo]

dói-me perder o que não se renova.

Já naquele período, no final dos anos 60 e início dos anos 70, o poeta Álvaro da Cunha advertia Alcy Araújo de que a riqueza do manganês explorado lá no Amapá era transitória – não acumulava riqueza e não deixava a riqueza para as gerações futuras. Portanto...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E falo isso para concluir, Sr. Presidente.

Nós do Amapá, neste seu aniversário de 74 anos, temos referência do que significa a exploração mineral não sustentável, que não renova as nossas riquezas e que deixa miséria e pobreza concentradas, além de devastação ambiental. Nestes 74 anos de criação do Amapá, com a separação do Estado do Pará, a elevação do Amapá para uma condição de Departamento da União e, depois, a sua elevação a Estado-membro da Federação brasileira, reafirmamos que, mais



do que qualquer projeto ou modelo de exploração de nossas riquezas, nós queremos algum modelo que seja sustentável e que deixe a riqueza acumulada para todos nós amapaenses.

Era essa a referência, Sr. Presidente, que eu gostaria, da tribuna do Senado, de fazer, na condição de Senador do Amapá...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

(Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy, antes.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de solicitar a leitura, antes da Ordem do Dia, do requerimento, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado, de urgência para o PLS 163/2017, que dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida, com posterior votação ao final da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Requerimento da Senadora Marta Suplicy.

Sr. Presidente, requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 163, de 2017, que dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida (**Íntegra do Requerimento nº 758/2017 – Vide item 2.2.5 do Sumário**).

Assinam os Líderes, assinam a Senadora Marta Suplicy e vários outros Líderes: Alvaro, Lindbergh, Omar Aziz, Raimundo Lira, Eduardo Amorim.

O requerimento será votado logo após o final da Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Sem revisão do orador.) – Apenas para reenfatizar que eu pedi há pouco para o Presidente Cássio colocar na Ordem do Dia a PEC 44, que é de minha autoria e do Senador Lasier, que já está na Mesa há bastante tempo. Eu pedi para fazer a leitura. E o outro é pedir o apensamento de um projeto meu ao projeto do Senador Caiado. Já estão na Mesa os meus dois pedidos assinados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a tem o número do requerimento? Não?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Do requerimento? O número virá graças à Mesa, não?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Nós temos o requerimento?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tem um requerimento – os dois. Eu coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cristovam, não há necessidade de votarmos esses requerimentos. Eu vou deferir de ofício, a Mesa tem condição de deferir de ofício. Eu vou determinar a publicação do parecer.



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeito, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Satisfeito?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Caiado também? Atende V. Ex^a?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Aceito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então, está resolvido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a oportunidade de nós iniciarmos o debate na data de hoje sobre o assunto do financiamento de campanhas eleitorais, conforme matéria que V. Ex^a colocou em votação o regime de urgência. Todos entenderam a necessidade de ser discutida essa matéria para ser melhorada. O Relator, que é o Senador Ataídes, também já apresentou o relatório com modificações. É a oportunidade que eu peço a V. Ex^a na sessão de hoje, para que um tema tão relevante, em um curto espaço de tempo, já que somente até o dia 30 de dezembro nós teremos como ter essa matéria votada aqui, na Câmara e sancionada pelo Presidente da República. É a ponderação que eu faço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Esta Presidência fez um compromisso com V. Ex^a no dia de ontem, e é hábito nosso cumprir a palavra. Portanto, na sequência, nós vamos fazer o debate do projeto, já apensado ao projeto da Senadora Vanessa e do Senador Paulo Bauer.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Ex^a que incluísse na Ordem do Dia o Projeto 152, que vem da Câmara e que foi de relatoria aqui do Senador Cássio Cunha Lima. É um projeto que já está há algum tempo. Se for possível... É o Projeto nº 152.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Projeto 152. A Presidência tomará as providências necessárias.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, V. Ex^a já comunicou – e eu até peço escusas a V. Ex^a, porque ontem tive que me retirar para uma audiência no Ministério dos Transportes com toda a Bancada do Amazonas para discutirmos um problema emergente de nosso Estado –, mas já encaminhei à Mesa o requerimento que solicita o apensamento – e também ontem o Senador Paulo Bauer – ao projeto de lei do Senador Caiado que trata da reforma política, que trata especificamente sobre o financiamento de campanha, a criação de um fundo.

Então, Sr. Presidente, vi V. Ex^a atender a solicitação do Senador Caiado, comunicando que nós iniciaremos o debate no dia de hoje, mas pergunto a V. Ex^a: nós iniciaremos, não concluiremos o debate, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não há compromisso de concluirmos o debate, mas da abertura do debate. Foi esse o compromisso que fiz...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Abertura somente.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... com o Senador Caiado. Na conclusão do debate na próxima terça-feira, ele vai continuar na pauta.

Poderemos votar na terça ou na quarta e fechar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Ex^a me permite – e também o Senador Caiado –, a ideia é que possamos, a partir desses projetos, ver a possibilidade de construir uma alternativa viável. Estamos vendo a Câmara. Estamos já na metade do mês de setembro, à véspera de concluir o prazo necessário para a votação de qualquer matéria que trate de reforma política, e a Câmara não consegue adiantar.

Então, eu acho que o que nós poderíamos fazer é aprovar algo aqui que pudesse ser uma alternativa viável para a Câmara dos Deputados. Vejo como a única forma de podermos contribuir neste momento. Do contrário, se aprovar mais um projeto polêmico aqui, vai chegar lá e se misturar àquelas outras tantas propostas em que não se encontra acordo.

Então, a ideia, Senador Caiado, é que possamos fazer, nesses próximos dias, uma discussão, até informal, entre Lideranças partidárias ou em um grupo de Parlamentares indicados por partidos para ver se chegamos a um denominador comum e consigamos um projeto que apresente uma alternativa para a criação daquilo que todos nós defendemos, que é um fundo democrático, um fundo para a democracia, mas que não onere os cofres públicos.

Era isso, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – No debate, Senadora Vanessa, poderemos construir o consenso. Agora, porque a Câmara deixa de votar determinada matéria, nós não vamos deixar de votar aquilo que nós entendemos que devemos votar e cumprir com a nossa obrigação.

Eu espero... E tenho procurado ter um bom relacionamento com a Câmara, tenho conversado bastante com o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, no sentido de que matérias votadas aqui possam ser votadas lá e vice-versa.

Acho que essa que é a pauta democrática e construtiva das duas Casas. Agora, nós não vamos deixar de debater nem de aprovar projetos aqui, porque a Câmara vai votar ou não. Isso é próprio do sistema bicameral.

Vamos cumprir a nossa parte.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Excelência, ontem nós aprovamos a urgência ao projeto de decreto legislativo. Agradeço a V. Ex^a e aqui quero reconhecer: V. Ex^a recebeu, na parte da manhã, representantes da sociedade civil, com a preocupação sobre o decreto que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre. V. Ex^a assumiu um compromisso e de imediato cumpriu. À tarde, submeteu a voto a urgência ao Projeto de Decreto Legislativo 170, que revoga o decreto presidencial que extingue a Reserva Nacional do Cobre.

Só por questão burocrática, Presidente, solicito a V. Ex^a, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, que sejam apensados ao PDS 160 o PDS 170 e os demais PDS que versam sobre o mesmo tema, ou seja, que revogam o decreto presidencial que extingue a Reserva Nacional do Cobre.



Já se encontra sobre a mesa. Então, eu solicito a V. Ex^a que, no momento mais adequado, submeta a voto o apensamento, porque precisa da apreciação do apensamento, já que ontem votamos a urgência, mas fica remanesecendo a necessidade de votarmos o apensamento.

É uma diligência meramente burocrática que solicito a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe, nós aprovamos o requerimento de urgência na tarde de ontem, na noite de ontem já, e a matéria consta da pauta no item 9.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu quero deixar claro que qualquer apensamento vai... Não tem problema, eu vou colocar o requerimento em votação. Agora, quero só deixar claro que os apensamentos podem ser redistribuídos para as comissões técnicas da Casa. Não sei se V. Ex^a concordará com isso.

Agora, Senador Randolfe, o que eu vou fazer? Eu vou seguir a pauta de acordo com o que já está determinado. Quando chegar ao item 9, se V. Ex^a entender assim, nós poderemos fazer o apensamento, o pedido de apensamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Item 1 da pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Projeto de Lei da Câmara de nº 56, de 2017 (nº 6.437/2016, na Casa da origem), que altera a Lei 11.350, de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Parecer sob nº 43, de 2017, da CAS, é favorável, com as Emendas nºs 1 a 9, que apresenta, a Relatora foi a Senadora Marta Suplicy.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único.

Alguém...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... pediu a palavra a Senadora Marta Suplicy.

Enquanto ela vem à tribuna, Senador Caiado.

A SR^a MARTA SUP LICY (PMDB - SP. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, tive a oportunidade de ser a Relatora, na CAS, do PLC 56, de 2017, que reformula as atribuições, a jornada e as condições de trabalho dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, a quem eu quero parabenizar pela iniciativa.



O projeto foi amplamente discutido na Câmara dos Deputados, teve comissão especial – e eu queria parabenizar especialmente o Relator, Deputado Valtenir Pereira, do Estado de Mato Grosso, que promoveu audiências públicas em 21 Estados da Federação, um trabalho árduo –, e aqui, no Senado, como Relatora do projeto, nós promovemos a realização de audiência pública para instruir o projeto na CAS, que foi agora no dia 9 de agosto.

Houve uma participação grande do Sr. Fábio Carvalho, que é o Coordenador Substituto de Atenção Básica do Ministério da Saúde; da Sr^a Ilda Angélica Correia, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde; do Sr. Luiz Cláudio Celestino de Souza, Diretor Financeiro da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias; da Sr^a Fátima Virgínia Siqueira de Menezes Silva, Enfermeira e Representante do Conselho Federal de Enfermagem; e do Sr. Charles Tocantins de Souza, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

A audiência foi bastante prestigiada por Senadores, Deputados – o próprio Relator estava presente –, e, a partir do que foi discutido e do que escutamos também, nós achamos o projeto extremamente meritório, mas, a partir da discussão, verificamos que poderia ser melhorado em alguns pontos. Isso exigiu mais escutas...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... exigiu mais escutas e também negociações com todos os envolvidos.

Para tal, recebi e conversei com o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, com sua equipe, com representantes de prefeitos da Frente Nacional de Prefeitos e da Confederação Nacional dos Municípios e, lógico, com os principais, que são os Agentes Comunitários de Saúde e as suas entidades representativas – e também os Agentes de Combate às Endemias.

Como resultado desse processo de escuta e de negociação, apresentei meu relatório na Comissão de Assuntos Sociais pela aprovação do projeto, que teve nove emendas, que foram aprovadas na última quarta-feira por unanimidade.

Uma das principais inovações do projeto é a explicitação das atividades a serem desempenhadas pelos ACS e ACEs para, assim, atualizá-las à luz das mudanças que ocorreram no quadro demográfico e epidemiológico do Brasil nas últimas décadas. E, para esse enfrentamento de tantos problemas, para conferir maior efetividade à atuação dos ACS, o projeto propõe a incorporação de ações que, até o momento, estavam fora do âmbito de atuação desses profissionais da saúde.

Eu falo da aferição da glicemia capilar, da pressão arterial e também da possibilidade de fazerem curativos. Tudo isso agora passa a ser incorporado no trabalho dos agentes. Propomos também outras atividades aqui não mencionadas. Isso é um reconhecimento da importância e da necessidade de eles assumirem essas novas funções. No entanto, essas novas medidas só podem ser incorporadas se forem acompanhadas da devida qualificação profissional.

Nesse aspecto, nós concordamos no projeto de lei que uma das exigências para admissão nessa carreira seria ter o ensino médio concluído. Outros aprimoramentos...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... a essa proposta que dizem respeito a considerar como atividade privativa dos Agentes Comunitários de Saúde a realização de visitas domiciliares rotineiras não foram aprovados. Nós entendemos que essa visita domiciliar



rotineira para a busca ativa de casos, embora seja precípua desses profissionais, não é só privativa desses profissionais, senão se estariam impedindo as enfermeiras de fazer visitas no pré-natal etc.

Nós também nos manifestamos, em relação ao texto da Câmara, em uma discordância no que diz respeito à flexibilização da exigência de que os ACS morem na área onde atuam. Bom, esse é o item inerente: eles têm que morar na área em que atuam, mas foi inclusive percebido pelo Relator na Câmara que muitos compravam casas próprias, Senador Caiado – que estava lá junto e acompanhou. Na hora em que se compra a casa própria, é muito difícil você deixar de poder adquirir essa casa própria – às vezes, por sorteio etc. –, é difícil abdicar da casa própria. Então, nós criamos essa flexibilização para a casa própria, se for adquirida, de poder morar longe da comunidade, mas trabalhar na comunidade, abrindo a possibilidade de entrar no grupo de saúde da família no local da casa nova.

Também outro reparo que nós fizemos foi em relação aos cursos técnicos. A ideia foi muito boa: a de fazerem 1,2 mil horas técnicas de formação. Mas nós tivemos, em nossa audiência, um prefeito – acho que era o Presidente da Associação dos Municípios do Pará, se não me engano –, que disse: "Para mim é difícil pagar 40 horas. Como é que vou pagar 1,2 mil horas?" Então, nós temos uma realidade.

(Soa a campainha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – A realidade é que os cursos podem ser bienais, as pessoas podem fazer cursos, mas não podemos obrigar prefeitos e governadores a fazerem esses cursos.

O trabalho dos Agentes de Combate às Endemias e dos Agentes Comunitários de Saúde é essencial para a prevenção da doença, aproximando o Poder Público da população.

Mas queria encerrar com uma ideia muito brilhante da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Ronaldo Caiado, aqui presente – acredito que a Sr^a Ruth Brilhante seja do seu Estado, Goiás –, de que esse projeto tenha o nome da Sr^a Ruth Brilhante. Assim como nós tivemos – e pegou no País – a Lei Maria da Penha, em homenagem a uma senhora, que essa lei dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias se chame Lei Ruth Brilhante.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Nós ouvimos o relato da Senadora Marta Suplicy trazendo detalhes do projeto.

Essa luta vem de vários anos, iniciou-se ainda quando eu estava na Câmara dos Deputados. Quando nós vemos todos os agentes tramitando aqui pelos corredores, com aqueles coletes verde-amarelos, com o emblema da República, como Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, me vem logo à memória uma goiana que foi muito emblemática nessa luta, que foi Ruth Brilhante.

Ela era uma mulher assídua, determinada, uma pessoa que tinha toda a humildade. Caminhava gabinete a gabinete e conseguia vitórias sucessivas – não só o reconhecimento, mas, ao mesmo tempo, a melhoria da qualidade.



Hoje esse projeto está avançando ainda mais naquilo que é fundamental para todos nós, Sr. Presidente. Nós sabemos que hoje a Medicina carece muito do diagnóstico precoce. Não existe nada mais importante para o setor da saúde do que o diagnóstico precoce. Nós, das sociedades de especialidades, das associações médicas, temos o compromisso de fazer com que todos esses Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Combate às Endemias possam ter, por parte das nossas sociedades de especialidades, cursos para que fiquem aptos para produzir um primeiro diagnóstico, uma primeira suspeita de problema.

Só para V. Ex^a ter uma ideia, hoje há quase 50% dos casos de óbito por AVC; hoje, em quase 50% dos casos de cegueira, de insuficiência renal crônica, de isquemia de extremidade e amputação de membros, nós temos como causa base o diabetes. Então, quando é preparada ou qualificada para poder fazer o exame e mostrar que essa pessoa já está com o quadro instalado, no momento em que há capilaridade da informação, essa pessoa poderá ter um tratamento e não chegar a quadros como esse que eu acabo de relatar.

A importância desse projeto foi mostrar, cada vez mais, a sintonia da área médica com os agentes comunitários, com a política de Estado, com a política de saúde, para que nós possamos, ao fazer o diagnóstico, dar condições de tratamento, para que os pacientes não cheguem a sequelas graves, comprometendo a sua vida ou levando a sequelas irreversíveis.

Como tal, Sr. Presidente, esse é um projeto meritório. Eu saúdo aqui e cumprimento todos aqueles que ficaram na relatoria ou o proponente do projeto, mas, além disso, também, a brilhante ideia que teve de nós reconhecermos que a agente comunitária Ruth Brilhante, essa goiana, merece ter o nome à frente desse projeto pelo trabalho, dedicação e empenho por essa causa.

Então, não só o Democratas vota favoravelmente como acredito que é uma matéria que vai ser votada aqui por total apoio de todos os presentes e, com isto, matéria sendo concluída, para poder tramitar na Câmara dos Deputados e rapidamente chegar à sanção.

Os meus cumprimentos a todos aqueles que participaram do projeto e o reconhecimento do Plenário ao trabalho que é feito por essas pessoas anônimas...

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... que melhoram a qualidade de vida de milhões de brasileiros, o que nós temos que intensificar cada vez mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, eu quero cumprimentar o Deputado Raimundo Gomes de Matos, que está aqui conosco, aí na Mesa, que é o autor de tão importante projeto. Então, nossos cumprimentos a V. Ex^a, Deputado. E da mesma forma cumprimentar aqui...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... a Senadora Marta Suplicy pelo belo trabalho que fez.

Nós sabemos que, inúmeras vezes, os agentes comunitários de saúde estiveram aqui no Congresso Nacional, no Senado sobretudo, reivindicando a aprovação do projeto. Infelizmente, havia, por parte do Governo, uma grande oposição, e a Senadora Marta conseguiu arbitrar,



Presidente Eunício, uma boa negociação entre a categoria dos representantes dos agentes comunitários de saúde e o Governo Federal.

Eu não quero aqui repetir o que a Senadora já colocou, avanços importantes, como por exemplo: para os novos, e somente para os novos agentes comunitários de saúde, a exigência do curso de nível médio; 40 horas de trabalho com 10 horas de campo, ou seja, visitas nas casas, com 10 horas de trabalho de planejamento. Enfim, esse é um projeto muito importante, Sr. Presidente, que regulamenta...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... a atividade de uma importante categoria pouco reconhecida.

Quando se fala em saúde, fala-se imediatamente no médico, no enfermeiro, no odontólogo, no farmacêutico, mas não se fala dos agentes comunitários de saúde. E são eles que fazem a primeira abordagem, são eles que desenvolvem a parte mais importante, que é da medicina preventiva, indo regularmente de casa em casa.

Então, eu quero dizer que votamos favorável a este projeto, porque é um avanço significativo, uma conquista não só para os agentes mas para a saúde pública.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Amorim, para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar especialmente quatro pessoas na tramitação deste projeto: primeiro, aquela que não está mais entre nós, a Sr^a Ruth Brilhante, que dedicou a vida inteira em defesa dos abnegados agentes de saúde e de endemias. Ao longo de toda essa luta, de toda essa batalha, perdemos uma grande lutadora, uma grande missionária, que foi Ruth. Então, a sugestão da Senadora Marta Suplicy, do Senador Caiado, da Senadora Fátima Bezerra é mais do que justa: dar este projeto à guerreira Ruth Brilhante.

Segundo, quero parabenizar o autor, médico como eu, profissional da saúde, Deputado Raimundo Matos, do nosso Partido, Senador Cássio Cunha Lima, do PSDB, que, como médico, tem dedicado o seu exercício parlamentar em defesa de uma saúde pública melhor e mais digna para todos os brasileiros. Parabéns mais uma vez ao colega Deputado Raimundo Matos!

Terceiro, a Relatora Marta Suplicy. Quando ela me mostrou o projeto, eu disse: "Marta, você tem um grande desafio pela frente, mas, com a sua capacidade, com a sua competência, com a sua sensibilidade, como uma profissional da saúde que é também, soube entender, soube juntar todas as partes, do Governo aos agentes de saúde, aos agentes de endemia, ao Ministério, aos colegas Parlamentares na comissão e, com certeza, o resultado é um projeto brilhante, um relatório brilhante como este, que eu espero que a gente aprove hoje. Parabéns, mais uma vez, à Relatora, Senadora Marta Suplicy!"

E, por último, Senador, ao Sr. Presidente, Senador Eunício, porque, na hora em que solicitamos no Colégio de Líderes que o projeto viesse para a pauta, em nenhum momento, o senhor titubeou e deixou realmente de dar a prioridade que ele tanto merece.

Sr. Presidente, os profissionais, os agentes de saúde, os agentes de combate à endemia são aqueles que constituem um verdadeiro patrimônio familiar de nossas comunidades, sobretudo daquelas mais carentes, daqueles mais distantes, da impensável atenção ao Estado, um bem enorme para a nossa população. Esses agentes cuidam muitas vezes preventivamente da saúde de



milhões de brasileiros, vão às suas casas, adentram seus quintais, e nem sempre contam com as melhores condições de exercício para o trabalho. Muitas vezes vemos esses agentes de saúde nas ruas com os coletes desbotados, com as pranchetas na mão, quando eles poderiam estar desde já com laptop, com computador de mão para o melhor exercício da sua profissão.

Este projeto de lei disciplina as atividades dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, como uma promoção, uma proteção e recuperação da saúde. É um exercício, Sr. Presidente, é uma regulamentação do que está lá na nossa Constituição, no art. 196, que diz que saúde tem que ser universalizada, tem que ser para todos os brasileiros, da melhor maneira possível. Esse é um exército que poucos cantos do mundo têm, um exército qualificado e preparado, mas um exército para o bem, que entra na intimidade de todas as nossas famílias. Então, mais uma vez, parabênizo o autor, a relatora, a Sr^a Ruth, que não está mais entre nós, uma guerreira que perdemos ao longo do combate, mas perdemos para o bem...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... em benefício desses profissionais, em benefício sobretudo da população a que atende o projeto que estabelece os requisitos para o exercício das suas atividades. A todos esses profissionais, mais uma vez, parabéns.

Peço aqui a todos os Senadores: vamos dar o "sim" a esses profissionais, a esses abnegados da saúde, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Moka, pela ordem de inscrição, tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a exemplo do Senador Ronaldo Caiado, eu era Deputado quando esse projeto tramitava na Câmara dos Deputados e eu não posso aqui esquecer do Deputado Raimundo de Matos, que é o autor desse projeto e que foi recentemente muito ajudado na articulação pelo Valtenir Pereira e, é claro, quando chegou aqui ao Senado, nas mãos competentes da Presidente da CAS, que é a Senadora Marta Suplicy.

Eu quero destacar algumas coisas. Por exemplo, nessas visitas semanais ou quase diárias, eu diria, apenas um cortezinho para fazer um teste de glicemia pode evitar a evolução de um paciente que pode chegar até a ser um renal crônico. Esse é o detalhe. Pode evitar um AVC (acidente vascular cerebral), porque vai medir a sua pressão. Então, esses agentes comunitários de saúde e de endemias, aliados aos médicos, aos enfermeiros, a uma equipe multidisciplinar, são uma verdadeira revolução e salvam gente todos os dias, porque vão lá e dizem, é só dizer: essa pessoa precisa e deve ser internada.

Então, eu quero dizer que eles têm, Raimundo, na verdade, um trabalho muito meritório, e V. Ex^a tem um mérito muito grande nesse projeto. Eu quero aqui, de público, reconhecer o trabalho do Valtenir e da Marta, mas principalmente reconhecer o trabalho daqueles que começaram como simples contratados de prefeitura, não tinham direito nenhum garantido e, na sua luta, foram conseguindo galgar passo a passo, até chegar ao momento de hoje. Eu tenho comigo que esta Casa vai votar por unanimidade.

(Soa a campanha.)



O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, é uma homenagem que presto às pessoas humildes – humildes, mas que têm uma contribuição extremamente nobre, que é evitar que a pessoa, muitas vezes, seja internada. E olha o custo, a diminuição. Esse investimento não representa absolutamente nada no tempo que uma pessoa passa internada por ser um renal crônico ou porque tem que fazer uma hemodiálise.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Parabéns aos agentes comunitários de saúde e de endemias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, cumprimento o autor deste projeto, o nosso Deputado Raimundo Gomes de Matos, e o parabenizo pela iniciativa, pelos anos em que lutou para conquistar isso, que é uma conquista para milhões de brasileiros.

A saúde pública hoje, sem nenhuma dúvida, é um dos nossos grandes desafios. E, como bem disseram os oradores que me antecederam e o Senador Moka com muita precisão, através dos agentes comunitários de saúde e dos agentes comunitários de endemias, doenças graves e gravíssimas que hoje levam a óbito muitos brasileiros, até por falta de assistência correta na média e na alta complexidade, podem ser evitadas por um diagnóstico precoce, em hora correta, em hora precisa, advindo das ações dos agentes comunitários de saúde e de endemias.

Quero cumprimentar também a nossa Relatora aqui no Senado, Senadora Marta Suplicy, porque ela teve também a capacidade de ampliar esse debate e fazer com que este processo chegasse com um nível de amadurecimento ao nosso Plenário.

Quero, portanto, aqui destacar a importância deste projeto para que nós possamos dar respostas no curto, no médio e no longo prazo à saúde pública. Nossos hospitais estão superlotados. Como daqui a pouco tenho certeza de que o Senador José Serra, ex-Ministro da Saúde, vai mostrar, nós já tivemos um grande avanço no número de agentes comunitários quando na sua gestão e dos agentes comunitários de endemias também, mas tudo isso precisa – e neste projeto está sendo feito de forma bastante correta – ser aprimorado, dando melhores condições de trabalho para esses agentes comunitários.

Eu quero cumprimentar a Senadora Marta, cumprimentar o autor, cumprimentar os agentes comunitários de saúde, os agentes comunitários de endemias, com os quais eu tive contatos recentes no meu Estado.

Vou votar favoravelmente, Sr. Presidente, à aprovação deste importante projeto, que trará, como eu disse, ganhos importantes no curto, no médio e no longo prazo para a saúde pública brasileira.

A presença e a qualificação dos agentes comunitários de saúde e de endemias são fundamentais para que o Brasil possa ter uma resposta à superlotação dos nossos hospitais, à falta de atendimento na hora correta e apropriada a várias das doenças que podem ser evitadas por um diagnóstico precoce...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... na hora correta, por parte do sistema de saúde pública brasileiro.

Mais uma vez, os meus cumprimentos.



O meu encaminhamento é favorável e a minha posição é favorável à aprovação deste projeto, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o autor e a Relatora, Senadora Marta, pelo produto que saiu dessa discussão toda, mas principalmente quero parabenizar os agentes de saúde pela paciência histórica, principalmente agora nesse período em que eles peregrinaram aqui nos gabinetes, nos corredores, nas comissões, na tentativa de que este projeto andasse. E a gente vê que eles têm razão, porque é uma caminhada: em 1995, o Deputado Paulo Rocha já era Relator de um projeto que dispunha sobre a profissão de agente comunitário de saúde. E eles se organizaram em entidades, e a gente teve todo um papel também nisso: a Senadora Fátima Bezerra e o Senador Paulo Rocha; no cronograma lá na Câmara a gente percebe a presença deles sempre.

E quero dizer que alguns governantes comemoram abrir um hospital ou uma unidade básica de saúde, e passam dois anos para equipar e passam mais dois anos para poder colocar gente dentro; enquanto isso, quem segura a questão da saúde são os agentes comunitários.

Eu acho que esse pessoal tem um papel educador. Eu acho que as estratégias de saúde dos governantes e dos governos em todas as esferas deviam priorizar essa ação, porque que são eles que cuidam dos idosos, da vacina, e têm o cuidado de ver se as crianças se vacinaram, se os idosos se vacinaram, se as grávidas fizeram prevenção. Eles têm a vida das pessoas naquelas planilhas que eles usam – tomara que já haja alguns com computadores ou que venha a haver!

Então, é muito importante a aprovação desse projeto, e a gente espera que por unanimidade. Mas, principalmente, a gente espera que não haja veto, depois de toda essa luta travada pelos agentes comunitários de saúde.

Parabéns para os agentes e para todo o pessoal envolvido no processo!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com satisfação que eu cumprimento o autor da matéria...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Está baixinho, Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É com satisfação, Presidente, que eu cumprimento o autor da matéria, Deputado Raimundo Matos, como também a Relatora, Senadora Marta Suplicy.

A aprovação desse projeto, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 56, representa a confirmação e o reconhecimento da atuação estratégica dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias na prevenção de doenças e na redução de agravos.

Com efeito, em um País de dimensões continentais e ainda tão desigual na oferta da atenção básica, constitui mais de 280 mil agentes comunitários e quase 90 mil de combate a endemias um verdadeiro elo entre a comunidade e o sistema de saúde. São fundamentais, em especial, para aquelas comunidades mais pobres, periféricas, onde a morte espreitava livremente por causas



evitáveis, como a desnutrição infantil e diarreias, males cujos indicadores mostram o subdesenvolvimento a que está submetido o nosso País.

Não é de se admirar que tenha recebido por parte da Organização Mundial de Saúde o reconhecimento como modelo e referência a atuação desses profissionais. Portanto, nada mais natural que aproveemos o projeto ora em votação.

O texto regulamenta e garante melhores condições de trabalho para esses profissionais, entre as quais destaco a perspectiva de formação continuada dos agentes e a proteção trabalhista.

Considero este um dia especial, e deixo aqui o meu agradecimento e o reconhecimento por toda a devoção desses profissionais de saúde espalhados por todo o País, agradecendo, em particular, aos cerca de 4 mil agentes comunitários e aos mais de mil de combate às endemias atuantes no Estado de Sergipe.

A verdade é que o povo mais sofrido sente segurança ao saber que conta com vocês, agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, razão pela qual é obrigação das autoridades e dos atores políticos manter e expandir essa estratégia prioritária de atendimento prioritário à saúde.

Meus cumprimentos ao Deputado autor e à Senadora Relatora dessa matéria tão importante que estamos a discutir e a aprovar nesta sessão histórica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, meu caro Deputado Raimundo de Matos, quero aqui lhe dar meus parabéns. O projeto de V. Ex^ª, que deve ser aprovado nesta Casa, vai representar um avanço muito grande no fortalecimento dos trabalhadores da saúde.

Eu lembro que, durante minha gestão no Ministério da Saúde, nós adotamos uma das diretrizes mais importantes para o desenvolvimento do sistema no nosso País, no sentido de que a saúde tem que caminhar sobre duas pernas.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por um lado, a Medicina de ponta. Isso se traduziu, por exemplo, na campanha contra a aids, que passou a ser considerada a melhor do mundo em desenvolvimento; uma campanha baseada num tratamento sofisticado, uma medicina de ponta. E, por outro lado, a Medicina de base, cuja expressão maior durante nossa administração fora exatamente a formação de equipes de saúde da família em todo o Brasil.

E eu quero aqui dar um dado, Sr. Presidente, que creio ser do interesse de todos conhecer. Em 1994, o Brasil tinha apenas 328 equipes de saúde da família. Em outubro de 2002, esse número saltou para 16.657 equipes, ou seja, houve um aumento de 5.000% ao longo da administração do Presidente Fernando Henrique nas equipes de saúde da família. É importante termos presente que cada equipe de saúde da família envolve cinco agentes de saúde, mais duas auxiliares de enfermagem, uma enfermeira e um médico comandando. Então, nesse sentido, na verdade o que se fez foi ampliar o acesso à saúde em todo o Brasil, inclusive nas regiões mais distantes, seja na Amazônia, seja nas regiões mais pobres do nosso País.

Quero dizer que, durante a minha gestão – perdoem-me a imodéstia de citá-la –, foi quando se deu o maior aumento. Quando eu entrei no Ministério, havia cerca de 1,5 mil equipes de saúde da família já implantadas ao longo dos primeiros anos do primeiro governo do Presidente Fernando Henrique. Esse número de 1,5 mil saltou para 16.657...



(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... como eu observei aqui.

Em matéria dos agentes comunitários, a maior parte deles nas equipes de saúde da família, não é exclusivamente... Mas a maior parte passou a ser já contratada de forma integrada às equipes do PSF.

O Brasil tinha, em 1994, apenas 29 mil agentes comunitários – 29 mil, em 1994. Em outubro de 2002, o número saltou para 173.596, um aumento de 500%. Foi praticamente nesse período – e a maior parte na minha gestão – que, na verdade, se implantou no País o Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Programa Saúde da Família.

Como eu dizia, na verdade a saúde caminhando sobre duas pernas. É um equívoco achar que saúde pública tem que ser saúde para pobre. Não! Saúde pública tem que ser saúde para todos, inclusive para os pobres, no caso de doenças mais sofisticadas, mais complexas. E no caso dos agentes de saúde, eles servem a toda a população. Cada equipe de saúde da família costuma cobrir mil famílias e cobre todas as famílias que estão na área. Independentemente do nível de renda, é dado atendimento a todos e a todas.

Então, eu achei interessante registrar isso. Temos uma longa experiência nessa matéria e eu queria registrar, como disse, os fatos e dar os meus parabéns ao Deputado Raimundo.

Raimundo, esse vai ser o projeto da sua gestão, da sua atuação no Congresso Nacional.

Meus parabéns apertados!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu pediria à técnica – eu estou ouvindo bem a minha voz, mas não estou ouvindo bem a voz dos Senadores lá embaixo – que, por gentileza, aumentasse um pouco o som para que eu possa escutar aqui da mesa o que estão falando os Senadores.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Telmário.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Depois me inscreva, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Está inscrito V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Por favor.

Obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero começar aqui parabenizando o autor desse PLC 56, de 2017, que teve uma visão... E quero parabenizar também a Relatora, a Senadora Marta Suplicy.

Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias são quem de fato tem aquele contato direto com a população; são aquelas pessoas que estão de casa em casa, sol a sol, chuva a chuva, de dia e de noite, levando um mínimo de conforto e de saúde à população. No meu Estado, essas duas categorias, tanto os agentes comunitários de saúde quanto os agentes de combate às endemias têm um papel importantíssimo...

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – ... porque nós temos vários surtos – de malária, de dengue, chikungunya –, e esses agentes estão ali diuturnamente nos bairros, nas casas, nas escolas para dar aquela primeira fala, aquele primeiro alento à população, levando, assim, saúde para todos.



Portanto, esse projeto vem até tarde, mas faz justiça no sentido de possibilitar a essas categorias que agora tenham as suas horas de trabalho reconhecidas, a sua formação reconhecida, a sua profissão reconhecida.

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Essa era uma luta, Sr. Presidente, longa, de muito tempo desses agentes. Mas hoje, sem nenhuma dúvida, esta Casa faz uma grande justiça a essa categoria. Pela movimentação, pelas manifestações dos Senadores, a gente entende a importância e o valor dessa profissão. Não importa se é em Roraima, se é no Amazonas, se é na Bahia, se é em Santa Catarina, se é no Paraná: em qualquer parte do Estado brasileiro esses profissionais sempre estão levando a saúde para a nossa população.

Então, quero parabenizar o autor desse projeto por ter tido essa luz em uma hora tão importante, para dar a paz, a tranquilidade a esses profissionais, Sr. Presidente. Hoje esta Casa, o Congresso de um modo geral...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – ... porque nasceu ali na Câmara, Senador Dário... Com certeza eles hoje vão colocar a cabeça no travesseiro, Senador Alvaro Dias, com muito mais tranquilidade, com muito mais paz, porque a luta deles está valendo a pena.

Todos esses agentes comunitários do meu Estado de Roraima, tanto o comunitário de saúde quanto o que combate endemias, têm o meu voto e o meu apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Gostaria de cumprimentar S. Ex^a o Sr. Presidente Eunício Oliveira e dizer que hoje estamos, o Brasil, em festa. Queria cumprimentar nosso nobre Deputado Raimundo Matos, a quem eu tenho a honra de ter comigo na Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura. Gostaria de cumprimentar nossa nobre Senadora Marta Suplicy e cumprimentar todos os brasileiros.

Esse projeto seu, Raimundo, que nós hoje nesta Casa vamos tornar uma realidade, realmente realiza o sonho de muitos e realiza o desejo nosso, de servidores públicos, de brasileiros, de ter uma saúde melhor.

Quando você investe, quando você acredita, quando você credita na saúde pública, você está fazendo um trabalho preventivo, você está garantindo que não haja tantas doenças, como hoje ocorre, e nem endemias.

Então, quero te cumprimentar fortemente por esse projeto, cumprimentar a Marta, cumprimentar todos que me antecederam, cumprimentar principalmente os agentes de saúde, que são tão importantes para cada família visitada, e cumprimentar nosso nobre ex-Ministro José Serra. Realmente é fato o que ele falou: o trabalho dele na gestão do Ministério da Saúde ficou marcado, além dos genéricos, pelo grande investimento que ele fez na saúde pública, garantindo esse aumento das equipes de saúde da família. Hoje a gente realiza um sonho.

Nobre Senador Eunício Oliveira, para a festa ser completa, vamos hoje, além de aprovar esse projeto, aprovar a PEC 14, que resolve outro grave problema nas penitenciárias nacionais, com a criação da polícia penal. Esse é um importante projeto de lei do nosso nobre Senador Cássio



Cunha Lima, que eu espero que V. Ex^a possa, em seguida a esse projeto dos agentes de saúde, colocar para a gente discutir – esse item da PEC 14, que trata dos agentes penitenciários.

Muito obrigado.

Polícia penal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, também pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, Sr. Presidente, como todos os Senadores e Senadoras que se pronunciaram, de saudar o Deputado Federal Raimundo Gomes, que aqui está presente, autor dessa matéria; a Senadora Marta Suplicy, que foi Relatora e é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e que trabalhou nesta dimensão para aprovação do seu relatório na Comissão e agora aqui. É um PLC que visa regulamentar as atividades dos agentes comunitários e dos agentes de combate às endemias.

A proposta define atribuições, nível de qualificação, jornada e condições de trabalho dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias. E, principalmente, ela investe em uma nova formação para esses profissionais.

Pelo texto, a jornada de trabalho de 40 horas da categoria, já prevista na legislação, será dividida em 30 horas semanais para as atividades externas de visita domiciliar e demais ações de campo e dez horas semanais para atividades de planejamento e avaliação das ações.

Para os novos profissionais, e esse é um detalhe fundamental dessa nova lei, será exigido o ensino médio completo, o curso de formação inicial de 40 horas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, e curso de aprimoramento de 200 horas a cada 24 meses de atuação.

Essa inovação do projeto foi debatida – lembro que participei e votei na primeira votação...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... na CAS –, e é fundamental para a formação profissional, para garantir a qualidade do atendimento de saúde à população, que já foi aqui tão ressaltada pela importância que tem para o Brasil, para a interiorização da saúde, para o fortalecimento do atendimento da saúde básica da população brasileira.

E, nessa dimensão, eu quero pedir licença ao Deputado e a alguns Senadores que aqui já fizeram referência a isso, e à Senadora Fátima Bezerra, que fez essa referência no debate na comissão. Eu não quero lhe roubar a ideia, mas sim apoiar a ideia de que nós pudéssemos dar um nome a essa lei, o nome de Ruth Brilhante. Assim como outras leis brasileiras que levam o nome de pessoas, que nós pudéssemos ter o nome da lei, a Lei Ruth Brilhante. Essa dedicada...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... destacada liderança do movimento de agentes comunitários, que morreu recentemente em um acidente de carro e que ficaria imortalizada na população brasileira, no reconhecimento desta Casa e dos



Parlamentares, que sabem que essa luta dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias ocorre e ocorreu através de um processo de forte mobilização e organização desses profissionais desde o início do processo, em que criou, logo após a criação desses profissionais, o reconhecimento da categoria. E a regulamentação da categoria foi uma luta em todos esses anos.

Então, parabênizo o Deputado, que soube incorporar, soube dar a esse movimento um papel...

(Interrupção do som.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... a sua regulamentação. Mas é fundamental que nós possamos homenagear essa participação permanente dos agentes e a sua mobilização com a Lei Ruth Brilhante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria também cumprimentar o Deputado Raimundo Gomes de Matos, cumprimentar a minha companheira e colega, a Senadora Marta Suplicy, pela iniciativa e pela relatoria, e chegando à conclusão de um longo processo.

Eu venho à tribuna para poder dar um testemunho. Fui Prefeito de Petrolina de 1992 a 1996, quando esse movimento estava dando os primeiros passos, e a gente pode, então, reconhecer o trabalho valioso dos agentes comunitários de saúde, dos agentes de endemia, no sentido de assegurar a atenção básica à população brasileira.

Quero também aqui fazer um reconhecimento à associação dos agentes comunitários de saúde e de agentes de endemia do meu Estado de Pernambuco, que é uma associação aguerrida, combativa, que defende os interesses dos agentes comunitários de saúde e que está sempre em mobilização na defesa da categoria.

Portanto, hoje é um momento muito importante para a saúde pública do Brasil, é o momento de a gente poder celebrar quando o Congresso Nacional se aproxima dos anseios da população e, sobretudo, da regulamentação dessa categoria, que é tão importante, para que a gente possa ensinar mais esperança, a expectativa de um País mais justo, mais igual e mais solidário. Parabéns aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de endemia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Ana Amélia, pela ordem de inscrição.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, penso que, em raros momentos, a Casa tem uma unanimidade em torno de um tema tão relevante, e isso é justificável plenamente pela relevância do trabalho que desempenham os agentes comunitários de saúde. Então, não há dúvida de que a votação por unanimidade se deve não só à iniciativa do Deputado Raimundo Matos, mas à relatoria da Senadora Marta Suplicy, que, aplicadamente, competentemente, fez um relatório, que agora vem à apreciação do Plenário. Então, cumprimento.

E queria, neste momento, destacar, sobretudo, os agentes comunitários do Rio Grande do Sul. Por outro lado, não posso deixar de, hoje, também à tarde, desejar que os agentes



penitenciários tenham também aprovada a PEC de interesse dessa categoria. E aí falo do meu Estado do Rio Grande do Sul, uma categoria com que eu convivi por muito tempo.

Então, eu espero que as duas matérias sejam votadas e aprovadas: dos agentes comunitários de saúde e dos agentes penitenciários, que terão prerrogativas ampliadas na sua função cada vez mais relevante.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, é apenas para registrar...

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – ... e parabenizar o autor, Raimundo Matos, e a Senadora Marta Suplicy por essa matéria importante. E aqui, em meu nome, em nome do Partido da República, nós queremos homenagear todos os agentes de saúde, particularmente os do meu Estado, do Tocantins, que merecem, com isso, de perto o trabalho de todos. E esta tarde nós estamos marcando um momento importante com essa votação, reconhecendo o valor de quem efetivamente merece, que são, nesse caso específico, os nossos agentes de saúde.

Portanto, parabenizo o autor, meu bom amigo Raimundo de Matos e a Senadora Marta Suplicy, pela autoria e pela relatoria.

Portanto, votaremos, como os demais colegas Senadores e Senadoras, com muito prazer de forma favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Capiberibe e, depois, ao Senador Omar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um registro.

Há 47 anos, Getúlio Vargas, por decreto, criou o Território Federal do Amapá. Hoje é o dia da criação do Território, que mais tarde se tornou em Estado e hoje abriga uma população de 800 mil habitantes. Uma área preservadíssima, um patrimônio ambiental de todos nós que vivemos no Amapá e de todos os brasileiros.

Eu gostaria de parabenizar o povo do Amapá pela preservação do seu espaço ambiental, pela preservação da sua biodiversidade e pelo povo que é.

E também, claro, quero me juntar a essas vozes que aplaudem esse momento importante para os operários da saúde. Os agentes comunitários são os operários da saúde. Eles chegam onde o braço da saúde não chega. Eles são a vanguarda da saúde em nosso País, especialmente em nosso Estado, que é um Estado de difícil acesso. Lá onde ninguém chega o agente de saúde chega, está presente e cuida da saúde do nosso povo.

Portanto, parabéns aos agentes de saúde, que merecem muito mais do que estamos podendo ofertar. E parabéns à Senadora Marta, que conduziu essa relatoria com absoluto sucesso.

Parabéns a todos.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Deputado Raimundo, a nossa colega Senadora Marta Suplicy e a todos os Senadores que têm que se posicionado neste momento.

Na minha região, a Amazônia, especialmente o Amazonas, a importância da prevenção em várias doenças endêmicas que nós temos é, acima de tudo, uma preocupação permanente de todo gestor. Vejamos: em muitas doenças que há na Amazônia, se tivermos agentes preparados, com conhecimento mínimo, podemos evitar que vão para média e alta complexidade após algum tempo, se não forem cuidadas no início.

Vamos pegar aqui malária, hepatite A, B, C, D, todas as hepatites, a hanseníase, dengue e outras doenças que são peculiares à nossa região, onde os nossos rios, a nossa gente não têm a assistência de um profissional, de um médico, de uma enfermeira formada.

Aí é que entra o papel importante dos agentes de saúde. Os agentes de saúde previnem doenças, que, muitas vezes, no dia a dia podem ser evitadas. Por isso, quando a gente regulamenta essa profissão... Uma coisa que é importante, Presidente – e é importante o autor desse projeto saber –, é a reciclagem que tem que ser feita por meio de cursos permanentes, até porque muitas doenças são mutantes: hoje, é um tipo de doença, mas a transmissão é feita pelo mesmo mosquito ou pelas águas dos rios.

Por exemplo, nós temos uma calha de rio, que é o Rio Purus, no Estado do Amazonas, onde nós temos uma incidência de hepatite muito grande por causa da qualidade da água. Se houver agentes orientando essas pessoas em relação a como tomar aquela água, nós evitaríamos a hepatite, a hanseníase, a malária, a dengue...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... o HPV, doenças sexualmente transmissíveis, uma série de doenças que esses agentes podem evitar com esse trabalho.

E por que a gente diz que o custo/benefício do agente de saúde é grande? Porque, se essa doença for detectada no início, ela é de fácil tratamento. Se não, ela vai para a média ou alta complexidade e, numa unidade hospitalar, o custo fica muito maior.

Por isso, quero parabenizar por essa iniciativa. Espero que os prefeitos e governadores possam ter a iniciativa de preparar esses agentes com cursos, modernizando, equipando e dando a eles condições de trabalho. Não basta ter os agentes; é importante, nos rios da Amazônia, ter uma embarcação para levar; é importante, nas comunidades, ter uma moto, uma bicicleta, uma caminhonete para que os agentes possam fazer o seu trabalho. Eles em si são importantes, mas muito mais importante é a estrutura que tem que ser montada para que esse serviço chegue à população, principalmente àquelas populações desassistidas...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... de profissionais, como médicos formados e enfermeiras formadas. Com esses agentes, eu espero que a gente possa diminuir, na entrada das unidades hospitalares, o número de pessoas com doenças que podem ser evitadas com o serviço que esses agentes podem prestar.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia e, depois, ao Senador Randolfe.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o autor do projeto, o Raimundo Matos, que tem sido um grande batalhador em favor das agentes comunitárias de saúde de todo o Brasil.

O Raimundo é, sem dúvida nenhuma, o grande artífice desse projeto, um batalhador. Começamos juntos esse projeto na Câmara dos Deputados, e hoje vemos esse projeto consagrado aqui através da relatoria da eminente Senadora Marta Suplicy, que, com sua sensibilidade, soube adequar o projeto às necessidades, à modernidade que hoje exige um projeto dessa natureza.

Quero aqui cumprimentar as agentes comunitárias de saúde pelo trabalho que elas fazem em todo o País, levando assistência social e também saúde àqueles pacientes que estão acamados, àqueles pacientes que estão debilitados pela diabetes e por outras doenças. Portanto, é um trabalho exaustivo, um trabalho fundamental para um país grande como o nosso.

Portanto, quero aqui, em nome do meu Estado, o Estado de Goiás, cumprimentar todas as agentes comunitárias de saúde e render homenagem nesse projeto à grande Ruth Brillhante, que foi a grande articuladora, a primeira batalhadora para a implementação desse projeto aqui, no Senado Federal.

Portanto, deixo aqui o meu abraço, o meu reconhecimento, e, acima de tudo, quero dizer que, nesta tarde, esta Casa é coroada de êxito na sua ação, porque um projeto como esse é um projeto que visa olhar o Brasil como um todo e olhar, principalmente, o Brasil que mais precisa da assistência e de um projeto dessa natureza.

(Soa a campainha.)

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Aqui, Sr. Presidente. Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... Senador Randolfe.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela ordem, aqui, Sr. Presidente. Rapidinho. Rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a todos os Senadores que estão no Senado para que viessem aqui para a gente votar, Sr. Presidente, a PEC 14/2016, porque ela cria os agentes penitenciários federais, estaduais e distritais. É muito importante, Sr. Presidente, para dar a esses profissionais a segurança, a categoria e a garantia do seu trabalho. Portanto, eu queria fazer um apelo a todos os Senadores que se encontram na Casa para que venham ao plenário para que gente possa, no primeiro turno, fazer essa votação.

Esse é o meu apelo, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para discutir a matéria.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos tratando de um tema que deve ser tratado como estratégia do Estado brasileiro.

Eu queria cumprimentar o autor do projeto, com um especial reconhecimento pela importância e pela necessidade do significado dos agentes comunitários de saúde que, sem dúvida alguma, devem ser tratados como uma prioridade da sociedade brasileira pelo papel que desempenham. Quanto mais agentes comunitários de saúde nós tenhamos atuando, menos nós teremos pessoas se utilizando da saúde de média e de alta complexidade e menos hospitais superlotados nós teremos, porque teremos o atendimento na saúde como é em qualquer país de Primeiro Mundo, em que o atendimento da saúde é na casa do cidadão, na comunidade.

A Estratégia Saúde da Família, Sr. Presidente, já chegou a atender 62% da população brasileira. Estamos falando de um programa que atende quase 121 milhões de pessoas em todo o País. Em dezembro de 2014, este era o número: 121 milhões de pessoas...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... que foram atendidas pela Estratégia Saúde da Família. São 39,2 mil equipes em 5.463 Municípios. Isso é quase a cobertura de todo o País, quase todos os Municípios do País têm a cobertura da Estratégia Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Obviamente, Sr. Presidente, um programa como esse, com um profissional como esse, deve ser tratado como uma atividade necessária para o Estado brasileiro. Eu diria que poucos programas têm no Brasil a abrangência que esse programa tem e que poucos programas cumprem tanto o dispositivo constitucional de que saúde deve ser direito de todos e dever do Estado como esse. Um programa que cobre quase a totalidade dos Municípios brasileiros, que cobre mais de 120 milhões de pessoas, que tem envolvidos mais...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... de 33 mil equipes e milhares de agentes, tem que ter um reconhecimento, tem que ser tratado com a estratégia e a prioridade necessárias por parte do Congresso Nacional e do Estado brasileiro. Então, exulto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... o autor da matéria e quero aqui destacar os esforços que ocorreram aqui no Senado para que a matéria fosse votada no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma linha dos Senadores e Senadoras que me antecederam, eu quero aqui parabenizar esta sessão deliberativa de hoje, em que nós estamos para aprovar o PLC 56, de 2017, e parabenizar o Deputado Raimundo de Matos, do PSDB, do Ceará, autor do projeto, e a Senadora Marta Suplicy como Relatora.

(Soa a campanha.)



O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Esse é um projeto que, como já foi dito aqui, merece o apoio de todos nós.

O trabalho dos ACS e dos ACE – alguns deles aqui nos assistem – é da maior importância no atendimento preventivo aos brasileiros. Então, quero saudar a todos saudando os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias do meu Estado, o Estado do Pará.

Alguns anos atrás, fui relator também do Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015, do Deputado Andre Moura, que dispunha sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos ACS e dos ACE. Isso foi votado lá em 2016. Então...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, isso já veio prestigiar o trabalho de vocês em todos os Municípios brasileiros.

Quero aqui parabenizar o autor e a relatora. E vamos aprovar, porque é da maior importância para o trabalho que eles desenvolvem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu tenho aqui, hoje, a satisfação de estar presidindo esta Casa, o Senado Federal, em que votamos este relevante projeto de lei que reconhece importantes prerrogativas para os agentes de saúde, bem como lhes atribui competências essenciais para a sua atuação profissional, como a realização de curativos e a aplicação de vacinas.

Esse projeto foi fruto de um trabalho inspirado no nosso querido companheiro Deputado Raimundo Gomes de Matos, com uma competente relatoria realizada pela nossa Senadora Marta Suplicy, que o aperfeiçoou com nove emendas, fazendo reparos pontuais e necessários, como o relativo aos cursos técnicos a serem oferecidos pelas prefeituras. Além disso, o projeto traz definições importantes sobre a jornada de trabalho e a indenização de transporte desses profissionais, que precisam se deslocar para estar mais próximos da população.

Os agentes comunitários de saúde são essenciais na democratização do acesso da população à saúde pública. Uma boa estruturação das equipes de saúde da família, especialidade indispensável ao planejamento das atividades de saúde pública, ajuda a desafogar os hospitais, evitando que casos mais simples sejam levados a grandes centros médicos, e permite uma maior proximidade entre o paciente e o agente comunitário de saúde.

Assim, eu quero, nesta tarde, parabenizar mais uma vez o Deputado Raimundo Gomes de Matos pela iniciativa de ser o autor desse projeto, a nossa Senadora Marta Suplicy, que foi a relatora, e a nossa Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, minha conterrânea e amiga Ilda Angélica, que lutou de forma honrada e incansável pela aprovação desse projeto.

Portanto, eu coloco em votação o projeto e as emendas, nos termos do parecer.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final será publicado na forma regimental.

Discussão da redação final (**Redação final - Parecer nº 142/2017-CDIR-PLN-SF** –

Vide item 2.2.1 do Sumário). *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.



Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)
Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Item 2 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2017, do Senador Ronaldo Caiado, que altera as Leis nºs 9.096, de 1995, e 9.504, de 1997, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, permitir a propaganda eleitoral paga no rádio e na televisão e restringir o horário eleitoral gratuito aos canais de rádio e de televisão de responsabilidade do Poder Público.

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 202, de 2015, e com o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2017.)

As matérias tramitam em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 663, de 2017, e dependem de parecer da CCJ.

Sobre a mesa, dois requerimentos: requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Cristovam Buarque, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nº 82, de 2013, e 142, de 2015, com o PLS nº 206, de 2017, já apensado ao PLS 202, de 2015, e 108, de 2017, por regularem matéria correlata, financiamento de campanha (**Requerimentos nºs 756 e 757/2017 – Vide item 2.2.2 do Sumário**).

Votação em globo dos requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Senadora Marta.

Aprovados, contra o voto da Senadora Marta Suplicy.

Eu tenho um compromisso com o Senador Caiado de fazermos a discussão desta matéria. Como nós temos aqui vários outros pedidos de apensamento e as matérias não se encontram aqui, na mesa, como está em regime de urgência e eu fiz um compromisso de que não devolveria esse projeto para as comissões, eu vou pedir ao Secretário-Geral da Mesa que traga todos os projetos de que foi solicitado o apensamento no dia de hoje e amanhã faremos a discussão desse projeto... Abriremos amanhã e na terça-feira, uma vez que eu não posso discutir matéria que não se encontra sobre a mesa. Então, para que esse projeto, Senador Caiado, tão importante de V. Ex^a, não retorne à comissão, eu vou solicitar o encaminhamento das comissões ao Plenário da Casa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – A ponderação que faço com V. Ex^a é que, como é um tema que precisa ser discutido com o plenário cheio, eu peço a V. Ex^a que essa matéria, então, seja discutida na terça-feira, porque aí eu acho que nós teremos todos os Parlamentares presentes. Sobre esta matéria, cada um tem não só o direito, mas também o conhecimento de causa para opinar. Então, como tal, Sr. Presidente, se V. Ex^a pudesse já marcar, na pauta de terça-feira, essa matéria como a única a ser debatida, diante do curto espaço de tempo que nós temos, seria bom, porque nós teríamos um plenário também com a grande totalidade dos Senadores e Senadoras. É a ponderação que faço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu não posso deixar de atender a uma ponderação e a uma solicitação de V. Ex^a. Portanto, Senador Caiado, só para responder a V.



Ex^a, eu farei como primeiro item da pauta. Obviamente, os demais itens estarão *a posteriori*. Esse será o primeiro item da pauta. Se ele ocupar toda a sessão na próxima terça-feira, depende apenas de inscrições feitas por V. Ex^{as}. Portanto, é o que farei, trazendo as matérias para a Mesa, para o Plenário do Senado, não mais devolvendo-as para as comissões, porque vou considerar o regime de urgência.

Senador Jorge Viana e depois...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – É bem rápido.

Eu queria cumprimentar V. Ex^a pelo encaminhamento que está dando e até o Senador Caiado pela compreensão de que esta é uma matéria complexa. A Câmara dos Deputados está também tomando uma série de decisões – ou não tomando – sobre temas, porque trabalhar a reforma política, o sistema político brasileiro é algo necessário. E nós não podemos negligenciar esse debate, mas acho que esta é a ideia: a Casa cheia, tempo necessário, juntar todas as matérias que temos. O tempo ficou curto, há votação de matérias correlatas na Câmara, não há como uma Casa avançar sem ter um mínimo de entendimento com a outra.

Temos divergências no projeto que o Senador Caiado apresenta, mas entendemos que trazer os demais, como V. Ex^a está propondo, e realmente discutirmos modificações que deveremos fazer na legislação eleitoral, no sistema político brasileiro, no sistema de financiamento eleitoral, é fundamental, sob pena de nós termos mais uma eleição em que, por omissão das Casas Legislativas, o TSE vai legislar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu tenho a honra de ser o relator deste projeto. Eu acredito que os nossos pares, Senadores e Senadoras, não tiveram ainda a atenção necessária à tamanha importância deste projeto. Nós sabemos que o financiamento privado de campanha deu errado em nosso País. A prova disso está aí: a Lava Jato. Essa proposta da Câmara Federal do fundo partidário público de R\$3,6 bilhões para o ano seguinte é uma barbaridade, e eu acredito que o Congresso Nacional não irá aprovar essa proposta. Portanto, Sr. Presidente, eu quero saber como é que os políticos, Parlamentares, irão bancar as suas campanhas em 2018.

Este projeto de autoria do Senador Ronaldo Caiado – o de nº 206, de 2017 – vem em boa parte resolver esse problema de financiamento de campanha, sem nenhum impacto orçamentário, ou seja, ele acaba com a propaganda gratuita partidária, leva todo esse dinheiro para esse fundo especial de financiamento de campanha.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso deve somar algo em torno de R\$1,2 bilhão, R\$1,3 bilhão, composto também pelas multas que são aplicadas aos partidos políticos, que devem somar mais algo em torno de R\$100 milhões.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Portanto, Sr. Presidente e meus queridos pares, se nós não aprovarmos esse projeto que não trará acréscimo nenhum aos cofres públicos, em 2018 teremos muita dificuldade em fazer as nossas campanhas.



Eu, como Relator, Sr. Presidente, estou com o relatório pronto para ser lido, mas, como V. Ex^a colocou, na terça-feira faremos, então, esse relatório. Volto a repetir que eu já entreguei a alguns Senadores e Senadoras o meu relatório.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Há alguns Senadores que ainda não receberam, mas vou entregá-lo. Ele já está também no sistema do Senado Federal para que os Senadores e as Senadoras tenham conhecimento dessa proposição.

Eu fiz algumas pequenas alterações, Sr. Presidente, algumas emendas...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... conversando evidentemente com o autor do projeto, o Senador Ronaldo Caiado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para renovar o apelo diante da sensibilidade de V. Ex^a. Eu participei já de várias reuniões de Líderes em que testemunhei a preocupação que V. Ex^a tem com a segurança pública no Brasil. Inclusive, a manifestação de V. Ex^a foi no sentido de o Senado Federal assumir um protagonismo na discussão desse tema, protagonismo esse que começa a acontecer a partir da Comissão de Constituição e Justiça, com matérias que foram já aprovadas no dia de hoje, assim como com textos que se encontram já para votação no plenário do Senado Federal.

Entre essas propostas, nós temos uma Proposta de Emenda à Constituição de minha autoria, que é a PEC 14, que cria a polícia penal, a polícia penitenciária no Brasil, como resposta à grande crise no sistema prisional que vivemos no Brasil, lembrando que os agentes penitenciários exercem a segunda profissão mais arriscada e estressante do mundo, perdendo apenas para os mineradores.

Temos a honra de receber vários agentes comunitários, agentes de saúde e agentes penitenciários, no plenário do Senado, neste instante, nas nossas galerias. São todos muito bem-vindos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O meu apelo, neste instante, a V. Ex^a é que possamos colocar em votação a PEC 14, muito bem relatada pelo Senador Hélio José, que está aqui no plenário. É esse apelo que dirigimos a V. Ex^a, neste instante, para que, na sequência, possamos trazer outras iniciativas, como o Projeto de Lei nº 152, que permite a utilização de armas pelos agentes de trânsito, acreditando eu que, neste instante de calamidade pública social que o Brasil vive, dotar o Estado de instrumentos para enfrentar a violência, enfrentar o problema da segurança pública e vencer a bandidagem é uma prioridade que o Senado tem, decidida por V. Ex^a. Eu quero felicitá-lo neste instante pela clarividência, pelo compromisso com o Brasil. E, portanto, apelo para que possamos colocar em votação neste instante a PEC 14 e atender também a solicitação do Senador José Medeiros em relação ao Projeto 152, dos agentes de trânsito do Brasil.



Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Senador, antes...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Item 3 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014 (nº 1.162/2007, na Casa da origem), que disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências.

O Parecer nº 28, de 2017, da CTFC – o Relator foi o Senador Dário Berger –, pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda 1 (Substitutivo), será publicado na forma regimental (**Parecer nº 28/2017 – CTFC – Vide item 2.2.3 do Sumário**).

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento 720, de 2017, e depende ainda de parecer da CAS.

Designo o Senador Wilder Moraes para proferir parecer sobre a matéria e a emenda em substituição à CAS.

Senador Wilder está aí? (*Pausa.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para discorrer sobre o PLC 71, de 2014 que trata da prevenção de acidentes em piscinas, um assunto que deve ser tratado com seriedade e que não deve passar batido, como tem sido feito até então.

Já vou ao relatório, Presidente.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 71, de 2014 (Projeto de Lei nº 1.162, de 2007, da Casa de origem), de autoria do Deputado Mário, que disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências, foi aprovado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, na forma de um substituto (Emenda nº 1, da CTFC).

Na sequência, a proposição deveria ser avaliada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No entanto, em virtude da aprovação do Requerimento 720, de 2017, de iniciativa da CTFC, o PLC 71, de 2014, passou a tramitar em regime de urgência, com fulcro no art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal. Assim, a proposição foi encaminhada diretamente à apreciação do Plenário do Senado Federal.

O projeto de lei em comento abrange os seguintes aspectos acerca de piscinas: classificação (privativas, coletivas e públicas); responsabilidade pela integridade física dos usuários; equipamentos de segurança obrigatórios; construção e manutenção; alertas a serem exibidos; riscos inerentes ao produto (informados pelo fabricante); e penalidades para os fabricantes e infratores. Ademais, atribui competência ao Poder Executivo estadual e distrital para a regulamentação da lei em que o projeto eventualmente se transformar e fixa prazos para que se promovam as adaptações necessárias ao seu cumprimento.

O autor justifica a proposição pela necessidade de prevenir os acidentes em piscinas, que, segundo ele, podem acarretar várias consequências.

De acordo com a análise, Sr. Presidente, dado o caráter de urgência da matéria, iremos expor brevemente o nosso posicionamento.

Em termos gerais, concordamos com a avaliação realizada pela CTFC e com o teor do substitutivo proposto por essa Comissão. No entanto, gostaríamos de sugerir algumas alterações que, a nosso ver, também aprimoraram o texto da proposição com vistas a melhor disciplinar a prevenção de acidentes em piscinas e torná-las ainda mais seguras.



Nesse sentido, cumpre ressaltar, inicialmente, que regulamentos técnicos, eventualmente acompanhados por procedimentos de avaliação da conformidade – certificação, por exemplo –, podem encarecer os produtos regulamentados, desestimulando sua produção pela indústria e a aquisição pelos usuários.

Registre-se, ainda, que, consoante o Guia de Boas Práticas de Regulamentação, publicado por meio da Resolução do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro) nº 5/2007, a implantação de novos regulamentos técnicos deve ser avaliada sob a ótica da questão a ser solucionada, dos impactos econômicos, sociais e ambientais das contramedidas propostas e de seus custos, benefícios e riscos.

Há, também, a questão da repartição de competências entre os entes federativos. A regulamentação da construção civil, de forma geral, e de piscinas públicas, no caso em particular, pertence à jurisdição do Município, por ser um assunto de interesse local, conforme estabelece o art. 30 da Constituição Federal. Além disso, há leis estaduais que atribuem, como condição *sine qua non* de liberação de construções pelos Municípios, aqui também englobando as piscinas públicas, a inspeção pelos Corpos de Bombeiros Militares.

Por essas razões, propomos tornar obrigatório para todas as piscinas existentes, em construção ou em fabricação o uso de dispositivos de segurança exigidos nas normas técnicas para o setor de piscinas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e nas normas técnicas dos Corpos de Bombeiros Militares, com o objetivo de resguardar a integridade física e a saúde dos usuários.

Por fim, sugerimos ainda: adequar as sanções estabelecidas pela norma à gravidade das infrações; normatizar, em regulamento, determinados aspectos técnicos, tais como a instalação de dispositivo manual que permita a interrupção de emergência de sistemas automáticos utilizados para a recirculação de água, o isolamento das piscinas, a sinalização de profundidade, a adoção de piso antiderrapante e a visibilidade da piscina; e estipular uma cláusula de vigência compatível com as mudanças propostas.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014, nos termos do Substitutivo:

Emenda (Substitutivo).

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014

Estabelece requisitos mínimos de segurança para fabricação, construção, instalação e funcionamento de piscinas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatório para todas as piscinas existentes e em construção ou fabricação no Território nacional o uso de dispositivos de segurança exigidos nas normas técnicas para o setor de piscinas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e nas normas técnicas dos Corpos de Bombeiros Militares, com o objetivo de resguardar a integridade física e a saúde de seus usuários, principalmente contra o turbilhonamento, o enlace de cabelos e a sucção de partes do corpo humano.

Art. 2º É obrigatória a instalação de dispositivo manual que permita a interrupção de emergência de sistemas elétricos utilizados para a recirculação mecânica de água em piscinas.

§1º O dispositivo de parada de emergência deverá estar em local visível na área da piscina, bem sinalizado e de livre acesso;



§2º Fica estabelecido, para piscinas já existentes, o prazo de 5 (cinco) anos para cumprimento do disposto no *caput* desse artigo.

Art. 3º Nos casos especificados em regulamento, as piscinas deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- I - serem isoladas da área de trânsito de pessoas;
- II - manterem entorno revestido com piso e borda antiderrapantes;
- III - exibirem sinalização de profundidade; e
- IV - serem visíveis a partir do exterior.

Art. 4º O cuidado com a integridade física dos usuários de piscinas é de responsabilidade compartilhada, cabendo, respectivamente:

I - aos usuários de piscinas:

- a) manter e zelar para a manutenção de comportamento responsável e defensivo nas piscinas;
- b) respeitar e fazer respeitar a sinalização de advertência e as normas de utilização das piscinas, incluindo normas específicas para sua utilização;

II - aos proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que possuem piscinas, respeitar, na construção e manutenção das piscinas, as normas sanitárias e de segurança pertinentes expedidas pelas entidades credenciadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Conmetro;

III - aos proprietários de piscinas de uso doméstico, respeitar, na construção e manutenção, as normas sanitárias e de segurança definidas no regulamento.

Parágrafo único. Durante o arrendamento da piscina, as responsabilidades dispostas no inciso 11 do *caput* deste artigo são automaticamente transferidas para o arrendatário.

Art. 5º Os proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que disponibilizam o uso de piscina ficam obrigados, nos termos do *caput* e do parágrafo único do art. 8º e do art. 9º...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – ... da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a informar os riscos que seu produto oferece aos consumidores se utilizado sem as devidas precauções de segurança.

§1º As informações de segurança de que trata o *caput* consistem em sinalização de alerta, em lugar visível e de tamanho legível.

§2º O descumprimento do *caput* sujeita os proprietários, administradores e responsáveis técnicos às mesmas responsabilidades previstas no art. 8º desta Lei, não isentando os infratores das responsabilidades cíveis e penais cabíveis em cada caso.

Art. 6º O responsável pela produção, comercialização, construção, operação ou manutenção de piscina em desacordo com o disposto nesta Lei e em regulamento estará sujeito às penalidades previstas na legislação civil e penal.

Art. 7º As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam os infratores às seguintes penalidades:

- I - multa, a ser aplicada de acordo com a gravidade da infração;
- II - interdição, até que sejam sanados os problemas identificados; e III – cassação da autorização para funcionamento da piscina ou do estabelecimento fornecedor, em caso de reincidência.



§1º As penalidades administrativas não isentam os infratores de responsabilidades civis e penais cabíveis.

§2º A concessão de habite-se ou de alvará para o funcionamento de edificações ou estabelecimentos com piscina fica condicionada ao atendimento do dispositivo nesta Lei.

Art. 8º Os Poderes Executivos estadual, municipal e distrital, no âmbito de sua competência, regulamentarão o dispositivo nesta Lei, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização e pela aplicação das sanções cabíveis nos casos de infração.

Art. 9º Esta lei entra em vigor após decorridos 120 dias da sua promulgação oficial.

Era esse o relatório, Sr. Presidente (**Íntegra do Parecer nº 143/2017 – PLEN-SF – Vide item 2.2.3 do Sumário**)

(Durante o discurso do Sr. Wilder Moraes, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)

(Durante o discurso do Sr. Wilder Moraes, o Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O parecer do Senador Wilder Moraes é favorável à matéria, nos termos da emenda do novo substitutivo que ele apresenta. É esse o parecer do Senador Wilder Moraes. É um novo substitutivo ao projeto que foi apresentado no relatório do Senador Dário Berger. Então, o parecer é favorável, nos termos do novo substitutivo. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu quero fazer uma colocação que talvez ajude aqui, Presidente, a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Wilder fez um excelente relatório pela Comissão de Assuntos Sociais e destacou dois pontos que eu considero importantes – e também concorda o Senador Dário Berger –, que são exatamente o art. 8º e o art. 9º.

O art. 8º diz: Os Poderes Executivos estadual, municipal e distrital, no âmbito de sua competência, regulamentarão o dispositivo nesta Lei, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização e pela aplicação das sanções cabíveis nos casos de infração.

E o art. 9º: Esta lei entra em vigor após decorridos 120 dias da sua publicação [e não 30 dias, exatamente para dar prazo de adaptação a essa questão das piscinas].

Então, se o Senador Dário Berger concorda com esses dois artigos, ele poderia inserir no seu relatório. Em homenagem ao Senador Dário Berger, nós daríamos prioridade ao relatório dele, exatamente com esse ajuste, porque é um ajuste que melhora a operacionalidade do projeto.

A palavra cabe ao Senador Dário Berger, mas fica aqui a sugestão, como uma forma de harmonizar os dois relatórios, que são excelentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto tramita nesta Casa desde 2007, portanto há mais de dez anos, através do Projeto de Lei nº 1.162, de 2007, de autoria do Deputado Mário Heringer.



Esse projeto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estabelece requisitos mínimos de segurança para fabricação, construção, instalação e funcionamento de piscinas e, naturalmente, estabelece as responsabilidades em caso de descumprimento.

O substitutivo que apresento é fruto de um amplo debate com diversos setores da sociedade, Corpo de Bombeiros, Associação Brasileira de Salvamento Aquático, Confederação Brasileira de Clubes, Sindicatos dos Clubes de São Paulo, Sindiclubes, entre outros colaboradores, assessores do meu gabinete e também consultores do Senado Federal.

Talvez a parte mais importante desse projeto que ora apresento, do relatório, seja tornar obrigatório, em todas as piscinas de todo o território nacional, o uso de dispositivo de segurança apto a resguardar a integridade física de seus usuários, ou seja, especialmente quanto ao turbilhonamento, ao enlace de cabelos e à sucção de partes do corpo humano.

Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque, na verdade, os acidentes em piscinas, sobretudo as residenciais e as coletivas, são eventos devastadores na sociedade brasileira. Sistemáticamente, nós observamos pela mídia o falecimento de crianças, principalmente de crianças, que são sugadas pelos orifícios da piscina, pelo cabelo e que perdem as suas vidas, o que, no decorrer da apresentação do meu relatório, vai ficar mais explícito.

Estima-se que as ocorrências fatais, portanto, mortes envolvendo crianças alcançam a assustadora cifra de 80 casos por ano. Esses números não compreendem apenas aquelas situações em que milagrosamente as crianças são socorridas. Nesses casos, infelizmente, em razão da gravidade das lesões, as vítimas e seus familiares são condenados a uma vida de restrições, sofrimentos, em razão das sequelas irreversíveis que lhe são privados em função dessa exigência não digna.

Esses trágicos episódios poderiam ser facilmente evitados, buscando, para tanto, a observância dos padrões de segurança mínimos, que são de custos irrisórios, irrelevantes, insignificantes. Seria basicamente, Senadora Lúcia Vânia, uma tampa, que hoje custa no mercado cerca de R\$50, para que as crianças, sobretudo, desavisadas, que não têm noção do perigo, pudessem efetivamente se livrar dessa sucção e não serem sugadas por um membro ou pelo cabelo e, enfim, serem levadas à morte.

Portanto, existem aproximadamente no Brasil cerca de 1,7 milhão de piscinas. Porém, inexplicavelmente, cerca de 90% delas não atende às exigências mínimas de segurança.

Idealizadas como ambiente de recreação, as piscinas são os espaços em que ocorrem 53% de todos os casos de óbitos por afogamento de crianças na faixa etária de 1 a 9 anos – 53% dos afogamentos em casos de óbitos no Brasil ocorrem na faixa etária de 1 a 9 anos. Estatísticas revelam que, em 2011, o afogamento foi a segunda causa de óbito entre crianças de 1 a 9 anos. Vou repetir: estatísticas revelam que, em 2011, o afogamento foi a segunda causa de óbito entre crianças de 1 a 9 anos e a terceira causa entre 10 e 19 anos.

Portanto, estamos tratando de um caso muito especial que está aqui, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, desde 2007 e que merece uma reflexão ampla de toda a sociedade brasileira, sobretudo porque essa matéria já foi manchete dos principais jornais do Brasil. Recentemente, o Fantástico fez uma matéria sobre essa questão, inclusive relatando um caso que aconteceu em Balneário Camboriú, onde uma menina de 11 anos perdeu a sua vida numa piscina, sugada pelos cabelos. E, por incrível que possa parecer, havia pessoas próximas à piscina que, infelizmente, não conseguiram em tempo hábil retirá-la da piscina, em função da força da sucção do cabelo, o que acabou levando a criança a óbito.



Ora, nós precisamos tomar uma atitude a respeito desse assunto. Não é possível que nós continuemos da forma como estamos. E é por isso que o meu projeto, meu substitutivo apresenta apenas 13 artigos simples, objetivos, no seguinte sentido: os incidentes que envolvem a sucção dos cabelos, geralmente de crianças e adolescentes e geralmente do sexo feminino – que são crianças que tem cabelos maiores, o que facilita a sucção –, entre outras partes... As crianças e adolescentes do sexo masculino correspondem a um assustador correspondente de 35% das mortes. Isso pode, como eu já falei, ser evitado com atitudes simples, com custo baixíssimo. Isso não tem nenhum problema de custo praticamente para ninguém. Isso é apenas uma tampa que se coloca nos orifícios que provocam sucção quando a piscina está ligada, seja para drenar, seja para limpar, seja para esvaziar, seja para qualquer tipo de procedimento sem os quais essa sucção não existe. Por isso que estabelecemos esses critérios.

Portanto, esse é um substitutivo que fiz no projeto de lei de autoria do Deputado Mário Heringer, do PDT de Minas Gerais, por entender, com o devido respeito ao notável trabalho desenvolvido pela Câmara dos Deputados, que o texto original é excessivamente técnico, podendo obstaculizar muitas questões que precisam ser facilitadas para diminuir os acidentes nas piscinas.

Após inúmeras contribuições apresentadas pelos ilustres Senadores, consultores e assessores que integram inclusive, como eu falei, meu gabinete, e após um injustificado período de dois anos de espera, o substitutivo foi aprovado na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, contando, é verdade – é importante destacar –, com uma ampla participação e colaboração da sociedade.

Em razão da sensibilidade e da premência do tema...

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... apresentou-se neste plenário requerimento de urgência para tramitação da proposta que disciplina esta matéria, submetendo, então, à elevada apreciação e deliberação de V. Ex^{as}.

Dada a importância da matéria, peço a V. Ex^{as} a sensibilidade maior para a aprovação deste importante projeto de lei que, é bem verdade, não diminuirá a dor das famílias que já perderam seus entes queridos ou cotidianamente testemunham os seus sofrimentos, mas corrigirá, sem dúvida nenhuma, uma série de omissões no trato dessa relevante questão.

Por fim, Sr. Presidente, é importante destacar que o projeto, ao versar sobre a proteção da saúde, ao seu figurino constitucional e também quanto à juridicidade, está em plena harmonia com a legislação infraconstitucional que tangencia o tema nos planos estadual e federal, inexistindo, no caso, invasão de competências dos demais entes da Federação, razão pela qual merece a sua aprovação.

Bem, para atender a uma solicitação ou talvez um substitutivo do Senador Wilder Moraes e, sobretudo, com a intervenção do Senador Romero Jucá, eu concordo, dou o meu "de acordo" às propostas formuladas já pelo Senador Romero Jucá, que seria uma emenda ampliando o prazo de adaptação de 30 dias – que no meu projeto original estabeleci – para 120 dias. Essa é a proposta do Senador Wilder Moraes. Então, para não obstaculizar o nosso projeto original, do qual foi cuidadosamente elaborado um parecer com a contribuição de dezenas de pessoas, de entidades que lidam, lutam e atuam diretamente nessa área e nessa questão e que estão de acordo, até porque, Senador Romero Jucá, o preço para resolver essa questão das piscinas existentes é irrisório, insignificante.



Evidentemente, daqui para frente, todas as piscinas terão de atender a nova legislação, cujo preço também é praticamente insignificante. Agora, significativo mesmo é uma vida que se perde pela inoperância, pela falta de compreensão e responsabilidade – o que nós temos, para aprovar essa matéria o mais rapidamente possível.

Então, eu concordo com esses dois artigos, estabelecendo que os Poderes Executivos estaduais, municipais e distritais... Isso está implícito na minha matéria, isso é intrínseco à matéria. É claro que nós vamos fazer um disciplinamento nacional, e o disciplinamento, observando as questões federativas, fica a cargo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros.

Também quanto ao prazo, evidentemente, não é do meu gosto estender esse prazo para 120 dias, mas se for para que a gente possa buscar um entendimento, eu concordo, então, com a aprovação do prazo de 120 dias.

Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe, só um minutinho. Precisamos ver o entendimento primeiro para a gente poder entrar na discussão final.

A pergunta ao Senador Wilder Moraes: a emenda ainda não chegou à mesa. Mas, como poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, V. Ex^a concorda em retirar o substitutivo acrescido dessas emendas propostas por V. Ex^a? Se V. Ex^a concordar, as emendas vêm à mesa, e eu retirarei, obviamente, o requerimento de preferência de V. Ex^a.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP – GO. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu concordo, desde que a gente mantenha os arts. 2º, 7º, 8º e 9º, que são do projeto, colocando essas emendas. Aqui já havia sido ajustado. O acordo está firmado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Arts. 2º, 7º, 8º e 9º, Senador?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Arts. 2º, 7º, 8º e 9º do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Desculpe, arts. 2º...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Arts. 2º, 7º, 8º e 9º.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, eu não conheço o 2º e o 7º, de forma que não posso concordar com o que eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Romero. Líder Romero, por gentileza, há uma discussão entre os dois Senadores, e eu queria que V. Ex^a, que intermediou a discussão, concluísse para sabermos o que vamos fazer com a matéria.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, eu posso ler o art. 2º.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Sem revisão do orador.) – Eu concordo, Sr. Presidente, apenas com o art. 8º e o 9º, porque os outros artigos... Parece-me que o projeto do



Senador Wilder Moraes desconfigura consideravelmente o projeto. Ou seja, torna pouco eficiente, na minha opinião...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Torna pouco eficiente o projeto de lei.

Eu concordo com a ampliação para 120 dias.

Ele retira, se eu não estou equivocado, um desses artigos, retira a multa, colocando genericamente, o que reduz a eficácia da norma.

O que que adianta, eu pergunto a V. Ex^{as}, do que que adianta estabelecermos um regramento sem uma punição para aqueles que, efetivamente, não cumprem?

Então, não posso concordar se for esse artigo. Não sei se é esse.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, o art. 7º, com certeza, é isso. Nós não podemos legislar se há uma legislação estadual ou municipal, e não é papel nosso, do Senado, definir multa nesse projeto. Pelo art. 7º, fica sendo da responsabilidade municipal e distrital.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Romero, para tentar intermediar o que vamos colocar em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – Esse projeto é muito importante. É um projeto simples, mas tem um grande alcance humano. O Senador Dário trabalhou nesse projeto, se debruçou nele, e o Senador Dário é muito perspicaz, porque trabalha em busca de resultados efetivos. E eu entendo a posição do Senador Dário. Se fica uma legislação muito frouxa, termina não acontecendo nada. As crianças vão continuar a morrer.

Então, o que nós ponderamos? Duas questões. Primeiro, não é obrigado a fazer em 120 dias; é em até 120 dias. Quem tiver consciência vai trocar o ralo da piscina amanhã. Não precisa esperar 120 dias para trocar o ralo da piscina. Primeira questão.

A segunda questão, a questão das multas que está sendo colocada aqui. No art. 8º nós estamos colocando que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vão regulamentar as aplicações e a fiscalização. E, conseqüentemente, as multas. Então, não precisa tirar nada do relatório do Senador Wilder, que também está muito bem feito, porque a concepção do Senador Dário é outra e está na regulamentação a questão das multas.

Sinceramente, eu acho que com o somatório dos arts. 8º e 9º do Senador Wilder, do relatório da CAS, com o restante do relatório do Senador Dário mudando o prazo de 30 dias para – é claro – 120 dias no máximo, nós teremos um bom resultado para que as pessoas possam ser protegidas e o projeto possa ter efetividade, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a vai discutir a matéria, mas nós precisamos saber o que vamos discutir. Primeiro, eu preciso saber...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu já sei, eu quero sustentar a posição do Senador Dário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu quero saber se o Senador Dário Berger...



Existe um procedimento a seguir, regimental. Há um pedido de preferência, senão vai ter que ter votação da preferência. Aí, vou ter que botar em votação o requerimento. É por isso que estou paciência a V. Ex^a neste sentido: para V. Ex^a ter certeza do que vamos discutir aqui.

Então, Senador Dário Berger, a indagação é a ponderação do Senador Romero, se V. Ex^a concorda.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Concordo. Estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Se V. Ex^a concorda, concorda então com o que colocou o Senador Wilder Moraes. Então, está incorporado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não...

Presidente, mas só para perguntar então ao Senador se ele está concordando em que se suprimam os artigos, se alterem os arts. 2º, 7º, 8º e 9º.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não, não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Porque, se for isso, desfigura o projeto.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não, não, não, não. É o art. 8º e o art. 9º.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito, perfeito.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só o art. 8º e o art. 9º. Senão, o projeto fica completamente desfigurado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – De pleno acordo com V. Ex^a.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Perfeito.

Que foi a proposta, inclusive, do Senador Romero Jucá para buscar o entendimento.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu só queria colaborar de maneira muito objetiva também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Nós ouvimos o Senador Wilder, o Senador Dário. Nós estamos tratando de uma matéria muito grave. A Senadora Lúcia Vânia está aqui ao lado. Em Goiás, três crianças morreram no ano passado. O Senador Dário falou de 80 mortes por ano de crianças de até nove anos em piscina, cabelo preso, situações...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Foram 1.115 no ano passado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós estamos lidando com um projeto que está há dez anos tramitando na Câmara e no Senado.

Eu acho que esse prazo de 180 dias... Eu fui Prefeito e V. Ex^a também, se nós estamos tratando de algo grave, não pode passar de, no máximo, até 120 dias. Já seria razoável, mas... Ou até 120 dias. É possível. Já que estamos fazendo emendas com alterações, eu faço uma ponderação, senão vai-se fazer uma conta de que até a implementação efetiva do projeto vamos perder vidas assumidamente.



O propósito nosso aqui é de fato salvar vidas e criar uma regulamentação aplicável. Nós estamos determinando no art. 8º que os Estados, Municípios e a União vão estabelecer o regulamento. Perfeito. V. Ex^a está acatando. E no 9º estamos falando de prazo. Ora, tem que entrar até, como foi sugerido aqui... Eu tinha sugerido ao Senador Romero Jucá – mas eu espero sinceramente que, se é uma coisa grave, não vamos envolver o Corpo de Bombeiros, as empresas; é simples a adaptação, V. Ex^a falou – nós não passarmos de 120 dias, senão vão ser seis meses. É o apelo que faço para colaborar com o projeto.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Randolfe está pedindo a palavra já há bastante tempo.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente.

Há alguns dados que considero importantes para orientar o debate e que, acredito, foi o que inspirou essa matéria. Veja, no ano de 2011, foram 1.115 crianças. Esses dados são do DATASUS, do sistema de informações do Sistema Único de Saúde. Em 2011 – em 2011, esses números aumentaram – foram 1.115 crianças que morreram em acidentes em piscinas, além de outras 293 que foram hospitalizadas. E 37% desses casos, Senador Dário, envolvem crianças de um a quatro anos.

Vejo, de vez em quando, alguém aqui pegar o microfone para defender criança. Defender criança é agora, nesse projeto. Cumprimento V. Ex^a por, em seu texto original, estar mantendo os quatro dispositivos. Veja, se for aprovada essa alteração que é proposta pelo Senador Wilder...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... vamos fazer de conta que aprovamos alguma matéria de proteção às crianças e vamos continuar expondo todas as crianças do Brasil ao risco de continuarem sendo sugadas nas piscinas, ao risco de continuarem morrendo nas piscinas. Isso porque nós não queremos regular os excessos de lucro de clubes e de donos de piscinas.

Vejo claramente o mérito, a alma do projeto de V. Ex^a. Por isso digo a V. Ex^a: não abra mão do seu texto original. Por isso é que disse a V. Ex^a. Se V. Ex^a abrisse mão, nós assumiríamos o texto original de V. Ex^a. Nós assumiríamos e apresentariamos destaque para a manutenção do texto original.

O que querem alterar é, simplesmente, o seguinte: o art. 2º. O que diz o art. 2º do texto? "É obrigatória a instalação de dispositivo manual que permita a interrupção de emergência." Se nós retirarmos isso, retiraremos o primeiro espírito do projeto. O art. 7º. No texto original, V. Ex^a estabelece o seguinte: "As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam os infratores às seguintes penalidades: I - multa de até 20% do faturamento."

No substitutivo que estão propondo aqui tiram "até 20% do faturamento". Fica ao bel-prazer de clubes, de donos de piscinas, de quem quer seja, de empresas e de reguladores do Poder Público estadual e municipal, muito suscetíveis à pressão do poder econômico, aplicar...



(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... a multa que melhor lhes convier. Tem de ser 20% do faturamento.

Por fim, Senador Dário, o art. 8º ainda fala que os Poderes Executivos estaduais e municipais, no âmbito de suas competências, regulamentarão a lei. Vamos ficar ao bel-prazer dos poderes infraconstitucionais, podendo ser...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... uma atribuição nossa estabelecer isso aqui? O que temos de definir é se estabelecemos aqui, ou não, uma regra dura que impeça esse número alarmante de mais de mil crianças, mais de mil crianças por ano sendo mortas nas piscinas brasileiras.

Muita gente aqui fala em defesa da criança. Está aqui um projeto. Vamos aprovar o projeto de V. Exª com o texto integral. Aí teremos uma prova concreta, aqui, de que defendemos a vida das crianças brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Wilder, para concluir. Vou tocar a matéria.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, parece até que a gente está contra a proteção das crianças. Não há nada disso. Isso faz dez anos que está aqui. Será que eu tive de chegar ao Senado para fazer esse relatório e votar? Então, que conversa fiada é essa? Faz dez anos que esse projeto está em tramitação. Só agora chegou-se à conclusão.

Concordo com o Dário Berger na questão do prazo, de até 120 dias. Não há problema. Os únicos itens que estavam aqui em disposição, itens 7, 8 e 9, se ele concordar, o nosso relatório está perfeito e está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Dário, eu vou fazer a última consulta e vou botar o requerimento em votação.

Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o Senador Randolfe Rodrigues mesmo mencionou, ele explicitou que, a considerar esses outros artigos que V. Exª citou, a lei, o projeto vai perder completamente a sua configuração e a sua eficácia. Não que eu não gostaria de concordar, mas eu entendo que ele perde substancialmente a sua essência.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Qual o item, Senador Dário? Qual item que perde a essência?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É o artigo... Deixe-me ver.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com os arts. 8º e 9º o senhor concorda. O 7º que perde?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É o 7º, que tira a multa.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sem a multa?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sem a multa.



O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Como é que nós do Senado Federal colocamos hoje 20% de multa, se há uma legislação estadual, municipal e distrital? Nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadores, eu vou ter que dar sequência. Não dá para a gente fazer este debate aqui nesse nível de discussão, item por item. Eu quero saber o seguinte: há concordância ou não há concordância em relação ao substitutivo?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Há concordância. Eu quero fazer as emendas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Tem que haver a concordância ou não, porque eu tenho que seguir a matéria. Eu não posso ficar aqui... Há concordância ou não há concordância?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Há concordância, Presidente. Nós não estamos aqui para... Nós fizemos um relatório, trabalhamos muito para termos velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A decisão é de V. Ex^a.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sim, há concordância.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Há concordância? Há concordância, Senador?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Há concordância com os arts. 8º e 9º. Essa é a concordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então, vamos deixar claro: o 2º e o 7º V. Ex^a não concorda, no relatório, em incluir. O 8º e o 9º V. Ex^a concorda em incluir e tem que mandar uma emenda para a Mesa. Ou então incluir no relatório de V. Ex^a, que ainda não está composto em relação a isso. Então, vai incorporar o art. 8º e o art. 9º do substitutivo apresentado, o novo substitutivo, pelo Senador Wilder.

Então, se nisso houver concordância, vou botar a matéria em votação. Se não houver discussão...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O.k., Presidente. Há concordância. Nós vamos colocar as emendas complementares aí.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa vai tomar a decisão: a incorporação dos arts. 8º e 9º do texto do Senador Wilder ao texto do Senador Dário. E eu pergunto ao Senador Dário: esse prazo, só para ficar claro nas notas taquigráficas, esse prazo de até 120 dias, há concordância por parte de V. Ex^a?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Concordo e incorporo ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concorda e incorpora ao relatório o prazo de até 120 dias? É isso?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então, vamos votar. Senador Wilder...

Eu pediria às assessorias que dessem um pouquinho de atenção para eu poder falar com o Senador Wilder, por favor.



Então, para poder ficar claro nas notas taquigráficas, há incorporação do art. 8º e 9º, de autoria do Senador Wilder, no relatório substitutivo, que vai ser incorporado ao substitutivo do Senador Dário Berger.

E o prazo, que eu não sei em qual artigo está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Está no 9º? Então, está incorporado com até 120 dias no 9º. Está modificado, já, e já está definido.

Então, eu vou encerrar a discussão e colocar a matéria em votação.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Sem revisão do orador.) – Presidente! Presidente! Presidente!

Eu queria só ponderar um pouquinho um acordo: no art. 7º, são muito pesadas as multas para os *resorts* do Brasil inteiro. Então, eu queria que V. Exª reconsiderasse, para a gente tentar fazer 20% do faturamento. É um item muito forte. Você concorda que esses *resorts* que faturam... Com uma multa desse nível, você quebra os *resorts* do Brasil.

Então, eu acho que a gente tem que ter cuidado com esse item.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Qual é a proposta de V. Exª, para ver se o Relator concorda, porque eu tenho que encerrar a discussão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Ah, o item 7 eu acho que é abusiva a multa, para a gente buscar um acordo nesse item.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não há acordo? *(Pausa.)*

Não há acordo, Senador Wilder?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente!

(Tumulto no recinto.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu preciso ouvir os Relatores, por favor.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O acordo está próximo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não, mas eu não vou ficar aqui a tarde inteira... Aqui não é...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – E V. Exª tem...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Nós estamos no Senado Federal, e não numa câmara de vereadores, com todo o respeito aos vereadores do Brasil.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – V. Exª tem toda a razão. Agora, eu não posso, Sr. Presidente, concordar com a retirada da multa por ser um *resort*...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Não é retirada da multa, Presidente. Vai ter multa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não, não, não. Não há concordância...

Eu quero saber: há concordância ou não há concordância? Não dá mais para ficar nessa discussão.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, nesse caso não há concordância. Não posso abrir mão da multa.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não há concordância no substitutivo, V. Ex^a incorpora o art. 8º e o 9º...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Nessas condições, então, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... constantes do texto do Senador Wilder, que serão incorporadas no turno suplementar.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Até 120 dias.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – No item 8 e 9, nós não temos discordância, não. É o item 7, só, com relação à multa, que é 20% do faturamento. Aí nós não temos acordo, que eu acho que vai prejudicar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não tem acordo, então vai para voto, Senador.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Então, pronto. Vamos votar, então.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vai por voto. Apresente o destaque em separado para ir para o voto.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou colocar em votação o substitutivo do Senador Dário Berger, acrescido dos arts. 8º e 9º, constantes do texto do Senador Wilder, que serão incorporados no turno suplementar.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o substitutivo. Fica prejudicado o projeto original.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo redação do vencido para o turno suplementar, será publicado na forma regimental (**Redação do vencido - Parecer nº 144/2017-CDIR-PLN - SF – Vide item 2.2.3 do sumário**).

Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à discussão do turno suplementar.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do substitutivo em turno suplementar.

Não havendo inscritos... (*Pausa.*)

Não havendo inscritos...

Ninguém apresentou emendas na discussão do turno suplementar, portanto vai valer o que está no texto do Senador Dário Berger.

Não havendo quem queira discutir, eu vou encerrar a discussão. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão. (*Pausa.*)

Não vou parar a sessão para atender assessor, aí é muito. Aí é muito para a Presidência depois de uma hora para paciência. Com todo o respeito aos que estão aqui no plenário. Encerrada a discussão.

Votação do substitutivo com as emendas referentes aos arts. 8º e 9º, constantes do substitutivo do Senador Wilder Moraes, que foi incorporado ao relatório do substitutivo do Senador Dário Berger.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental (**Redação final – Parecer nº 145/2017-CDIR-PLN - SF – Vide item 2.2.3 do Sumário**).



Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Teremos pelo menos uma votação nominal. Nós temos duas PECs a serem votadas.

Item 5 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2016, do Senador Cássio Cunha Lima e outros Senadores, que cria as polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital.

Parecer sob nº 56, de 2017, da CCJ, o Relator foi o Senador Hélio José, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

A discussão da proposta em primeiro turno foi encerrada no dia 16 de agosto.

Então, não há o que discutir mais. Já foi feita a discussão.

Passa-se à votação em primeiro turno.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação da Emenda nº 1, da CCJ (Substitutivo), em primeiro turno, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar, e os partidos, se quiserem, podem orientar as suas bancadas.

(Procede-se à votação.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Como encaminha o PMDB?

Nós estamos em encaminhamento de Liderança, por gentileza.

Como encaminha o PMDB?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O PMDB encaminha voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O PMDB encaminha "sim".

Como encaminha o PSDB?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O PSDB encaminha "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O PSDB encaminha "sim".

Como encaminha o PT? Senador Jorge Viana, como encaminha o PT?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – É "sim", Jorge! É "sim"!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Como encaminha o PP, Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – O PP encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou pedir às galerias – eu sei do entusiasmo – um pouquinho de silêncio, para a gente poder dirigir os trabalhos.



O PP encaminha "sim". Como encaminha o PSB de bola?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente!

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, trata-se da criação da polícia penal...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Aliás, V. Ex^a é a nova Líder do PSB e não se apresentou à Presidência.

A Presidência apresenta V. Ex^a como uma grande Líder nesta Casa, que tenho certeza de que vai liderar também perfeitamente a sua Bancada, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Tem a palavra V. Ex^a para encaminhar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O PSB encaminha "sim". Trata-se da polícia penal. É uma matéria que já tramita na Casa há algum tempo e nós compreendemos como necessária. O PSB encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – "Sim".

Como encaminha o PT?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, inclusive na Bancada, a maioria é favorável. Eu encaminho, então, em nome da Liderança, o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Encaminha o voto "sim".

Como encaminha o DEM, Senador Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não só cumprimento o autor desta emenda constitucional, o Senador Cássio, mas, ao mesmo tempo, elogio a tramitação célere dessa emenda que tem o objetivo que a sociedade toda, neste momento, espera com a criação dessa polícia penal, com o objetivo específico de poder cuidar das penitenciárias no País.

Hoje a crise de segurança é gravíssima.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – E nós devemos tomar essa providência, como estamos tomando, na tarde e noite de hoje, aqui no Senado Federal. A aprovação dessa emenda constitucional é de uma importância ímpar para este momento em que as facções estão tomando todas as penitenciárias do País. O Estado não tem mais controle delas. É fundamental que tenhamos uma polícia específica para poder implantar a ordem e dar condições para que as pessoas que estão ali detidas não possam continuar trafegando com informações e implantando esse clima de medo que implantam hoje no País.

A minha posição, como a do Democratas, é favorável.

Cumprimento o autor da emenda constitucional.

Eu solicitaria a todos os Senadores que viessem aqui ao plenário já que nós precisamos de um quórum qualificado.



(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Como tal, Sr. Presidente, o voto do Democratas é "sim".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Como encaminha o PR?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, o PR encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – PR, "sim".

Como encaminha o PSD de dado?

Como encaminha o Podemos?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o autor e dizer que, na verdade, o que nós vamos fazer hoje aqui é simplesmente tornar de direito o que já é de fato. Só que hoje os policiais que trabalham dentro dos presídios ficam como se fossem uma subpolícia, porque há a discussão sobre poder andar armado ou não, há a discussão que tem que haver uma babá. Essa é a grande verdade. O Estado faz retrabalho porque tem que colocar uma guarnição da PM para ficar cuidando. É a polícia cuidando da polícia, é o Estado gastando duas vezes. E aí rolava um certo preconceito. "Ah, não pode dar armamento para a polícia penal, para os que são chamados carcereiros."

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Agora não, esse projeto vem corrigir isso. Eles vão ser policiais de fato e de direito. E, daqui para frente, o Estado brasileiro vai ter quem manda dentro dos presídios, porque hoje quem manda são as facções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Como encaminha o Podemos, Senador?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Podemos encaminha "sim".

Como encaminha o PDT?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O PDT encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – "Sim".

Como encaminha o PTB, Senador Armando?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Encaminha o voto "sim".

E o PCdoB, Senadora Vanessa?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vota "sim".

O PPS, Senador Cristovam?

Como encaminha o PRB?



O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, o PRB encaminha "sim", corrigindo muitas distorções que vemos por aí. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vota "sim".

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O PSD, Presidente, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O PSD de dado.

O PSB já encaminhou.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O PSC.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O PSD.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O PSD de dado está na sequência.

O PSD, Senador Omar. O PSD de dado como encaminha?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida no projeto: o policial vai estar armado dentro do presídio? É isso, Senador Cássio?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Cássio é o autor.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É somente para uma explicação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Claro.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – O projeto não trata disso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não trata sobre isso, não. Mas fala em arma...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Não, não, não. Fala sobre...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Veja bem, o agente penitenciário ou o policial militar ou o policial civil armado dentro de um presídio é um perigo, porque toma a arma do policial, porque é um contra cem...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Não é isso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não é isso?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Não, não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Então, o PSD... Porque a preocupação é a questão do armamento dentro do presídio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Não, claro que não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Então, o PSD encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O PSD encaminha "sim".

Como encaminha o PPS? PSC de casa?

PSC? (*Pausa.*)



Está desligado o microfone de V. Ex^a.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu queria parabenizar o nosso Senador Cássio pela emenda constitucional. E, obviamente, é meritório que os agentes tenham esse novo *status*.

Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Como encaminha o Governo, Senador Romero?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, a Rede!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Ah, desculpe-me, a Rede.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A Rede encaminha "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Rede encaminha "sim".

Como encaminha o Governo, Senador Romero? Como encaminha o Governo?

O Governo encaminha...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Encaminha "sim"

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – "Sim". O Governo encaminha "sim".

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Aécio; e, depois, o Senador Hélio José.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, para cumprimentar o Senador Cássio Cunha Lima e para esclarecer aqueles ainda não tão familiarizados com o projeto. Na verdade, ele permite que se retire de um certo limbo os agentes penitenciários.

Há uma questão objetiva, porque, com a criação de uma nova carreira, que é aquilo que efetivamente se propõe aqui hoje, contorna-se um problema que existe na discussão da reforma previdenciária, em que os agentes penitenciários não eram classificados, não eram compreendidos no regime de aposentadoria especial, como outros policiais. Portanto, ao se criar essa nova carreira do serviço público brasileiro, supera-se essa questão e dá-se segurança a esses profissionais essenciais à segurança da sociedade brasileira e obviamente dos próprios presidiários.

Eu me lembro de que, no nosso governo em Minas Gerais, nós criamos a carreira dos agentes em larga escala, e hoje ela é uma carreira sólida, como é também em alguns outros Estados. E não há, para concluir, nenhum questionamento do ponto de vista federativo, não atenta contra a questão federativa, já que elas estarão subordinadas aos governadores de Estado e ao governador do Distrito Federal.

Portanto, é um projeto simples, mas que atende a um objetivo importante de uma categoria cada vez mais essencial à segurança tanto do sistema prisional quanto da sociedade brasileira.

Por isso o PSDB está apoiando integralmente a proposta do nosso colega Cássio Cunha Lima.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Hélio José tem a palavra. Senador Hélio José.



O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Relator dessa importante PEC, eu gostaria de cumprimentar o nosso eminente Senador Cássio Cunha Lima, que instituiu as polícias penais federal, dos Estados e do Distrito Federal, acrescentando-as ao conjunto dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública, definido no art. 144 da Constituição Federal.

Queria cumprimentar também os agentes penitenciários de todo o Brasil, que nos procuraram de forma ordeira, organizada, em todos os gabinetes.

Eu gostaria de fazer um apelo aos nossos demais Senadores para que viessem aqui ao plenário votar essa importante matéria.

Coube a mim, Sr. Presidente, a elevada honra de, junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatar tão importante e fundamental matéria, em um processo legislativo que inclui a realização de três sessões de discussão da proposta.

Nesse contexto, dá-se a esses novos órgãos de segurança pública do sistema brasileiro a competência para a segurança nos estabelecimentos penais e a escolta de presos.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A intenção do autor, o nosso eminente Senador Cássio Cunha Lima, além de igualar os direitos dos agentes penitenciários e policiais, é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos. Para tanto, a PEC insere o §5-A no art. 144 da Constituição Federal.

Por esses e muitos outros motivos, Sr. Presidente, nós queremos agradecer a V. Ex^a e novamente a todos os colegas do Plenário e a todos os Líderes pelo encaminhamento "sim"...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... e solicitar que os demais colegas venham ao plenário para votar essa importante matéria.

Parabéns a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Wilder Moraes, pela ordem de inscrição.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro quero parabenizar o autor, Senador Cássio Cunha Lima, e também o Relator Hélio José, pela criação dessas polícias penitenciárias, tanto a federal como a estadual e a municipal, e dizer que, com certeza, a sociedade estava procurando isso. Hoje, os presídios andam totalmente sem condições de ter uma administração correta. Com certeza, os agentes penitenciários têm hoje a criação da sua polícia, que tanto mereciam.

O meu voto é a favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Ana Amélia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Eu queria apenas chamar a atenção: é uma proposta de emenda à Constituição, que precisa de 49 votos favoráveis, votos "sim". É claro que estamos com um quórum de 55 Senadores, que já votaram, e, em todos os partidos, a matéria tem unanimidade.



Seguramente será voto "sim", mas penso que o Presidente tem que chamar também outros colegas para que essa votação seja assegurada com o quórum necessário, caro Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa convoca todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores. Nós estamos votando uma PEC do Senador Cássio Cunha Lima e precisamos de 49 votos "sim".

Eu vou dar a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Senador Cássio Cunha Lima, que, com sua experiência de Governador, pôde elaborar um projeto simples, mas de grande alcance, tanto um alcance social como também um alcance na área de segurança pública. E quero também cumprimentar o Relator da matéria, o Senador Hélio José, que dedicadamente se debruçou sobre o projeto e hoje nos oferece as condições para votá-lo aqui, neste plenário.

E eu quero aqui fazer uma homenagem, Senador Hélio José, neste momento, a um agente penitenciário de Luziânia que foi morto ontem durante o período de trabalho.

Um projeto como este significa muito para o Estado de Goiás, para o Brasil e, principalmente, para a segurança pública do nosso País.

Aos agentes penitenciários de Goiás o nosso abraço, o nosso carinho e, acima de tudo, o nosso respeito pelo seu trabalho.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem de inscrição, Senador Reguffe.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, esse é um projeto muito importante, que faz justiça aos agentes penitenciários, mas não apenas aos agentes penitenciários, pois é um projeto importante para a sociedade brasileira.

À medida que se cria aqui a polícia penal, isso faz com que policiais que hoje fazem a custódia dos presos passem a fazer o policiamento das ruas e a proteger a população nas ruas e faz justiça aos agentes penitenciários, que é uma profissão tão importante e que, às vezes, é desmerecida pela sociedade. A crise nos presídios está aí, e essa é uma forma de valorização de uma função que é importantíssima para a sociedade. Por isso, o meu voto favorável.

Quero aqui parabenizar o Senador Cássio Cunha Lima – eu estava conversando com ele –, pois essa é uma medida meritória.

Recebi também no meu gabinete um conjunto de agentes penitenciários e volto a dizer que isso é importante não apenas para essa categoria, mas também para a sociedade brasileira.



E o Senado Federal, nesta tarde de hoje, está dando um bom exemplo votando uma medida que é importante para a sociedade. Então, eu quero parabenizá-lo. Quando tem que criticar, eu critico; quando tem que elogiar, eu elogio. Hoje é uma medida importante para a sociedade.

Parabéns aos agentes penitenciários e à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Ivo Cassol, Senador Flexa, Senadora Simone.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só quero reforçar. Esses dias, usei a tribuna desta Casa e até pedi para colocar em votação essa PEC de iniciativa do nosso colega Cássio Cunha Lima.

Eu fui Governador do Estado de Rondônia por dois mandatos e, no dia a dia, vivendo junto com a polícia civil, com a polícia militar e com os agentes penitenciários, eu já verificava, naquela época, a necessidade de fortalecer os agentes penitenciários, colocando-os numa situação de igualdade com as demais polícias que temos no Estado de Rondônia e no Brasil. Portanto, eu defendi e continuo defendendo isso e votei favorável.

Eu quero pedir aos nossos colegas – estamos com 60 participantes aqui – que, se puderem, deem um pulo até o plenário para participarem desta votação pela importância que ela tem.

O Estado de Rondônia não fez concurso para a polícia militar, não fez concurso para a polícia civil, e, quando se vai transportar um preso para uma audiência de custódia, é preciso a polícia militar acompanhar. E é preciso a polícia militar também, às vezes, ficar nos presídios. Tudo isso pode ser feito a partir de agora com a polícia penal, pode ser feito por eles.

Eu voto favorável a isso, o que vou continuar defendendo, para que a gente possa ter sucesso e isso seja implantado, o quanto antes, em todos os Estados da Federação brasileira.

O meu voto foi "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Sem revisão do orador.) – Presidente, na mesma linha das Senadoras e Senadores que me antecederam, eu quero parabenizar o Senador Cássio Cunha Lima e dizer que esta emenda à Constituição que estamos aprovando é da maior importância para dar dignidade ao agente penitenciário, criando a polícia penitenciária. Todos eles têm uma atividade de alto risco em potencial, e é preciso que tenham condições de exercê-la com tranquilidade para que possam voltar aos seus lares em segurança. Há uma unanimidade a respeito, pois todos os partidos indicaram o voto "sim". Tendo 60 Senadores que exerceram o voto, já temos os 49 "sim".

Eu pediria, Presidente, que votássemos em seguida a Emenda 77, de 2015, que tem como primeiro subscritor o Senador Anastasia, e a Emenda nº 4, de 2017, de minha autoria, que regulamenta os juízes não togados dos tribunais eleitorais. E eu quero aqui registrar, para alegria nossa, os nossos vereadores de Santana do Araguaia. Santana do Araguaia é um Município ao sul do meu Estado do Pará, com enorme potencial desenvolvimento, na fronteira com o Tocantins. Estão aqui o Vereador Beto Toledo, do PSC; o Vereador Dançarino, do PSDB; a Cleo, Vereadora do PR. Vieram tratar de assuntos da maior importância para Santana do Araguaia. Há uma questão que está sendo negociada, em que já há a palavra do Ministro Dyogo de que ele dará as condições para que a Unifesspa possa contratar os professores para os cursos que estão com os prédios prontos em Santana. É preciso contratar professores e pessoal administrativo, para que



possa pôr para funcionar. E nós vamos agora até o DNIT tratar também da questão da concorrência da 158, estrada importante para o Brasil, não só para o Pará, para escoamento da soja.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sejam bem-vindos, levem lá um abraço ao Zé do Quinca e ao Zezinho também, como assessor.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje esta Casa, atendendo a uma determinação de V. Ex^a como Presidente de todos nós, atendeu a um apelo de V. Ex^a, ouvindo as ruas, aprovando, na Comissão de Constituição e Justiça, não apenas um ou dois, mas cinco projetos de lei, em caráter terminativo, que tratam exatamente de segurança pública e combate à violência urbana.

Dentre os cinco projetos, eu citaria três, Sr. Presidente, da mais alta relevância.

Um é do Senador Armando Monteiro, que altera o Estatuto de Defesa do Torcedor para introduzir sanções a clubes e torcidas organizadas que promoverem tumultos, conflitos coletivos ou atos de vandalismo em estádios ou logradouros públicos.

O outro, relatado pela Senadora Ana Amélia, é do Senador Ciro Nogueira, que tipifica como crime, Senadora Marta Suplicy, o induzimento, a instigação ou o auxílio ao automutilamento de criança ou adolescente – há o chamado Baleia Azul, que induz, inclusive, no ato final, o suicídio de crianças e adolescentes. Um ato mais do que criminoso passa a ser tipificado como crime, em caráter terminativo, pela CCJ.

Por fim, Sr. Presidente, dentre os cinco, está um que eu tive o prazer de relatar, do Senador Paulo Bauer, que altera a Lei de Execução Penal para deixar claro que as despesas do preso condenado ou que ainda esteja aguardando julgamento com o monitoramento eletrônico, as chamadas tornozeleiras eletrônicas, que têm um custo mensal de R\$350 a R\$400, passam agora a ter que ser custeadas pelo próprio preso, a não ser que ele seja hipossuficiente ou pobre. Do contrário, o preso que sai do regime mais rigoroso e passa ao semiaberto ou aberto, do fechado para o aberto, com tornozeleira eletrônica, terá que custear esse recurso para que o Estado possa economizar e investir em outro setor.

Com isso, Sr. Presidente, eu quero dizer que a Comissão de Constituição e Justiça acatou uma solicitação de V. Ex^a, que nada mais fez do que um apelo a esta Casa, ouvindo as ruas, que hoje entendem que o problema da violência, da segurança pública é tão grave quanto o problema da saúde pública.

E, agora, hoje, fechando com chave de ouro, V. Ex^a pauta essa PEC do Senador Cássio Cunha Lima, que garante a criação da polícia penal, da polícia penitenciária, um sonho antigo dos nossos agentes penitenciários, que estão lá nos presídios cuidando muitas vezes de pessoas de alta periculosidade, muitas vezes sem poder usar uma arma, sem poder se defender, ganhando salários irrisórios comparados aos da polícia militar, ao salário de um cabo ou de um sargento – o que dirá das mais altas patentes. Esse projeto garante não só um avanço no que se refere a garantir segurança pública à sociedade, mas resgata, acima de tudo, a valorização desses profissionais.

Em nome dos agentes penitenciários de Mato Grosso do Sul que aqui estão, que poderão num futuro breve ter uma carreira, exercendo-a com dignidade, com honra, principalmente servindo a população do nosso Estado e do Brasil, eu rendo as homenagens ao Senado Federal, que hoje



votou cinco projetos em caráter terminativo que tratam de segurança pública e combate à violência – volto a repetir – sob a ordem de V. Ex^a.

Agora, eu não tenho dúvida de que teremos aprovação dessa PEC da mais alta relevância.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Simone Tebet, é extremamente relevante para todos nós e para o Brasil que nos assiste a informação que traz V. Ex^a, que é uma conhecedora profunda do direito brasileiro, inclusive do direito penal. Portanto, antes de dar a palavra ao Senador Paim, para encerrar na sequência, eu quero deixar claro aqui, na Mesa, que, que nós vamos, com esses projetos aprovados mais o segundo turno desta PEC e os projetos que o Senador Lobão, inclusive acaba de me comunicar, que são vários outros projetos, nós vamos votar algumas outras matérias e vamos fazer aqui – por que não? – a semana de combate à violência, em uma contribuição do Senado Federal com as leis necessárias para o combate à violência no Brasil.

Então, o Senador Anastasia que me olha ali, que tem PECs importantes e que é um grande jurista. Tenho certeza de que dará a sua grande contribuição no debate nessa semana que nós queremos fazer aqui oferecendo leis de combate à violência, que atormenta a cada um de nós brasileiros.

Senador Paim, tem a palavra pela ordem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, de forma muito rápida, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a e cumprimentar com muito respeito o Senador Hélio José e o Senador Cássio Cunha Lima.

Eu conversei muito com o Senador Cássio Cunha Lima. Ele estava tão convencido de que essa proposta tem uma grandeza enorme para os nossos queridos policiais – agora os policiais penitenciários, agentes penitenciários – que ele me disse: "Paim, se for preciso, eu vou contigo em todos os Estados". Cássio disse isso, mas, pela grandeza dos Senadores e Senadoras, nós estamos votando isso hoje, e não foi preciso. E foram vocês que vieram dos Estados para cá.

Cássio, Hélio José, parabéns. Senador Eunício, parabéns. Parabéns a vocês.

Valeu a luta. A conquista é de todos nós, é do povo brasileiro. Valeu, Cássio. Um abraço a todos. Valeu, Presidente.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu recebi vários apelos dos agentes penitenciários do Mato Grosso do Sul. Eu me lembro, por exemplo, de que eles não tinham direito de porte de arma. Então, cuidavam de presos e saíam dali sem nenhuma arma, sem nenhuma proteção. Eu acho que, entre tantas outras coisas boas, esse projeto do Senador Cássio Cunha Lima vai eliminar esse problema, porque eles vão ser exatamente policiais penais. Então, essa era uma das grandes injustiças. Você cuida de, às vezes, criminosos muito perigosos, e não tem o direito de porte de arma. Então, eu acho que, entre tudo o que se falou aqui, resolve-se também esse problema.

No meu Estado, por exemplo, Mato Grosso do Sul, 70% ou 60% são presos da União, porque é a questão da droga, que é considerado crime da União.

Então, eu quero parabenizar o Senador Cássio Cunha Lima e também o Presidente desta Casa, que fez realmente e vai continuar fazendo pautas urgentes nessa área de segurança. E parabéns a todos os agentes penitenciários aqui presentes.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Rose, depois Senador Garibaldi.

Na sequência, vou encerrar a votação.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria ressaltar a importância – e, aos poucos, esta Casa vai compreendendo – do objetivo de fazer emendas constitucionais ou projetos de lei que atendam sobretudo o interesse da sociedade orgânica, dos segmentos da sociedade.

Então, essa PEC 14, ansiosamente aguardada pelos agentes penitenciários, eu digo que é um avanço considerável. É muito difícil não reconhecer que o objetivo de igualar direitos de agentes penitenciários e policiais e ainda liberar as Polícias Cíveis e Militares das atividades de guarda e escolta de presos, uma coisa que já poderíamos ter feito há bastante tempo, vem numa hora extremamente oportuna, em que a sociedade, sacrificada de todas as maneiras, e os segmentos também reconhecem que essa proposta é uma proposta que avança para os agentes penitenciários, que faz justiça a todos eles. E, sobretudo, é uma luta deles, é o reconhecimento de que cada polícia penal, vinculada ao seu respectivo órgão administrador do sistema penal, estabelece que as polícias penais serão formadas pelos atuais agentes penitenciários e por novos servidores admitidos por concurso público. Eu considero um avanço e acho que, se mais tivermos que fazer, teremos que fazer reconhecendo outros direitos que acho que ainda os agentes penitenciários tenham a conquistar.

Portanto, eu quero parabenizar e dizer que, na competência dessas novas instâncias, de segurança de estabelecimento, de escolta de presos, se define o papel de cada um. Portanto, é importante reconhecer também a importância que têm os agentes penitenciários nessa luta que travam agora, com o voto unânime desta Casa a favor de todos vocês.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero trazer a minha palavra de congratulação a V. Ex^a pelo fato de estarmos votando essa importante PEC, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima e que contou com a relatoria do Senador Hélio José.

Não é preciso dizer da situação vexatória que o País atravessou há poucos dias com relação à situação penitenciária. Mas agora nós estamos virando uma página, Sr. Presidente, e vamos realmente contar com a fibra, com o entusiasmo daqueles que fazem a polícia penitenciária no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou encerrar a votação.

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu compreendo o entusiasmo, mas a galeria não pode se manifestar.

(*Procede-se à apuração.*) (**Lista de votação – Vide item 2.2.4 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votaram SIM 63 Sr^{as} e Srs. Senadores; NÃO, 0.

Abstenção, 0.



Um Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Portanto, está aprovada a matéria.

A Emenda nº 1, da CCJ, Substitutivo... Fica prejudicada a proposta.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação para o segundo turno será publicado na forma regimental (**Redação para o segundo turno - Parecer nº 146/2017-PLEN - SF – Vide item 2.2.4 do Sumário**).

A matéria constará da Ordem do Dia para o segundo turno constitucional, obedecendo ao interstício regimental.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu quero agradecer a V. Ex^a e solicitar a V. Ex^a, se possível, colocar em votação o PLC 152, de 2015, do Detran, que trata... Esse PLC teve a minha relatoria na CDH e a relatoria do nobre Senador Medeiros na CCJ.

Está sobre a mesa. Se V. Ex^a puder encaminhar, eu fico agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Hélio José, o 152 não está na pauta ainda. Eu vou colocá-lo na pauta. Aí, oportunamente, nós votaremos o 152, mas, por enquanto, ele não está na pauta.

Eu consulto ao Senador Anastasia – nós temos uma PEC extremamente importante de autoria de V. Ex^a – se nós deveríamos colocar essa PEC agora, com o quórum que temos, ou se deixamos para a próxima terça-feira.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Ex^a, mas me parece que, pelo quórum que temos, seria mais prudente deixá-la para a próxima semana.

É o que eu queria submeter à consideração de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então, fica como item da pauta para a próxima semana. Pela importância que tem essa matéria, nós precisamos votá-la na próxima semana, se Deus quiser.

Projeto de Lei da Câmara nº 80, que está na pauta, de 2015 (nº 757/2015, na Casa da origem), que altera a Lei 8.935, de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (dispõe sobre as remoções estabelecidas em legislação estadual e distrital).

A emenda...

Parecer sob nº 757, de 2016, da CCJ, o Relator: Senador Benedito de Lira, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1, apresentada na Comissão.

A Emenda nº 1 é considerada inexistente por não ter sido adotada pela Comissão nos termos do art. 124, inciso I, do Regimento Interno.

Discussão do projeto, em turno único.

Senador Randolfe.

(Soa a campainha.)



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria apelar a V. Ex^a. Esse projeto me parece muito polêmico. Há vários questionamentos, e nós estamos naquele momento da xepa, de fim de sessão. O Plenário produziu bem no dia de hoje, aprovou três matérias importantes, aprovou uma proposta de emenda constitucional.

Eu apelaria a V. Ex^a se não seria possível, para nós termos um Plenário melhor, ter um quórum mais qualificado, adiarmos esse debate para a sessão de terça-feira. É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não há nenhuma objeção da Mesa.

Eu consulto o Senador Benedito de Lira, Relator da matéria, tendo em vista o baixo quórum. Nós votamos várias matérias importantes no dia de hoje e já estamos com um quórum baixo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Calma! Calma! Há um orador na tribuna. Um minutinho só, por favor, Cidinho.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Benedito de Lira está fazendo a consulta dele.

Desculpa a V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... não temos nenhuma objeção com relação ao adiamento dessa matéria para a próxima sessão, considerando que, na verdade, nós precisamos discutir a matéria. A matéria já foi discutida na Comissão de Constituição e Justiça, os pareceres todos os Srs. Senadores já conhecem, mas eu vou aceder sem polêmica ao eminente Senador Randolfe Rodrigues, que pede o adiamento, com o qual concordamos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Agora, quero apelar a V. Ex^{as} para que, na próxima semana, nós possamos discutir e votar. Podemos perder ou ganhar, mas precisamos votar a matéria, porque ela já está há mais de 30 dias entrando e saindo da pauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O.k..

Eu vou dar a palavra ao Senador Cidinho, pela ordem de inscrição.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu concordo com V. Ex^a.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Presidente, é só para justificar minha ausência na última votação: eu estava numa audiência com o Ministro das Cidades acompanhando alguns prefeitos de Mato Grosso.



Registro meu voto "sim", conforme a orientação do meu Partido, o PR.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa considerará o voto de V. Ex^a.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Eu só queria, Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Benedito de Lira, dizer que acho que a ponderação que o Senador Randolfe faz é muito adequada. Nós já estamos no final da sessão, o tema requer uma discussão serena, bem feita. Eu tenho um posicionamento que quero apresentar, mas só queria ponderar também para que essa posição do Senador Randolfe fosse acatada, como até o Senador Benedito está concordando, para que não se discuta essa matéria, não se delibere sobre ela nesta sessão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu só queria aproveitar aqui, nós estamos também...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A sessão não acabou ainda, não. Nós estamos na Ordem do Dia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui mandar um abraço para o Prefeito de Cerejeiras, o Airton, em nome dos vereadores que estão presentes, o Kiko, o Isair Baldin e também o José Carlos. São vereadores que estão desenvolvendo uma cidade que hoje é uma demonstração de desenvolvimento e progresso no Estado de Rondônia, a cidade de Cerejeiras, juntamente com o Deputado Luiz Cláudio.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a no sentido de que fosse votado o Requerimento de nº 758, de 2017, PLS 163, que diz respeito ao problema do suicídio, Sr. Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, só para aproveitar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Só um minutinho.

Senador Garibaldi, suicídio?

Valorização da vida.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Semana de Valorização da Vida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Ah, valorização da vida.

Senador Cassol, permita-me só ler o requerimento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O.k.. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Na sequência darei a palavra a V. Ex^a.



Foi apresentado requerimento de urgência para o Projeto de Lei do Senado 163, de 2017, que será publicado na forma regimental (**Requerimento nº 758/2017– Vide item 2.2.5 do Sumário**).

Dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida, por solicitação do Senador Garibaldi, da Senadora Marta Suplicy e de outros Senadores.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Senador Ivo Cassol.

Aprovado o requerimento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só quero aqui fazer justiça. Nós aprovamos no Senado a fosfoetanolamina, que é a pílula do câncer, e alguns profissionais da saúde entraram no Supremo Tribunal Federal com uma ADI. A AGU (Advocacia Geral da União) pede ao Supremo Tribunal Federal a liberação da pílula do câncer.

A palavra final é do Supremo Tribunal Federal sobre a liberação ou não da comercialização e distribuição da fosfoetanolamina sintética, a chamada pílula do câncer, que eu tanto defendi nesta Casa e é uma oportunidade que as pessoas têm de um tratamento alternativo. O julgamento, se Deus quiser, deve sair antes do final do ano.

A Advocacia-Geral da União enviou nesta terça-feira [semana passada, dia] (5/9) ao ministro Marco Aurélio, relator da ação de inconstitucionalidade proposta pela Associação Médica Brasileira [a Associação Médica Brasileira fez um desserviço para os pacientes que acompanharam, que viram que a fosfoetanolamina também é outro tratamento alternativo] [...], portanto, favorável a que possam ter acesso ao medicamento [e não mais ficar proibido] [...].

[...]

Na manifestação encaminhada ao STF, a advogada-geral da União, Grace Mendonça, destacou, dentre outros, os seguintes argumentos:

[...]

[...] no exercício de sua atividade precípua, o Poder Legislativo também conta com instrumentos capazes de aferir as repercussões de seus atos em campos específicos da realidade econômica e social, como, por exemplo, as audiências públicas [de que nós participamos, que nós fizemos – Senador Pedro Chaves, o Senador Moka, como médico, também acompanhou –, em que ouvimos testemunho de pacientes], que propiciam um ambiente próprio para especialistas debaterem sobre determinada questão.

A realização da referida audiência pública pelo Congresso Nacional, da qual participaram especialistas das áreas médica e científica, embora não substitua o juízo técnico da entidade competente do Poder Executivo, confere substrato à edição do ato normativo em exame, que, diante de circunstâncias especiais, excepcionou as normas legais referentes à produção e ao consumo de medicamentos por seres humanos.

[...]

Ademais, a referida lei é de natureza provisória, uma vez que seus comandos somente são válidos enquanto os estudos clínicos acerca da fosfoetanolamina sintética [pílula do câncer] estiverem em curso.



Portanto, quero aqui, mais uma vez, dizer que nós defendemos, aprovamos uma lei e é uma oportunidade. E as pessoas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores que nos acompanham, que estão tomando a fosfoetanolamina, a pílula do câncer, até hoje, na minha cidade, Rolim de Moura, na região e no Estado de Rondônia, que tinham, por questões dos médicos, que ir para casa esperar a morte e encomendar a missa do sétimo dia estão com o convívio de seus familiares, com amigos até hoje.

Então, todo o tratamento que existe, a exemplo hoje da fruta graviola, que tem comentários dos pesquisadores no mundo inteiro – eu sou um plantador de graviola também, porque eu tenho, na minha propriedade, graviola, e, lá, nos finais de semana e durante a semana também, aproveitamos o suco da graviola, que dizem que é um preventivo contra o câncer –, todas as oportunidades têm que estar na mão daqueles que são diagnosticados com câncer.

Então, em todas as oportunidades elas têm de estar na mão daqueles que são diagnosticados com câncer.

Parabéns à Advocacia-Geral da União, que teve humildade e respeitou o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, respeitou este Senado. Nós estamos aqui para legislar, para fazer leis. E os médicos que querem ganhar dinheiro que aproveitem e tenham outra profissão, mas não em cima da desgraça alheia daqueles que, infelizmente, já estão carimbados para morrer quando são diagnosticados com câncer.

Aquele que tiver a oportunidade de um tratamento que o busque. Busque porque as pessoas que eu conheço que estão tomando a fosfoetanolamina estão normais em suas atividades, no dia a dia.

Era isso o que queria deixar para os meus colegas. Que Deus ilumine alguns profissionais que só pensam na desgraça alheia, vivendo em cima da doença dos outros, querem recuperar o dinheiro investido na quimioterapia e na radioterapia nesses recursos que têm feito. Portanto, eu defendo a fosfoetanolamina.

Parabéns à Advocacia-Geral da União.

Aguardem agora que o Ministro Relator, Marco Aurélio, coloque em pauta, tire a suspensão e aprove de uma vez por todas essas leis.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu preciso votar ainda duas matérias enquanto tem Senadores no plenário. Vou pedir a paciência do Senador. Na sequência, darei a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT. *Fora do microfone.*) – É só um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O requerimento, V. Ex^a tem de apresentar à Mesa para...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Já foi apresentado. É do PLC nº 38. É um requerimento que foi assinado pelo... Um pedido de urgência. É o PLC nº 38, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Foi apresentado requerimento de urgência, que será publicado na forma regimental, para o Projeto de Resolução de nº 34, de 2017, proveniente da Mensagem nº 54, de 2017, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará (**Requerimento nº 759/2017 – Vide item 2.2.6 do Sumário**).

Em votação o requerimento.



As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Não havendo objeção do Plenário, passa-se à apreciação da matéria.

Projeto de Resolução 34, de 2017 (apresentado como conclusão do parecer de nº 89, de 2017, o Relator foi o Senador Armando Monteiro, na CAE), que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$123 milhões (os recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará").

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental (**Redação final - Parecer nº 147/2017-CDIR-PLEN-SF – Vide item 2.2.6 do Sumário**).

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Mas antes, eu queria dizer a todos, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, que todos nós devemos, obviamente, nos concentrar em buscar soluções criativas e eficientes para os problemas que afligem a população dos Estados que nos concederam um mandato.

É nessa linha que anda esse empréstimo que acabamos de votar, concedido ao Estado do Ceará, no valor de cerca de R\$400 milhões, com uma contrapartida somando-se, do Governo do Estado, da ordem de mais de R\$170 milhões, totalizando cerca de R\$570 milhões.

Esses recursos terão várias destinações: primeiro, custear um redesenho do modelo de supervisão e acompanhamento do trabalho de todas as unidades de saúde do meu Estado; cursos de formação e especialização em gestão de saúde para mais de 300 gestores; e ampliação e melhoria em 7 unidades hospitalares e à interiorização de cursos universitários nas áreas de saúde, particularmente no Cariri e na cidade de Sobral. Esses recursos também irão para a construção e o aparelhamento dos hospitais a serem construídos na cidade de Limoeiro do Norte; do Litoral Leste, do Jaguaribe; e na Região Metropolitana de Fortaleza. Outra parte ainda será usada na construção da policlínica de Fortaleza e na melhoria da atenção ao parto em diversas regiões.

A despeito de opiniões políticas e eventuais divergências, todos os representantes do povo devem, no meu entendimento, se unir a favor de um bem maior. É o que espera toda a sociedade brasileira, mas é o que espera, fundamentalmente, a sociedade cearense. E esse é o meu compromisso com a população do meu querido Ceará. Não importa quem vai construir a obra, o que importa é que essa obra vai servir a uma população carente, sofrida, de um Estado pobre, situado no Nordeste brasileiro, o meu querido Estado do Ceará.



Portanto, eu quero agradecer a todos que aprovaram essa matéria – está ali o Senador José Pimentel, o Senador Tasso Jereissati, está aqui do meu lado o Deputado Genecias – e a tantos outros que participaram da compreensão de que é importante – e é importante, e muito importante – melhorarmos e levarmos recursos para que o nosso Ceará melhore a condição de saúde, de atendimento à saúde da nossa gente, principalmente da nossa gente pobre e sofrida, que depende do Estado para cuidar da sua saúde.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será, como eu disse, publicado na forma regimental.

A matéria vai à promulgação.

Requerimentos.

A Presidência informa que foram apresentados os requerimentos que serão publicados na forma regimental, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nº 160, 169, 171, de 2017, por regularem matéria correlata. Sustam o efeito do decreto que extingue a Reserva Nacional de Cobre (**Íntegra do Requerimento nº 760/2017 – Vide item 2.2.7 do Sumário**).

Votação em globo dos requerimentos.

Sr^{as} e Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos

As matérias passam a tramitar em conjunto e estão em regime de urgência devido à aprovação anteriormente do Requerimento 749, de 2017.

Requerimento nº 742, de 2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando a criação de uma Comissão Externa do Senado, com o objetivo de realizar diligência à cidade de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, a fim de averiguar a denúncia de massacre de indígenas na Terra Indígena Vae do Javari e verificar também as consequências de cortes orçamentários da Funai. Votação do requerimento

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Será cumprida a deliberação do Plenário, porque o requerimento foi aprovado

Requerimento sobre a mesa.

Há, sobre a mesa, requerimento que será publicado na forma regimental, solicitando, nos termos do art. 344 do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Requerimento nº 750, de 2017, pautado como item 15 da Ordem do Dia de hoje (**Íntegra do Requerimento nº 761/2017 – Vide item 2.2.8 do Sumário**).

A Presidência defere o requerimento e, conseqüentemente, retira a matéria de pauta

Requerimento.

Requeremos, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2015, que estabelece o PIB Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional (**Íntegra do Requerimento nº 762/2017 – Vide item 2.2.9 do Sumário**)

Sala de sessões, Senador Romero Jucá, Senador Wilder, Senador Medeiros e vários outros Senadores.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está encerrada a Ordem do Dia.



Mais uma vez, eu quero agradecer aos Senadores e às Senadoras que aqui compareceram. Hoje foi um dia importante para o Senado Federal, em que nós aprovamos várias matérias importantes para o nosso querido Brasil.

Eu fecho a sessão de hoje dizendo ao povo cearense que nós aprovamos, na noite de hoje, cerca de R\$400 milhões, mais uma contrapartida do Estado de R\$170 milhões, são R\$570 milhões para melhorar a saúde pública do meu Estado. Estou muito feliz, porque estou cumprindo com o dever para com todos os cearenses que me colocaram aqui neste Senado e com V. Ex^{as}, que me colocaram aqui nesta cadeira.

Um abraço! Boa noite!

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 53 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 131^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

is publicad
em 13.09.17.

go

Memo nº 068/2017/GSFERCOE

Brasília, 13 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Informa nova Filiação Partidária**

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, comunico oficialmente e para os devidos fins que efetivei filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB no último dia 06 de setembro. Sendo assim, solicito a atualização das informações no Senado Federal com relação à minha situação partidária.

Sem mais para o momento e certo de vossa costumeira atenção, agradeço antecipadamente ao tempo em que aproveito o ensejo para renovar os votos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

FERNANDO BEZERRA COELHO
Senador da República

Presidência do Senado Federal
Rivania Campos - Mat. 300862

Recebi o original

Em 13/09/17 Hs 10:00

ruana

Recebido em 13/09/17
Hora: 10:00

Camila Millena Brito Ventura
Camila Millena Brito Ventura
Estagiária-SLSF



Ofício recebido pela Mesa do Senado Federal:

Ofício nº 336/2017, da Senadora Ana Amélia, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação no 1º Seminário Internacional de Líderes, em São Paulo/SP, no último dia 11 de setembro, conforme aprovado no Requerimento nº 676, de 2017.

O Requerimento vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Governo

re nutevacar
Em 13.09.17.
16/09/2017

MEMO. 028/2017 – GLDGOV

Brasília, 13 de setembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação, para o cargo de 1º Vice-Líder do Governo no Senado Federal, do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO** e, para os demais cargos de Vice-Líderes, dos seguintes Senadores: **DAVI ALCOLUMBRE, FLEXA RIBEIRO, JOSÉ MEDEIROS, SÉRGIO PETECÃO e WILDER MORAIS.**

Atenciosamente,

Senador ROMERO JUCÁ

Líder do Governo no Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Recebido em Plenário.

Em 13/09/17

Laurenção





SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 180 / 2017

Brasília, 13 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

À Publicação
Em 13/9/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO** – PMDB/PE para compor como **SUPLENTE** as Comissões de Assuntos Econômicos – **CAE**; e de Relação Exteriores e Defesa Nacional- **CRE**, e como **TITULAR** a Comissão de Serviços de Infraestrutura – **CI**, em substituição ao Senador Romero Jucá – PMDB/RR.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **RAIMUNDO LIRA**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria



Discursos e documentos encaminhados à publicação



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho vindo constantemente a esta tribuna para debater a grave situação econômica e a falta de propostas desse governo para superá-la.

Recentemente, tive a oportunidade de ler as opiniões emitidas pelos economistas e professores Luiz Gonzaga Belluzzo e Delfim Netto.

Ambos participaram ontem do debate "A agenda brasileira: superando a miséria da crítica". O tema foi parte do seminário "As Razões do Agir: universidade e sociedade na crise da globalização", promovido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

E no debate, ambos consideraram "péssimas" as perspectivas da indústria nacional e "grave" a falta de políticas de investimento, sem as quais afirmam que o crescimento não voltará.

Segundo o professor Belluzzo, a atual política econômica de ajuste fiscal do governo Michel Temer é "uma coisa de insensatez".

Para ele, chega a insensatez um ajuste um ajuste fiscal com corte de investimento da forma como foi feito.

Na opinião dele, com a qual eu concordo, sem investimento, situação agravada com a Emenda Constitucional 95/2016 (conhecida como a emenda do teto dos gastos), no longo prazo, a economia não tem mecanismos que a façam avançar.

Para piorar a situação, "a composição da carga tributária é muito iníqua e injusta, e repousa sobre impostos indiretos, mais ou menos 55% da carga, o que reforça a má distribuição da renda".

O professor continua seu raciocínio: "O que assistimos hoje é a tentativa desesperada de se achar uma fórmula para encontrar um mercado que não existe".

Já o professor Delfim Netto, que ideologicamente se encontra muito distante do PCdoB ou da oposição fez uma afirmação ainda mais forte: "Voltamos a ser colônia. Os economistas que estiveram no poder conseguiram".

O professor Delfim Netto destacou durante a palestra que os valores necessários à "sociedade que queremos" estão na Constituição Federal de 1988: plena liberdade individual, igualdade de oportunidades e eficiência produtiva. Para isso, defendeu: "Precisamos de um Estado forte, regulado pela Constituição",

Para Delfim, a atual conjuntura mais uma vez comprova que, quando o sistema financeiro se apropria da economia real, o investimento acaba.

Acompanhe a sua explicação: "Criou-se uma sociedade de rentistas. Começou com Reagan imitando a Thatcher. Convenceram o Reagan que o mercado era um mecanismo perfeito".

É o momento em que ele faz referência ao ex-presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan (1981-1989) e à ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher (1979-1990).

Justamente os dois que propuseram os procedimentos do neoliberalismo para todos os países no chamado Consenso de Washington, em 1989.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é exatamente esse o caminho desenhado por Temer, o caminho da desindustrialização, do desmonte de garantias e direitos sociais e a privatização selvagem, conceitos defendidos naquela ocasião.

Um exemplo prático da aplicação dessas políticas pode ser sentido no bolso de todos os brasileiros.



Desde o ano passado, o governo tem implementado uma política de desmonte da Petrobras, visando em perspectiva a sua venda e retirada do Estado Brasileiro do controle desse setor estratégico para o país.

Um dos aspectos mais visíveis desta política é o desmonte dos efetivos da empresa e que foi ampliado com a saída em massa dos petroleiros que aderiram aos últimos PDVs, sem que houvesse reposição dos postos de trabalho.

O próprio Plano de Negócios e Gestão da Petrobrás para o período 2017-2021 anuncia a estratégia da atual diretoria de reduzir a participação da empresa no setor de refino, o que já vem ocorrendo.

Na contramão dos principais produtores de petróleo, o Brasil vem diminuindo drasticamente o refino e aumentando as importações de derivados.

Apesar do país ter o oitavo maior parque de refino do mundo e o quinto maior mercado, a gestão da Petrobrás reduziu a carga de produção das refinarias, que estão atuando com 72% de sua capacidade, beneficiando as importadoras de combustíveis.

Já existem 379 empresas autorizadas pela ANP a importar derivados, como nafta, solventes, gasolina, asfalto, óleo diesel, biodiesel, óleo combustível, GLP, QAV, além do próprio petróleo.

Um terço dessas empresas começou a operar no país a partir do ano passado. Ou seja, a redução dos investimentos em refino por meio do sucateamento das plantas e do desmonte dos efetivos.

Isso coloca em risco não só a soberania sobre um setor estratégico, mas também a autossuficiência do país.

E qual o resultado dessa política para o cidadão que não faz parte da cadeia produtiva do petróleo? Um aumento brutal nos preços dos combustíveis.

Mudanças no cálculo do valor do combustível promovidas pelo presidente da Petrobras fizeram com que o preço médio da gasolina para o consumidor brasileiro atingisse na semana passada o valor recorde no ano de R\$ 3,850 por litro, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Os dados são do Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis (LPMCC) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), feito entre os dias 3 e 9 deste mês e divulgado ontem.

A pesquisa analisou 3.160 postos e encontrou preço mínimo de venda da gasolina de R\$ 3,149 e máximo de R\$ 4,950.

O preço médio do litro da gasolina no Brasil saiu de R\$ 3,34 na semana do dia 20 a 26 de agosto para atingir R\$ 3,36 entre os dias 27 de agosto e 2 de setembro. Já o diesel, o litro saiu da média de R\$ 2,70 na semana do dia 20 a 26 de agosto para R\$ 2,72.

Na minha querida Manaus, por exemplo, o litro da gasolina está custando R\$ 4,25.

Desde o início da nova metodologia, a gasolina acumula alta de 15,26% e, o diesel, valorização de 20,02%.

E os reflexos dessa política devem ser sentidos também nos preços do GLP (gás liquefeito de petróleo) industrial que devem subir em 2,5% e gás de cozinha em 12,2%, em média.

E a justificativa desses aumentos foi "estoques muito baixos e eventos extraordinários, como os impactos do furacão Harvey na maior região exportadora mundial de gás liquefeito de petróleo".



Isso mesmo, a Petrobras está sendo desmontada, estamos passando a importar combustíveis e agora estamos sujeitos à variação de preços internacionais.

Onde está a eficiência? Onde está o interesse nacional?

A redução do papel da Petrobras nos recoloca na condição de colônia energética de outros países, isso depois de décadas buscando e construindo nossa autonomia na matriz energética.

Mas o pior ainda pode estar por vir. Cálculos do chefe interino da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços (CNC), Fábio Bentes, feitos com base nos reajustes anteriores ao de quarta-feira, apontam que o repasse integral da correção nas refinarias para as bombas jogaria um peso de 1,1 ponto percentual sobre a inflação nos próximos 12 meses.

As expectativas de analistas consultados semanalmente pelo Banco Central (BC) apontam para um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,4% em setembro de 2018. Isso significa que, em caso da transferência integral dos reajustes, a inflação subiria para 5,5%.

Ou seja, para justificar o controle inflacionário o receituário neoliberal irá preconizar ainda mais cortes nos gastos.

Um círculo vicioso que se levado em frente irá dizimar nossa indústria, nossas cadeias produtivas, além de sacrificar duramente programas sociais compensatórios, sufocar a pesquisa científica e o ensino público universitário e técnico e restringir o mercado interno.

Por fim, quero comentar que uma das soluções apontadas pelo governo. Trata-se do programa de privatização de 57 empresas públicas apresentado como solução heroica para a geração de receitas necessárias para o equilíbrio financeiro.

Nós já assistimos a esse filme. As privatizações dos governos Collor e FHC resultaram na transferência de 15% do PIB ao setor privado e proporcionaram a perda definitiva de 546 mil postos de trabalho.

Não trouxeram crescimento e nem sanaram o déficit público – como bem assinala o economista Marcio Pochmann em artigo recente.

Não há no horizonte nenhuma medida de taxaão das grandes fortunas, nenhuma medida de busca de justiça fiscal, nada.

Por outro lado, destaca-se a venda da Eletrobras, um verdadeiro crime de lesa-pátria.

A privatização da empresa vem à baila apenas por conta da fragilidade da situação fiscal nesse ano e no próximo.

Temer pretende transferir aos conglomerados financeiros internacionais um patrimônio público construído ao longo de décadas para fechar a conta de receitas e despesas do atual exercício fiscal.

Um absurdo! Em economês, diz-se que vai torrar o estoque para apagar o incêndio momentâneo do fluxo anual.

O governo especula que poderia obter algo próximo a R\$ 20 ou R\$ 30 bilhões com a operação carregada de generosidade junto ao capital privado.

A empresa, por exemplo, custou para o bolso do contribuinte R\$ 370 bilhões.

Total inércia! O recurso obtido com a venda da empresa se transformaria em pó nas contas do Tesouro Nacional, uma vez que o déficit primário é – e continuará sendo – bilionário.



Ainda que aparentemente travestida de uma simples medida de insensatez, a opção pela privatização revela-se como uma grande jogada de transferência de patrimônio público ao setor privado.

Há uma saída para a grave crise que hoje enfrentamos, é a convocação de eleições. Assim como a luz pode ajudar na assepsia de um ambiente contaminado, só a vontade popular pode realizar a assepsia que o Palácio do Planalto que o Brasil precisa.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a privatização da Eletrobrás, anunciada pelo governo Michel Temer, tem mobilizado toda a sociedade brasileira. Aqui no Congresso Nacional não poderia ser diferente.

No dia de ontem, terça-feira, deputados e senadores, de vários partidos, lançaram a Rede Parlamentar em Defesa da Soberania Energética e Nacional.

O objetivo é provocar coesão entre os setores da sociedade envolvidos com a defesa da soberania energética do país e potencializar, no Congresso e nos legislativos estaduais e municipais, a campanha ‘Energia Não é Mercadoria’, iniciativa dos movimentos sociais e sindicais.

O governo alega que a Eletrobrás é inviável e ineficaz. Porém, em 2016 a estatal foi premiada como empresa de sucesso. Ela foi considerada a maior empresa do setor elétrico brasileiro e quinta maior empresa do país em patrimônio líquido, pelo Jornal Valor Econômico e Fundação Getúlio Vargas.

A Eletrobrás gera 31% da energia do país e é responsável por 50% das linhas de transmissão.

A Eletrobrás é uma gigante formada por centenas de empresas que atuam em todas as três fases da cadeia produtiva do setor de energia elétrica.

São 233 usinas de geração de energia, incluindo Furnas - que opera 12 hidrelétricas e duas termelétricas - e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, além de seis distribuidoras, todas na região Norte e Nordeste, e 61 mil quilômetros de linhas de transmissão, metade do total do país e o suficiente para dar uma volta e meia no planeta.

Sr. Presidente, a privatização da Eletrobrás é um atentando a soberania nacional.

Eu não tenho dúvida alguma que a população brasileira é que vai pagar a conta com a privatização da Eletrobrás.

Dorel Ramos, da USP, e Nivalde de Castro, da UFRJ, avaliam que a conta de luz vai ficar mais cara após a privatização.

A razão principal é a mudança prevista para o regime de comercialização da energia produzida pelas usinas da Eletrobras, a chamada "descotização".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, aproveito para registrar mensagem que recebi do Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Sul (SINTEC – RS), que se manifestam contra a privatização da Eletrobrás.

Abre aspas

Vivemos um momento histórico infeliz, em que alguns governantes renunciam ao comando de uma empresa responsável por promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica do país, que promove dessa forma as condições para a expansão da oferta de energia elétrica e consequentemente desenvolvimento de nossa sociedade.

O que está em jogo, muito mais importante do que o fechamento das contas de um governo passageiro, é a autonomia e capacidade de decidirmos quanto a alocação de investimentos na infraestrutura eletro energética, a garantia de atendimento universalizado, a distribuição equilibrada de oportunidades à todas as regiões, a própria unidade da nação.

Os trabalhadores do setor eletro energético não ficarão apenas observando mais este desmonte do estado brasileiro.



Conclamamos nossos representantes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados a se manifestarem em repúdio a desestatização da Eletrobrás, e ocuparem os espaços disponíveis da grande mídia para revelar as consequências de um Estado que renuncia à sua soberania energética.

Fecha aspas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, 12 de setembro, participei do Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Equilíbrio do Federalismo Fiscal Brasileiro no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Hoje pela manhã participei no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados do Ato Público da PEC 186/2007 que determina que lei complementar poderá definir as normas aplicáveis à Administração Tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Amanhã, 14 de setembro, às 9 horas, a CPI da Previdência, na qual sou presidente, realizará audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo para debater sobre "Devedor Contumaz".

Foi aprovado hoje na CDH a Sugestão Legislativa nº 19/2011 que "Inclui os condutores de ambulância no Regime Especial de Aposentadoria" e tive o orgulho de ser relator dessa SUG e apresentar o parecer pela aprovação da Sugestão nº 19 de 2017 e de sua conversão em Projeto de Lei do Senado.

Registro ainda, que foram aprovados hoje na CDH, 10 requerimentos de minha autoria que requer a realização de audiência pública na CDH e na Subcomissão do Estatuto do Trabalho.



O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, Mais de 170 mil famílias no meu Estado vivem praticamente no escuro. Apesar de o Pará ser produtor e exportador de energia, ainda existem pessoas que tem seus direitos vilipendiados, sujeitas a um passado eterno, sem o mínimo conforto e nem as condições fundamentais para o seu desenvolvimento. Desenvolvimento este que corre pelos linhões da Usina de Tucuruí e Belo Monte e chega a todo o Brasil.

Quando atingir sua capacidade máxima de geração, produzindo 11.233,1 megawatts de energia elétrica, Belo Monte deixará no Pará algo em tomo de 3,22% da geração. São Paulo receberá 29,25%, seguido de Minas Gerais, 14,56%, e Bahia com 13,86%. Outros 12 Estados e o Distrito Federal serão beneficiados pela energia gerada por Belo Monte.

O Pará dá mais uma vez sua contribuição à nação. É assim com o desempenho em sua balança comercial em que, anualmente, contribuímos para a equalização do saldo brasileiro que, no primeiro semestre de 2017, teve o melhor resultado em 29 anos, com superávit de US\$ 36 bilhões.

Em relação à contribuição energética, desde a década de 80, Tucuruí vem sendo responsável por agregar ao Sistema Integrado Nacional 8.370 megawatts, os quais são somados a energia produzida por Belo Monte, que teve sua primeira turbina ligada em março de 2016.

Antes mesmo que Belo Monte atinja seu pleno funcionamento, programado para 2019, deverá chegar ao fim, em 2018, o Programa Luz Para Todos.

Em seu artigo 1º, o decreto 8.387/2014 estabelece o ano de 2018 como marco final para as atividades do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural que não possui acesso a esse serviço. O atendimento está limitado a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 KV), com carga instalada de até 50 KW.

Tem me causado grande preocupação o governo encerrar o Luz Para Todos sem de fato ter atingido a universalização do serviço.

Na última semana, o Ministério de Minas e Energia admitiu que o contingenciamento no orçamento da União atingiu os valores que seriam destinados ao Luz para Todos neste ano. De acordo com o governo, a execução orçamentária do programa em 2017 será reduzida em 16,8%. É muito provável que este corte no orçamento comprometa a meta de universalização.

Como disse, no meu Estado, mais de 170 mil unidades habitacionais ainda não recebem energia elétrica firme. A estimativa é que 60.989 domicílios no Estado precisam ser atendidos por sistemas isolados e outros 114.551 com o atendimento convencional.

Regionalmente, a carência é mais acentuada nos 16 municípios que formam o arquipélago do Marajá. Os domicílios que precisam ser atendidos pelo sistema isolado ou convencional somam 40.920, o que representa 23% do total da necessidade estimada no Pará. Estamos falando aqui de mais de 40 mil famílias que ainda vivem no escuro, sem luz elétrica ou que são atendidas por serviços de baixa qualidade.

Analisando isoladamente cada um dos 144 municípios do Pará, o caso mais alarmante se dá em Santarém, na porção oeste do Estado. São estimados que 3.290 domicílios precisam ser atendidos por sistemas isolados e outros 8.062 com o atendimento convencional.

É impossível negar os avanços do Luz para Todos no Pará e no Brasil. Tendo como origem o Luz no Campo, iniciativa do saudoso senador Rodolpho Tourinho, que comandou o Ministério das



Minas e Energia de 1999 a 2001 no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o programa tem seus méritos. Antes dele, 1 em cada 5 paraenses não tinha acesso à energia elétrica. Fato este que foi superado pelo compromisso da universalização.

Até o momento, o programa foi responsável em levar energia elétrica para mais de 3,3 milhões de famílias, beneficiando 16,1 milhões de pessoas que vivem no meio rural.

No Pará, foram quase 400 mil ligações, atendendo a pouco mais de 1,8 milhão pessoas. São domicílios que totalizam quase 10% de todas as unidades habitacionais do Estado, com um custo unitário de ligação elevado e pouca viabilidade econômica, fatores esses que por si só já impossibilitariam a realização das ligações por parte das empresas concessionárias de energia elétrica.

No começo do ano, mais precisamente em fevereiro, o Ministério de Minas e Energia lançou as obras da segunda etapa do programa em Altamira, na região da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Além de Altamira, esta fase do programa vai atender à população de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. O novo contrato prevê investimentos da ordem de R\$ 160 milhões e atenderá mais de 11,5 mil famílias, isto é, 46 mil pessoas.

Na região de abrangência de Belo Monte, o programa já atendeu 34.832 famílias, com investimentos realizados na ordem de R\$ 394 milhões, beneficiando cerca de 140 mil pessoas.

Apesar destes passos fundamentais para alcançar a universalização do serviço, limitações geográficas e as dificuldades de acesso às áreas mais remotas no Pará atrapalham um avanço mais substancial do programa.

Além do Pará, me parece que a Bahia também terá dificuldades para alcançar a universalização dos serviços públicos de energia elétrica até 2018. Está lá, na Constituição Federal, em seu artigo 23, que a universalização do serviço é dever da União para combater as causas da pobreza e da marginalização social.

É preciso assegurar a continuidade desse programa até que sua meta seja cumprida. Ademais, vejo que os serviços realizados no Pará nada mais são do que uma compensação para com o Estado, que como já disse, é exportador de energia para todo o Brasil.

O programa tem assegurados os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), da Reserva Global de Reversão (RGR) e de agentes do setor elétrico, portanto, não seria este um empecilho para a manutenção dos serviços de universalização das ligações de energia no país.

Trabalharei para que o governo federal estenda o prazo do Luz para Todos. Nesta direção, estou encaminhando ofício ao presidente Temer, solicitando que seja estendido o prazo do programa. Tal ato já foi realizado outras vezes em razão da existência de famílias que ainda não teriam sido atendidas pelo serviço de universalização de energia elétrica. E é justamente esta a situação que ainda vigora no meu Estado do Pará e na Bahia. Não é possível que sejamos coniventes com a atrofia desenvolvimentista de parte da nossa sociedade. O desenvolvimento deve chegar para todos e em cada um dos lares brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

Muito obrigado a V. Ex^a.



**Íntegra do documento encaminhado pelo
Senador Flexa Ribeiro, nos termos do art.
210 do Regimento Interno**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLEXA RIBEIRO

Brasília-DF, 06 de setembro de 2017.

Ofício nº 095/2017- GSFLEX

A Sua Excelência o Senhor
MICHEL TEMER
Presidente da República Federativa do Brasil

Assunto: Prorrogação do prazo do Programa Luz para Todos

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para levar o pleito de muitos brasileiros, em especial do povo do meu Estado do Pará, pela prorrogação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos.

Em seu artigo 1º, o decreto nº 8.387/2014 estabelece o ano de 2018 como marco final para as atividades do Luz para Todos. Contudo, o país não deverá alcançar a meta de universalização até a data limite. Somente no Pará, o déficit atual (*anexo*) gira em torno de 175.540 famílias, sendo que 60.989 são de domicílios que precisam ser atendidos por sistemas isolados e 114.551 com o atendimento convencional.

É importante que todos os brasileiros sejam beneficiados pelo fornecimento de energia elétrica e que o governo se comprometa com a universalização deste serviço, previsto como essencial pela Lei nº 7.783/89.

Certo de poder contar com a atenção de Vossa Excelência, agradeço o apoio que sempre nos foi dispensado.

Atenciosamente,



Senador FLEXA RIBEIRO
PSDB/PA



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLEXA RIBEIRO

Ofício nº 096/2017/GSFLEX

Brasília-DF, 06 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
FERNANDO COELHO FILHO
Ministro de Minas e Energia

Assunto: **Prorrogação do prazo do Programa Luz para Todos**

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para dar ciência de nossa solicitação encaminhada via Of. nº 095/2017 – GSFLEX (*anexo*) ao Presidente Michel Temer referente a prorrogação do prazo do Programa Luz para Todos.

Como é de seu conhecimento, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos deverá chegar ao fim em 2018. Em seu artigo 1º, o decreto nº 8.387/2014 estabelece como marco final o referido ano, o que deverá comprometer o alcance da meta de universalização. Somente no Pará, o déficit atual gira em torno de 175.540 famílias, sendo que 60.989 são de domicílios que precisam ser atendidos por sistemas isolados e 114.551 com o atendimento convencional.

Certo de poder contar com seu inestimável apoio neste pleito que ora apresentamos ao Presidente Temer, antecipo meus agradecimentos pela atenção que sempre nos foi dispensada.

Atenciosamente,



Senador FLEXA RIBEIRO
PSDB/PA



COD IBGE-BASE JULH 12	MUNICÍPIO	MUNICIPIO	DOMICÍLIOS ATENDIMENTO COM SISTEMAS ISOLADO ESTIMADOS.	DOMICÍLIOS ATENDIMENTO COM CONVENCIONAL
1500107	Abaetetuba - PA	ABAETETUBA	4.831	2.971
1500131	Abel Figueiredo - PA	ABEL FIGUEIREDO	0	143
1500206	Acará - PA	ACARA	0	4.768
1500305	Afuá - PA	AFUA	4.693	280
1500347	Água Azul do Norte - PA	AGUA AZUL DO NORTE	0	688
1500404	Alenquer - PA	ALENQUER	350	2.833
1500503	Almeirim - PA	ALMEIRIM	697	1.721
1500602	Altamira - PA	ALTAMIRA	300	970
1500701	Anajás - PA	ANAJAS	1.451	139
1500800	Ananindeua - PA	ANANINDEUA	0	46
1500859	Anapu - PA	ANAPU	0	954
1500909	Augusto Corrêa - PA	AUGUSTO CORREA	0	744
1500958	Aurora do Pará - PA	AURORA DO PARA	0	794
1501006	Aveiro - PA	AVEIRO	547	1.353
1501105	Bagre - PA	BAGRE	1.408	1.248
1501204	Baião - PA	BAIAO	70	172
1501253	Bannach - PA	BANNACH	0	346
1501303	Barcarena - PA	BARCARENA	1.453	2.913
1501402	Belém - PA	BELEM	696	0
1501451	Belterra - PA	BELTERRA	0	219
1501501	Benevides - PA	BENEVIDES	0	0
1501576	Bom Jesus do Tocantins - PA	BOM JESUS DO TOCANTINS	0	336
1501600	Bonito - PA	BONITO	0	0
1501709	Bragança - PA	BRAGANÇA	0	1.993
1501725	Brasil Novo - PA	BRASIL NOVO	0	0
1501758	Brejo Grande do Araguaia - PA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	0	202
1501782	Breu Branco - PA	BREU BRANCO	50	260
1501808	Breves - PA	BREVES	5.186	1.592
1501907	Bujaru - PA	BUJARU	0	775
1501956	Cachoeira do Piriá - PA	CACHOEIRA DO PIRIA	0	598
1502004	Cachoeira do Arari - PA	CACHOEIRA DO ARARI	0	326



1502103	Cametá - PA	CAMETA	5.029	2.509
1502152	Canaã dos Carajás - PA	CANAA DOS CARAJAS	0	36
1502202	Capanema - PA	CAPANEMA	0	350
1502301	Capitão Poço - PA	CAPITAO POÇO	0	674
1502400	Castanhal - PA	CASTANHAL	0	0
1502509	Chaves - PA	CHAVES	1.026	72
1502608	Colares - PA	COLARES	0	667
1502707	Conceição do Araguaia - PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	0	1.308
1502756	Concórdia do Pará - PA	CONCORDIA DO PARA	0	321
1502764	Cumaru do Norte - PA	CUMARU DO NORTE	0	1.838
1502772	Curionópolis - PA	CURIONOPOLIS	0	4
1502806	Curralinho - PA	CURRALINHO	2.268	1.353
1502855	Curuá - PA	CURUA	0	548
1502905	Curuçá - PA	CURUCA	0	0
1502939	Dom Eliseu - PA	DOM ELISEU	0	164
1502954	Eldorado dos Carajás - PA	ELDORADO DOS CARAJAS	0	970
1503002	Faro - PA	FARO	0	45
1503044	Floresta do Araguaia - PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	0	1.087
1503077	Garrafão do Norte - PA	GARRAFAO DO NORTE	0	543
1503093	Goiandésia do Pará - PA	GOIANESIA DO PARA	80	348
1503101	Gurupá - PA	GURUPA	2.650	488
1503200	Igarapé-Açu - PA	IGARAPE-AÇU	0	738
1503309	Igarapé-Miri - PA	IGARAPE-MIRI	2.740	1.440
1503408	Inhangapi - PA	INHANGAPI	0	0
1503457	Ipixuna do Pará - PA	IPIXUNA DO PARA	0	1.168
1503507	Irituia - PA	IRITUIA	0	313
1503606	Itaituba - PA	ITAITUBA	0	3.176
1503705	Itupiranga - PA	ITUPIRANGA	0	412
1503754	Jacareacanga - PA	JACAREACANGA	0	304
1503804	Jacundá - PA	JACUNDA	120	196
1503903	Juruti - PA	JURUTI	203	3.188
1504000	Limoeiro do Ajuru - PA	LIMOEIRO DO AJURU	2.927	845
1504059	Mãe do Rio - PA	MAE DO RIO	0	136
1504109	Magalhães Barata - PA	MAGALHAES BARATA	0	0
1504208	Marabá - PA	MARABA	0	526
1504307	Maracanã - PA	MARACANA	0	1.079



1504406	Marapanim - PA	MARAPANIM	0	1.889
1504422	Marituba - PA	MARITUBA	0	0
1504455	Medicilândia - PA	MEDICILANDIA	0	0
1504505	Melgaco - PA	MELGACO	1.479	645
1504604	Mocajuba - PA	MOCAJUBA	415	728
1504703	Moju - PA	MOJU	456	3.034
1504802	Monte Alegre - PA	MONTE ALEGRE	0	2.504
1504901	Muaná - PA	MUANA	2.268	561
1504950	Nova Esperança do Piriá - PA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	0	1.124
1504976	Nova Ipixuna - PA	NOVA IPIXUNA	92	14
1505007	Nova Timboteua - PA	NOVA TIMBOTEUA	0	430
1505031	Novo Progresso - PA	NOVO PROGRESSO	0	808
1505064	Novo Repartimento - PA	NOVO REPARTIMENTO	111	840
1505106	Óbidos - PA	OBIDOS	0	2.168
1505205	Oeiras do Pará - PA	OEIRAS DO PARA	1.718	389
1505304	Oriximiná - PA	ORIXIMINA	960	1.962
1505403	Ourém - PA	OUREM	0	507
1505437	Ourilândia do Norte - PA	OURILANDIA DO NORTE	0	0
1505486	Pacajá - PA	PACAJA	0	1.656
1505494	Palestina do Pará - PA	PALESTINA DO PARA	0	152
1505502	Paragominas - PA	PARAGOMINAS	12	836
1505536	Parauapebas - PA	PARAUAPEBAS	0	394
1505551	Pau D'Arco - PA	PAU D ARCO	0	217
1505601	Peixe-Boi - PA	PEIXE-BOI	0	189
1505635	Piçarra - PA	PICARRA	0	530
1505650	Placas - PA	PLACAS	0	334
1505700	Ponta de Pedras - PA	PONTA DE PEDRAS	986	1.313
1505809	Portel - PA	PORTEL	3.894	715
1505908	Porto de Moz - PA	PORTO DE MOZ	2.534	857
1506005	Praíha - PA	PRAINHA	200	930
1506104	Primavera - PA	PRIMAVERA	0	0
1506112	Quatipuru - PA	QUATIPURU	0	0
1506138	Redenção - PA	REDENCAO	0	345
1506161	Rio Maria - PA	RIO MARIA	0	179
1506187	Rondon do Pará - PA	RONDON DO PARA	0	877
1506195	Rurópolis - PA	RUROPOLIS	0	992



1506203	Salinópolis - PA	SALINOPOLIS	0	0
1506302	Salvaterra - PA	SALVATERRA	0	568
1506351	Santa Bárbara do Pará - PA	SANTA BARBARA DO PARA	0	0
1506401	Santa Cruz do Arari - PA	SANTA CRUZ DO ARARI	0	0
1506500	Santa Isabel do Pará - PA	SANTA ISABEL DO PARA	0	1.463
1506559	Santa Luzia do Pará - PA	SANTA LUZIA DO PARA	0	254
1506583	Santa Maria das Barreiras - PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	0	1.504
1506609	Santa Maria do Pará - PA	SANTA MARIA DO PARA	0	0
1506708	Santana do Araguaia - PA	SANTANA DO ARAGUAIA	0	1.307
1506807	Santarém - PA	SANTAREM	3.290	8.062
1506906	Santarém Novo - PA	SANTAREM NOVO	0	0
1507003	Santo Antônio do Tauá - PA	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	0	889
1507102	São Caetano de Odivelas - PA	SAO CAETANO DE ODIVELAS	0	398
1507151	São Domingos do Araguaia - PA	SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	0	280
1507201	São Domingos do Capim - PA	SAO DOMINGOS DO CAPIM	0	1.928
1507300	São Félix do Xingu - PA	SAO FELIX DO XINGU	0	2.955
1507409	São Francisco do Pará - PA	SAO FRANCISCO DO PARA	0	471
1507458	São Geraldo do Araguaia - PA	SAO GERALDO DO ARAGUAIA	0	396
1507466	São João da Ponta - PA	SAO JOAO DA PONTA	0	0
1507474	São João de Pirabas - PA	SAO JOAO DE PIRABAS	0	746
1507508	São João do Araguaia - PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	0	442
1507607	São Miguel do Guamá - PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	0	0
1507706	São Sebastião da Boa Vista - PA	SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	3.009	1.282
1507755	Sapucaia - PA	SAPUCAIA	0	0
1507805	Senador José Porfírio - PA	SENADOR JOSE PORFIRIO	0	1.018
1507904	Soure - PA	SOURE	20	0
1507953	Tailândia - PA	TAILANDIA	0	447
1507961	Terra Alta - PA	TERRA ALTA	0	0
1507979	Terra Santa - PA	TERRA SANTA	40	519
1508001	Tomé-Açu - PA	TOME-ACU	0	1.414
1508035	Tracuateua - PA	TRACUATEUA	0	1.769
1508050	Trailão - PA	TRAIRAO	37	320
1508084	Tucumã - PA	TUCUMA	0	299
1508100	Tucuruí - PA	TUCURUI	693	176
1508126	Ulianópolis - PA	ULIANOPOLIS	0	478
1508159	Uruará - PA	URUARA	0	700



1508209	Vigia - PA	VIGIA	0	0
1508308	Viseu - PA	WISEU	0	0
1508357	Vitória do Xingu - PA	VITORIA DO XINGU	0	0
1508407	Xinguara - PA	XINGUARA	0	117
TOTAL			60.989	114.551
			175.540	



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 100, DE 2017

(nº 2.176/2015, na Câmara dos Deputados)

Altera a redação do art. 775 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta-lhe o art. 775-A, a fim de dispor sobre a contagem de prazos processuais.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Legislação citada

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1355731&filename=PL-2176-2015

Despacho: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



Altera a redação do art. 775 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta-lhe o art. 775-A, a fim de dispor sobre a contagem de prazos processuais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 775 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 775. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos podem ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior comprovada.”(NR)

Art. 2º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 775-A:

“Art. 775-A. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

§ 1º Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça



2

exercerão suas atribuições durante o período previsto no *caput* deste artigo.

§ 2º Durante a suspensão do prazo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de setembro de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

- artigo 775





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 101, DE 2017

(nº 5.850/2016, na Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Legislação citada

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1477583&filename=PL-5850-2016

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa



Página da matéria



Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre entrega voluntária, destituição do poder familiar, acolhimento, apadrinhamento, guarda e adoção de crianças e adolescentes, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender garantias trabalhistas aos adotantes, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para acrescentar nova possibilidade de destituição do poder familiar.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 19.

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada três meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de um ano e seis meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

.....

§ 5º Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

§ 6º A mãe adolescente será assistida por equipe especializada interdisciplinar.”(NR)

“Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

§ 1º A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da



Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

§ 2º De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado.

§ 3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de noventa dias, prorrogável por igual período.

§ 4º Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional.

§ 5º Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou pai indicado, deve ser manifestada na audiência a que se refere o § 1º do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega.

§ 6º Na hipótese de não comparecerem à audiência nem o genitor nem representante da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda, a autoridade judiciária



suspenderá o poder familiar da mãe, e a criança será colocada sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la.

§ 7º Os detentores da guarda possuem o prazo de quinze dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.

§ 8º Na hipótese de desistência, manifestada em audiência ou perante a equipe interprofissional, da entrega da criança pelos genitores após o nascimento, a criança será mantida com os genitores, e será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de cento e oitenta dias.

§ 9º É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei.

§ 10. Serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de trinta dias, contado a partir do dia do acolhimento."

"Art. 19-B. As crianças e os adolescentes em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos



social, moral, físico, cognitivo, educacional ou financeiro.

§ 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de dezoito anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

§ 3º Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

§ 4º O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

§ 5º Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil.

§ 6º Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judicial competente."

"Art. 39.
.....

§ 3º Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses daquele."(NR)



“Art. 46. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de noventa dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.

.....
§ 3º O prazo máximo estabelecido no *caput* deste artigo pode ser prorrogado por até igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

.....
§ 5º O estágio de convivência, em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, será de, no mínimo, trinta dias e, no máximo, quarenta e cinco dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

§ 6º Ao final do prazo previsto no § 5º deste artigo, deverá ser apresentado laudo fundamentado pela equipe técnica mencionada no § 4º deste artigo, que recomendará ou não o deferimento da adoção à autoridade judicial.

§ 7º O estágio de convivência será cumprido no território nacional, preferencialmente na comarca de residência da criança ou adolescente, ou, a critério do juiz, em cidade limítrofe, respeitada, em qualquer hipótese, a competência do juízo da comarca de residência da criança.”(NR)



"Art. 47.

.....

§ 10. O prazo máximo para conclusão da ação de adoção será de cento e vinte dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária."(NR)

"Art. 50.

.....

§ 10. Consultados os cadastros e verificada a ausência de pretendentes habilitados residentes no País com perfil compatível e interesse manifesto pela adoção de criança ou adolescente inscrito nos cadastros existentes, será realizado o encaminhamento da criança ou adolescente à adoção internacional.

.....

§ 15. Será assegurada prioridade no cadastro a pessoas interessadas em adotar crianças e adolescentes com deficiência, com doença crônica ou com necessidades específicas de saúde, além de grupo de irmãos."(NR)

"Art. 51. Considera-se adoção internacional aquela na qual o pretendente possui residência habitual em país Parte da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 junho de 1999, e deseja adotar criança em outro país Parte do tratado.



§ 1º

I - que a colocação em família adotiva é a solução adequada ao caso concreto;

II - que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família adotiva brasileira, com a comprovação, certificada nos autos, da inexistência de adotantes habilitados residentes no Brasil com perfil compatível com a criança ou adolescente, após consulta aos cadastros mencionados nesta Lei.

.....”(NR)

“Art. 100.

Parágrafo único.

X - prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, que promovam a sua integração em família adotiva;

.....”(NR)

“Art. 101.

§ 10. Recebido o relatório, o Ministério Público terá o prazo de quinze dias para o ingresso com a ação de destituição do poder familiar, salvo se entender necessária a realização de estudos complementares ou de outras providências indispensáveis ao ajuizamento da demanda.



.....”(NR)

“Art. 151.

Parágrafo único. Na ausência ou insuficiência de servidores públicos integrantes do Poder Judiciário responsáveis pela realização dos estudos psicossociais ou quaisquer outras espécies de avaliações técnicas exigidas por esta Lei ou por determinação judicial, a autoridade judiciária poderá proceder à nomeação de perito, nos termos do art. 156 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).”(NR)

“Art. 152.

§ 1º

§ 2º Os prazos estabelecidos nesta Lei e aplicáveis aos seus procedimentos são contados em dias corridos, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, vedado o prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público.”(NR)

“Art. 157.

Parágrafo único. Recebida a petição inicial e concomitantemente ao despacho de citação, a autoridade judiciária determinará, independentemente de requerimento do interessado, a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional ou multidisciplinar para comprovar a presença de uma das causas de suspensão ou destituição do poder familiar, ressalvado o disposto no § 10 do art. 101 desta Lei, e observada a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.”(NR)



"Art. 158.

.....

§ 3º Quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, e se houver suspeita de ocultação, deverá informar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho do dia útil em que voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar, nos termos do art. 252 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 4º Na hipótese de os genitores encontrarem-se em local incerto ou não sabido, serão citados por edital no prazo de dez dias, em publicação única, dispensado o envio de ofícios para a localização."(NR)

"Art. 161. Se não for contestado o pedido e tiver sido concluído o estudo social ou a perícia realizada por equipe interprofissional ou multidisciplinar, a autoridade judiciária dará vista dos autos ao Ministério Público por cinco dias, salvo quando este for o requerente, e decidirá em igual prazo.

.....



§ 4º É obrigatória a oitiva dos pais sempre que eles forem identificados e estiverem em local conhecido, ressalvados os casos de não comparecimento perante a Justiça quando devidamente citados.

.....”(NR)

“Art. 162.

§ 1º (Revogado).

§ 2º Na audiência, presentes as partes e o Ministério Público, serão ouvidas as testemunhas, colhendo-se oralmente o parecer técnico, salvo quando apresentado por escrito, manifestando-se sucessivamente o requerente, o requerido e o Ministério Público, pelo tempo de vinte minutos cada um, prorrogável por mais dez minutos.

§ 3º A decisão será proferida na audiência, e poderá a autoridade judiciária, excepcionalmente, designar data para sua leitura no prazo máximo de cinco dias.

§ 4º Quando o procedimento de destituição de poder familiar for iniciado pelo Ministério Público, não haverá necessidade de nomeação de curador especial em favor da criança ou adolescente.”(NR)

“Art. 163. O prazo máximo para conclusão do procedimento será de cento e vinte dias, e caberá ao juiz, no caso de notória inviabilidade de manutenção do poder familiar, dirigir esforços para



preparar a criança ou o adolescente com vistas à colocação em família substituta.

.....”(NR)

“Art. 166.

§ 1º Na hipótese de concordância dos pais, o juiz:

I - ouvirá as partes, devidamente assistidas por advogado ou por defensor público, para verificar sua concordância com a adoção, na presença do Ministério Público, no prazo máximo de dez dias, contado da data do protocolo da petição ou da entrega da criança em juízo; e

II - declarará a extinção do poder familiar, tomando por termo as declarações.

.....

§ 3º São garantidos a livre manifestação de vontade dos detentores do poder familiar e o direito ao sigilo das informações.

.....

§ 5º O consentimento é retratável até a data da realização da audiência especificada no § 1º deste artigo, e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de dez dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar.

.....

§ 7º A família natural e a família substituta receberão a devida orientação por intermédio de equipe técnica interprofissional a



serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.”(NR)

“Art. 197-C.

§ 1º É obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar e dos grupos de apoio à adoção devidamente habilitados perante a Justiça da Infância e da Juventude, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças ou de adolescentes com deficiência, com doença crônica, ou com necessidades específicas de saúde, e de grupos de irmãos.

§ 2º Sempre que possível e recomendável, a etapa obrigatória da preparação referida no § 1º deste artigo incluirá o contato com crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar ou institucional, a ser realizado sob orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, dos grupos de apoio à adoção com apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento familiar e institucional e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.



§ 3º É recomendável que as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente ou por família acolhedora sejam preparados por equipe interprofissional, antes da inclusão em família adotiva.”(NR)

“Art. 197-E.

.....

§ 2º A habilitação à adoção deverá ser renovada no mínimo trienalmente mediante avaliação por equipe interprofissional.

§ 3º Quando o adotante candidatar-se a uma nova adoção, será dispensável renovar a habilitação e bastará avaliação por equipe interprofissional.

§ 4º Após três recusas injustificadas pelo habilitado à adoção de crianças ou adolescentes indicados dentro do perfil escolhido, haverá reavaliação da habilitação concedida.

§ 5º A desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção deverá importar na sua exclusão dos cadastros de adoção e na vedação de renovação da habilitação, salvo decisão judicial fundamentada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente.”(NR)

“Art. 197-F. O prazo máximo para conclusão da habilitação à adoção será de cento e vinte dias, prorrogável por igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.”



Art. 3º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 391-A.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se ao empregado adotante cuja guarda provisória tenha sido concedida para fins de adoção.”(NR)

“Art. 392-A. À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392 desta Lei.

.....”(NR)

“Art. 396. Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete seis meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais de meia hora cada um.

.....”(NR)

Art. 4º O art. 1.638 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“Art. 1.638.

.....

V - entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção.”(NR)



Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de setembro de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:lei:1943;5452>
- Decreto nº 3.087, de 21 de Junho de 1999 - DEC-3087-1999-06-21 - 3087/99
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1999;3087>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA - 8069/90
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>
- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>
- artigo 156
- Lei nº 13.431 de 04/04/2017 - LEI-13431-2017-04-04 - 13431/17
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13431>



Pareceres





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 103, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Ofício "S" nº34, de 2014, que Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Cristovam Buarque

13 de Setembro de 2017



PARECER Nº DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16, de 2014, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 34, de 2014 (OFC nº 230, de 2014, na Câmara dos Deputados), que comunica *a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás*



RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o comunicado de transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 34, de 2014 (OFC nº 230, de 2014, na origem), que encaminha a Mensagem nº 219, de 24 de julho de 2014, acompanhada do Despacho de 23 de julho de 2014 e da Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações nº 204, de 11 de maio de 2011.

O processado também está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias.



3₂

A matéria foi anteriormente apreciada pela CCT, em 24 de novembro de 2015, quando a Comissão aprovou o Requerimento nº 1.358, de 2015, solicitando ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (à época, Ministro de Estado das Comunicações) informações complementares para subsidiar a deliberação.

As respostas ao citado requerimento foram recebidas por meio do Ofício nº 46.218/2016/SEI-MCTIC, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que encaminhou a Nota Informativa nº 2.513/2016/SEI-MCTIC, de 9 de novembro de 2016.

Em 17 de maio de 2017, a matéria foi novamente apreciada pela CCT, que aprovou o Requerimento nº 357, de 2017, com o objetivo de complementar as informações recebidas. Em particular foram novamente solicitadas a comprovação da nacionalidade dos detentores do capital social da entidade outorgada e a relação de outras outorgas de serviços de radiodifusão por eles detidas.

Por meio do Ofício nº 32.590, de 20 de julho de 2017, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações respondeu a esse segundo requerimento, encaminhando a Nota Informativa nº 1.728/2017/SEI-MCTIC.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 357, de 2017, da CCT, solicitava:

I - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Embora a Nota Informativa nº 1.728/2017/SEI-MCTIC indique que encaminharia, em anexo, cópias dos comprovantes de nacionalidade dos



cinco detentores do capital social da entidade, somente foram localizados documentos relativos a três deles. Não foi possível identificar, na documentação encaminhada, comprovantes de nacionalidade de NAIR DE MORAIS CÂMARA e de VANNESSA CAMILO CÂMARA SUDÁRIO. Assim, não foi adequadamente respondido o item I do citado requerimento.

Com relação ao item II, foram recebidas todas as relações de outras outorgas de serviços de radiodifusão demandadas. Dessa forma, fica adequadamente respondido o item II do requerimento.

Portanto, mais uma vez, permanecem incompletas as informações encaminhadas pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Deve-se destacar que tanto Requerimento nº 1.358, de 2015, quanto o Requerimento nº 357, de 2017, demandaram, explicitamente, a comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade. Apesar disso, até o momento, não se recebeu a íntegra dessa documentação.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 34, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro seja novamente solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 34, de 2014:



SF/17841.35995-68



5
4

- comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão, em particular de NAIR DE MORAIS CÂMARA e de VANNESSA CAMILO CÂMARA SUDÁRIO.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 13/09/2017 às 08h30 - 23ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE
VALDIR RAUPP		3. DÁRIO BERGER	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA		1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA		3. ÂNGELA PORTELA	
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ		1. GLADSON CAMELI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. IVO CASSOL	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	

Não Membros Presentes

PAULO PAIM
VICENTINHO ALVES
ATAÍDES OLIVEIRA



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 34/2014)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO SOBRESTAMENTO DA TRAMITAÇÃO DO OFÍCIO "S" N.º 34 DE 2014 , NOS TERMOS DO ART. 335 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E PELA APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

13 de Setembro de 2017

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 104, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Ofício "S" nº31, de 2014, que Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Cristovam Buarque

13 de Setembro de 2017



PARECER Nº DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13, de 2014, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 31, de 2014 (OFC nº 227, de 2014, na Câmara dos Deputados), que comunica *a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás.*



RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o comunicado de transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 31, de 2014 (OFC nº 227, de 2014, na origem), que encaminha a Mensagem nº 219, de 24 de julho de 2014, acompanhada do Despacho de 23 de julho de 2014 e da Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações nº 183, de 4 de maio de 2011.

O processado também está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias.



A matéria foi anteriormente apreciada pela CCT, em 24 de novembro de 2015, quando a Comissão aprovou o Requerimento nº 1.357, de 2015, solicitando ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (à época, Ministro de Estado das Comunicações) informações complementares para subsidiar a deliberação.

As respostas ao citado requerimento foram recebidas por meio do Ofício nº 4.587/2016/SEI-MCTIC, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que encaminhou a Nota Informativa nº 2.428/2016/SEI-MCTIC, de 31 de outubro de 2016.

Em 10 de maio de 2017, a matéria foi novamente apreciada pela CCT, que aprovou o Requerimento nº 339, de 2017, com o objetivo de complementar as informações recebidas. Em particular foram novamente solicitadas a comprovação da nacionalidade dos detentores do capital social da entidade outorgada e a relação de outras outorgas de serviços de radiodifusão por eles detidas.

Por meio do Ofício nº 32.583, de 20 de julho de 2017, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações respondeu a esse segundo requerimento, encaminhando a Nota Informativa nº 2.020/2017/SEI-MCTIC.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 339, de 2017, da CCT, solicitava:

I - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

A documentação recebida contém cópias de documentos de identificação de todos os detentores do capital social da entidade, comprovando



que são brasileiros natos. Dessa forma, fica adequadamente respondido o item I do citado requerimento.

Entretanto, a documentação não contém a relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade. Embora a Nota Informativa nº 2.020/2017/SEI-MCTIC indique que encaminharia “em anexo a relação com a participação dos sócios da SPC em outras empresas”, esse material não foi localizado.

Portanto, mais uma vez, permanecem incompletas as informações encaminhadas pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Deve-se destacar que tanto Requerimento nº 1.357, de 2015, quanto o Requerimento nº 339, de 2017, demandaram, explicitamente, a relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, pelos detentores do capital social da entidade. Apesar disso, até o momento, não se recebeu essa documentação.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 31, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.



SF/17842.95966-20



REQUERIMENTO Nº DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requero seja novamente solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 31, de 2014:

- relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 13/09/2017 às 08h30 - 23ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE
VALDIR RAUPP		3. DÁRIO BERGER	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA		1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA		3. ÂNGELA PORTELA	
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ		1. GLADSON CAMELI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. IVO CASSOL	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	

Não Membros Presentes

PAULO PAIM
VICENTINHO ALVES
ATAÍDES OLIVEIRA



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 31/2014)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO SOBRESTAMENTO DA TRAMITAÇÃO DO OFÍCIO "S" N.º 31 DE 2014, NOS TERMOS DO ART. 335 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E PELA APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

13 de Setembro de 2017

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 105, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Ofício "S" nº17, de 2016, que Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 25/2016, referente à transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à Globo Comunicações e Participações S. A., nos Municípios e cidade que menciona.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Hélio José

13 de Setembro de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25, de 2016, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 17, de 2016 (OFC nº 70, de 2016, na Câmara dos Deputados), que comunica a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à **Globo Comunicação e Participações S.A.**, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e outras localidades.



Relator: Senador **HÉLIO JOSÉ**

I – RELATÓRIO

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 25, de 2016, que comunica a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A., nos municípios do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; de São Paulo, Estado de São Paulo; de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; do Recife, Estado de Pernambuco; e de Brasília, Distrito Federal.

A referida alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 17, de 2016 (OFC nº 70, de 2016, na origem), que encaminha a Mensagem nº 355, de 2016, e da Exposição de Motivos nº 111, de 2 de fevereiro de 2016, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta o novo quadro societário da concessionária.



2³

Em 5 de abril de 2017, este Colegiado deliberou por encaminhar requerimento de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para complementar a instrução da matéria.

O Grupo Globo, antecipando-se à expedição do referido requerimento, apresentou, em 18 de abril de 2017, os documentos relativos à transferência societária ora comunicada.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

As informações encaminhadas pelo Grupo Globo permitem verificar o cumprimento das obrigações legais associadas à presente transferência societária, notadamente em razão de a Companhia ter atendido as exigências formuladas pelo então Ministério das Comunicações mediante a Nota Técnica nº 28013/2015/SEI-MC.

De outra parte, ressaltamos que a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, que disciplinou a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão, conferiu competência ao Poder Executivo para autorizar tais transferências.

Assim, diferentemente dos atos originais de outorga e de renovação das concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão, o Congresso Nacional não delibera sobre as transferências societárias dessas empresas.

De acordo com o referido diploma legal, as alterações societárias ocorridas em empresas de radiodifusão e aprovadas pelo Poder Executivo são objeto de mera comunicação ao Congresso Nacional, em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

Diante disso, tenho por efetivada a comunicação ao Congresso Nacional, prevista no § 5º do art. 222 da Constituição Federal.



4

3

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pelo **arquivamento** do Ofício “S” nº 17, de 2016, que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 25, de 2016, que comunica a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A., nos municípios do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; de São Paulo, Estado de São Paulo; de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; do Recife, Estado de Pernambuco; e de Brasília, Distrito Federal.



SF/17592.58181-30

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença**CCT, 13/09/2017 às 08h30 - 23ª, Extraordinária**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
WALDEMIR MOKA PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VAGO	2. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
VALDIR RAUPP	3. DÁRIO BERGER
JOÃO ALBERTO SOUZA	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO ROCHA	1. GLEISI HOFFMANN
VAGO	2. LINDBERGH FARIAS
JORGE VIANA	3. ÂNGELA PORTELA
ACIR GURGACZ	4. REGINA SOUSA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE
RICARDO FERRAÇO	2. VAGO
JOSÉ AGRIPINO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OMAR AZIZ	1. GLADSON CAMELI PRESENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	2. IVO CASSOL

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. LÍDICE DA MATA PRESENTE
VAGO	2. CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
MAGNO MALTA	2. EDUARDO LOPES

Não Membros Presentes

PAULO PAIM
VICENTINHO ALVES
ATAÍDES OLIVEIRA



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 17/2016)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR HÉLIO JOSÉ, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA.

13 de Setembro de 2017

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática



Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 105, de 2017-CCT, que conclui pelo arquivamento do Ofício nº S/17, de 2016.

A matéria vai ao arquivo.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 71, DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº44, de 2012, do Senador Cristovam Buarque, que Altera o art. 101 da Constituição Federal para modificar o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, por meio do envolvimento do Conselho Superior do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Justiça, da Câmara dos Deputados, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Presidência da República e do Senado Federal, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº58, de 2012, do Senador Roberto Requião, que Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato para Ministro do Supremo Tribunal Federal, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº50, de 2013, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que Altera o art. 101 da Constituição Federal, para disciplinar o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº3, de 2013, do Senador Fernando Collor, que Altera a Constituição para determinar novo procedimento de composição do Supremo Tribunal Federal e alterar a idade de aposentadoria compulsória, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº55, de 2014, do Senador Paulo Bauer, que Altera a Constituição Federal para disciplinar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº46, de 2014, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que Altera o art. 101 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo de escolha e indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº3, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, que Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar o processo de escolha e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº59, de 2015, da Senadora Marta Suplicy, que Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e



nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº52, de 2015, do Senador Reguffe, que Altera os arts. 49, 52, 73, 75, 84, 101 e 104 da Constituição Federal, para estabelecer que os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, bem como os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, sejam selecionados mediante concurso público de provas e títulos e nomeados para mandatos de cinco anos, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº46, de 2015, do Senador Ricardo Ferraço, que Altera os art. 101, 104, 111-A e 123 da Constituição Federal, para estabelecer critérios de nomeação para ministros dos Tribunais Superiores, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº17, de 2015, do Senador Blairo Maggi, que Altera os arts. 94 e 101 da Constituição Federal para aprimorar o processo de escolha dos Magistrados e Ministros do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo prazo para sua indicação pela Presidência da República, e sobre o processo Proposta de Emenda à Constituição nº35, de 2015, do Senador Lasier Martins, que Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão

RELATOR: Senadora Ana Amélia

05 de Julho de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 44, de 2012, do Senador Cristovam Buarque e outros, que *altera o art. 101 da Constituição Federal para modificar o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, por meio do envolvimento do Conselho Superior do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Justiça, da Câmara dos Deputados, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Presidência da República e do Senado Federal*; a PEC nº 58, de 2012, do Senador Roberto Requião e outros, que *altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato para Ministro do Supremo Tribunal Federal*; a PEC nº 3, de 2013, do Senador Fernando Collor e outros, que *altera a Constituição para determinar novo procedimento de composição do Supremo Tribunal Federal e alterar a idade de aposentadoria compulsória*; a PEC nº 50, de 2013, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que *altera o art. 101 da Constituição Federal, para disciplinar o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal*; a PEC nº 3, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros, que *altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar o processo de escolha e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal*; a PEC nº 46, de 2014, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros, que *altera o art. 101 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo de escolha e indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal*; a PEC nº 55, de 2014, do Senador Paulo Bauer e outros, que *altera a Constituição Federal para disciplinar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores*; a PEC nº 17, de 2015, do Senador Blairo Maggi e outros, que *altera os arts. 94 e 101 da Constituição Federal para aprimorar o processo de escolha dos Magistrados e Ministros do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo*



SF/17797.39353-11



prazo para sua indicação pela Presidência da República; a PEC nº 35, de 2015, do Senador Lasier Martins e outros, que altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; a PEC nº 46, de 2015, do Senador Ricardo Ferraço, que altera os arts. 101, 104, 111-A e 123 da Constituição Federal, para estabelecer critérios de nomeação para ministros dos Tribunais Superiores; a PEC nº 52, de 2015, do Senador Reguffe, que altera os arts. 49, 52, 73, 75, 84, 101 e 104 da Constituição Federal, para estabelecer que os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, bem como os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, sejam selecionados mediante concurso público de provas e títulos e nomeados para mandatos de cinco anos; e a PEC nº 59, de 2015, da Senadora Marta Suplicy e outros, que acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento.



SF/17797_39353-11

Relatora: Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2012, primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque que *altera o art. 101 da Constituição Federal para modificar o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, por meio*



do envolvimento do Conselho Superior do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Justiça, da Câmara dos Deputados, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Presidência da República e do Senado Federal.

Esta proposição legislativa tramita em conjunto com diversas outras iniciativas semelhantes, todas elas direcionadas a promover alterações na sistemática de indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Consoante a PEC nº 44, de 2012, o Supremo Tribunal Federal, que segue integrado por onze magistrados, terá seus integrantes escolhidos pelo Senado Federal. O *quorum* para escolha será de dois terços dos integrantes da Câmara Alta do Parlamento.

Ocorrendo vaga, entretanto, a sistemática constitucional para a nova indicação seria substancialmente alterada: inicialmente, seria formada uma lista sêxtupla, formada por dois indicados pelo Ministério Público Federal, por meio do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), por dois indicados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por um indicado pela Câmara dos Deputados, por decisão da maioria absoluta do Plenário da Casa, e por um indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, através do Conselho Federal.

Seria vedada a indicação para compor a lista sêxtupla de quem tenha, nos quatro anos anteriores, ocupado mandato eletivo no Congresso Nacional, ou os cargos de Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União ou Ministro de Estado.

A lista sêxtupla seria encaminhada à Presidência da República, que, formará lista tríplice, para encaminhá-la ao Senado Federal.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado procederá então à arguição pública de cada indicado, formalizando a escolha do nome a ser submetido ao Plenário do Senado.

O plenário do Senado, por maioria qualificada – dois terços, diz o texto proposto para o *caput* do art. 101 da Constituição Federal –, aprovaria a escolha. Em caso de não aprovação, um segundo nome seria submetido, que, caso não aprovado, ensejaria a apreciação de um terceiro nome.



SF/17797_39353-11



Caso os três nomes sejam rejeitados, o processo será reiniciado com a formação de nova lista sêxtupla.

Aprovado um nome, este seria enviado ao Presidente da República para nomeação. Uma vez nomeado, o novo ministro deverá tomar posse no prazo máximo de trinta dias.

O Senador Cristovam Buarque e os demais autores da PEC nº 44, de 2012, ao justificar a iniciativa, assinalam que é do conhecimento de todos que o processo constitucional de formação do Supremo Tribunal Federal demanda aprimoramentos urgentes.

A atual sistemática seria caracterizada pela “excessiva personalização”, representada pela escolha unipessoal do Presidente da República. Esta propiciaria distorções incompatíveis com as elevadíssimas funções de guardião da Constituição Federal, além de juízo criminal em áreas bastante sensíveis, exercidas pelo Tribunal que representa “o ápice hierárquico do Poder Judiciário nacional”.

Assim, a proposta “busca eliminar a contaminação política, e conferir maior qualificação e equilíbrio às designações de juízes da Suprema Corte”, pois, “os fundamentos desta proposição são detentores de potencial de recuperar os princípios da impessoalidade e da moralidade nessa importante ocorrência constitucional”.

Passamos a resumir, de forma apertada, as demais proposições legislativas que tramitam em conjunto com a PEC nº 44, de 2012.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2012, primeiro signatário o Senador Roberto Requião, sugere que os Ministros do STF sejam nomeados pelo Presidente da República, para um mandato de oito anos, depois de ter o nome aprovado pela maioria absoluta no Senado Federal, vedada a recondução. Em caso de vacância no decorrer do mandato, o novo Ministro completará o mandato do anterior. Não se aplicará aos Ministros a aposentadoria compulsória. Assegura, ainda, que encerrado o mandato, retornarão ao cargo, independentemente de vaga, aqueles oriundos da Magistratura, do Ministério Público ou do serviço público em geral.



SF/17797_39353-11



A PEC nº 3, de 2013, cuja iniciativa coube ao Senador Fernando Collor, além de alterar a forma de escolha dos membros do STF, promove outras alterações quanto a esse processo. Aumenta a composição do STF de onze para quinze membros e eleva a idade mínima de ingresso para 45 anos. Os indicados serão escolhidos por meio de lista quádrupla, sendo um de Tribunais Superiores, um do Conselho Nacional de Justiça, um do Conselho Nacional do Ministério Público e um do Conselho Federal da OAB. Terão um mandato de quinze anos, devendo ser aprovados por dois terços do Senado Federal. Traz ainda a vedação a quem nos quatro anos anteriores tenha ocupado cargo de Ministro de Estado, Presidente de agência reguladora, Advogado-Geral da União, mandato eletivo no Congresso Nacional ou possua condenação por órgão colegiado.

A elaboração de uma lista sêxtupla é também o que propõe a PEC nº 50, de 2013, primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Rodrigues. Pela proposta, a referida lista terá pessoas com, no mínimo, dez anos de experiência profissional na área jurídica, sendo que cinco serão indicados pelo Presidente da República, três pela Câmara dos Deputados e três pelo Senado Federal.

A PEC nº 3, de 2014, encabeçada pela Senadora Vanessa Grazziotin, determina que, dos onze Ministros do STF, dois sejam escolhidos dentre os Ministros do STJ; um seja oriundo de juízes dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Regionais do Trabalho, alternadamente; um venha dos desembargadores dos Tribunais de Justiça; um dos membros do Ministério Público da União; um do Ministério Público Estadual; um seja advogado, com mais de dez anos de atividade, indicado pela OAB; um se origine de lista tríplice elaborada pelo Congresso Nacional; e três provenham de livre escolha do Presidente da República.

O Senador Mozarildo Cavalcanti e os demais autores da PEC nº 46, de 2014, propõem que os Ministros sejam indicados pelo Presidente da República a partir de uma lista tríplice elaborada pelos integrantes dos Tribunais Superiores.



SF/17797.39353-11



De modo semelhante, o Senador Paulo Bauer lidera a apresentação da PEC nº 55, de 2014, e nela apresenta a solução de que, aberta a vaga, reunir-se-ão os Ministros do STJ, do TST, do STM e do CNJ para indicar uma lista sêxtupla. Recebidas as indicações, o STF elaborará lista tríplex e enviará ao Senado Federal, que escolherá um dos nomes por maioria absoluta. O Presidente da República poderá nomear o escolhido pelo Senado Federal ou recusar, hipótese em que se reiniciará o processo.

A PEC nº 17, de 2015, do Senador Blairo Maggi, propõe que os Ministros do STF serão escolhidos pelo Presidente da República, nos noventa dias subsequentes à vacância do cargo, sendo o nome aprovado por maioria absoluta do Senado Federal nos trinta dias subsequentes. Decorrido o prazo sem indicação pelo Presidente da República, transfere-se ao Senado Federal a escolha. Uma vez aprovado o indicado, o Presidente da República deverá nomeá-lo, obrigatoriamente, nos dez dias subsequentes.

A PEC nº 35, de 2015, primeiro signatário o Senador Lasier Martins, estabelece que o indicado deve ter no mínimo quinze anos de atividade jurídica e será escolhido pelo Presidente da República a partir de uma lista tríplex elaborada até um mês após o surgimento da vaga, por um colegiado composto pelos Presidentes do STF, do STJ, do TST, do STM, do TCU, pelo Procurador-Geral da República e pelo Presidente do Conselho Federal da OAB. Prevê ainda um mandato de dez anos e um prazo de inelegibilidade de cinco anos após esse mandato.

A PEC nº 46, de 2015, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, prevê alterações no processo de escolha de todos os Ministros dos Tribunais Superiores. Para o STF, determina que os Ministros sejam nomeados pelo Presidente da República após aprovação de dois terços do Senado Federal. A vacância será preenchida em 180 dias, do contrário, caberá ao Senado a indicação, também por dois terços. Em caso de morte de Ministro do STF, o STJ indicará três de seus Ministros para que um deles seja escolhido pelo Pleno do STF para nele atuar, até a nomeação do novo Ministro.

A PEC nº 52, de 2015, do Senador Reguffe, prevê que os Ministros do STF serão selecionados mediante concurso público de provas e títulos, para um mandato de cinco anos.



SF/17797.39353-11



A Senadora Marta Suplicy e demais autores da PEC nº 59, de 2015, propõem que o Presidente da República escolherá um nome para o STF em até três meses da abertura da vaga, para nomeação em até quinze dias após a aprovação pelo Senado Federal. Prevê ainda que, se o Senado não se manifestar sobre a indicação em até 45 dias, sobrestar-se-ão todas as deliberações legislativas, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado. Em caso de rejeição do nome, o Presidente da República terá dois meses para nova indicação. O descumprimento dos prazos importará crime de responsabilidade.

Ao término da terceira sessão de discussão que se seguiu à aprovação do Requerimento nº 109, de 2017, foram apresentadas três emendas de Plenário à PEC nº 35, de 2015.

A Emenda nº 2-PLEN, de autoria do nobre Senador Cristovam Buarque, propõe uma profunda alteração na composição geral do STF, além de condicionar a uma Comissão Mista a elaboração de lista tríplice para escolha do Presidente da República e posterior aprovação do Senado Federal.

A Emenda nº 3-PLEN, de iniciativa do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, inclui o Defensor Público-Geral Federal no colegiado incumbido de elaborar a lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da República.

Por fim, a Emenda nº 4-PLEN, também de autoria do Senador Cristovam Buarque, busca vedar a indicação de quem tenha, nos quatro anos anteriores, ocupado mandato eletivo federal ou cargo de Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União ou Ministro de Estado.

É o relatório.



SF/17797.39353-11



II – ANÁLISE

Nos termos dos artigos 356 e 359 do Regimento Interno desta Casa, compete a esta CCJ opinar tanto sobre a admissibilidade constitucional

e jurídica quanto ao mérito das propostas de emendas à Constituição e das emendas a elas oferecidas.

Entendemos que as proposições legislativas aqui referenciadas não apresentam óbices de ordem constitucional formal nem material. Além disso, inovam o ordenamento jurídico e obedecem a todos os requisitos legais, regimentais e constitucionais exigidos para a tramitação de proposição de sua natureza.

Com efeito, nada há nas diversas propostas de emenda à Constituição que ofenda os limites materiais ou formais de emenda à Constituição, tais como a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Nelas apenas se propõe o aperfeiçoamento da sistemática de indicação de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Quanto ao mérito, o tema é oportuno e de discussão recorrente no Congresso Nacional. Geralmente ocasionado pela nomeação de um novo membro da Suprema Corte, esse debate ressurge com força em relação à necessidade uma nova norma constitucional acerca desse processo. Prova disso são as inúmeras propostas que tramitam nas duas Casas em relação ao tema.

A Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da tripartição dos Poderes em seu art. 2º: “*São poderes da União independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*”. Por si só, esse princípio deveria nortear a atuação isenta e impessoal dos Poderes da República. Não obstante, é sabido que há dificuldade, na prática, de garantir à sociedade que a impessoalidade ocorra, sobretudo quando se fala da forma de indicação dos Ministros do STF, feita hoje de forma discricionária pelo Presidente da República.



Cabe ressaltar a importância do nosso Supremo Tribunal, a quem compete, além da guarda da Constituição, processar e julgar, nas infrações penais comuns, o Presidente e o Vice-Presidente da República, os membros do Congresso Nacional, o Procurador-Geral da República e seus próprios Ministros; e, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, os Ministros dos Tribunais Superiores e os Ministros do Tribunal de Contas da União; além de possuir várias outras competências, descritas no art. 102 da Carta Magna.

O Poder Judiciário está hoje tão ou mais exposto à mídia quanto os demais Poderes da República. Como fruto dessa exposição, que – destaque-se – é salutar e consagra o princípio da publicidade, é razoável que se pense numa reestruturação desse modelo, de forma a acompanhar as mudanças sociais e culturais advindas da cidadania brasileira.

Nesse sentido, todas as propostas aqui analisadas buscam aperfeiçoar uma regra considerada obsoleta e pouco transparente. Em linhas gerais, as PECs propõem, entre outros pontos: alterar a forma de indicação dos Ministros por meio de um filtro mínimo composto por algum tipo de colegiado; estabelecer mandatos, que variam de cinco a quinze anos, sem recondução; criar vedações a indicações de pessoas que exerceram determinados cargos; e estabelecer uma quarentena após o término dos mandatos na Corte Máxima.

Embora sejam meritorias as propostas, entendemos que esse assunto deve ser tratado com máximo equilíbrio, justamente para não ofender o já citado princípio da separação dos Poderes, sem ignorar que o sistema necessita ser melhorado. Assim, não é adequado, a nosso ver, que seja demasiadamente limitada a possibilidade de o Presidente da República escolher o indicado, como previsto nas PECs nºs 3, de 2014, e 44, de 2012, sob pena de estarmos ameaçando a própria legitimidade popular do chefe do Poder Executivo em fazê-lo.



SF/17797.39353-11



De igual modo, entendemos que não devem prosperar as propostas que buscam inserir entre os nomes pessoas indicadas por alguma das Casas Legislativas, como sugerido nas PECs nº 3, de 2014, e 50, de 2013. É justamente essa politização da Justiça que se busca evitar na composição do Supremo Tribunal Federal.

Nessa mesma senda, entendemos que o concurso público como único meio de acesso ao cargo de Ministro do STF pode implicar conferir um viés tecnicista ao mesmo. Ademais, não são conhecidas experiências internacionais que revelem a pertinência de tal modelo.

Finalmente, entendemos sensível e delicado o tema da ampliação do número de ministros do STF. No limite, a ampliação relevante desse número pode importar – como já ocorreu em nossa história – maltratar a separação dos poderes, princípio democrático que nos cumpre respeitar e fortalecer.

Identificamos, no entanto, uma série de convergências entre as sugestões, que podem resultar num texto que avança de modo considerável no objetivo de aperfeiçoamento do sistema, sem deixar de observar o equilíbrio necessário, com vistas a preservar a institucionalidade.

Vemos com simpatia a definição de uma lista a ser elaborada por próceres do mundo jurídico, como forma de qualificar mais objetivamente os futuros Ministros da Suprema Corte. Optamos, no entanto, pela solução que aponta para a elaboração de uma lista tríplice, como sugerido nas PECs nº 35, de 2015, e nº 46, de 2014.

O estabelecimento de um mandato fixo também é medida que se impõe. Essa disposição, apresentada em várias das propostas aqui analisadas, é fator que contribuirá com o processo de renovação e atualização do STF. Deve-se considerar que a Emenda Constitucional nº 88, de 2015, que elevou a idade para aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, privilegiou a maior permanência de pessoas que podem dar grande contribuição ao serviço público. Não nos parece razoável, porém, que um Ministro possa permanecer por mais de duas décadas na Suprema Corte. Em nossa visão, um mandato de dez anos se afigura adequado para a função.



SF/17797_39353-11



Outro ponto que nos parece convergente, se refere à vedação de quem tenha exercido nos últimos quatro anos mandato eletivo federal ou cargos vinculados ao Poder Executivo Federal, conforme consta na PEC nº 44, de 2012, reforçada por meio da Emenda nº 4-PLEN. Esse cuidado preserva a institucionalidade dos Poderes e também o próprio indicado, que poderá ser menos questionado sobre eventuais conflitos de interesse durante seu processo de indicação e mesmo durante o seu mandato no STF. Em paralelo, há que se estabelecer um período de inelegibilidade para aqueles que deixam o Tribunal.

Também nos parece oportuna a sugestão trazida pelo Senador Antonio Carlos Valadares, por meio da Emenda nº 3-PLEN. A inclusão do Defensor Público-Geral Federal no referido colegiado privilegia a finalidade última do Direito, que é fazer a justiça social. Devido a sua proximidade com as bases da sociedade e sua pretensão à universalidade, nada mais justo que esse personagem integre e contribua para a escolha de alguém que julgará questões de impacto para toda a coletividade.

A propósito, entendemos também que não há pertinência lógica inserir o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) entre os representantes de órgãos estatais relacionados à prestação jurisdicional, como os presidentes de tribunais do Judiciário, o chefe do Ministério Público da União e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. A Corte de Contas é órgão de natureza administrativa, a qual compete auxiliar o Congresso Nacional em sua incumbência constitucional de Controle Externo, de grande relevância, é verdade, mas que não configura função jurisdicional. Não se trata, portanto, malgrado o nome, de órgão judicante, razão porque entendemos descabida a presença de seu presidente entre os integrantes do colegiado incumbido de indicar ao Presidente da República a lista tríplice de juristas habilitados a compor o STF.

Nesse sentido, sugerimos, em consonância com a emenda acatada à PEC nº 35, de 2015, em sua anterior análise por esta Comissão, substituir o presidente do TCU pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral.



SF/17797.39353-11



Sabe-se que esse cargo é ocupado por um ministro do próprio STF, por definição constitucional nos termos do parágrafo único do art. 119 da Lei Maior. Não obstante, parece-nos mais apropriado o colegiado contar com dois nomes do STF, órgão de cúpula do Poder Judiciário, instituição de cuja organização se trata, do que com um representante de uma corte de natureza administrativa, que não exerce atividade jurisdicional ou a esta ligada.

Em relação à Emenda nº 2-PLEN, manifestamo-nos pela sua rejeição. As mudanças propostas são profundas e precisariam de um debate mais amadurecido sobre o papel das instituições nesse processo. Como já explanado, tais mudanças devem ser feitas com o equilíbrio necessário à preservação da saudável separação dos Poderes preconizada na nossa Constituição.

Finalmente, a fim de consubstanciar as convergências apontadas nas diversas propostas, apresentamos um substitutivo à PEC nº 44, de 2012, do Senador Cristovam Buarque, a mais antiga em tramitação, tendo, portanto, precedência, nos termos da alínea *b* do inciso II do art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal, o qual determina que, no caso de tramitação conjunta de proposições, terá precedência a mais antiga sobre a mais recente, quando originárias da mesma Casa.

Desta forma, e compreendendo que a matéria se acha amadurecida, após tantos anos de debates e quase três décadas de vigência da Constituição democrática de 1988, torna-se possível adotarmos uma nova sistemática de nomeação e aprovação de Ministro do Supremo Tribunal Federal, buscando nas diversas proposições legislativas aqui relatadas e nos debates respectivos os elementos bastantes para dar forma e conteúdo à emenda integral substitutiva com que concluímos este relatório.



SF/17797_39353-11



Quando da apreciação da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, antes de iniciar o processo de votação, a Senadora Simone Tebet apresentou emenda que exclui o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do colegiado que escolhe a lista tríplice de candidatos a Ministro do STF a ser encaminhada ao Presidente da República.

A medida é justificada como necessária para evitar a representação dupla do próprio STF nesse colegiado, uma vez que o Presidente do TSE é ministro do STF, e, desse modo, contribuir ao seu equilíbrio institucional. Opino pelo seu acatamento, nos termos da emenda substitutiva que apresento.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica regimental e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2012, da Emenda nº 1- CCJ e das Emendas nºs 3 e 4- PLE, e Emenda nº1 oferecida à PEC nº 44, de 2012, e votamos, quanto ao mérito, por sua **aprovação**, na forma do substitutivo a seguir, restando prejudicadas, nos termos regimentais, as demais proposições e Emenda nº 2- PLEN.

EMENDA Nº 2 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2012

Altera o art. 101 da Constituição Federal para dispor sobre o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.



SF/17797_39353-11



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, que comprovem pelo menos quinze anos de atividade jurídica.

§ 1º A escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal será feita pelo Presidente da República, dentre os integrantes de lista tríplice elaborada, no prazo de até um mês a contar do surgimento da vaga, por um colegiado composto pelos seguintes membros:

- I – o Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- II – o Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
- III – o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho;
- IV – o Presidente do Superior Tribunal Militar;
- V – o Procurador-Geral da República;
- VI – o Defensor Público-Geral Federal;
- VII – o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º É vedada a indicação de quem tenha, nos quatro anos anteriores, ocupado mandato eletivo federal ou cargo de Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União ou Ministro de Estado.

§ 3º O Presidente da República comunicará a escolha do nome ao Presidente do Senado Federal, até um mês após receber a lista tríplice.

§ 4º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dez anos, vedada a recondução.



§ 5º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são inelegíveis para qualquer cargo eletivo, até cinco anos após o término do mandato.” (NR)

Art. 2º Aos Ministros do Supremo Tribunal Federal em exercício na data da publicação desta Emenda é aplicável o regime jurídico vigente no momento da respectiva nomeação.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





18

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 05/07/2017 às 10h - 26ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB) (PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JADER BARBALHO		1. ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
EDUARDO BRAGA		3. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
MARTA SUPLCY	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	7. HÉLIO JOSÉ	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA		1. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	3. REGINA SOUSA	
GLEISI HOFFMANN		4. PAULO ROCHA	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. VAGO	
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO BAUER	PRESENTE	1. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	
MARIA DO CARMO ALVES		5. JOSÉ SERRA	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
LASIER MARTINS	PRESENTE	1. IVO CASSOL	PRESENTE
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	2. ANA AMÉLIA	PRESENTE
WILDER MORAIS	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR)			
TITULARES		SUPLENTE	
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	1. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
EDUARDO LOPES	PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES	PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR	





Senado Federal

19

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

GLADSON CAMELI

DÁRIO BERGER

ACIR GURGACZ

JOSÉ MEDEIROS



DECISÃO DA COMISSÃO

(PEC 44/2012)

NA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A SENADORA ANA AMÉLIA ACOLHE A EMENDA Nº 1, DE AUTORIA DA SENADORA SIMONE TEBET.

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA ANA AMÉLIA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ FAVORÁVEL À PEC Nº 44, DE 2012, À EMENDA Nº 1-CCJ, ÀS EMENDAS NºS 3 E 4-PLEN E À EMENDA Nº1 OFERECIDA À PEC Nº 44, DE 2012, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 2-CCJ (SUBSTITUTIVO), RESTANDO PREJUDICADAS, NOS TERMOS REGIMENTAIS, AS DEMAIS PROPOSIÇÕES E EMENDA Nº 2-PLEN.

05 de Julho de 2017

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 93, DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº686, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima, que Acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

13 de Setembro de 2017





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 686, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima, que acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.



SF/17453-49963-58

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 686, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima, que acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

O projeto é composto de dois artigos.

O **art. 1º** realiza o objeto da lei, qual seja, inclui no rol dos legitimados para a propositura da ação civil pública o Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da OAB, por meio da inserção de um inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública. O **art. 2º** prevê que a lei entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

Na justificação, o autor menciona o papel de destaque da OAB na conquista e consolidação do Estado Democrático de Direito e argumenta que o Conselho Federal da OAB foi autorizado pelo constituinte originário a propor ações diretas de inconstitucionalidade e ações declaratórias de constitucionalidade, como legitimado extraordinário, perante o Supremo Tribunal Federal para proteger a ordem jurídica. No entanto, segundo a justificação, “esse papel de relevância constitucional da advocacia não se





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

reflete em algumas outras ações coletivas, em especial na ação civil pública, porque não há previsão de legitimidade da OAB para a defesa de interesses transindividuais”. Assim, por uma questão de coerência e tendo em vista a importância das ações coletivas para fiscalização da ordem jurídica e tutela dos direitos coletivos é que se propõe a inclusão da OAB no rol de legitimados para a propositura da ação civil pública.

A proposição foi distribuída exclusivamente a esta Comissão, à qual cabe decisão terminativa sobre a matéria.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência. De resto, o PLS nº 686, de 2015, não apresenta vício de natureza regimental.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 686, de 2015, pois i) compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e iv) não há reserva temática de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto afigura-se correto, pois i) o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) possui o atributo da *generalidade*; iii) é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; iv) afigura-se dotado de potencial *coercitividade*; e v) a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico.

Quanto ao mérito, o projeto é muito louvável, já que inscreve com todas as letras, na Lei de Ação Civil Pública, a legitimidade do Conselho Federal e dos Conselhos Seccionais da OAB para a propositura da ação civil pública.

Não há dúvidas sobre o relevante papel da OAB na defesa do Estado Democrático de Direito. A Constituição Federal dotou-a de





4

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade (art. 103, VII da CF). Ao aprovar o Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994), o legislador federal outorgou à OAB a incumbência de “defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas” (art. 44, I). Deve-se ressaltar, ainda, que o Estatuto da Advocacia conferiu à OAB legitimidade para propor a ação civil pública (ACP), dentre outras ações coletivas (art. 54, XIV), como instrumentos para a realização de suas finalidades.

Apesar da previsão de competência, ainda havia controvérsia a respeito da amplitude dessa norma, com jurisprudência no sentido de que a OAB somente poderia ingressar com a ação civil pública quando o objetivo fosse garantir direito próprio ou de seus associados, e não para a defesa dos direitos coletivos de forma geral. Nessa linha, a legitimidade da OAB seria limitada, devendo ser analisada a pertinência temática da matéria envolvida na lide e a existência de algum direito próprio da Ordem e de seus associados.

Em 2013, novo precedente do STJ, reformando sua própria jurisprudência, entendeu que a legitimidade ativa para a propositura de ações civis públicas por parte da OAB “deve ser lida de forma abrangente, em razão das finalidades outorgadas pelo legislador à entidade – que possui caráter peculiar no mundo jurídico” e que não seria possível “limitar a atuação da OAB em razão de pertinência temática, uma vez que a ela corresponde a defesa, inclusive judicial, da Constituição Federal, do Estado de Direito e da justiça social, o que, inexoravelmente, inclui todos os direitos coletivos e difusos.” (RESP nº 1.351.760-PE)

De fato, como já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a OAB é “entidade prestadora de serviço público independente; categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro” e, além disso, “não está voltada exclusivamente a finalidades corporativas. Possui finalidade institucional.” (ADI 3.026/DF)

Dessa forma, em boa hora surge o PLS nº 686, de 2015, para dispor expressamente na Lei de Ação Civil Pública a legitimidade do Conselho Federal e dos Conselhos Seccionais da OAB para a propositura da ação civil pública. A aprovação do projeto garantirá, de forma inequívoca, a possibilidade de utilização desse relevante instrumento pela OAB em defesa dos direitos coletivos de forma geral. Considerando-se as finalidades institucionais da OAB, definidas em lei, que incluem a defesa da Constituição, da ordem jurídica, do Estado democrático de direito, dos



SF/17453-49963-58





5

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

direitos humanos e da justiça social, a atuação da Ordem por meio de ações civis públicas certamente reforçará sobremaneira o sistema de proteção dos direitos coletivos.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 686, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 686/2015

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TITULARES - Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO (PMDB)				1. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
EDUARDO BRAGA (PMDB)				3. RENAN CALHEIROS (PMDB)			
SIMONE TEBET (PMDB)	X			4. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)			
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			5. WALDEMIR MOKA (PMDB)			
MARTA SUPLICY (PMDB)				6. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)				7. HÉLIO JOSÉ (PMDB)			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)				1. HUMBERTO COSTA (PT)			
JOSÉ PIMENTEL (PT)	X			2. LINDBERGH FARIAS (PT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				3. REGINA SOUSA (PT)	X		
GLEISI HOFFMANN (PT)				4. PAULO ROCHA (PT)			
PAULO RAIM (PT)				5. ÂNGELA PORTELA (PDT)			
ACIR GURGACZ (PDT)				6. VAGO			
TITULARES - Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES (PSDB)				1. RICARDO FERRAÇO (PSDB)			
ANTONIO ANASTÁSIA (PSDB)	X			2. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. EDUARDO AMORIM (PSDB)			
RONALDO CAIADO (DEM)				4. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	X			5. JOSÉ SERRA (PSDB)	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÁSIER MARTINS (PSD)	X			1. IVO CASSOL (PP)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				2. ANA AMÉLIA (PP)	X		
WILDER MORAIS (PP)	X			3. SÉRGIO PETECAO (PSD)			
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			1. ROBERTO ROCHA (PSB)			
LÍDICE DA MATA (PSB)				2. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				3. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
TITULARES - Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			1. CÍDINHO SANTOS (PR)			
EDUARDO LOPES (PRB)			X	2. VICENTINHO ALVES (PR)			
MAGNO MALTA (PR)				3. FERNANDO COLLOR (PTC)			

Quórum: TOTAL 14

Votação: TOTAL 13 SIM 12 NÃO 0 ABSTENÇÃO 1
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 13/09/2017

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador(a) Edison Lobão
Presidente





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 13/09/2017 às 10h - 37ª, Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB) (PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JADER BARBALHO		1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
EDUARDO BRAGA		3. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
MARTA SUPPLY	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	7. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA		3. REGINA SOUSA	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN		4. PAULO ROCHA	
PAULO PAIM	PRESENTE	5. ÂNGELA PORTELA	
ACIR GURGACZ		6. VAGO	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
AÉCIO NEVES	PRESENTE	1. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	5. JOSÉ SERRA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
LASIER MARTINS	PRESENTE	1. IVO CASSOL	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	2. ANA AMÉLIA	PRESENTE
WILDER MORAIS	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	PRESENTE
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES		3. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR)			
TITULARES		SUPLENTE	
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	1. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
EDUARDO LOPES	PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES	PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR	





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

DÁRIO BERGER
ATAÍDES OLIVEIRA
JOSÉ MEDEIROS



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 686/2015)**

NA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO, RELATADO PELO SENADOR ANTONIO ANASTASIA.

13 de Setembro de 2017

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 96, DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº469, de 2015, do Senador Raimundo Lira, que Altera o Código Penal para agravar a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão

RELATOR: Senador Benedito de Lira

13 de Setembro de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2015, do Senador Raimundo Lira, que *altera o Código Penal para agravar a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.*

RELATOR: Senador **BENEDITO DE LIRA**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 469, de 2015, do Senador Raimundo Lira, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (CP), para agravar a pena de crimes específicos, praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.

No caso do homicídio e de sequestro ou cárcere privado, descritos respectivamente nos arts. 121 e 148 do Código Penal (CP), as circunstâncias acima descritas passam qualificar o delito, pelo acréscimo de incisos, respectivamente, no § 2º do art. 121 e no § 1º do art. 148.

No que diz respeito à lesão corporal, lesão corporal grave e lesão corporal seguida de morte, a circunstância objeto do PLS funcionará como causa especial de aumento, de até metade da pena, mediante a inserção de parágrafo no art. 129.



3

2

O PLS também promove a inserção dos arts. 160-A e 226-A, para prever causa especial de aumento, também de até metade da pena, quando os crimes a que se referem – furto, roubo e extorsão, no caso do primeiro; crimes contra a liberdade sexual e crimes sexuais contra vulnerável, no caso do segundo – forem praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escolas.

Em sua justificação, o autor afirma que o agravamento da pena se mostra adequado, uma vez que a situação de tocaia se mostra covarde e ofende a paz do lar. Da mesma forma, o crime cometido próximo ou no interior das escolas mereceria maior reprovação, a fim de evitar que crianças e adolescentes testemunhem ou sejam vítimas de crimes.

No prazo regimental, o Senador Davi Alcolumbre apresentou emenda, a fim para suprimir os arts. 160-A e 226-A, que o art. 2º do PLS pretende acrescentar ao CP, “por se mostrarem inviáveis para sustentar duas novas situações que são corriqueiras no dia a dia da população e desprezar tantos outros acontecimentos igualmente relevantes e comuns”.

II – ANÁLISE

Não observo inconstitucionalidade formal, porquanto o projeto trata de direito penal, cuja iniciativa pode ser do Congresso, por qualquer de seus membros, conforme dispõem os arts. 22, I, e 48, ambos da Constituição Federal. Também não há inconstitucionalidade material.

No mérito, considero oportuno e conveniente o endurecimento da resposta penal quando os crimes mencionados no PLS são praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola. Certamente, desse modo, a retribuição será equiparada ao desvalor das condutas praticadas em circunstância indiscutivelmente traiçoeira e ousada.

Nessa linha de raciocínio, rejeito a Emenda nº 1-CCJ, por entender que os crimes a que se aplicam os arts. 160-A e 226-A que o PLS acrescenta ao CP merecem ter sua reprimenda exacerbada quando praticados em situação de



4

3

tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.

Não obstante, o texto do PLS merece pequenos reparos, pois parte do CP que pretende modificar sofreu alteração pela superveniência de leis, além de se ressentir de pequenos ajustes de técnica legislativa.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ e **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº -CCJ

Renumere-se como V-A o inciso VII que o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2015, insere no § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

EMENDA Nº -CCJ

Renumere-se como § 13 o § 12 que o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2015, insere no art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

EMENDA Nº -CCJ

jw2017-07050



5

4

Dê-se ao art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 148.

.....

§ 1º

.....

VI – se o crime é praticado em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.

.....” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



jw2017-07050



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 469/2015 (nos termos do Parecer)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TITULARES - Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO (PMDB)				1. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
EDUARDO BRAGA (PMDB)				3. RENAN CALHEIROS (PMDB)			
SIMONE TEBET (PMDB)				4. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)			
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			5. WALDEMIR MOKA (PMDB)			
MARTA SUPLICY (PMDB)				6. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)				7. HÉLIO JOSÉ (PMDB)			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)	X			1. HUMBERTO COSTA (PT)			
JOSÉ PIMENTEL (PT)				2. LINDBERGH FARIAS (PT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				3. REGINA SOUSA (PT)			
GLEISI HOFFMANN (PT)				4. PAULO ROCHA (PT)			
PAULO RAIM (PT)				5. ÂNGELA PORTELA (PDT)			
ACIR GURGACZ (PDT)				6. VAGO			
TITULARES - Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES (PSDB)	X			1. RICARDO FERRAÇO (PSDB)	X		
ANTONIO ANASTÁSIA (PSDB)	X			2. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. EDUARDO AMORIM (PSDB)			
RONALDO CAIADO (DEM)	X			4. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	X			5. JOSÉ SERRA (PSDB)			
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÁSIER MARTINS (PSD)	X			1. IVO CASSOL (PP)			
BENEDITO DE LIRA (PP)	X			2. ANA AMÉLIA (PP)			
WILDER MORAIS (PP)	X			3. SÉRGIO PETECAO (PSD)			
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			1. ROBERTO ROCHA (PSB)	X		
LIDICE DA MATA (PSB)				2. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				3. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
TITULARES - Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			1. CÍDINHO SANTOS (PR)			
EDUARDO LOPES (PRB)				2. VICENTINHO ALVES (PR)			
MAGNO MALTA (PR)	X			3. FERNANDO COLLOR (PTC)			

Quórum: TOTAL 15

Votação: TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 13/09/2017

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador(a) Edison Lobão
Presidente





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 13/09/2017 às 10h - 37ª, Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB) (PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JADER BARBALHO		1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
EDUARDO BRAGA		3. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
MARTA SUPPLY	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	7. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA		3. REGINA SOUSA	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN		4. PAULO ROCHA	
PAULO PAIM	PRESENTE	5. ÂNGELA PORTELA	
ACIR GURGACZ		6. VAGO	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
AÉCIO NEVES	PRESENTE	1. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	5. JOSÉ SERRA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
LASIER MARTINS	PRESENTE	1. IVO CASSOL	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	2. ANA AMÉLIA	PRESENTE
WILDER MORAIS	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	PRESENTE
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES		3. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR)			
TITULARES		SUPLENTE	
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	1. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
EDUARDO LOPES	PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES	PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR	





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

DÁRIO BERGER

ATAÍDES OLIVEIRA

JOSÉ MEDEIROS





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

TEXTO FINAL

Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, DE 2015
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera o Código Penal para agravar a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 121, 129 e 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com as seguintes alterações:

“**Art. 121**.....

§ 2º.....

V-A – em situação de tocaia nas imediações de residência, ou quando praticado no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.
” (NR)

“**Art. 129**.....

§ 13 Nas hipóteses do *caput* e dos §§ 1º a 3º deste artigo, o juiz poderá aumentar a pena em até metade, se o crime for praticado em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.” (NR)

“**Art. 148**.....

§ 1º.....

VI – se o crime é praticado em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.
” (NR)



Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido dos seguintes artigos:

“Disposição comum

Art. 160-A. Nos crimes previstos nos Capítulos I e II deste Título, o juiz poderá aumentar a pena em até metade, se o crime for praticado em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.”

“Art. 226-A. Nos crimes previstos nos Capítulos I e II deste Título, o juiz poderá aumentar a pena em até metade, se o crime for praticado em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de setembro de 2017.

Senador **EDISON LOBÃO**, Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 469/2015)

NA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO E AS EMENDAS Nº 2-CCJ A Nº 4-CCJ E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA Nº 1-T, RELATADOS PELO SENADOR BENEDITO DE LIRA.

13 de Setembro de 2017

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado n°s 469, de 2015, e 686, de 2015, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (Ofício n°s 138 e 140/2017-CCJ).





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 140/2017–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 13 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

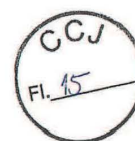
Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 686, de 2015, que “acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.”, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 138/2017-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 13 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

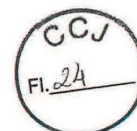
Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação, com as Emendas nºs 2-CCJ a 4-CCJ**, do Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2015, que "*Altera o Código Penal para agravar a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.*", de autoria do Senador Raimundo Lira, e **pela rejeição da Emenda nº 1-T.**

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 319, DE 2017

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho.

AUTORIA: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do art. 12-A em seu Capítulo I e com as seguintes alterações:

“Art. 12-A. Na contratação das obras e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho da contratada, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega definidos no instrumento convocatório e no contrato.

§ 1º A utilização da remuneração variável será motivada e respeitará o limite de preços unitários do contrato.

§ 2º Os indicadores a serem adotados nas contratações devem estar de acordo com a capacidade de recursos humanos e materiais do órgão ou entidade fiscalizador.”

“Art. 40.

.....

XIV -

.....

f) os indicadores de desempenho aos quais a remuneração variável ficará vinculada, se for o caso;

.....” (NR)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

“Art. 55

.....

III – o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, e, no caso de contratação por remuneração variável, os indicadores de desempenho;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei de Licitações não considera a possibilidade de a remuneração do contratado ser atrelada ao alcance de metas, traduzidas em parâmetros de desempenho.

Do nosso ponto de vista, essa restrição não condiz com as necessidades de determinados serviços de engenharia, como a manutenção e a conservação de rodovias, por exemplo.

Segundo estudo do Banco Mundial, publicado em 2005, países que adotaram contratos de baseados em performance reduziram entre 10% e 40% seus custos de manutenção e conservação de rodovias, em comparação com os contratos tradicionais, baseados em especificação de métodos de execução.

Também deve ser levado em consideração que, no processo tradicional de fiscalização das obras públicas, o controle da execução dos serviços é realizado por meio de numerosos ensaios e da verificação do atendimento a especificações de materiais e de processos construtivos preconizados em normas dos órgãos e entidades contratantes. A substituição dessa lógica de fiscalização pela adoção de critérios bem definidos de aferição do cumprimento de metas de desempenho tende a demandar menor esforço para realizar as medições e a proporcionar mais facilidade no controle dos serviços realizados, o que resultaria em maior eficiência.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

O mecanismo de pagamento que ora se propõe não é novo. Tanto o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, quanto a Lei nº 11.079, de 2004, que disciplina os contratos de Parcerias Público Privadas (PPP), já preveem a vinculação da remuneração do contratado ao atingimento de metas de qualidade predeterminadas.

Por fim, importante esclarecer que este projeto não altera o art. 87 da Lei, que trata das penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato. O que se pretende tornar possível é a aceitação de um serviço que, embora não tenha atingido o padrão máximo de qualidade desejável, possa ser aceito. Por exemplo, o serviço pode ter utilidade, embora com durabilidade menor; nesse caso, desde que a um custo menor para a Administração, a obra deve ser paga.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição que, certamente, proporcionará o alcance de melhores resultados nas contratações, bem como a redução de custos dos contratos, contribuindo, assim, com uma aplicação mais eficiente dos escassos recursos públicos.

Sala das Sessões,

Senador TASSO JEREISSATI



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso XXI do artigo 37

- Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - Lei de Licitação; Lei de Licitações e Contratos - 8666/93

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8666>

- Lei nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004 - LEI DE PARCERIA PUBLICO-PRIVADA / LEI DE PPP - 11079/04

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;11079>

- Lei nº 12.462, de 4 de Agosto de 2011 - LEI-12462-2011-08-04 - 12462/11

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12462>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 320, DE 2017

Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores.

AUTORIA: Senador Roberto Muniz (PP/BA)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei 9784 passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º:

“Art. 3º.....

.....

§ 1º O processo administrativo de caráter punitivo de que resulte a imposição de multa pecuniária, cumulada ou não com obrigação de fazer ou não fazer, submete-se também ao seguinte:

I – São direitos do sujeito passivo no processo administrativo de caráter punitivo, sob pena de nulidade e extinção da obrigação:

- a) constituição do processo por decisão motivada e formal de autoridade competente;
- b) amplo acesso aos autos e aos atos processuais, em todas as fases, diretamente ou mediante representante habilitado no processo;
- c) formulação de alegações, apresentação de documentos e produção de todas as provas que entender cabíveis;
- d) cientificação, pessoal ou por representante, de todas as decisões proferidas;
- e) acesso amplo, com direito de vistas, cópias e traslado, de toda a documentação de instrução ou probatória reputadas importantes.



II – Toda decisão condenatória deverá ser fundamentada e não se considera fundamentada qualquer decisão que:

- a) se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar objetivamente sua relação com a causa ou a questão decidida;
- b) empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;
- c) não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo agente público;
- d) se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula ou coletânea análoga, sem identificar objetivamente os seus motivos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento atrai a incidência do precedente ou enunciado alegado;
- e) deixar de seguir precedente, enunciado de súmula ou coletânea análoga alegado pelo sujeito passivo, sem demonstrar, objetiva e fundamentadamente, a existência de elementos distintivos no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

III – a execução da sanção imposta depende de reexame necessário por órgão colegiado superior, podendo o ente federado estabelecer, por lei própria, valor de alçada para esse fim, não superior a cem por cento da menor multa pecuniária prevista para a espécie.

IV – É vedada a inserção, em certidões ou documento assemelhado, de informações relativas a processos e procedimentos na pendência de confirmação da sanção na forma do inciso anterior.

V – É obrigatória a publicação e atualização em intervalos não superiores a um mês, em sítios oficiais abertos à consulta pública, de ementário detalhado relativo aos elementos fáticos e jurídicos considerados em todas as decisões administrativas punitivas.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos processos administrativos de caráter punitivo instaurados a partir desta data.



JUSTIFICAÇÃO

Por certo o legislador constituinte preservou e alçou na Carta Magna de 1988 o direito do contraditório e da ampla defesa em favor dos administrados nos processos administrativos instaurados por agentes públicos imbuídos do *poder- dever* da fiscalização.

Acontece que, ao lado disso, consagrou a Constituição Federal o princípio da segurança jurídica, que tão necessário quanto o exercício do contraditório e da ampla defesa, é o que catalisa a força da decisão da lavra do agente público em nome do Poder que representa.

Infelizmente, com a ausência de regras e limites bem definidos na Lei 9.784 de 1999, quanto aos processos administrativos de cunho sancionador, o cidadão brasileiro e as empresas se deparam com autos de infração, sem sequer ter ciência da motivação, o que gera uma verdadeira celeuma na sociedade brasileira, que rotineiramente se empenha em buscar o Poder Judiciário para estancar determinado abuso, ilegalidade ou efeitos de decisão desmotivada ou infundada.

Processos administrativos iniciados de forma desqualificada geram decisões infundadas, desmotivadas, sustentadas em precedentes distintos daquele ocorrido nos autos. Consequentemente, levam a judicialização do caso e induzem o assoberbamento do judiciário com demandas que, se bem tratadas na instrumentalização do processo administrativo, não seriam a causa de inúmeras suspensões de exigibilidade de penalizações aplicadas em desfavor do jurisdicionado.

Uma verdadeira fábrica de papel e burocracia, fundada na falsa ideia de que a notificação do termo de inicialização do expediente processual representa respeito ao contraditório e a ampla defesa, e na impressão de que, após inúmeros atos praticados pelos envolvidos no processo, representará uma segurança jurídica de que a decisão exarada terá eficácia e efetividade. Ledo engano.



Ou seja, aplicação de sanções significa, muitas vezes, a criação de um passivo fictício para as empresas e cidadãos, que passam a ter dificuldades de funcionamento em razão dessa falsa expectativa.

O mesmo ocorre com a Administração Pública, que passa a ter um ativo improvável e infla seu orçamento na coluna dos haveres com fantasiosos créditos, os quais podem frustrar a alocação de recursos de forma inteligente. A falta de maior certeza, portanto, é prejudicial a todos.

No mesmo sentido, decisões monocráticas, por óbvio, são mais passíveis de erros, arbitrariedades e corrupção. Riscos que são mitigados pela lógica do colegiado.

Motivados por selar a aliança dos princípios do contraditório e da ampla defesa e da segurança jurídica, levamos à Casa a presente proposta, com a missão de estabelecer regras gerais a serem observadas pelos agentes públicos quando da instauração do processo administrativo. É imperioso, mais do que nunca, **fincar pontos de orientação para debelar as inconsistências verificadas no curso do processo.**

No inciso I do parágrafo primeiro, replicamos os direitos já existentes no Código de Processo Civil ao processo administrativo. Tratam-se de normas que buscam dar concretude aos direitos constitucionais da ampla defesa e contraditório, de forma efetiva e com vistas ao que acontece no cotidiano.

Como exemplo, cito o direito de ter ampla ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado.

No inciso II do parágrafo primeiro, há importante normatização de como se deve proceder ao proferir uma decisão efetivamente fundamentada. Aqui, primamos pelo princípio da transparência e motivação, possibilitando maior controle jurídico e social das decisões administrativas, bem como dando concretude ao direito de recurso, que só é possível ser plenamente exercido em face de decisões efetivamente motivadas.



Na sequência, no inciso III do parágrafo primeiro, trazemos importante inovação. Trata-se do condicionamento da execução das penalidades administrativas à confirmação, por órgão colegiado, das sanções indicadas por agente público.

Na prática, o reexame necessário será equivalente àquele existente em favor do Estado. Busca-se, aqui, uma moralização econômica e social do papel punitivo do estado, porquanto esta medida, de uma só vez, homenageia a segurança jurídica e o combate à corrupção.

A segurança jurídica vem, sobretudo, em razão da maior estabilidade, fundamentação e transparência, fatos que, aliados a pluralidade do colegiado, dificultam a execução de fraudes e corrupção. Trata-se de verdadeira medida de Compliance, necessária em tempos tormentosos.

No inciso IV do parágrafo primeiro, também em homenagem à segurança jurídica e em defesa do empreendedor e cidadão brasileiro, a confirmação da sanção pelo colegiado será pressuposto para a anotação de qualquer apontamento em certidões ou documento assemelhado. Referida norma visa exatamente não permitir que a mera indicação de uma penalidade traga grandes dificuldades para o ideal funcionamento das empresas e vida das pessoas, as quais, até decisão final dos colegiados, deverão ter tratamento normal.

Por fim, **no inciso V do parágrafo primeiro**, por questões de segurança jurídica e transparência, passa a ser obrigatória a publicação e, em sítios oficiais abertos à consulta pública, de ementário detalhado relativo aos elementos fáticos e jurídicos considerados em todas as decisões administrativas punitivas.

Ante o exposto, conto com o apoio dos Senadores e Senadoras desta Casa para aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador **ROBERTO MUNIZ**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999 - Lei Geral do Processo Administrativo; Lei do Processo Administrativo Federal - 9784/99

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9784>

- artigo 3º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 321, DE 2017

Altera os arts. 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever causas de aumento de pena para os crimes de roubo e receptação qualificada quando visarem coisa proveniente de transporte de cargas.

AUTORIA: Senador Raimundo Lira (PMDB/PB)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera os arts. 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever causas de aumento de pena para os crimes de roubo e receptação qualificada quando visarem coisa proveniente de transporte de cargas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 157.**.....

.....

§ 2º.....

.....

III – se a vítima está em serviço de transporte de valores ou de cargas e o agente conhece tal circunstância;

..... (NR)”

“**Art. 180.**.....

.....

§ 7º Na hipótese do § 1º, a pena é aumentada de um terço até a metade se o crime visar coisa proveniente de roubo a transporte de cargas. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Segundo pesquisa elaborada pelo Sistema Firjan, os registros de roubos de cargas no Brasil aumentaram 86%, passando de 12.124 em 2011 para 22.547 em 2016. De cada grupo de 88 veículos constantes no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga, um foi alvo de quadrilhas de roubo de cargas em 2016.

Assim, entre 2011 e 2016, foram registrados 97.786 roubos de cargas no Brasil, que geraram uma perda superior a R\$ 6,1 bilhões, que representa mais de cinco vezes o investimento anunciado pelo Governo Federal em dezembro de 2016 para a modernização e ampliação do sistema penitenciário nos próximos anos.

O número de roubos desse tipo aumentou tanto que, em uma lista de 57 países, o Brasil é apontado como o oitavo mais perigoso para o transporte de cargas, estando a frente de países em guerra e conflitos civis, como, por exemplo, Paquistão, Eritreia e Sudão do Sul.

Ressalte-se que o roubo de cargas é um crime que afeta intensamente a economia do País, uma vez que os custos extras com novas mercadorias serão repassados à sociedade. Ademais, o Estado perderá na arrecadação de impostos com a comercialização clandestina dessas cargas.

Por sua vez, outro problema acarretado pelo roubo de cargas é que, em alguns estados brasileiros, ele vem sendo utilizado para financiar o tráfico de drogas e de armas. Além de aumentar a violência, tal fato torna a população local refém do crime organizado, pelo fato deste acabar controlando o abastecimento do comércio da região.

Diante desse quadro, propomos a criação de causas de aumento de pena para os crimes de roubo e receptação qualificada quando visarem produtos oriundos do transporte de cargas. Com isso, pretendemos reduzir, substancialmente, a prática desses crimes que tanto prejudicam a sociedade brasileira.



3

Feitas essas considerações, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **RAIMUNDO LIRA**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- artigo 157

- artigo 180





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2017

Altera os arts. 155, 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir com maior rigor os crimes de furto, roubo e receptação de fios, cabos ou qualquer outro equipamento necessário ao fornecimento do serviço de telefonia.

AUTORIA: Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera os arts. 155, 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir com maior rigor os crimes de furto, roubo e receptação de fios, cabos ou qualquer outro equipamento necessário ao fornecimento do serviço de telefonia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 155, 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 155.**.....

.....

§ 4º.....

.....

V – visando a subtração de fios, cabos ou qualquer outro equipamento necessário ao fornecimento do serviço de telefonia.

.....” (NR)

“**Art. 157.**.....

.....

§ 2º.....

.....

VI – se a subtração for de fios, cabos ou qualquer outro equipamento necessário ao fornecimento do serviço de telefonia.

.....” (NR)

“**Art. 180.**.....

.....



§ 7º Aplica-se a pena do § 1º se a receptação for de fios, cabos ou qualquer outro equipamento necessário ao fornecimento do serviço de telefonia.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo pesquisa feita pelo Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), somente no ano de 2015, foram registradas em torno de 5,6 mil ocorrências de roubo, furto e receptação de equipamentos necessários às redes de telecomunicações. Pelo levantamento apresentado, ao todo, em 2015, foram furtados quatro milhões de metros de cabos e mais de três mil rádios transmissores.

Assim, milhares de clientes de telecomunicações têm, todos os anos, seus serviços interrompidos em função de furtos e roubos de fios, cabos ou qualquer outro equipamento necessário ao serviço de telefonia. Ademais, a reposição desses equipamentos custa em média R\$ 320 milhões ao ano para as operadoras.

Na grande maioria das vezes, o furto ou roubo de fios ou cabos de telefonia tem como objetivo a sua venda no mercado paralelo, o que constitui um incentivo para a sua subtração e posterior venda para terceiros.

Tais condutas, além de causar dano à companhia de distribuição de telefonia e de outras empresas que dependem do serviço de telecomunicações, acabam prejudicando milhares de pessoas, que ficam sem acesso à rede de telefonia. Ademais, não raramente, o crime pode afetar também serviços de utilidade pública ou essenciais à população, como polícia, bombeiros e emergência médica.

Diante desse quadro, propomos o aprimoramento da legislação penal, para que os crimes de furto, roubo e receptação de fios, cabos ou qualquer outro equipamento necessário ao fornecimento do serviço de



3

telefonía sejam punidos com maior rigor, tornando as penas compatíveis com o dano causado a sociedade.

Feitas essas considerações, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO LOPES



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- artigo 155

- artigo 157

- artigo 180





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 323, DE 2017

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para coibir a propagação de discurso de ódio nas redes sociais.

AUTORIA: Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)

DESPACHO: Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que *estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*, para coibir a propagação de discurso de ódio nas redes sociais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para coibir a propagação de discurso de ódio nas redes sociais.

Art. 2º O art. 21 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 21.** O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente quando, após o recebimento de notificação, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização de conteúdo que:

I) viole a intimidade em decorrência da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado;

II) incite o ódio, a discriminação, o preconceito ou a violência contra pessoa, ou grupo de pessoas, em razão de sua etnia, raça, cor, nacionalidade, origem regional, idade, deficiência física ou mental, religião, sexo ou orientação sexual.

§ 1º Têm legitimidade para requerer a indisponibilização de conteúdo:

I) os participantes ou seu representante legal, nos casos do inciso I do *caput*;



II) o ofendido, o Ministério Público e a Defensoria Pública, nos casos do inciso II do *caput*.

§ 2º A notificação prevista no *caput* deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do conteúdo apontado como infrigente e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido.

§ 3º Os legitimados à apresentação do requerimento promoverão a notificação do provedor de aplicação, que terá o prazo de vinte e quatro horas, contadas da notificação, para promover a indisponibilização cautelar do conteúdo de que tratam os incisos I e II do *caput*.

§ 4º O provedor de aplicação, após análise do caso, poderá cancelar a medida ou torná-la definitiva.

§ 5º O requerente será comunicado pelo provedor da aplicação sobre o resultado da análise referida no § 4º.

§ 6º Sem prejuízo da responsabilidade subsidiária referida no *caput*, o provedor de aplicação que violar as disposições deste artigo ficará sujeito a multa de até 5% (cinco por cento) do faturamento do grupo econômico no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Marco Civil da Internet, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, apresenta os parâmetros para o uso da internet no Brasil e define a liberdade de expressão como fundamento basilar para o desenvolvimento da internet no país.

Por outro lado, o Marco Civil da Internet prevê, em seu art. 21, a responsabilização subsidiária do provedor de aplicações que deixar de atender a notificação para tornar indisponível conteúdo que viole a intimidade de pessoas pela divulgação, sem autorização, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado. O legislador buscou, dessa forma, impedir a propagação de efeitos danosos violadores da honra e da intimidade dos usuários, considerando, sobretudo, o grande alcance e a velocidade com que as informações circulam na internet.

No mesmo sentido, é preciso ampliar o alcance desse dispositivo para impedir que as redes sociais sejam utilizadas como veículo



3

para disseminação de discurso de ódio e prática de crimes resultantes do preconceito.

O discurso de ódio é incompatível com o exercício das liberdades democráticas, pois quem dele faz uso não busca o diálogo. Ao contrário, deseja silenciar a voz legítima das minorias. Trata-se de um abuso à liberdade de expressão.

Os provedores de redes sociais devem participar ativamente no combate desse problema na medida em que são responsáveis pela prestação de um serviço que potencializa enormemente a divulgação de conteúdos ofensivos.

Nesse sentido, apresento a presente proposição para alterar a redação do art. 21 do Marco Civil da Internet de modo a coibir a propagação de discurso ódio nas redes sociais.

A alteração contida na matéria complementa, no âmbito do Marco Civil da Internet, a tipificação penal já prevista no § 2º do art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que prevê reclusão de dois a cinco anos e multa para quem praticar, induzir ou incitar discriminação ou preconceito de raça, etnia, religião ou procedência nacional por intermédio dos meios de comunicação ou publicação de qualquer natureza.

Desse modo, atualiza-se a legislação vigente e amplia-se seu alcance, contribuindo, certamente, para sua aplicação de forma mais eficaz.

Em razão do exposto, peço o apoio para a aprovação ou aprimoramento do projeto de lei ora proposto.

Sala das Sessões,

Senador PAULO BAUER



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989 - Lei Antirracismo; Lei do Racismo; Lei do Crime Racial - 7716/89

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7716>

- parágrafo 2º do artigo 20

- Lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014 - Marco Civil da Internet - 12965/14

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;12965>

- artigo 21



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, DE 2017

Fixa o prazo de cinco sessões para o despacho de requerimentos de informações apresentados pelos Senadores.

AUTORIA: Senador Reguffe (S/Partido/DF)

DESPACHO: Ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento emendas



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º , DE 2017.

(Do Sr. SENADOR REGUFFE)

Fixa o prazo de cinco sessões para o despacho de requerimentos de informações apresentados pelos Senadores.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º. O art. 215, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido da alínea ‘g’, assim redigida:

“**Art. 215.**

.....

II – dependentes de despacho do Presidente:

.....

g) de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República (Const., art. 50, § 2º), no prazo de cinco sessões.”

Art. 2º. Revoga-se a alínea *a* do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

A prerrogativa dos Senadores da República de requerer informações a Ministros de Estado, ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, integra o plexo de competências constitucionais dos membros do Poder Legislativo, em seu legítimo e democrático direito de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Aliás, trata-se de importante instrumento de atuação parlamentar, *“importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas”*, nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal.

O objetivo deste Projeto de Resolução é fixar o prazo de cinco sessões para o encaminhamento, pela Presidência do Senado, dos requerimentos de informações formulados pelos Senadores. Aliás, a proposta confere tramitação regimental similar aos requerimentos de informações apresentados na Câmara dos Deputados.

Propomos que se normatize e se fixe prazo razoável de cinco sessões para o despacho, aos órgãos competentes da Administração Pública Federal, das informações solicitadas pelos parlamentares, resolvendo, em definitivo, o grave problema da burocracia interna da Casa dentre outros, de modo que seja garantido aos Senadores da República o livre exercício do mandato parlamentar, em toda a sua plenitude.

Sala das sessões, em ...

REGUFFE

SENADOR DA REPÚBLICA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 2º do artigo 50

- Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>

- alínea a do inciso I do artigo 215
 - inciso II do artigo 215



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 753, DE 2017

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do RISF, informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, referente à transferência de controle societário de que trata o Ofício "S" nº 34, de 2014.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



RQS
00753/2017

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº , DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício "S" nº 34, de 2014.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



REQUERIMENTO Nº DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam novamente solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 34, de 2014, destacando que não foram localizados os anexos da Nota Informativa nº 2.513/2016/SEI-MCTIC, anteriormente encaminhada:

I - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 17/05/2017 às 08h30 - 10ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	3. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA		1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA	PRESENTE	3. ÂNGELA PORTELA	PRESENTE
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	PRESENTE
Bloco Social Democrata (DEM, PSDB, PV)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. GLADSON CAMELI	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. IVO CASSOL	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	
Bloco Moderador (PTC, PR, PSC, PTB, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	

Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA
RONALDO CAIADO
VICENTINHO ALVES

SENADO FEDERAL
Comissão de Ciência e Tecnologia - CCT
Confere com o original
Em, 17/05/2017
Egli

Egli Lucena Meusi Moreira
Secretária da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
nº _____ de 20 ____
Fls. _____

17/05/2017 11:34:57

Página 1 de 1

Página 4 de 7

Parte integrante do Avulso do RQS nº 753 de 2017.



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 34/2014)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, O SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR OTTO ALENCAR, DESIGNA RELATOR AD HOC O SENADOR OMAR AZIZ, EM SUBSTITUIÇÃO AO SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO SOBRESTAMENTO DO PROJETO, NOS TERMOS DO ART. 335 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E PELA APROVAÇÃO DE NOVO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

17 de Maio de 2017

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





PARECER Nº DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16, de 2014, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 34, de 2014 (OFC nº 230, de 2014, na Câmara dos Deputados), que comunica *“a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Luziânia Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás”*.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o comunicado de transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da **TV Luziânia Ltda.**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 34, de 2014 (OFC nº 230, de 2014, na origem), que encaminha a Mensagem nº 219, de 24 de julho de 2014, acompanhada do Despacho de 23 de julho de 2014 e da Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações nº 204, de 11 de maio de 2011.

O processado também está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias.



A matéria foi anteriormente apreciada pela CCT, em 24 de novembro de 2015, quando a Comissão aprovou o Requerimento nº 1.358, de 2015, solicitando ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (à época, Ministro de Estado das Comunicações) informações complementares para subsidiar a deliberação.

As respostas ao citado requerimento foram recebidas por meio do Ofício nº 46.218/2016/SEI-MCTIC, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que encaminhou a Nota Informativa nº 2.513/2016/SEI-MCTIC, de 9 de novembro de 2016.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 1.358, de 2015, da CCT, solicitava, em seus itens IV e V:

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Embora a Nota Informativa nº 2.513/2016/SEI-MCTIC indique que encaminharia anexos os documentos “Outros (origem externa) Comprovantes de nacionalidade (0906933)” e “Outros (origem externa) SIACCO – SOCIEDADE EM OUTRA OUTORGA (0890609)”, esse material não foi localizado na documentação.

Dessa maneira, a apreciação da matéria ainda carece de algumas das informações anteriormente solicitadas.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 34, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.



SF/17213.73677-09





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 754, DE 2017

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do RISF, informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, referente à transferência de controle societário de que trata o Ofício "S" nº 31, de 2014.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



RQS
00754/2017

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº , DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a informação referente à transferência de concessão constante do Ofício "S" nº 31, de 2014.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática





REQUERIMENTO Nº DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam novamente solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 31, de 2014, destacando que não foram localizados os anexos da Nota Informativa nº 2.428/2016/SEI-MCTIC, anteriormente encaminhada:

I - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCT, 10/05/2017 às 08h30 - 9ª, Extraordinária
 Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	3. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA		1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	
JORGE VIANA		3. ÂNGELA PORTELA	PRESENTE
ACIR GURGACZ		4. REGINA SOUSA	
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ		1. GLADSON CAMELI	
OTTO ALENCAR <i>Presidente</i>	PRESENTE	2. IVO CASSOL	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE <i>RELATOR</i>	PRESENTE
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
 RONALDO CAIADO
 CIDINHO SANTOS
 VICENTINHO ALVES

SENADO FEDERAL
 Comissão de Ciência e Tecnologia - CCT
 Confere com o original
 Em, 10/05/2017
Egfr

Egfr Luciana Moreira
 Secretária da Comissão de Ciência,
 Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática
 OFS nº 31 de 20 14
 Fls. 27 *mp*

10/05/2017 10:26:31

Página 1 de 1

Página 4 de 7

Parte integrante do Avulso do RQS nº 754 de 2017.



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 31/2014)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO SOBRESTAMENTO DO PROJETO NOS TERMOS DO ART. 335 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E PELA APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

10 de Maio de 2017

Senador OTTO ALENCAR

**Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática**



PARECER Nº DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13, de 2014, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 31, de 2014 (OFC nº 227, de 2014, na Câmara dos Deputados), que comunica “a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da **SPC Sistema Paranaíba de Comunicação Ltda.**, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás”.



RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o comunicado de transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *SPC Sistema Paranaíba de Comunicação Ltda.*, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 31, de 2014 (OFC nº 227, de 2014, na origem), que encaminha a Mensagem nº 219, de 24 de julho de 2014, acompanhada do Despacho de 23 de julho de 2014 e da Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações nº 183, de 4 de maio de 2011.

O processado também está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias.

A matéria foi anteriormente apreciada pela CCT, em 24 de novembro de 2015, quando a Comissão aprovou o Requerimento nº 1.357, de 2015, solicitando ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e



00100.149596/2017-73
SF/17726.62812-78

Comunicações (à época, Ministro de Estado das Comunicações) informações complementares para subsidiar a deliberação.

As respostas ao citado requerimento foram recebidas por meio do Ofício nº 4.587/2016/SEI-MCTIC, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que encaminhou a Nota Informativa nº 2.428/2016/SEI-MCTIC, de 31 de outubro de 2016.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 1.357, de 2015, da CCT, solicitava, em seus itens IV e V:

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Embora a Nota Informativa nº 2.428/2016/SEI-MCTIC indique que encaminharia anexos os documentos “Cópia dos RG’s dos sócios no SEI (1080295)” e “Participação dos sócios em outras empresas nº no SEI (1461415)”, esse material não foi localizado na documentação.

Dessa maneira, a apreciação da matéria ainda carece de algumas das informações anteriormente solicitadas.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 31, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.



Foram encaminhados à publicação os Pareceres n^{os} 103 e 104, de 2017-CCT, sobre os Ofícios n^{os} S/31 e S/34, de 2014; concluindo pelo sobrestamento das matérias e pela apresentação dos Requerimentos n^{os} 753 e 754, de 2017, de informações.

Os requerimentos vão à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 755, DE 2017

Requer, nos termos do art. 40, do RISF, e tendo sido designado para participar do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe – GRULAC, por ocasião da 137ª Assembleia da União Interparlamentar, licença dos trabalhos da Casa no período de 13 a 18 de outubro de 2017 e comunica ausência do País no período de 12 a 21 de outubro de 2017.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

REQUERIMENTO Nº , de 2017

Tendo sido designado para participar do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe – GRULAC, por ocasião da 137ª Assembleia da União Interparlamentar, requero, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 13 a 18 de outubro de 2017, a fim de atender honrosa missão.

Nos termos do art. 39, comunico que estarei ausente do País no período de 12 a 21 de outubro de 2017.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**



00100.124568/2017-43 (VIA 002) - 00100.138262/2017-74 (VIA 002)

**SENADO FEDERAL**
Presidência

Processo 000.018018/17

00100.138262/2017-74

56.05.08.23

(3/6/EM)

MEMO. Nº 121 /2017-PRESID.

Brasília, 12 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **CIRO NOGUEIRA**
Presidente do Grupo União Interparlamentar

Referência: Documento nº 00100.124568/2017-43.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência e nos termos da solicitação constante no Ofício nº 066/17, datado de 16 de agosto de 2017, autorizo a participação do Senador **Antonio Anastasia** na Sessão Ordinária do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe-GRULAC, por ocasião da 137ª Assembleia da União Interparlamentar, a ser realizada no período de 13 a 18 de outubro de 2017, na cidade de São Petersburgo, Federação Russa, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal



GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Ofício 066/17

Brasília, 16 de agosto de 2017

À
Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em referência ao ofício 053/17, que trata da Missão oficial à São Petersburgo, Federação Russa, muito agradeceria acrescentar o nome do Senador Antonio Anastasia à delegação brasileira que participará das Sessões do GRULAC, que serão realizadas dias 13 e 14 de outubro de 2017, e da 137ª Assembleia da UIP, que será realizada de 14 a 18 de outubro de 2017.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Atenciosamente,

Senador Ciro Nogueira
Presidente

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
Senado Federal – Anexo I, 27º Andar
+55 61 3303-3859/3834 – E-mail: gbuip@senado.gov.br



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 56/2017



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 142, DE 2017 – PLEN/SF**

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017 (nº 6.437, de 2016, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017 (nº 6.437, de 2016, na Casa de origem), *que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.*

Senado Federal, em 13 de setembro de 2017.

JOSÉ PIMENTEL, PRESIDENTE

SÉRGIO PETECÃO, RELATOR

ANTONIO CARLOS VALADARES

GLADSON CAMELI



ANEXO AO PARECER Nº 142, DE 2017 – PLEN/SF

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017 (nº 6.437, de 2016, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Emenda nº 1
(Corresponde à Emenda nº 1 – CAS)

Dê-se ao art. 3º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, nos termos do art. 2º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

§ 1º Para fins desta Lei, entende-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção da saúde individual e coletiva a partir do diálogo sobre a diversidade de saberes culturais, sociais e científicos e a valorização dos saberes populares, com vistas à ampliação da participação popular no SUS e ao fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários do SUS.



3

§ 2º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e o consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência.

§ 3º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação:

I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural;

II – o detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde;

III – a mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional;

IV – a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento:

a) da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério;

b) da lactante, nos 6 (seis) meses seguintes ao parto;

c) da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura;

d) do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

e) da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas;

f) da pessoa em sofrimento psíquico;

g) da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas;

h) da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal;

i) dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;



j) da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

V – a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação, acompanhamento e controle:

a) de situações de risco à família, inclusive de focos de vetores transmissores de doenças infectocontagiosas de interesse para a saúde pública;

b) de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde;

c) do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação;

VI – o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (Cras).

§ 4º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, desde que o Agente Comunitário de Saúde tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados, são atividades do Agente, em sua área geográfica de atuação, assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe:

I – a aferição de pressão arterial, durante a visita domiciliar, para fins de promoção da saúde e de prevenção de doenças e agravos, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

II – a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, e o acompanhamento de casos diagnosticados de diabetes *mellitus*, conforme terapia prescrita pela equipe de atenção básica, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

III – a aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

IV – a orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade;

V – a realização de técnicas limpas de curativo, com o uso de coberturas passivas;

VI – a verificação antropométrica.

§ 5º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas



5

atividades do Agente Comunitário de Saúde compartilhadas com os demais membros da equipe, em sua área geográfica de atuação:

I – a participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico;

II – a consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares;

III – a realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde;

IV – a participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento de determinantes do processo saúde-doença;

V – a orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica em saúde;

VI – o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações em saúde;

VII – o estímulo à participação da população no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde.” (NR)

Emenda nº 2
(Corresponde à Emenda nº 2 – CAS)

Dê-se ao art. 4º-A, incluído na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, pelo art. 4º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 4º-A. O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente nas seguintes situações:

I – na orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção de saúde, para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos;

II – no planejamento, na programação e no desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família;

III – na notificação de casos suspeitos de zoonoses à unidade de saúde de referência e à estrutura de vigilância epidemiológica em sua área geográfica de atuação;

IV – na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores



6

ambientais, interfiram no curso de doenças ou tenham importância epidemiológica;

V – na realização de campanhas ou de mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos.”

Emenda nº 3
(Corresponde à Emenda nº 3 – CAS)

Dê-se ao art. 4º-B, incluído na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, pelo art. 5º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 4º-B. Na execução das atividades do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias, serão observadas as ações de segurança e de saúde do trabalhador, notadamente o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a realização de exames periódicos de saúde ocupacional.”

Emenda nº 4
(Corresponde à Emenda nº 4 – CAS)

Dê-se ao art. 5º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterado pelo art. 6º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 5º O Ministério da Saúde regulamentará as atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e de promoção da saúde a que se referem os arts. 3º, 4º e 4º-A e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos no inciso II do *caput* do art. 6º, no inciso I do *caput* do art. 7º e no § 2º deste artigo, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Os cursos a que se refere o *caput* utilizarão os referenciais da Educação Popular em Saúde e serão oferecidos ao Agente Comunitário de Saúde e ao Agente de Combate às Endemias nas modalidades presencial ou semipresencial durante a jornada de trabalho.

§ 2º O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias deverão frequentar cursos bienais de educação continuada e de aperfeiçoamento.”

§ 3º Cursos técnicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias poderão ser ministrados nas modalidades presencial e semipresencial e seguirão as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.” (NR)

Emenda nº 5
(Corresponde à Emenda nº 5 – CAS)

Dê-se ao art. 6º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterado pelo art. 7º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 6º



7

.....

II – ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;

III – ter concluído o ensino médio.

§ 1º Quando não houver candidato inscrito que preencha o requisito previsto no inciso III do *caput*, poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 2º É vedada a atuação do Agente Comunitário de Saúde fora da área geográfica a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo.

§ 3º Ao ente federativo responsável pela execução dos programas relacionados às atividades do Agente Comunitário de Saúde compete a definição da área geográfica a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo, devendo:

I – observar os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

II – considerar a geografia e a demografia da região, com distinção de zonas urbanas e rurais;

III – flexibilizar o número de famílias e de indivíduos a serem acompanhados, de acordo com as condições de acessibilidade local e de vulnerabilidade da comunidade assistida.

§ 4º A área geográfica a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo será alterada quando houver risco à integridade física do Agente Comunitário de Saúde ou de membro de sua família decorrente de ameaça por parte de membro da comunidade onde reside e atua.

§ 5º Caso o Agente Comunitário de Saúde adquira casa própria fora da área geográfica de sua atuação, será excepcionado o disposto no inciso I do *caput* deste artigo e mantida sua vinculação à mesma equipe de saúde da família em que esteja atuando, podendo ser remanejado, na forma de regulamento, para equipe atuante na área onde está localizada a casa adquirida.” (NR)

Emenda nº 6
(Corresponde à Emenda nº 6 – CAS)

Dê-se ao art. 7º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterado pelo art. 8º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 7º O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;



8

II – ter concluído o ensino médio.

§ 1º Quando não houver candidato inscrito que preencha o requisito previsto no inciso II do *caput*, poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 2º Ao ente federativo responsável pela execução dos programas relacionados às atividades do Agente de Combate às Endemias compete a definição do número de imóveis a serem fiscalizados pelo Agente, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde e os seguintes:

I – condições adequadas de trabalho;

II – geografia e demografia da região, com distinção de zonas urbanas e rurais;

III – flexibilização do número de imóveis, de acordo com as condições de acessibilidade local.” (NR)

Emenda nº 7
(Corresponde à Emenda nº 7 – CAS)

Dê-se ao art. 7º-A, incluído na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, pelo art. 9º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 7º-A. Não será exigida do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias a conclusão de:

I – ensino fundamental, se estava exercendo as atividades em 5 de outubro de 2006;

II – ensino médio, se estiver exercendo as atividades na data de publicação desta Lei.”

Emenda nº 8
(Corresponde à Emenda nº 8 – CAS)

Dê-se ao art. 9º-A da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterado pelo art. 10 do Projeto, a seguinte redação, renumerando-se o atual § 3º como § 5º:

“Art. 9º-A.

.....

§ 2º A jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei deverá ser integralmente dedicada a ações e serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate a endemias, em prol das famílias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territórios de atuação, e será distribuída em:



9

I – 30 (trinta) horas semanais, para atividades externas de visitação domiciliar, execução de ações de campo, coleta de dados, orientação e mobilização da comunidade, entre outras;

II – 10 (dez) horas semanais, para atividades de planejamento e avaliação de ações, detalhamento das atividades, registro de dados e formação e aprimoramento técnico.

§ 3º A carga horária estabelecida nos incisos I e II do § 2º deste artigo poderá ser excepcionada em caso de campanha ou de mutirão para o combate à transmissão de doenças infecciosas e outros agravos ou em ações de combate a surtos epidêmicos.

§ 4º As condições climáticas da área geográfica de atuação serão consideradas na definição do horário para cumprimento da jornada de trabalho.

§ 5º” (NR)

Emenda nº 9
(Corresponde à Emenda nº 9 – CAS)

Dê-se ao art. 9º-H, incluído na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, pelo art. 12 do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 9º-H. Será concedida indenização de transporte ao Agente Comunitário de Saúde e ao Agente de Combate às Endemias que realizar despesas com locomoção para o exercício de suas atividades, conforme disposto em regulamento.”



Projeto de Lei do Senado nº 206/2017





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2017

Requer, nos termos do disposto no art. 258, do RISF, a tramitação conjunta do PLS 82 de 2013 com os PLS 206 de 2017 e PLS 202, de 2015, por versarem sobre matérias correlatas.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2013 , Altera o art. 81 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1995, para alterar o limite para doações e contribuições de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais e erigir o Fundo Partidário como único destinatário dessas doações e contribuições, com os Projetos de Lei do Senado nº 206, de 2017 e nº 202 de 2015, por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, em de setembro de 2017

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 757, DE 2017

Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, o apensamento do PLS 206/2017 e PLS 108/2017 ao PLS 142/2015, para tramitação conjunta, por tratarem de matéria correlata.

AUTORIA: Senador Cristovam Buarque (PPS/DF)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE 2017
(Do Senador CRISTOVAM BUARQUE)

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, o apensamento do PLS 206/2017 e PLS 108/2017 ao PLS 142/2015 – “altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar qualquer espécie de propaganda eleitoral paga ou gratuita no rádio e na televisão” - para tramitação conjunta, por tratarem de matéria correlata.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**



Projeto de Lei da Câmara nº 71/2014





SENADO FEDERAL

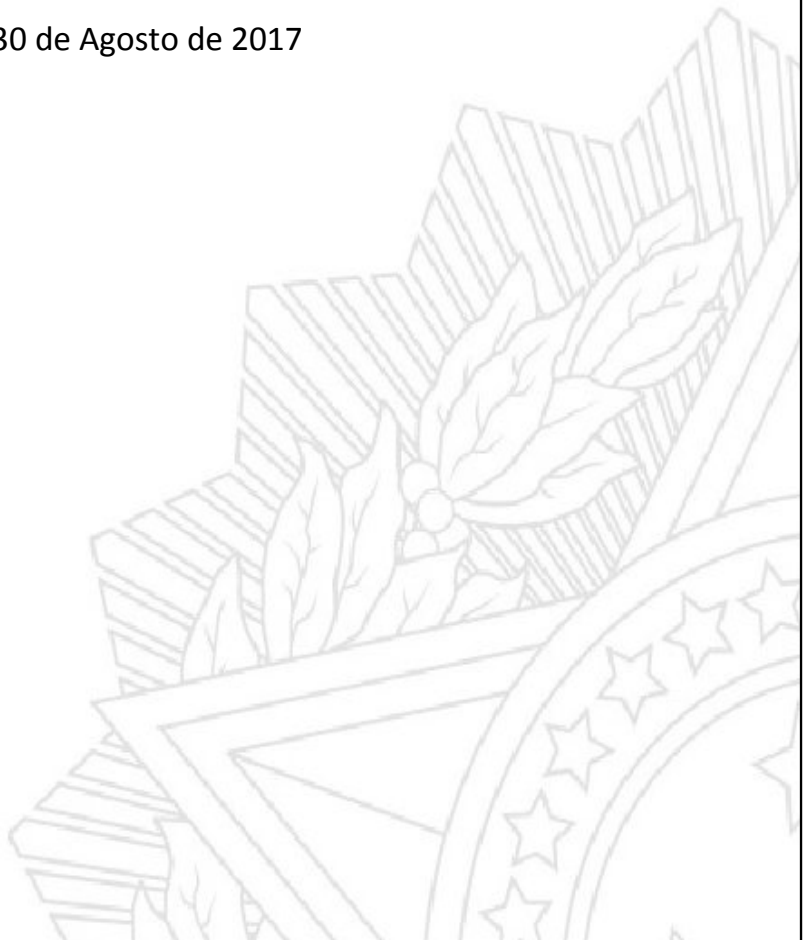
PARECER (SF) Nº 28, DE 2017

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o processo Projeto de Lei da Câmara nº71, de 2014, que Disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira

RELATOR: Senador Dário Berger

30 de Agosto de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014 (Projeto de Lei nº 1162/2007, na Casa de origem), do Deputado Mário Heringer, que *disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências*.



Relator: Senador **DÁRIO BERGER**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 71, de 2014 (Projeto de Lei nº 1.162, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Mário Heringer, que *disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências*.

A proposição é composta de treze artigos e abrange os seguintes temas: definição dos termos utilizados; classificação das piscinas (privativas, coletivas e públicas); responsabilidades pelo cuidado com a integridade física dos usuários de piscinas; equipamentos de segurança obrigatórios; construção e manutenção de piscinas; alertas a serem exibidos nas imediações das piscinas; riscos inerentes ao produto (informados pelo fabricante); e penalidades para os infratores.

Por fim, atribui aos Poderes Executivos estaduais e distrital competência para a regulamentação da lei e fixa prazos para que se promovam as adaptações necessárias ao seu cumprimento.

O autor justifica a proposição pela importância de prevenir os acidentes por mergulho em piscinas, que podem acarretar sérias consequências aos usuários.



2³

Inicialmente, o projeto de lei foi encaminhado à apreciação das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e de Assuntos Sociais (CAS).

Em junho de 2015, a Mesa do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 607, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, que objetivou a tramitação em conjunto com o PLC nº 48, de 2014, por versarem sobre matéria correlata, devendo a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) apreciar a matéria previamente.

Em abril de 2016, restaram aprovados os Requerimentos nº 101, nº 102 e nº 103, de 2016, de tramitação conjunta do PLC nº 66, de 2011, que *dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas*; do PLC nº 42, de 2013, que *regulamenta a profissão de salva-vidas*; e, do PLC nº 48, de 2014, que *torna obrigatória a presença de profissionais salva-vidas em todos os estabelecimentos que explorem balneários ou outros locais aquáticos abertos ao uso do público*, com o PLC nº 71, de 2014, que aqui analisamos.

Entretanto, em 2 de agosto de 2017, o Plenário do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 277, de minha autoria, com vistas a restabelecer a tramitação autônoma do PLC nº 71, de 2014, que é o objeto deste Parecer, retomando-se, portanto, seu exame pela CTFC e pela CAS.

Não houve apresentação de emendas.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o mérito de matérias atinentes ao direito do consumidor.

Quanto à espécie normativa utilizada, há alterações de competência privativa do Presidente da República, as quais a via eleita escolhida não se mostra adequada, cabendo, a nosso ver, norma infralegal.

Quanto ao mérito, como analisaremos adiante, entendemos que o projeto mereça prosperar em razão de sua relevância social. Contudo

ji2017-06472



apresentaremos substitutivo a fim de que se adeque aos limites da juridicidade.

Dito isso, passa-se a análise de mérito no âmbito de proteção do consumidor.

Nesse sentido, entendemos que, no que concerne ao mérito do projeto de lei em comento, não restam dúvidas sobre a importância de estabelecer requisitos mínimos de segurança para o funcionamento de piscinas, bem como imputar as correlatas responsabilidades caso haja descumprimento de normas, notadamente em face dos riscos inerentes à sua utilização. Nesse caso, cumpre destacar, o que está em risco é a saúde do consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) prevê, no art. 12, a responsabilidade por fato do produto ou serviço, também conhecido como “acidente de consumo”. A responsabilidade nesses casos é própria e solidária daqueles nominalmente descritos no *caput* (fabricante, produtor, construtor e o importador), incluindo-se também qualquer vítima do dano ocorrido, por equiparação legal (art. 17), tal como ocorre com os acidentes em piscina.

Em linhas gerais, a responsabilidade imputada a eventual dano ocorrido não exige culpa, mas “defeito”, dano e nexo causal. A doutrina¹ trata o defeito como a) de construção – falha na concepção, criação ou *design*; b) de fabricação – falha na produção, montagem, manipulação ou embalagem; e c) de informação – falha na informação, manual de instrução, alertas de dados aos consumidores.

Observa-se, portanto, que o CDC reconhece que em atividades aquáticas praticadas em piscinas sempre haverá o dever geral de zelar pela segurança dos produtos e serviços.

Em síntese, muito embora o CDC forneça proteção jurídica aos consumidores nessas circunstâncias, mediante a definição e estipulação de cominações que, em verdade, buscam inibir a omissão dos prestadores de serviços no fornecimento dos mecanismos necessários à proteção de seus consumidores, reiteradas tragédias decorrentes de acidentes de consumo em piscinas continuam a acontecer por todo o Brasil.

¹ MARQUES, Claudia Lima. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor – 4 ed ver atual – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.



Consideradas de interesse para a saúde, as piscinas de uso coletivo estão sujeitas à fiscalização sanitária. Nada obstante, as piscinas de uso particular também devem, eventualmente, e em circunstâncias especiais, ser inspecionadas. A competência para legislar sobre a matéria e exercer a fiscalização, contudo, é das esferas estadual, distrital e, especialmente, da municipal, a quem incumbe exercer o poder de polícia. Por essa razão, optamos por não diferenciar ou categorizar as piscinas em pública, coletiva ou particular, deixando a cargo de regulamento.

De fato, compete à União legislar sobre normas gerais de defesa do consumidor e proteção da saúde, conforme dispõe o art. 24 da Constituição Federal, sendo reservadas a estados e municípios a legislação e as providências supletivas e complementares de interesse regional e local, respectivamente. No caso específico das piscinas, entendemos que o interesse primário de segurança é o nacional, ou seja, a segurança de uma piscina na região norte do país em nada difere de uma piscina localizada nos estados do Sudeste, contudo, buscamos preservar o interesse fiscalizatório deixando a cargo, predominante, da esfera municipal, pois as medidas sanitárias objetivam, sobretudo, proteger a comunidade local, ou seja, a população que se utiliza da piscina.

Além das medidas de ordem sanitária, os municípios e, eventualmente, os estados podem impor as exigências que entenderem convenientes quanto à construção, à operação, à manutenção e ao uso de piscinas, observando, contudo, os critérios de segurança já previstos na legislação. Por conseguinte, caso haja desconformidade com os requisitos legais e regulamentares, tais entes subnacionais podem promover a interdição, total ou parcial, exigir adaptação às condições oficiais e, até mesmo, determinar a demolição de piscinas.

No Brasil, além da legislação aplicável, atua na normatização de piscinas a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entidade privada e sem fins lucrativos, reconhecida pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO) como Foro Nacional de Normalização. Por isso, a ABNT é a entidade responsável pela elaboração, controle e atualização do arcabouço de normas técnicas brasileiras.

Acerca da ABNT, o inciso VIII do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) considera prática abusiva e veda ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas



SF/17056.61035-09



expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conmetro.

Assim, no âmbito do Comitê Brasileiro de Construção Civil da ABNT foram elaboradas oito normas para o setor de piscinas, publicadas entre 1987 a 1990, cujos objetos dispunham acerca da terminologia², dos procedimentos do projeto de execução³, da classificação⁴, da qualidade da água⁵ e da segurança e higiene⁶.

Ressalte-se, ainda, a criação da Comissão de Estudos Especiais de Piscinas (ABNT/CEE-215) para atualizar as normas existentes relativas a essa temática. O objetivo da Comissão é consolidar as oito normas existentes em uma nova norma, tomando por base a NBR 10339:1988, e priorizando a segurança nas piscinas.

Por essas razões, consideramos que a espécie normativa empregada – lei federal –, não é apropriada para normatizar a matéria com o grau de especificidade proposto no PLC analisado, pois pode engessá-la, tornando quaisquer mudanças mais difíceis e morosas. Isso é particularmente grave porque estamos lidando com uma questão que tem inúmeros aspectos eminentemente técnicos e, portanto, está sujeita a uma acelerada evolução tecnológica. Por conseguinte, as regras estabelecidas por lei podem tornar-se obsoletas em pouco tempo.

De outro lado, o detalhamento da matéria que consta do projeto de lei é típico de normas infralegais – decretos, portarias, resoluções, regulamentos, etc. – e de normas técnicas, tais como as editadas sob responsabilidade da ABNT, e não de lei. A Lei deve ser abstrata e possuir aspectos de generalidade a fim de possibilitar a sua adequação à evolução dos fatos sociais.

Por fim, após apontados os mencionados vícios de inconstitucionalidade e injuridicidade, e levando em consideração a

² ABNT NBR 9816:1987 Piscina – Terminologia.

³ ABNT NBR 9818:1987 Projeto de execução de piscina (tanque e área circundante) – Procedimento; ABNT NBR 10339:1988 Projeto e execução de piscina – Sistema de recirculação e tratamento – Procedimento; ABNT NBR 10819:1989 Projeto e execução de piscina (casa de máquinas, vestiários e banheiros) – Procedimento; ABNT NBR 11239:1990 Projeto e execução de piscina (equipamentos para a borda do tanque) – Procedimento; ABNT NBR 11239:1990 Projeto e execução de piscina (equipamentos para a borda do tanque) – Procedimento

⁴ ABNT NBR 9819:1987 Piscinas – Classificação

⁵ ABNT NBR 10818:1989 Qualidade de água de piscina – Procedimento

⁶ ABNT NBR 11238:1990 Segurança e higiene de piscinas – Procedimento



7
6

relevância social tratada pela matéria, apresentamos substitutivo a fim de ver sanadas as inconsistências descritas.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 71, de 2014, com a seguinte Emenda:

EMENDA Nº 1– CTFC (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2014

Estabelece requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e imputa responsabilidades em caso de seu descumprimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e imputa responsabilidades em caso de seu descumprimento.

§ 1º Entende-se por piscinas o conjunto de instalações destinadas às atividades aquáticas, compreendendo o reservatório e demais componentes relacionados com seu uso e funcionamento.

§ 2º Por similares, consideram-se qualquer reservatório de água que seja destinado à recreação, ao banho, à prática esportiva, entre outros, capazes de colocar em risco a saúde e integridade física de pessoas.

Art. 2º É obrigatório para todas as piscinas e similares, existentes e em construção ou fabricação no território nacional, o uso de dispositivos de segurança aptos a resguardar a integridade física e a saúde de seus usuários, especialmente contra o turbilhonamento, o enlace de cabelos e a sucção de partes do corpo humano.

ji2017-06472



Art. 3º É obrigatória a instalação de dispositivo manual que permita a interrupção de emergência de sistemas automáticos utilizados para a recirculação de água em piscinas e similares.

Parágrafo único. O dispositivo de parada de emergência deverá estar em local visível na área da piscina ou similares, bem sinalizado e de livre acesso.

Art. 4º Salvo nos casos excepcionados em regulamento, a piscina e similares deverão ser isolados em relação à área de trânsito dos espectadores e banhistas, seu entorno revestido com piso e borda antiderrapante, e seu recinto visível a partir do exterior.

Art. 5º Todos os produtos ou dispositivos de segurança para piscina e similares deverão possuir certificação compulsória pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

Art. 6º O cuidado com a integridade física dos usuários de piscinas é de responsabilidade compartilhada, cabendo, respectivamente:

I – aos usuários de piscinas e similares:

a) manter e zelar para a manutenção de comportamento responsável e defensivo nas piscinas e similares;

b) respeitar e fazer respeitar a sinalização de advertência e as normas de utilização das piscinas e similares, incluindo normas específicas para sua utilização;

II – aos proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que possuem piscinas ou similares:

a) respeitar, na construção e manutenção das piscinas e similares, as normas sanitárias e de segurança pertinentes expedidas pelas entidades credenciadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO;

III – aos proprietários de piscinas ou similares de uso doméstico respeitar, na construção e manutenção, as normas sanitárias e de segurança definidas em regulamento.



Parágrafo único. Durante o arrendamento da piscina ou similares, as responsabilidades dispostas no inciso II do *caput* deste artigo são automaticamente transferidas para o arrendatário.

Art. 7º Os proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que disponibilizam o uso de piscina ou similares ficam obrigados, nos termos do *caput* e do parágrafo único do art. 8º e do art. 9º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a informar os riscos que seu produto oferece aos consumidores se utilizado sem as devidas precauções de segurança.

§ 1º As informações de segurança de que trata o *caput* consistem em sinalização de alerta, em lugar visível e de tamanho legível.

§ 2º O descumprimento do *caput* sujeita os proprietários, administradores e responsáveis técnicos às mesmas responsabilidades previstas no art. 8º desta Lei, não isentando os infratores das responsabilidades cíveis e penais cabíveis em cada caso.

Art. 8º O responsável pela produção, comercialização, construção, operação ou manutenção de piscina ou similares em desacordo com o disposto nesta Lei e em regulamento estará sujeito às penalidades previstas na legislação civil e penal.

Art. 9º As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam os infratores, cumulativamente, às seguintes penalidades:

I – no caso de empresa, multa de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à ciência da infração;

II – no caso das demais pessoas físicas ou jurídicas, bem como quaisquer associações de entidades ou pessoas constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que não exerçam atividade empresarial, não sendo possível utilizar-se o critério do valor do faturamento bruto, a multa será entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

III – no caso de administrador ou responsável técnico, direta ou indiretamente responsável pela infração cometida, quando comprovada a sua culpa ou dolo, multa de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) daquela aplicada à empresa, no caso previsto no inciso I do *caput* deste artigo, ou às



peças jurídicas ou entidades, nos casos previstos no inciso II do *caput* deste artigo;

IV – interdição da piscina, quando couber, até sanado o problema que originou a respectiva penalidade;

V – cassação da autorização para funcionamento da piscina ou do estabelecimento fornecedor, em caso de reincidência, quando couber.

§ 1º As penalidades administrativas não isentam os infratores das responsabilidades cíveis e penais cabíveis em cada caso.

§ 2º A concessão do habite-se ou do alvará para funcionamento de edificação ou estabelecimento com piscina fica condicionada ao atendimento do disposto nesta Lei.

Art. 10. Os Poderes Executivos estaduais, municipais e distrital, no âmbito de suas competências, regulamentarão o disposto nesta Lei, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização e pela aplicação das sanções cabíveis nos casos de infração.

Art. 11. Os estabelecimentos e as residências que mantenham piscinas ou similares terão um prazo de trinta dias a partir da publicação do regulamento para promoverem as adaptações necessárias ao cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. As empresas de manutenção de piscinas ou similares responderão solidariamente pelo descumprimento desta Lei, caso, cientes da desconformidade, não reportarem o ocorrido às autoridades locais.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

ji2017-06472



SF/17056.61035-09





Senado Federal

11

Relatório de Registro de Presença

CTFC, 30/08/2017 às 09h - 15ª, Extraordinária

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. SIMONE TEBET
AIRTON SANDOVAL PRESENTE	2. GARIBALDI ALVES FILHO
DÁRIO BERGER PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER PRESENTE
ROMERO JUCÁ PRESENTE	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
FÁTIMA BEZERRA	1. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA
REGINA SOUSA PRESENTE	3. JORGE VIANA
ACIR GURGACZ	4. LINDBERGH FARIAS
Bloco Social Democrata (DEM, PSDB, PV)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
DALIRIO BEBER PRESENTE	2. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE	3. RICARDO FERRAÇO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
SÉRGIO PETECÃO PRESENTE	1. ANA AMÉLIA PRESENTE
GLADSON CAMELI PRESENTE	2. WILDER MORAIS PRESENTE
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. RANDOLFE RODRIGUES
VANESSA GRAZZIOTIN	2. CRISTOVAM BUARQUE
Bloco Moderador (PTC, PR, PSC, PTB, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
CIDINHO SANTOS PRESENTE	1. EDUARDO LOPES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	2. VAGO

Não Membros Presentes

RONALDO CAIADO
VALDIR RAUPP
HÉLIO JOSÉ
WELLINGTON FAGUNDES
PAULO ROCHA
JOSÉ MEDEIROS
VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 71/2014)

NA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA CTFC, NESTA DATA, FOI APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, PELA APROVAÇÃO DO PROJETO, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO.

30 de Agosto de 2017

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



PARECER Nº ¹⁴³, DE 2017

De PLENÁRIO, em substituição à COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014 (Projeto de Lei nº 1.162, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Mário Heringer, que *disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências*.



SF/17160.95269-85

Relator: Senador **WILDER MORAIS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 71, de 2014 (Projeto de Lei nº 1.162, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Mário Heringer, que *disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências*, foi aprovado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), na forma de um substitutivo (Emenda nº 1–CTFC).

Na sequência, a proposição deveria ser avaliada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No entanto, em virtude da aprovação do Requerimento nº 720, de 2017, de iniciativa da CTFC, o PLC nº 71, de 2014, passou a tramitar em regime de urgência, com fulcro no art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Assim, a proposição foi encaminhada diretamente à apreciação do Plenário do Senado Federal.

O projeto de lei em comento abrange os seguintes aspectos acerca de piscinas: classificação (privativas, coletivas e públicas); responsabilidade pela integridade física dos usuários; equipamentos de segurança obrigatórios; construção e manutenção; alertas a serem exibidos; riscos inerentes ao produto (informados pelo fabricante); e penalidades para os infratores. Ademais, atribui competência ao Poder Executivo estadual e distrital para a regulamentação da lei em que o projeto eventualmente se

Página: 1/6 13/09/2017 16:53:20

cabe78c640062259baca6a98bbe4c03df0871f7e



transformar e fixa prazos para que se promovam as adaptações necessárias ao seu cumprimento.

O autor justifica a proposição pela necessidade de prevenir os acidentes em piscinas, que, segundo ele, podem acarretar sérias consequências.

II – ANÁLISE

Dado o caráter urgente da matéria, iremos expor brevemente o nosso posicionamento.

Em termos gerais, concordamos com a avaliação realizada pela CTFC e com o teor do substitutivo proposto por aquela Comissão. No entanto, gostaríamos de sugerir algumas alterações que, a nosso ver, também aprimoraram o texto da proposição com vistas a melhor disciplinar a prevenção de acidentes em piscinas e torná-las ainda mais seguras.

Nesse sentido, cumpre ressaltar, inicialmente, que regulamentos técnicos, eventualmente acompanhados por procedimentos de avaliação da conformidade – certificação, por exemplo –, podem encarecer os produtos regulamentados, desestimulando sua produção pela indústria e a aquisição pelos usuários.

Registre-se, ainda, que, consoante o Guia de Boas Práticas de Regulamentação, publicado por meio da Resolução do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO) nº 5/2007, a implantação de novos regulamentos técnicos deve ser avaliada sob a ótica da questão a ser solucionada, bem como dos impactos econômicos, sociais e ambientais das contramedidas proposta, e de seus custos, benefícios e riscos.

Há, também, a questão da repartição de competências entre os entes federativos. A regulamentação da construção civil, de forma geral, e de piscinas públicas, no caso em particular, pertence à jurisdição do município, por ser um assunto de interesse local, conforme estabelece o art. 30 da Constituição Federal. Além disso, há leis estaduais que atribuem, como condição *sine qua non* de liberação de construções pelos municípios, aqui também englobando as piscinas públicas, a inspeção pelos Corpos de Bombeiros Militares.

dm2017-08113



SF/17160.95269-85

Página: 2/6 13/09/2017 16:53:20

cabe78c640062259baca6a98bbe4c03df0871f7e



Por essas razões, propomos tornar obrigatório para todas as piscinas, existentes, em construção ou em fabricação, o uso de dispositivos de segurança exigidos nas normas técnicas para o setor de piscinas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e nas normas técnicas dos Corpos de Bombeiros Militares, com o objetivo de resguardar a integridade física e a saúde dos usuários.

Por fim, sugerimos ainda: (i) adequar as sanções estabelecidas pela norma à gravidade das infrações; (ii) normatizar, em regulamento, determinados aspectos técnicos, tais como a instalação de dispositivo manual que permita a interrupção de emergência de sistemas automáticos utilizados para a recirculação de água, o isolamento das piscinas, a sinalização de profundidade, a adoção de piso antiderrapante e a visibilidade da piscina; e (iii) estipular uma cláusula de vigência compatível com as mudanças propostas.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014, nos termos do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº 2- PLEN (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2014

Estabelece requisitos mínimos de segurança para fabricação, construção, instalação e funcionamento de piscinas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É obrigatório para todas as piscinas, existentes e em construção ou fabricação no território nacional, o uso de dispositivos de segurança exigidos nas normas técnicas para o setor de piscinas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e nas normas técnicas dos Corpos de Bombeiros Militares, com o objetivo de resguardar a integridade física e a saúde de seus usuários, especialmente contra o turbilhonamento, o enlace de cabelos e a sucção de partes do corpo humano.

dm2017-08113



SF/17160.95269-85

Página: 3/6 13/09/2017 16:53:20

cabe78c640062259baca6a98bbe4c03df08717fe



Art. 2º É obrigatória a instalação de dispositivo manual que permita a interrupção de emergência de sistemas elétricos utilizados para a recirculação mecânica de água em piscinas.

§ 1º O dispositivo de parada de emergência deverá estar em local visível na área da piscina, bem sinalizado e de livre acesso;

§ 2º Fica estabelecido, para piscinas já existentes, o prazo de 5 (cinco) anos para cumprimento do disposto no caput desse artigo.

Art. 3º Nos casos especificados em regulamento, as piscinas deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I – serem isoladas da área de trânsito de pessoas;

II – manterem entorno revestido com piso e borda antiderrapantes;

III – exibirem sinalização de profundidade; e

IV – serem visíveis a partir do exterior.

Art. 4º O cuidado com a integridade física dos usuários de piscinas é de responsabilidade compartilhada, cabendo, respectivamente:

I – aos usuários de piscinas:

a) manter e zelar para a manutenção de comportamento responsável e defensivo nas piscinas;

b) respeitar e fazer respeitar a sinalização de advertência e as normas de utilização das piscinas, incluindo normas específicas para sua utilização;

II – aos proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que possuem piscinas, respeitar, na construção e manutenção das piscinas, as normas sanitárias e de segurança pertinentes expedidas pelas entidades credenciadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO;

dm2017-08113



SF/17160.95269-85

Página: 4/6 13/09/2017 16:53:20

cabe78c640062259baca6a98bbe4c03df0871f7e

III – aos proprietários de piscinas de uso doméstico respeitar, na construção e manutenção, as normas sanitárias e de segurança definidas em regulamento.

Parágrafo único. Durante o arrendamento da piscina, as responsabilidades dispostas no inciso II do *caput* deste artigo são automaticamente transferidas para o arrendatário.

Art. 5º Os proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que disponibilizam o uso de piscina ficam obrigados, nos termos do *caput* e do parágrafo único do art. 8º e do art. 9º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a informar os riscos que seu produto oferece aos consumidores se utilizado sem as devidas precauções de segurança.

§ 1º As informações de segurança de que trata o *caput* consistem em sinalização de alerta, em lugar visível e de tamanho legível.

§ 2º O descumprimento do *caput* sujeita os proprietários, administradores e responsáveis técnicos às mesmas responsabilidades previstas no art. 8º desta Lei, não isentando os infratores das responsabilidades cíveis e penais cabíveis em cada caso.

Art. 6º O responsável pela produção, comercialização, construção, operação ou manutenção de piscina em desacordo com o disposto nesta Lei e em regulamento estará sujeito às penalidades previstas na legislação civil e penal.

Art. 7º As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam os infratores às seguintes penalidades:

I – multa, a ser aplicada de acordo com a gravidade da infração;

II – interdição, até que sejam sanados os problemas identificados; e

III – cassação da autorização para funcionamento da piscina ou do estabelecimento fornecedor, em caso de reincidência.

§ 1º As penalidades administrativas não isentam os infratores das responsabilidades cíveis e penais cabíveis.

dm2017-08113



SF/17160.95269-85

Página: 5/6 13/09/2017 16:53:20

cabe78c640062259baca6a98bbe4c03df08717e



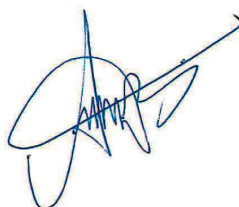
6

§ 2º A concessão do habite-se ou do alvará para funcionamento de edificação ou estabelecimento com piscina fica condicionada ao atendimento do disposto nesta Lei.

Art. 8º Os Poderes Executivos estaduais, municipais e distrital, no âmbito de suas competências, regulamentarão o disposto nesta Lei, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização e pela aplicação das sanções cabíveis nos casos de infração.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Sala das Sessões,



, Presidente

, Relator



Página: 6/6 13/09/2017 16:53:20

cabe78c640062259baca6a98bbe4c03df0871f7e

dm2017-08113



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 144 DE 2017 – PLEN/SF**

A publicação
Em 13/09/17
Ruan

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014 (nº 1.162, de 2007, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CTFC (Substitutivo).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014 (nº 1.162, de 2007, na Casa de origem), que *disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências*, nos termos da Emenda nº 1 – CTFC (Substitutivo), aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 13 de setembro de 2017.

[Assinaturas manuscritas]



ANEXO AO PARECER Nº 44, DE 2017 – PLEN/SF

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014 (nº 1.162, de 2007, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CTFC (Substitutivo).

Estabelece requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e imputa responsabilidades em caso de seu descumprimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e imputa responsabilidades em caso de seu descumprimento.

§ 1º Entende-se por piscinas o conjunto de instalações destinadas às atividades aquáticas, compreendendo o reservatório e demais componentes relacionados com seu uso e funcionamento.

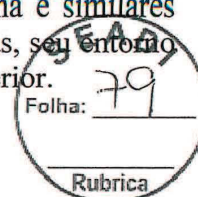
§ 2º Por similares, consideram-se qualquer reservatório de água que seja destinado à recreação, ao banho, à prática esportiva, entre outros, capazes de colocar em risco a saúde e integridade física de pessoas.

Art. 2º É obrigatório para todas as piscinas e similares, existentes e em construção ou fabricação no território nacional, o uso de dispositivos de segurança aptos a resguardar a integridade física e a saúde de seus usuários, especialmente contra o turbilhonamento, o enlace de cabelos e a sucção de partes do corpo humano.

Art. 3º É obrigatória a instalação de dispositivo manual que permita a interrupção de emergência de sistemas automáticos utilizados para a recirculação de água em piscinas e similares.

Parágrafo único. O dispositivo de parada de emergência deverá estar em local visível na área da piscina ou similares, bem sinalizado e de livre acesso.

Art. 4º Salvo nos casos excepcionados em regulamento, a piscina e similares deverão ser isolados em relação à área de trânsito dos espectadores e banhistas, seu entorno revestido com piso e borda antiderrapante, e seu recinto visível a partir do exterior.



Art. 5º Todos os produtos ou dispositivos de segurança para piscina e similares deverão possuir certificação compulsória pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Art. 6º O cuidado com a integridade física dos usuários de piscinas é de responsabilidade compartilhada, cabendo, respectivamente:

I – aos usuários de piscinas e similares:

a) manter e zelar para a manutenção de comportamento responsável e defensivo nas piscinas e similares;

b) respeitar e fazer respeitar a sinalização de advertência e as normas de utilização das piscinas e similares, incluindo normas específicas para sua utilização;

II – aos proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que possuem piscinas ou similares:

a) respeitar, na construção e manutenção das piscinas e similares, as normas sanitárias e de segurança pertinentes expedidas pelas entidades credenciadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

III – aos proprietários de piscinas ou similares de uso doméstico respeitar, na construção e manutenção, as normas sanitárias e de segurança definidas em regulamento.

Parágrafo único. Durante o arrendamento da piscina ou similares, as responsabilidades dispostas no inciso II do *caput* deste artigo são automaticamente transferidas para o arrendatário.

Art. 7º Os proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que disponibilizam o uso de piscina ou similares ficam obrigados, nos termos do *caput* e do parágrafo único do art. 8º e do art. 9º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a informar os riscos que seu produto oferece aos consumidores se utilizado sem as devidas precauções de segurança.

§ 1º As informações de segurança de que trata o *caput* consistem em sinalização de alerta, em lugar visível e de tamanho legível.

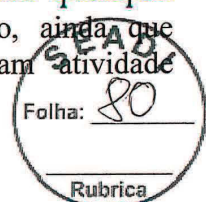
§ 2º O descumprimento do *caput* sujeita os proprietários, administradores e responsáveis técnicos às mesmas responsabilidades previstas no art. 8º desta Lei, não isentando os infratores das responsabilidades cíveis e penais cabíveis em cada caso.

Art. 8º O responsável pela produção, comercialização, construção, operação ou manutenção de piscina ou similares em desacordo com o disposto nesta Lei e em regulamento estará sujeito às penalidades previstas na legislação civil e penal.

Art. 9º As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam os infratores, cumulativamente, às seguintes penalidades:

I – no caso de empresa, multa de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à ciência da infração;

II – no caso das demais pessoas físicas ou jurídicas, bem como quaisquer associações de entidades ou pessoas constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que não exerçam atividade



empresarial, não sendo possível utilizar-se o critério do valor do faturamento bruto, a multa será entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

III – no caso de administrador ou responsável técnico, direta ou indiretamente responsável pela infração cometida, quando comprovada a sua culpa ou dolo, multa de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) daquela aplicada à empresa, no caso previsto no inciso I do *caput* deste artigo, ou às pessoas jurídicas ou entidades, nos casos previstos no inciso II do *caput* deste artigo;

IV – interdição da piscina, quando couber, até que seja sanado o problema que originou a respectiva penalidade;

V – cassação da autorização para funcionamento da piscina ou do estabelecimento fornecedor, em caso de reincidência, quando couber.

§ 1º As penalidades administrativas não isentam os infratores das responsabilidades cíveis e penais cabíveis em cada caso.

§ 2º A concessão do habite-se ou do alvará para funcionamento de edificação ou estabelecimento com piscina é condicionada ao atendimento do disposto nesta Lei.

Art. 10. Os Poderes Executivos estaduais, municipais e distrital, no âmbito de suas competências, regulamentarão o disposto nesta Lei, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização e pela aplicação das sanções cabíveis nos casos de infração.

Art. 11. Os estabelecimentos e as residências que mantenham piscinas ou similares terão prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação do regulamento para promoverem as adaptações necessárias ao cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. As empresas de manutenção de piscinas ou similares responderão solidariamente pelo descumprimento desta Lei, caso, cientes da desconformidade, não reportarem o ocorrido às autoridades locais.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 145, DE 2017 – PLEN/SF**

*Aprovado,
A Câmara dos
Deputados.
Em 13/09/17*

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014 (nº 1.162, de 2017, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CTFC (Substitutivo).

A **Comissão Diretora, em Plenário**, apresenta a redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014 (nº 1.162, de 2007, na Casa de origem), que *disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências*, nos termos da Emenda nº 1 – CTFC (Substitutivo), consolidando as emendas aprovadas pelo Plenário no turno suplementar.

Senado Federal, em 13 de setembro de 2017.



ANEXO AO PARECER Nº 145, DE 2017 – PLEN/SF

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2014 (nº 1.162, de 2007, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CTFC (Substitutivo).

Dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento.

§ 1º Entende-se por piscina o conjunto de instalações destinadas às atividades aquáticas, compreendendo o reservatório e os demais componentes relacionados com seu uso e funcionamento.

§ 2º Entende-se por similares quaisquer outros reservatórios de água destinados à recreação, ao banho, à prática esportiva, entre outros, que sejam capazes de colocar em risco a saúde e a integridade física de pessoas.

Art. 2º É obrigatório para todas as piscinas e similares, existentes e em construção ou fabricação no território nacional, o uso de dispositivos de segurança aptos a resguardar a integridade física e a saúde de seus usuários, especialmente contra o turbilhonamento, o enlace de cabelos e a sucção de partes do corpo humano.

Art. 3º É obrigatória a instalação de dispositivo manual que permita a interrupção de emergência dos sistemas automáticos utilizados para a recirculação de água em piscinas e similares.

Parágrafo único. O dispositivo de parada de emergência deverá estar em local visível, bem sinalizado e de livre acesso na área da piscina ou de similares.

Art. 4º Salvo nos casos excepcionados em regulamento, as piscinas e similares deverão ser isolados em relação à área de trânsito dos espectadores e banhistas, seu entorno deverá ser revestido com piso e borda antiderrapante, e seu recinto deverá ser visível a partir do exterior.



Art. 5º Todos os produtos ou dispositivos de segurança para piscina e similares deverão possuir certificação compulsória pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Art. 6º O cuidado com a integridade física dos usuários de piscinas e similares é de responsabilidade compartilhada, cabendo, respectivamente:

I – aos usuários de piscinas e similares:

a) manter comportamento responsável e defensivo nas piscinas e similares e zelar pela manutenção desse comportamento por outros usuários;

b) respeitar e fazer respeitar a sinalização de advertência, as normas gerais de utilização de piscinas e similares e as normas específicas relativas à instalação utilizada;

II – aos proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que possuem piscinas ou similares respeitar, na construção e na manutenção de piscinas e similares, as normas sanitárias e de segurança pertinentes expedidas pelas entidades credenciadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

III – aos proprietários de piscinas e similares de uso doméstico respeitar, na construção e na manutenção, as normas sanitárias e de segurança definidas em regulamento.

Parágrafo único. Durante o arrendamento da piscina ou de similares, a responsabilidade disposta no inciso II do *caput* deste artigo é automaticamente transferida para o arrendatário.

Art. 7º Os proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que disponibilizam o uso de piscina e similares são obrigados, nos termos do *caput* e do parágrafo único do art. 8º e do art. 9º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a informar os riscos que seu produto oferece aos consumidores se utilizado sem as devidas precauções de segurança.

Parágrafo único. As informações de segurança referidas no *caput* serão veiculadas em sinalização de alerta, em lugar visível e de tamanho legível.

Art. 8º As infrações ao disposto nesta Lei e em regulamento sujeitam os infratores, tais como o responsável pela produção, comercialização, construção, operação ou manutenção de piscina ou similares, cumulativamente, às seguintes penalidades:

I – no caso de empresa, multa de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado, obtido no último exercício anterior à ciência da infração;

II – no caso das demais pessoas físicas ou jurídicas, bem como quaisquer associações de entidades ou pessoas constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que não exerçam atividade empresarial, não sendo possível utilizar-se o critério do valor do faturamento bruto, a multa será entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

III – no caso de administrador ou responsável técnico, direta ou indiretamente responsável pela infração cometida, quando comprovada a sua culpa ou dolo, multa de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) daquela aplicada à empresa, no caso previsto no



inciso I do *caput* deste artigo, ou às pessoas jurídicas ou entidades, nos casos previstos no inciso II do *caput* deste artigo;

IV – interdição da piscina ou similar, quando couber, até sanado o problema que originou a respectiva penalidade;

V – cassação da autorização para funcionamento da piscina ou similar ou do estabelecimento fornecedor, em caso de reincidência, quando couber.

§ 1º As penalidades administrativas não isentam os infratores das responsabilidades cíveis e penais cabíveis em cada caso.

§ 2º As empresas de manutenção de piscinas ou similares responderão solidariamente pelo descumprimento desta Lei, caso, cientes da desconformidade, não reportarem o ocorrido às autoridades locais.

Art. 9º A concessão do habite-se ou do alvará para funcionamento de edificação ou estabelecimento com piscina é condicionada ao atendimento do disposto nesta Lei.

Art. 10. Os poderes executivos estaduais, municipais e distrital, no âmbito de suas competências, regulamentarão o disposto nesta Lei, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização e pela aplicação das sanções cabíveis nos casos de infração.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.



Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2016





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 146, DE 2017 – PLEN/SF

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2016.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2016, que *cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital*, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 13 de setembro de 2017.

EUNÍCIO OLIVEIRA, PRESIDENTE

DAVI ALCOLUMBRE, RELATOR

ANTONIO CARLOS VALADARES

JOÃO ALBERTO



ANEXO AO PARECER Nº 146, DE 2017 – PLEN/SF

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2016.

EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº , DE 2017

Altera o inciso XIV do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21.

.....

XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

.....” (NR)

Art. 2º O § 4º do art. 32 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32.

.....

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, da polícia civil, da polícia penal, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.” (NR)

Art. 3º O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 144.

.....



VI – polícias penais federal, estaduais e distrital.

.....

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais, além de outras atribuições definidas em lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

§ 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

.....” (NR)

Art. 4º O preenchimento do quadro de servidores das polícias penais será feito, exclusivamente, por meio de concurso público ou da transformação dos cargos isolados ou dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários ou equivalentes.

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.





Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 1- CCJ (Substitutivo) à PEC nº 14 , de 2016 (1º Turno)

Matéria PEC 14/2016

Início Votação 13/09/2017 19:01:58 Término Votação 13/09/2017 19:32:27

Sessão 131º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 13/09/2017 14:00:00

Partido	Orientação
PMDB	SIM
PSDB	SIM
PT	SIM
PP	SIM
PSB	SIM
PSD	SIM
DEM	SIM
PR	SIM
PODE	SIM
PDT	SIM
PTB	SIM
PCdoB	SIM
PRB	SIM
PSC	SIM
REDE	SIM
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PMDB	SP	Airton Sandoval	SIM
PODE	PR	Alvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PDT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalirio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM

Emissão 13/09/2017 19:32:30



Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 1- CCJ (Substitutivo) à PEC nº 14 , de 2016 (1º Turno)

Matéria **PEC 14/2016**

Início Votação **13/09/2017 19:01:58** Término Votação **13/09/2017 19:32:27**

Sessão **131º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **13/09/2017 14:00:00**

PMDB	AM	Eduardo Braga	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM
PMDB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PMDB	DF	Hélio José	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PODE	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PSD	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
-	DF	Reguffe	SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PODE	RJ	Romário	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM

Emissão 13/09/2017 19:32:31



Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 1- CCJ (Substitutivo) à PEC nº 14 , de 2016 (1º Turno)

Matéria **PEC 14/2016**

Início Votação **13/09/2017 19:01:58** Término Votação **13/09/2017 19:32:27**


Sessão **131º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **13/09/2017 14:00:00**

PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Morais	SIM

Presidente: *Eunício Oliveira*

SIM:63 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:64



Primeiro-Secretario

Emissão 13/09/2017 19:32:31



Requerimento nº 758/2017





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 758, DE 2017

Requer, nos termos dos artigos 336, II, e 338, II, do RISF, urgência para o PLS 163/2017.



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

REQUERIMENTO Nº 758 DE 2017

RQS
00758/2017

Apresentado
em 13/9/17



SF/17590.65980-26

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 163/2017, que dispõe sobre a *Semana Nacional de Valorização da Vida*.

JUSTIFICAÇÃO

O PLS nº 163, de 2017, que trata sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida, é um projeto de autoria do Senador Garibaldi Alves. Na Comissão de Educação, fui designada relatora da matéria e realizamos Audiência Pública para instrução da matéria no último dia 8 de agosto. Tão logo reunimos todos os subsídios para fundamentar nosso relatório, apresentamos o relatório pela aprovação com uma emenda, que foi lido no dia 15 de agosto, tendo sua discussão sido realizada e encerrada no mesmo dia. No entanto, como é recorrente em diversas Comissões Permanentes do Senado Federal, há uma evidente dificuldade de obter quórum terminativo para a apreciação de matérias dessa natureza, o que se verifica também na própria Comissão de Educação.

Com a aprovação de Requerimento de tramitação conjunta com o PLC nº 22, de 2014, o projeto perdeu o caráter terminativo, razão pela qual apresentamos o presente Requerimento visando a sua tramitação com urgência regimental. Cumpramos ressaltar que o dia 10 de setembro foi escolhido, pela Associação Internacional de Prevenção do Suicídio e pela OMS, como o Dia Mundial

Página: 1/3 12/09/2017 16:56:48

92f03c97d03f03b889e5b59ce1282d2d198a421b



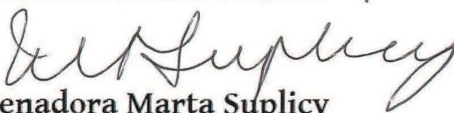


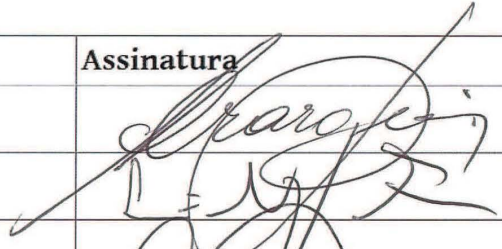
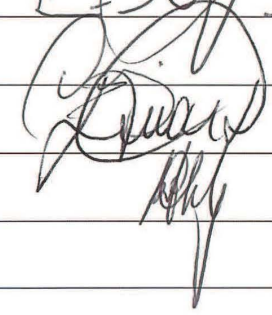
SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

de Prevenção do Suicídio. Portanto, seria apropriado aprovarmos o PLS nº 163, de 2017 com a maior brevidade, ainda neste mês de setembro, instituindo a “Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida”, com o objetivo de conscientizar, sensibilizar, mobilizar e alertar a sociedade em geral sobre o tema.

Ante o exposto, solicito a especial atenção e apoio dos nobres pares ao presente requerimento de urgência.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2017.


Senadora Marta Suplicy
(PMDB - SP)

Nome do Senador	Assinatura
Alvaro	
Lindbergh	
Edmar do Amaral	
Raimundo Lima	

Página: 2/3 12/09/2017 16:56:48

92f03c97d03f03b889e5b59ce1282d2d198a421b



Projeto de Resolução nº 34/2017





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2017

Requer, nos termos regimentais, urgência para a Mensagem nº 54, de 2017 (PRS 34/2017).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

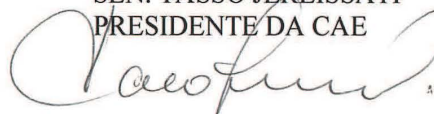


RQS
00759/2017

**COMISSÃO DE ASSUNTOS
ECONÔMICOS**

APROVADO EM 12/9/2017

**SEN. TASSO JEREISSATI
PRESIDENTE DA CAE**

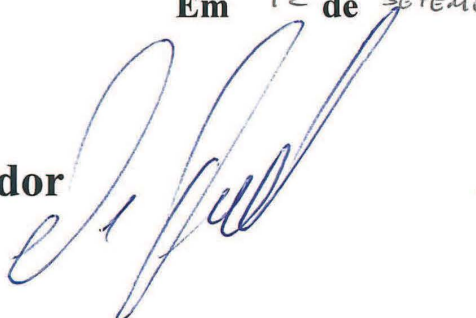


REQUERIMENTO Nº ⁷⁵⁹ /CAE-2017

Nos termos regimentais, requero urgência para a Mensagem nº 54, de 2017, que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 123,000,000.00 (cento e vinte e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará II - PROEXMAES II”.

Em 12 de ~~Setembro~~ de 2017.

Senador





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 12/09/2017 às 10h - 33ª, Ordinária
Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
KÁTIA ABREU	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
RAIMUNDO LIRA	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET PRESENTE	5. VAGO
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. ÂNGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
OMAR AZIZ PRESENTE	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. ROBERTO ROCHA PRESENTE
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. LÚCIA VÂNIA

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA	3. CIDINHO SANTOS

Confere com o original

Daniel Marcio F. Andrade
 Secretário Adjunto da Comissão de

12/09/2017 12:04:36

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 759 de 2017.

Mat. 221100





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 147, DE 2017 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 2017.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 2017, que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 123,000,000.00 (cento e vinte e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará II - PROEXMAES II”.*

Senado Federal, em 13 de setembro de 2017.

CÁSSIO CUNHA LIMA, PRESIDENTE

CIDINHO SANTOS, RELATOR

ANTONIO CARLOS VALADARES

SÉRGIO PETECÃO



ANEXO AO PARECER Nº 147, DE 2017 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 2017.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2017

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar o “Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde do Estado do Ceará II – Proexmaes II”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Estado do Ceará;
- II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;



IV – valor: até US\$ 123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

V – desembolso estimativo: US\$ 28.343.655,00 (vinte e oito milhões, trezentos e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2017; US\$ 45.915.599,00 (quarenta e cinco milhões, novecentos e quinze mil, quinhentos e noventa e nove dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US\$ 32.508.344,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e oito mil, trezentos e quarenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; US\$ 13.863.228,00 (treze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, duzentos e vinte e oito dólares dos Estados Unidos da América) em 2020; e US\$ 2.369.174,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e nove mil, cento e setenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

VI – amortização: até 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, além do prazo de carência de até 66 (sessenta e seis) meses;

VII – taxa de juros: baseada na *Libor* trimestral em dólar dos Estados Unidos da América, seguida de margem de captação do BID, as quais são determinadas em 15 de janeiro, 15 de abril, 15 de julho e 15 de outubro, mais a margem vigente de empréstimos do capital ordinário, determinado periodicamente pelo BID;

VIII – comissão de compromisso: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), cobrada a partir de 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura do contrato.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na contratação da operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado do Ceará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Ceará quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento substancial das condições do primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Requerimento nº 760/2017





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 760, DE 2017

Requer nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal a tramitação conjunta do Projeto de Decreto legislativo nº 160, de 2017, com os Projetos de Decreto Legislativo nºs 169, 170 e 171, de 2017, que tratam de matérias correlatas.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2017, que “*susta os efeitos do Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá*”, com os Projetos de Decretos Legislativos nºs 169; 170 e 171, de 2017, que tratam da sustação do Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE
RODRIGUES
REDE - AP

Senador RICARDO
FERRAÇO
PSDB - ES



Requerimento nº 761/2017





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 761, DE 2017

Requer, nos termos do art. 344, do RISF, a retirada do Requerimento nº 750/2017, por meio do qual solicitamos urgência para o PLS 315/2016.

AUTORIA: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

DESPACHO: Deferido



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE 2017

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 344, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RQS 750/2017, por meio do qual solicitamos urgência para o PLS 315/2016.

Sala das Sessões, de de .

Senador Flexa Ribeiro
(PSDB - PA)



Requerimento nº 762/2017





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 762, DE 2017

Requeremos, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2015, que "Estabelece o PIB-Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional."

Sala das Sessões,

Senador

ROQUELETTA	
WILSON MORAES	
EDUARDO ANTONIO	
ILVANO DIAS	

J. CAPIBERIBE



SF/17815.50195-56

Página: 1/1 12/09/2017 16:44:04

81e49e844f34a3a2a3cd45efe414dcb83291b2



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
PODE - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
S/Partido - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Aírton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 8

PSB-5 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

PODE - 3

Alvaro Dias.	PR
José Medeiros.	MT
Romário.	RJ

S/Partido - 2

Fernando Bezerra Coelho.	PE
Reguffe.	DF

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Moderador.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	8
PODE.	3
S/Partido.	2
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (PODE-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (S/Partido-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>PMDB - 22</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (142) Simone Tebet (141)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (72,106,140)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (74,85,112) Davi Alcolumbre (75,87,132) Ataídes Oliveira (78)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (74,85,112)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (105)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Wilder Moraes - PP (39,122,128)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (103) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (103)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,57,63,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,30,116) Regina Sousa (35)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,57,63,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,43,55,62,125)</p> <p>Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,30,116)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 8</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (51,69,145) Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 5 Lídice da Mata (13,21,146)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (51,69,145)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (19,23,91)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,108)</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,61,84,107,127)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (96)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (99)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (109)</p> <p>Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,70)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,131,144) José Medeiros (12,14,18,88,133,143) Davi Alcolumbre (75,87,132) Wilder Moraes (39,122,128) Flexa Ribeiro (129) Sérgio Petecão (10,130)</p>	<p>PODE - 3</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODE (17,66,137)</p> <p>Vice-Líder José Medeiros (12,14,18,88,133,143)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (16,22,50,53,79,90,114)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
22. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).



65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
70. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
106. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
107. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
142. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lidice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

* Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

*** Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helene Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helene Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

Prazo final prorrogado: 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

*. Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).

2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).

3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).

4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).

5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).

6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).

7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1.
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492

3)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Aírton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Aírton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)



Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno
Telefone(s): 3303-3511
E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁶⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5.
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,14,16)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,17)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. VAGO ^(8,10,17)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. VAGO ^(5,11,12)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,15)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Atáides Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
17. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Aírton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Aírton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,29)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4.
Senadora Simone Tebet (7,15)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2,16)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (13)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- ** Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (S/Partido-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,10,14,15)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. n° 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 29/2017-BLOMOD).

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. Senadora Kátia Abreu ^(7,9,10)
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (S/Partido-PE) ⁽¹⁾	2.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁴⁾	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. VAGO ^(7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1.
VAGO ^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
VAGO ^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(5,13)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).

15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Aírton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (17)	
Senador Hélio José (DF) (18)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (16)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,11,14)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,15)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (10)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (12,13)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,19)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)		2.	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
10. A Senadora Vanessa Grazziotin foi eleita membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.



11. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

12. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.

13. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.

14. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.

15. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.

16. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.

17. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.

18. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

19. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
REDE
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
PTC
PODE



Atualização: 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE



Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PSB
VAGO
PDT
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
PCdoB
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
REDE
PTC
PODE

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO
PRB
VAGO
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

